



# A DEFESA NACIONAL

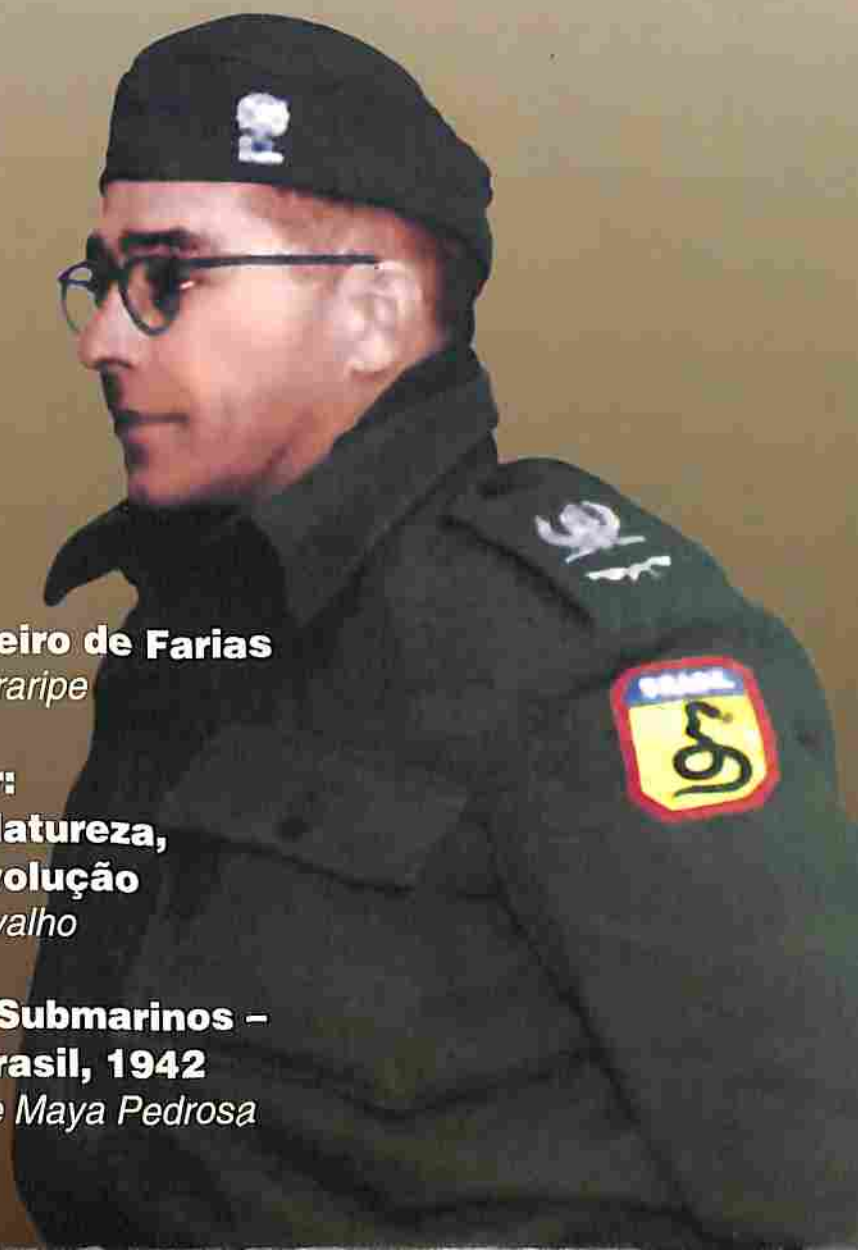
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXVII – Nº 790  
MAI/JUN/JUL/AGO

**Marechal Cordeiro de Farias**  
*Luiz de Alencar Araripe*

**História Militar:  
Importância, Natureza,  
Aplicação e Evolução**  
*L. P. Macedo Carvalho*

**O Enigma dos Submarinos –  
Nordeste do Brasil, 1942**  
*José Fernando de Maya Pedrosa*



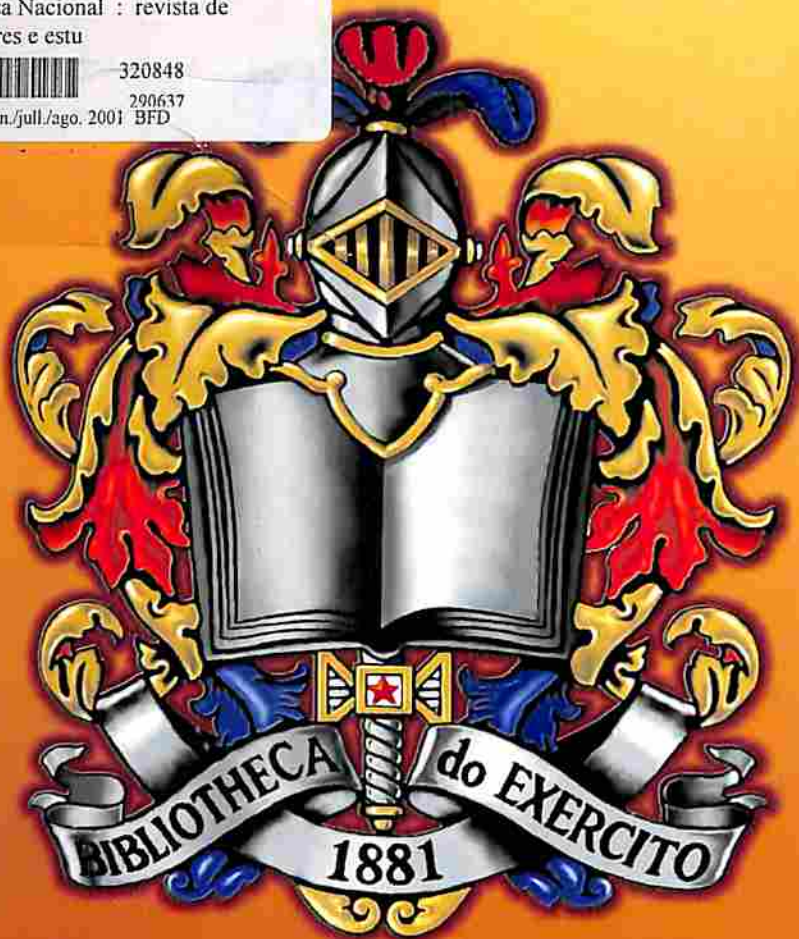
Título: A Defesa Nacional : revista de  
assuntos militares e estu



320848

290637

v.82, n.796, maio/jun./jul./ago. 2001 BFD



## Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço  
dos ideais, dos valores e das  
necessidades da cultura  
militar brasileira.

# Editorial



## CORDEIRO DE FARIAS CENTENÁRIO

**O** dia 16 de agosto de 2001 assinala o centenário de nascimento do Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias.

Na presente edição, *A Defesa Nacional* realça a efeméride, na ilustração da primeira capa e no artigo que abre o seu sumário, especialmente composto pelo Coronel Luiz de Alencar Araripe, atendendo a solicitação nossa. Por sua vez, no ano cultural em andamento, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil promoverá um simpósio comemorativo, oferecendo oportunidade para o exame e análise desse singular personagem da nossa História recente e da época em que a viveu, enquanto a Biblioteca do Exército, com a aquiescência da Editora Nova Fronteira, reeditará o livro *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, obra resultante de noventa e quatro horas de entrevistas concedidas pelo Marechal à cientista política Aspásia Camargo e cujo texto o jornalista Walder de Góes cuidou de organizar. Nelas, o entrevistado dá a sua interpretação dos fatos históricos de que tomou parte, dos anos 20 aos anos 70 do século que mal findou.

Na introdução do livro, Aspásia Camargo se pergunta:

*Que aspectos de sua vida destacar? O revolucionário da Coluna Prestes – rebelde guerrilheiro – ou o general da FEB, militar de carreira? O político entre os militares ou o militar entre os políticos? O homem de ação, conspirador de 1930, 1945 e 1964? Ou o administrador contido, mais pragmático do que transformista, que no Rio Grande do Sul e em Pernambuco norteou sua gestão segundo a arte do possível? O interventor de um regime autoritário ou o governador escolhido em eleições livres?*

Por seu turno, o Coronel Araripe encerra seu artigo, *General Cordeiro de Farias – o Soldado e o Político: Convivência e Conflito*, com a seguinte citação:

*Cordeiro de Farias destaca-se na espécie de militares que viveram em um país longínquo, tão distante do Brasil de hoje, que aos jovens é difícil compreender que tenham realmente existido. Essa espécie, com seus melancólicos desacertos e portentosos feitos, mas com invariável idealismo, concorreu para nos deixar o legado do Exército brasileiro do nosso tempo. Dele e dos que o construíram sobram-nos motivos para nos orgulhar.*

Artigo e livro merecem ser lidos. Eles fornecem valiosos subsídios para a justa interpretação das incursões do militar no mundo político, durante praticamente todo o século XX no Brasil, suas razões e circunstâncias.



16 de agosto,  
centenário de nascimento  
do Marechal Oswaldo  
Cordeiro de Farias



# Sumário

<b>EDITORIAL</b>	<b>1</b>
<b>GENERAL CORDEIRO DE FARIAS</b> <i>Luiz de Alencar Araripe</i>	<b>4</b>
<b>HISTÓRIA MILITAR: IMPORTÂNCIA, NATUREZA, APLICAÇÃO E EVOLUÇÃO</b> <i>L. P. Macedo Carvalho</i>	<b>25</b>
<b>VILLEGAGNON: VILÃO OU HERÓI?</b> <i>Vasco Mariz e Lucien Provençal</i>	<b>32</b>
<b>O ENIGMA DOS SUBMARINOS (NORDESTE DO BRASIL, 1942)</b> <i>José Fernando de Maya Pedrosa</i>	<b>55</b>
<b>SAINT-EXUPÉRY: O AVIADOR, O FILÓSOFO, O MITO</b> <i>L. N. Menezes</i>	<b>70</b>
<b>A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO NAS MISSÕES DE PAZ</b> <i>Sergio Luiz Cruz Aguilar</i>	<b>77</b>
<b>O ESTADO COMO REALIDADE POLÍTICO-JURÍDICA</b> <i>Reis Friede</i>	<b>103</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE DEFESA NACIONAL – PARTE II</b> <i>Ivan Fialbo</i>	<b>113</b>
<b>COMENTÁRIOS</b>	
<b>A NECESSIDADE DE UMA “HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA”</b> <i>Cláudio Moreira Bento</i>	<b>133</b>
<b>O NACIONALISMO BRASILEIRO</b> <i>Carlos de Meira Mattos</i>	<b>138</b>
<b>O DIFERENDO PALESTINO-ISRAELENSE</b> <i>Manuel Cambeses Júnior</i>	<b>140</b>
<b>DECISÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS</b> <i>Mario Cesar Flores</i>	<b>143</b>
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>O VENDEDOR DO UNIVERSO</b> <i>José Monserrat Filbo</i>	<b>145</b>
<b>GUERRA PERDIDA</b> <i>Newton Carlos</i>	<b>146</b>
<b>VILLEGAGNON E A FUNDAÇÃO FRANCESA DO RIO</b> <i>Ricardo Cravo Albin</i>	<b>147</b>
<b>LIVROS</b>	
<b>VILLEGAGNON E A FRANÇA ANTÁRTICA</b> <i>Ricardo Bonalume Neto</i>	<b>150</b>
<b>DESTAQUES DA IMPRENSA</b>	<b>152</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	<b>165</b>



# General Cordeiro de Farias

## O Soldado e o Político: Convivência & Conflito

Luiz de Alencar Araripe\*

*Extraordinária no General Oswaldo Cordeiro de Farias foi a reunião, na pessoa de um soldado, de notáveis atributos de homem de guerra, conspirador, revolucionário, político, estadista, empresário e... idealista. Atributos de intensidade capaz de assegurar-lhe forte presença no cenário brasileiro nas décadas de 20 a 70, de tal forma que raro será o acontecimento maior da vida do Brasil e do seu Exército nesse meio século do qual não tenha participado fortemente o General, cujo centenário de nascimento neste ano se comemora.*

Assim se expressa o autor, em *sinopse* que acompanhou o original do artigo, em que narra as impressões que lhe deixou o General no contato pessoal que com ele teve nos idos de 1961 para, em seguida, apreciar, em diferentes tópicos, diversos aspectos de sua rica biografia e de sua época.

*Ai, duas almas em meu peito habitam*

Goethe – Fausto a Wagner (em frente à porta da cidade)

### GUERRA CIVIL?

**A** gosto de 1961 foi um mês em que o Brasil pareceu estar no limiar de uma guerra civil. Depois de presidir às solenidades do Dia do Soldado, Jânio Quadros estarrecera o País e seus colaboradores mais estreitos, renunci-

ando à presidência da República. O Vice-Presidente João Goulart estava em visita à China e o Presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili, assumira o lugar deixado vago por Jânio. Os ministros das três Forças Armadas haviam divulgado um manifesto profético, alertando o Brasil sobre o que significaria a posse de Jango. O

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.

Governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, reagiu. Foi para o rádio, formou a *Cadeia da Legalidade*, em pregações incendiárias, visando a mobilizar o seu estado e o Brasil em favor da posse do cunhado Jango. O Comandante do III Exército, General Machado Lopes, terminara por aderir ao Governador Brizola.

No Rio de Janeiro, onde ainda permanecia o EMFA – o Estado-Maior das Forças Armadas, seu Chefe, o General-de-Exército Oswaldo Cordeiro de Farias, fora nomeado Comandante do III Exército, em substituição a Machado Lopes; mas permanecera no Rio, com rápidas incursões a Santa Catarina, pois não havia condições para que assumisse efetivamente suas funções em Porto Alegre. Sob suas ordens foi constituída a Divisão Cruzeiro, que deveria marchar sobre o Rio Grande e restabelecer a autoridade de Brasília na área do III Exército, hoje Comando Militar do Sul. O potente Grupamento de Unidades Escola – GUEs, dotado de moderno armamento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, integrava a Divisão. De prontidão em sua sede, na Vila Militar, sob a tensão decorrente da crise, acrescida por mudança súbita de seu general-comandante, o Grupamento, ansioso, aguardava ordens.

E-4 do GUEs, eu fora ao Quartel-General da Praça da República tratar de assuntos logísticos da operação. Canhões sem recuo foram liberados dos depósitos do cais do porto, sem a assinatura dos competentes e intimidadores papéis. Os pedidos de pneus, baterias, munição, gasolina, enfim, de toda a espécie de suprimentos, antes duramente obtidos em quantidades irrisórias, eram agora rapida-

mente despachados e providências tomadas para que, também rapidamente, fossem fornecidos. Estava-se à beira de uma guerra, acreditávamos.

Missão complementar à dos suprimentos era a de passar por uma sala do Quartel-General, onde se instalara o General José Teophilo de Arruda, Comandante da Divisão Cruzeiro, e dele receber missão. Dela já conhecíamos as linhas gerais: deslocar-se para São Paulo, capital, e dali para a divisa entre o estado paulistano e o Paraná. Arruda, que eu conhecia do tempo em que comandara o GUEs, recebeu-me à sua maneira, o olho direito semicerrado e o esquerdo puxado para cima, o que era a sua expressão corporal da reduzida importância que dava ao assunto e da pouca consideração que lhe merecia o interlocutor: *O senhor espere aí. O General Cordeiro chega às três horas e vai falar-lhe.*

As três horas passaram, passaram as quatro e nada do General Cordeiro. Eu tinha muito que fazer no GUEs, e por duas vezes perguntei a Arruda quando chegaria o general. *O senhor espere* foi a resposta carrancuda do Comandante da Divisão.

Afinal, entrou na sala um general de óculos, testa ampla e fugidia, os cabelos já rareando e fisionomia aberta. Cumprimentou todos amavelmente, e ninguém precisou dizer-me quem era ele. Cordeiro viu-me em uniforme de campanha, todo equipado, e foi logo me perguntando o que fazia ali. Respondi que ali estava para receber ordens dele. Com impertinência explicável pelo excesso de zelo de quem desempenhava as *altas funções de E-4 do GUEs*, acrescentei estar esperando há mais de duas horas e ter pressa em voltar à minha unidade. Cordeiro fingiu não perce-

ber a impertinência do Major, colocou a mão em meu ombro e levou-me para diante de uma carta. Sem olhar para ela, deu a missão, que não era outra senão a bem sabida. Fez-me algumas perguntas menores sobre o GUEs, e eu pedi-lhe licença para retirar-me.

Saí dali consciente da imprudência cometida e com sentimentos divididos sobre o General Cordeiro de Farias. Eu deixara no GUEs um general com perfil do chefe em que se confia, o General Sousa Aguiar, que substituíra outro igualmente possuidor daquele perfil, o General Ladário Pereira Telles, este infelizmente alinhado com o *lado de lá*. Assim é que, se por um lado admirei a habilidade de Cordeiro no tratar um major impertinente, por outro me pus seriamente desconfiado sobre a competência daquele sorridente general para conduzir o que me parecia ser uma guerra. Naquela época eu só por alto sabia dos feitos de guerra do General, mas já ouvira falar de suas andanças políticas. O balanço, no meu espírito, não lhe era favorável.

O GUEs deslocou-se para São Paulo, onde travou a sua batalha de Itararé, a que não houve.<sup>1</sup> Voltamos para o Rio decepcionados com a solução parlamentarista. Dei-me conta de que, ao enunciar a missão do Grupamento, Cordeiro já sabia que

mal chegaríamos à divisa São Paulo-Paraná. Velho revolucionário, General da FEB, político provado e ator de destaque em muitas crises institucionais brasileiras, Cordeiro tinha consciência de ser aquela mais uma delas, grave, mas de solução política, sem o temido derramamento de sangue. A guerra civil era por todos os motivos indesejável, e poucas possibilidades tínhamos de vencê-la. Nosso deslocamento e o das outras grandes unidades em direção ao sul faziam parte de uma gesticulação visando, tão-somente, a dar ao governo uma posição de negociação da emenda parlamentarista, velozmente aprovada pelo Congresso. Muitos, na época, não entenderam isso e, mesmo passados anos, continuaram culpando Cordeiro pela posse de Jango.<sup>2</sup>

## ORIGENS DE CORDEIRO DE FARIAS

Cordialidade no trato, espírito de conciliação, capacidade de convencer são características assinaladas pelos que privaram com Cordeiro de Farias. Quando entrava em um ambiente, sala, salão ou roda de conversa, era para ele que se voltavam as atenções. Simpático, bem articulado, mestre na arte de conversar, reunia requisitos valiosos para o exercício da liderança. Orgulhava-se de saber dominar emo-

<sup>1</sup> Itararé: Cidade paulista situada perto da divisa São Paulo-Paraná. Durante a Revolução de 1930, para ela convergiram forças governamentais, para defender o Estado das tropas gaúchas que vinham do Rio Grande em marcha batida. O comandante dessas forças, envergando vistosa capa espanhola, declarou: *Dessa viagem ou se volta com honra, ou não se volta*. Os jornais abriam manchetes sobre a iminente batalha de Itararé. A batalha ficou como imagem de alguma coisa muito esperada e que não aconteceu. O humorista Aparício Torrely, diretor do impagável jornal *A Manhã*, passou a intitular-se *Barão de Itararé*. Que a História se repete, sabemos todos.

<sup>2</sup> O Presidente General Ernesto Geisel, então Comandante Militar do Planalto, critica Cordeiro por ter ficado *remanecheando*, em lugar de assumir o comando do III Exército em Curitiba, já que não podia fazê-lo em Porto Alegre. Mas reconhece que *não havia muita coesão da nossa parte, nem uma ação forte para impedir a posse de Jango*. Ernesto Geisel - Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1997.



ções, quando todos em torno se exasperavam. Desse atributo, por ele provado no combate e em muitas crises, muito se orgulhava. Sabia, também, ocultar idéias. No seu *Diálogo*,<sup>3</sup> dá repetidas provas dessa capacidade, invejável no exercício de muitas atividades e não apenas da política. Sob esse aspecto, o gaúcho de Jaguarão tinha um traço de missioneiro,<sup>4</sup> que há-de ter refinado no trato repetido com Getúlio, o conterrâneo de São Borja, de quem se fez amigo.

A família de Cordeiro era de classe média, e seu pai, Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias, mantinha relações com personalidades de destaque. Fora ajudante-de-ordens do Marechal Floriano Peixoto e desfrutara da amizade do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra e depois Presidente da República, e do todo-poderoso Senador gaúcho Pinheiro Machado.<sup>5</sup> Sua esposa, nascida Corina Padilha, pertencia a família influente do Estado do Rio, de onde era Nilo Peçanha Presidente da República (1909-10) e mais tarde candidato a Presidente em oposição a Artur Bernardes (1922-26).

Muito bem posicionado na sociedade da década de 20 e distinguindo-se como aluno do Colégio Militar e da Escola Militar, o simpático Tenente Cordeiro de Farias tinha boas perspectivas de carreira no Exército. Deixou-as de lado, decidiu-

se pela vida de risco de conspirador e revolucionário. Como os colegas tenentes, acreditava que o Brasil precisava ser salvo de governos que o infelicitavam. Para isso haveria que recorrer à violência armada, e cabia-lhes utilizá-la.

Uma fotografia da família Cordeiro de Farias tirada por ocasião das bodas de prata de seu chefe, o Coronel Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias, mostra que, dentre as sete figuras masculinas, quatro vestem uniforme, e dentre estas está Oswaldo, com a sua vistosa farda de aluno do Colégio Militar. *Fui militar por vocação, diria o General, e não para buscar segurança econômica, como foi o caso de Juarez e de João Alberto, que abandonaram um curso de engenharia para entrar para o Exército*, acrescenta.

O uniforme, Cordeiro de Farias só viria a despir em 1965, quando, general-de-exército, passou para a reserva. *Tudo o que fui e o que sou devo ao Exército*, disse aquele que, aos 42 anos, foi o seu general mais jovem, no período republicano, e como general permaneceu 23 anos. General também foi seu irmão mais velho, Gustavo, morto ainda moço, que dá o nome ao Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, gráfica do nosso Exército.

Fausto, no diálogo com Wagner, recusa o conselho para enfrentar aflições, partido de quem somente uma tem e não

<sup>3</sup> CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de - *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias* - Prefácio de Carlos Castello Branco - Introdução de Aspásia Camargo; *Programa de História Oral do CPDOC* - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, da Fundação Getúlio Vargas - Editora Nova Fronteira - Rio de Janeiro, 1981.

<sup>4</sup> Missioneiro: Oriundo da região de missões do Rio Grande, onde se situa São Borja, terra de Getúlio. Diz-se do político, introvertido, de pouca fala, dissimulado, contrastando com o estereótipo do gaúcho da campanha, aberto, falador, inclinado aos gestos largos.

<sup>5</sup> José Gomes Pinheiro Machado, político gaúcho, bravo combatente da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista de 1893, General Honorário do Exército. Apoiou a candidatura do Marechal Hermes, e sua força política e fama foram grandes e duradouras, até a morte, apunhalado, no Rio. Gozar das relações de Pinheiro Machado era prova de prestígio.

procura outras desvendar, e lamenta: *Ai, duas almas em meu peito habitam*. No peito de Cordeiro conviviam duas almas, a do soldado, que ele preferia e exaltava, e a do político, volta e meia a chamá-lo para algum cometimento, e da qual não conseguia apartar-se. Era um convívio conflitivo, sofrido e entrevisto na afirmação, constante, de ser acima de tudo soldado. Subjacente nela está a idéia de que as duas condições são antagônicas, que convivem mal quando reunidas na mesma pessoa – o que quase sempre será verdadeiro... Verdadeira, sem dúvida, é a suspicácia com que colegas e subordinados vêem as constantes e bem-sucedidas incursões do militar pela atividade política. Em casos extremos, a suspicácia chega à rejeição. Decorrem daí as reiteradas profissões de fé militar desses *anfíbios*, na tentativa de compensar o grau de insegurança que os aflige, por se saberem portadores de atributos, os quais, secretamente, admitem conviverem mal.

Reiteradas profissões de fé faz o General ao longo da vida. Queixa-se dos camaradas que não o tinham como um deles: *Muitos militares consideravam-me um animal excessivamente político e tinham em relação a mim, por assim dizer, uma atitude esquiva*. A atitude era mais que esquiva, ia até a hostilidade, como foi o caso do General Costa e Silva. A propósito da sua passagem para a reserva, como Marechal, em carta dirigida a Costa e Silva, na época Ministro da Guerra do Presidente Castello Branco, Cordeiro escreve: *Nas nossas contendas cívicas, na guerra e por vezes em funções civis, procurei ser*

*sempre autenticamente militar...* Em depoimentos dos quais resultou o livro de Aspásia Camargo e Walder de Góes, as afirmações nesse sentido se repetem. Mas não tinham eco no meio militar, como ele mesmo reconhecia. A angústia faustiana de Cordeiro o acompanharia até o fim da carreira militar, prolongando-se para além dela.

## A REPÚBLICA VELHA

A vida de Cordeiro de Farias nos leva a uma época distante, ao Brasil em que ele exercitou faculdades e fez coisas impensáveis para um oficial dos nossos dias. Relembrar esse Brasil, ainda que superficialmente, é essencial para um começo de entendimento da rica e agitada existência do General.

Quando os jovens oficiais das turmas do fim da década de 10 e início da de 20, da Escola Militar do Realengo, atingiram o posto de tenente, a República estava nos seus 30 anos e no seu 11º Presidente, o paraibano Epitácio Pessoa (1919-22). Já na sua pouca idade, o regime mostrava mazelas dolorosas, herdadas do Império, é certo, mas consideravelmente acrescidas, ao invés de extirpadas, como queriam os republicanos. Estava longe de ser a *República dos nossos sonhos*, segundo expressão irônica.

Com o Presidente Campos Salles<sup>6</sup> iniciara-se a *política do café com leite*, a alternância de presidentes mineiros e paulistas. Coexistiu com ela a *política dos governadores*, o conluio dos presidentes dos estados (como então se chamavam os

<sup>6</sup> Campos Salles, Manuel Ferraz de – 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902 – paulista, 4º presidente do Brasil.

hoje governadores) com o Presidente da República, para que este apoiasse os candidatos oficiais à sucessão estadual, em troca de apoio para eleger o Presidente no plano nacional. As eleições eram escandalosamente fraudadas, e o voto de defuntos não era a maior dessas fraudes.<sup>7</sup> Some-se a isso a *eleição a bico-de-pena*, como se chamava a falsificação das atas, e o instituto do *reconhecimento*, a prática da *degola*, segundo a qual um candidato eleito podia ser *legalmente* espoliado, pois a validade da sua eleição era sumariamente decidida por um colegiado escolhido a dedo pela situação. Uma engenhosa panóplia de expedientes assegurava a permanência das oligarquias, dos *coronéis*, chefes políticos do interior que tomavam emprestado o posto da Guarda Nacional. Extensiva, intocável estava a corrupção, coroando os vícios da *velha república*, a *república dos carcomidos*, como diziam os revolucionários de 1930. Dentre os brasileiros ativamente inconformados com essas práticas democráticas estavam muitos oficiais do Exército, especialmente os jovens, os tenentes.

Quem foi aspirante da Escola Militar do Realengo, com suas edificações modestas e pobre de meios materiais para o ensino, lembra-se do deslumbramento experimentado ao visitar pela primeira vez, em Resende, a Academia Militar das Agu-

lhas Negras, com a imponente face de *campus* de universidade americana. Para o General Cordeiro e os de sua geração, o contraste terá sido bem maior, pois o Realengo onde se formaram ainda não havia sofrido as grandes transformações conduzidas pela chamada *Missão Indígena*,<sup>8</sup> em 1919, e pelo extraordinário reformador, General José Pessoa, seu Comandante entre 1931 e 1934. O Realengo de antes da *Missão* foi duramente definido por um seu ex-aluno e ex-Comandante da AMAN General Punaro Bley como *um ajuntamento de jovens entregues aos seus próprios instintos, sem qualquer orientação educacional, disciplinar, moral, e mesmo militar*.<sup>9</sup>

A turma de Cordeiro recebeu a estrela de Aspirante de Artilharia na Escola Militar do Realengo em dezembro de 1919 e, com ele, o Aspirante de Engenharia Juarez Távora. João Alberto é da turma de 1922.

A *Missão Indígena* assumira as funções de instrutor em janeiro. Cordeiro não se detém no impacto sofrido por sua *alma mater* com a chegada da *Missão*, que foi muito grande, preferindo assinalar ter sido a sua turma *a primeira que teve formação verdadeiramente militar*, deixando os cadetes de ser apenas *peritos em cálculo integral, física e descritiva, sem nenhuma instrução militar sistemática*.

<sup>7</sup> A literatura de ficção do início do século XX ilustra essas práticas. Valentim, pai de um jovem que vai tentar a vida no Rio, pede ao coronel local uma carta de recomendação a um certo Deputado Castro. Ele responde: *Você tem direito, seu Valentim... É... você trabalhou pelo Castro... aqui para nós, se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos e a você, que desenterrou alguns*. Lima Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), Editora Ática, São Paulo, 1984.

<sup>8</sup> *Missão Indígena*: Cognome dado a grupo de oficiais, alguns deles com estágio no prestigioso Exército da Alemanha Imperial, que, a partir do início de 1919, foram nomeados instrutores da Escola Militar do Realengo, após seleção em concurso. *Instrutores e educadores*, dizia o ato de nomeação, indicando as carências observadas nos cadetes.

<sup>9</sup> CASTRO, Celso - *O Espírito Militar - Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras* - Jorge Zahar Editores - Rio de Janeiro, 1990.

Em 10 de outubro de 1913, os *jovens turcos* publicaram o primeiro número de *A Defesa Nacional*, revista fundada como cooperativa e inspirada na *Militär Wochenblatt*. O impulso reformador e os artigos publicados em *A Defesa Nacional* deram grande prestígio aos membros da *Missão Indígena*,<sup>10</sup> trazendo-lhe como contrapartida algumas compreensíveis atribuições. Logo após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, chegara ao Brasil a Missão Militar Francesa que, de início, não chegou até a Escola Militar, mas revolucionou a instrução dos oficiais de Estado-Maior e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

No relativo ao reequipamento, o Exército, ao chegar à década de 20, elaborou diversos planos de modernização, particularmente sob a direção do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra e depois Presidente da República.

Mil novecentos e dezenove foi o ano da posse do Presidente Epitácio Pessoa<sup>11</sup> e dos dois civis que trouxe para as pastas militares, Raul Soares, para a Marinha, e Pandiá Calógeras, para a pasta da Guerra. O engenheiro e escritor Calógeras reunia poderoso intelecto, ampla cultura e capacidade de realização. Os artigos e livros do engenheiro testemunham raro conhecimento de questões conceituais e estruturais das duas Forças Armadas.<sup>12</sup> Conhecimento que foi aperfeiçoado ao longo de relações com o General Maurice Gamelin, o primeiro che-

fe da Missão Militar Francesa contratada pelo Brasil. Calógeras realizou obra que o situa dentre os mais competentes ministros que teve o Exército.

O Tenente Cordeiro de Farias, do grupo de artilharia de São Cristóvão, gozou do privilégio de conviver com o Ministro, nos passeios a cavalo que faziam pela Quinta da Boa Vista. No seu *Diálogo*, o General refere-se a esse convívio e fala da validade e da extrema riqueza da idéia de nomear civis os ministros militares, transferindo-se os assuntos militares propriamente ditos para o Estado-Maior.

As realizações a favor do aumento de oportunidades para o exercício da profissão, grandes que foram, não bastaram para polarizar a atenção e absorver a energia de parte ponderável e brilhante da *oficialidade jovem*, expressão que vamos reencontrar em praticamente todos os movimentos político-militares desde a Proclamação da República até a Revolução de 1964. A *oficialidade jovem*, na década de 1920, em associação com políticos, colocou-se à testa das insurreições armadas de 1922, 1924, 1925 e desempenhou papel decisivo na Revolução de 1930.

O período de 1922 a 1930, ano da Revolução liderada por Getúlio Vargas, foi ao mesmo tempo de ebulição política e de transformações no Exército. Jeovah Motta<sup>13</sup> assinala, nesse período, a divisão da oficialidade entre duas tendências. De um lado, os

<sup>10</sup> Os oficiais que haviam estagiado na Alemanha regressaram ao Brasil animados de fortes idéias reformistas e dispostos a colocá-las em prática. Foram por isso chamados os *jovens turcos*, por analogia com reformistas do Império Otomano, de 1895. Eles fundariam *A Defesa Nacional*, em 1913, e em 1917 constituiriam o núcleo da *Missão Indígena*.

<sup>11</sup> PESSOA, Epitácio da Silva, Presidente, 28 de setembro de 1919 a 15 de novembro de 1922.

<sup>12</sup> CALÓGERAS, J. Pandiá: Ver a extensa lista de obras constante de *Formação Histórica do Brasil*, Bibliex, 1957, dentre elas: *Problemas de Governo*, São Paulo, 1936, e *Problemas de Administração*, São Paulo, 1938.

<sup>13</sup> MOTTA, Jeovah - *Formação do Oficial do Exército* - Bibliex - Rio de Janeiro, 1998 - p. 223, 224.



que se concentravam na atividade profissional e preconizavam para o Exército a postura de *grande mudo, la grande muette*, como o Exército francês. De outro, *os cruzados das reformas*, engajados politicamente e, *ipso facto*, revolucionários. Os tenentes formavam dentre estes, e os oficiais mais antigos, dentre os profissionais. Não seria a primeira nem a última vez que oficiais idealistas e corajosos se proporiam a salvar o Brasil, em lugar de procurarem melhorar a sua força. Até porque acreditavam que uma coisa não podia ser feita sem a outra, e a salvação do Brasil vinha em primeiro lugar.

A linha de clivagem entre essas duas tendências estava longe de ser nítida ou fixa. O Coronel J.F. Maya Pedrosa, em obra antológica de história recente do Exército,<sup>14</sup> aponta a contradição dos *jovens turcos* de *A Defesa Nacional*, ao defenderem apaixonadamente a profissionalização e, ao mesmo tempo, pregarem a intervenção militar para salvar o país da anarquia. Já o editorial do primeiro número da revista, de 10 de outubro de 1913, preconiza que o Exército *vá além de seus deveres profissionais para tornar-se em dados momentos fator decisivo de transformação política ou de estabilização social*. Assim confluíam em *A Defesa Nacional* a tese do profissionalismo pregado pelos *jovens turcos* e sua antítese, que foram as revoltas tenentistas.

## LEVANTES DA DÉCADA DE 1920

Em 5 de julho de 1922, ocorreram no Rio o levante da Escola Militar e o épico

episódio dos 18 do Forte de Copacabana. Fracassado o levante, o Comandante da Escola foi substituído e a maior parte dos alunos, desligada. A *Missão Indígena* desapareceu. Diz-se ter ela, com seu rigor prussiano, contribuído para a revolta dos cadetes.<sup>15</sup> Por outro lado, ela foi vítima da desastrosa incursão dos cadetes na política.

O Tenente de Artilharia Oswaldo Cordeiro de Farias fizera o curso de Observador Aéreo e servia na Escola de Aviação Militar, do Exército, no Campo dos Afonsos. Comprometido com a revolta, esteve preso seis meses, primeiro na Fortaleza de São João, na Urca, e depois na de Santa Cruz, do outro lado da Guanabara, juntamente com dezenas de camaradas. Assim, aos 21 anos, fazia o curso básico de conspirador e revolucionário; o de aperfeiçoamento, faria no Rio Grande do Sul, transferido de uma guarnição para outra: Santa Maria, Porto Alegre, Rio Pardo, São Gabriel.

Em 1924, estoura em São Paulo o *segundo 5 julho*, e revoltas eclodem nas guarnições de São Borja, São Leopoldo, Cachoeira do Sul e São Luiz Gonzaga, onde Cordeiro se reuniu com os camaradas João Alberto e Siqueira Campos e com o Capitão Luís Carlos Prestes. Decidiram manter a barba crescida *para que, disfarçada a nossa juventude, pudéssemos inspirar à tropa mais respeito*. O Tenente João Alberto Lins e Barros, Comandante do 1º Destacamento da Coluna, descreve Cordeiro: *Era simpático, de trato afável, moreno, estatura mediana, com os cabe-*

<sup>14</sup> MAYA PEDROSA, J.F. - *A Grande Barreira - Os Militares e a Esquerda Radical no Brasil (1930-68)* - Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1968.

<sup>15</sup> MOTTA, Jeovah, obra citada, p. 264.

*los já escassos, apesar de moço. O caçula dos chefes.* Na travessia do Rio Pardo, próximo a Porto Feliz, o Tenente Portela morre em combate e Cordeiro o substitui no Comando do 4º Destacamento. E marcha com uma coluna que se vai unir aos revoltosos de São Paulo, comandados pelo General Miguel Costa, constituindo a Divisão Revolucionária.

O livro de João Alberto, *A Marcha da Coluna*,<sup>16</sup> dá uma idéia do extraordinário feito representado pelo exercício do comando de destacamento de uma tropa heterogênea, que percorreu 20.000km do território brasileiro, durante quatro anos e meio, terminando por exilar-se na Bolívia, em ordem, em 1927. No dizer do escritor austríaco Paul Frischauer, autor de uma biografia de Getúlio, *a Coluna Miguel Costa-Prestes demonstra a superioridade das aventuras reais sobre as aventuras de ficção.*

A marcha pelo interior brasileiro, do Rio Grande do Sul ao Ceará, deu uma visão da pobreza e dos gigantescos problemas do interior brasileiro, solidificando os ideais revolucionários dos integrantes da Coluna. Metabolizada pelas leituras feitas no exílio, essa visão fez do Capitão Luís Carlos Prestes o líder do Partido Comunista Brasileiro. Cordeiro e os outros tenentes não se interessaram pela literatura posta nas mãos de Prestes pelos comunistas brasileiros e argentinos. Pelo contrário, fizeram-se combatentes contra o comunismo nas suas tentativas de implantar-se no Brasil, desde a Intentona de 1935 até a Revolução de 1964.

O Presidente Castello Branco haveria de lembrar-se da experiência do tenen-

te de 1925, ao confiar ao General-de-Exército de 1965 a organização do MECOR - o Ministério Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais (depois Ministério do Interior, hoje Ministério da Integração Nacional), nomeando-o para organizá-lo e ser seu primeiro titular.

## INTERVENTOR

Vitoriosa a Revolução de 30, os tenentes se transformaram em heróis nacionais e, em menos de um ano, grande número deles havia sido nomeado interventor nos estados. O espírito popular comentou bem-humoradamente as nomeações. Na letra de uma marchinha de Carnaval, composta em exaltação da mulata, o compositor comemorava: *Fui nomeado seu tenente interventor!*

Em Minas Gerais, o governador participara da Revolução, e assim o estado formou dentre os que não tiveram seu tenente interventor. Cordeiro teria de esperar a sua oportunidade, embora intensa tivesse sido sua participação política no levante em Belo Horizonte. Voltou ao Exército, foi promovido sucessivamente a Capitão e a Major, e nomeado Comandante de um grupo de artilharia em São Paulo, de onde o tirou Getúlio para fazê-lo Chefe de Polícia desse estado.

Em julho de 1932, o Major Cordeiro serve no Gabinete do Ministro do Exército. Eclode a Revolução Constitucionalista de São Paulo, e o Ministro lhe dá ordem de seguir para o Paraná e assumir a chefia do Estado-Maior da Região, cujo Comandante não merecia confiança. *Não posso,*

<sup>16</sup> BARROS, João Alberto Lins e, *A Marcha da Coluna* - Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1977.

*não tenho nenhum curso de aperfeiçoamento*, respondeu, mostrando o quanto vale o diploma, também, no Exército. E vale, também, o jeitinho. Seguiu como Delegado do Ministro, e quem não podia ser Chefe de Estado-Maior requisitou um batalhão de infantaria, um regimento de cavalaria e um grupo de artilharia e formou um destacamento. No comando deste, atacou e tomou Itararé e Buri. Fez alarde da vitória, levando os revoltosos a desertar para o lado do governo. É promovido a tenente-coronel e faz os cursos que lhe faltam, da EsAO e da Escola de Estado-Maior do Exército, onde pontificavam os instrutores da Missão Militar Francesa. Desta última sai classificado em primeiro lugar e com Menção Honrosa. Além da Menção, que avaliações teriam feito os oficiais franceses sobre o jovem diplomado?

Ainda aluno da Escola de Estado-Maior, Cordeiro participa do combate contra os revoltosos do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, por ocasião da Intentona Comunista de 1935.

Sete anos depois de haver articulado a Revolução de 30 em Belo Horizonte, chegou para o Tenente-Coronel Cordeiro a oportunidade de pôr à prova seus talentos de político e de administrador. Em agosto de 1937, o General Daltro Filho é nomeado Comandante da 3ª Região Militar, no Rio Grande do Sul, e o leva como Chefe de Estado-Maior, dando-lhe poderes para escolher seus oficiais. Em outubro, o Presidente Getúlio Vargas requisita a Brigada Militar, o Governador Flores da Cunha renuncia e exila-se no Uruguai. O General Daltro é nomeado Interventor no estado, cumulativamente com o Coman-

do da região, que passou a ser exercido de fato pelo seu Chefe de Estado-Maior.

Em 10 de novembro, ocorre o golpe de 1937. Getúlio fecha o Congresso, outorga Constituição e institui o Estado Novo. O Presidente da Câmara de Deputados, Pedro Aleixo, o mesmo que, como Vice-Presidente, em 1967, discordaria do AI-5, foi um dos raros a protestar. Mas Getúlio tinha enorme apoio político e popular, e o Estado Novo foi aceito pela virtual unanimidade dos brasileiros. Em dezembro de 1937, Cordeiro é promovido a Coronel. A doença de Daltro Filho se agrava, e seu Chefe de Estado-Maior passa a desempenhar, também, tarefas da Interventoria. Em janeiro de 1938, morre o General Daltro Filho.

Getúlio já tinha, *debaixo do poncho*, substituto para o Interventor, e firmar a escolha o não demandou mais que uma entrevista, realizada enquanto ainda vivo o General Daltro. Durante ela, o político missioneiro, com um currículo de deputado estadual, deputado federal, Ministro das Finanças, líder da bancada rio-grandense na Câmara e governador do estado, pediu ao seu coronel-em-chefe de Estado-Maior da Região que lhe falasse sobre a situação política do Rio Grande. Questão única da prova oral de um vestibular, era claro.

Para apaziguar o bairrismo rio-grandense, Getúlio, pouco tempo antes, fizera um discurso lembrando que, se um gaúcho podia governar o Brasil, por que um baiano, no caso, o General Daltro, não poderia governar o Rio Grande? Cordeiro conhecia o discurso, mas, ao traçar o perfil do futuro interventor, opinou que ele deveria ser rio-grandense. No decorrer da conversa, Getúlio ficou agradavelmente surpreendido ao sabê-lo de Jaguarão,

cidade da fronteira com o Uruguai. Mas era gaúcho por obra do acaso, acrescento. Nasceu naquela cidade, em 1901, quando o pai, pernambucano, fora subcomandante de um batalhão.

Com a nomeação de Cordeiro de Farias, em março de 1938, o ditador, competente avaliador de talentos, entregava ao Coronel de 37 anos o governo do estado natal de ambos, um estado altamente politizado, de gente brava e irrequieta. Ali o promoveu a General-de-Brigada, conservando-o por mais quatro anos na Interventoria até setembro de 1943. Cordeiro deixou o cargo porque quis, conta.

Governar na época do Estado Novo, como Interventor, era tarefa bem mais simples que a enfrentada pelos governadores em regime democrático, sujeitos a pressões de todos os lados, a imprensa a vigiá-los de olhos bem abertos. Cordeiro saiu-se bem como interventor, assim como deu bom desempenho ao cargo de governador de Pernambuco, para o qual viria a ser eleito anos mais tarde.

A cordialidade de temperamento e a habilidade política permitiram ao General fazer uso moderado do vasto arsenal coercitivo com que a ditadura de Getúlio armava os governantes. Cordeiro conta haver recebido uma espada de ouro dos sindicatos de trabalhadores gaúchos. Não se deu conta de ter sido um precursor do General Teixeira Lott, muito criticado por ter recebido presente semelhante quando Ministro da Guerra do Presidente Juscelino Kubitschek e candidato oficial para sucedê-lo.

O Interventor Cordeiro de Farias realizou muito no estado. O seu Chefe de Polícia documentou em livro<sup>17</sup> a vigorosa campanha contra as atividades dos nazistas entre os colonos de origem alemã no Rio Grande do Sul. Cordeiro defende Getúlio das acusações de germanófilo, ao dizer não ter ele se oposto à sua atuação contra o nazismo no estado. O mesmo não faz em relação a outras autoridades.

## FEB

Em janeiro de 1942, ainda Interventor, Cordeiro tornou-se o mais jovem general da História da República. Tinha 42 anos. Meses depois, em agosto, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália. O General telegrafou a Getúlio pedindo exoneração da interventoria e volta ao Exército. Getúlio demorou um ano para atendê-lo. Insistiu no pedido de ir para a guerra e, pouco depois, Getúlio, durante uma conversa, fez-lhe o convite formal para integrar a FEB.

O longo afastamento do Exército durante a interventoria não seria esquecido por colegas seus de FEB. Um deles registra a *inegável afinidade que o General Comandante da FEB nutria pelo General Cordeiro*, para em outras passagens criticá-lo. Tocando num nervo sensível do General, diz que *ele era afastado das decisões no campo de batalha como medida de prudência... pois estivera sete anos longe das lides militares, como interventor no Rio Grande do Sul*.<sup>18</sup> Dois anos e meio eram

<sup>17</sup> PY, Aurélio da Silva, Coronel - *A 5ª Coluna no Brasil - A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul* - Livraria do Globo, Porto Alegre, 1943.

<sup>18</sup> BRAYNER, Floriano de Lima, Marechal - *A Verdade sobre a FEB - Memórias de um Chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália - 1945*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.



assim acrescidos ao tempo fora do Exército do Comandante da AD/ 1ª DIE – a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Note-se ter sido por iniciativa do Presidente Castello Branco que foi aprovada legislação eliminando a possibilidade de militares fazerem carreira fora de sua Força Armada, o que antes ocorria com indesejável frequência.

Cordeiro lamentou não ter sido ouvido sobre sua experiência de Comandante da AD da FEB. Passou-lhe despercebido que, ainda na Itália, ou no Brasil, como Chefe do EMFA, teve oportunidades para promover a tomada de depoimentos sobre a FEB.

Na Fundação Getúlio Vargas, falou extensa e livremente sobre o que fez e o que viu fazer, não apenas na sua AD como na FEB. Apresenta a sua verdade, não se eximindo de abordar as relações conflitivas entre personalidades do governo de Getúlio Vargas e da Força Expedicionária, entre oficiais do Estado-Maior da própria força e entre esta e os comandos americanos. Algo, aliás, que já haviam feito outros autores.

O Programa de História Oral do Exército, implantado em 2000, colhe depoimentos de participantes da FEB e da Revolução de 64, no Rio e em outras capitais.<sup>19</sup> O resultados, após processamento, serão colocados ao alcance do público.

## A SORBONNE

Sorbonne era como chamavam a ESG – a Escola Superior de Guerra, com boa dose

de malícia e, não raro, de pouco caso. Este era o tom dos articuladores da candidatura a Presidente do General Costa e Silva.

O processo de designação do criador e primeiro Comandante da ESG, General Cordeiro de Farias, foi *sui generis*. Contou-o a Cordeiro o Chefe do EMFA, General César Obino, o voto secreto de todos os colegas daquele Estado-Maior. Nesse colégio eleitoral destacavam-se os amigos coronéis Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora, Bizarria Mamede e os irmãos Orlando e Ernesto Geisel. Cordeiro criticamente comenta: *Deve ter sido uma manobra política para indicar o meu nome.*<sup>20</sup> Manobra originada dentro do *colégio eleitoral*, ou vinda de fora dele?

Ao ser criada, em 1949, inspirada no *National War College* e no *Industrial War College*, a ESG destinava-se a ministrar um curso de alto comando para oficiais das três forças armadas. Três assessores, um oficial do Exército, outro da Marinha e outro da Força Aérea dos Estados Unidos, tentaram convencer, em vão, o General Cordeiro de Farias para que seguisse o modelo americano. Cordeiro resistiu a essas pressões e organizou uma escola que abrigaria civis e militares, voltada para o estudo dos grandes problemas do país. Ao fazê-lo, deflagraria o processo de elaboração da muito falada doutrina de segurança nacional. A doutrina da ESG é criticada por muitos, a começar pelos que não a conhecem. O fato, facilmente constatável, é que ela nasceu sob o signo da evolução,

<sup>19</sup> O Programa de História Oral do Exército, estruturado e conduzido pelo General-de-Brigada Aricildes de Moraes Motta, originou-se de uma coleta de depoimentos de chefes militares, conduzida no Clube Militar na década de 90, e de um anteprojeto de História Oral encaminhado pelo diretor da Biblioteca do Exército aos escalões superiores em 1998.

<sup>20</sup> *Diálogo*, p. 40.

acompanhando as transformações operadas, especialmente aquelas mais profundas, ocorridas nas décadas de 1980 e 1990.

Grandes que são os serviços prestados pela ESG, a orientação que lhe imprimiram Cordeiro e seus sucessores impediu que ela se constituísse no fórum natural de debates para a formulação de políticas e estratégias de defesa. Isso facilitaria o trabalho do Ministério da Defesa, que mais dia menos dia haveria de ser criado. Mas o quadro militar e a prioridade reiterada da manutenção da unidade das Forças Armadas falaram mais alto.

#### GRANDE COMANDO & GOVERNO DE PERNAMBUCO

Getúlio Vargas voltou à Presidência em janeiro de 1951 e, nesse ano, Cordeiro perdeu as eleições no Clube Militar para a chapa nacionalista encabeçada pelo Ministro da Guerra, General Estilac Leal. Em 1952, promovido a General-de-Exército, deixou o Comando da ESG e foi nomeado para um grande comando, a ZMN-Zona Militar Norte. Mas o apelo da política foi irresistível, lançou-se em campanha, foi eleito e, em janeiro de 1955, era Governador de Pernambuco. Cordeiro explica a recaída política como ditada pelo propósito de constituir em Pernambuco um bastião para se opor aos planos continuístas de Getúlio. Mas Getúlio suicidou-se em 24 de agosto de 1954, e esse objetivo desapareceu. O General governou Pernambuco durante quatro anos. Em outubro de 1958, renunciou. O Ministro da Guerra era o Marechal Teixeira Lott, per-

sonalidade antítese da de Cordeiro, embora como ele viesse a sucumbir ao apelo da política. Candidatando-se para suceder o Presidente Juscelino, foi fragorosamente derrotado por Jânio Quadros.

Juscelino, de quem Cordeiro se fizera amigo quando Governador, nomeia-o Presidente da Comissão Militar Brasil-Estados Unidos. O General resume em duas linhas o gosto pela função: *Era uma comissão interessante para mim e para Lott, porque eu não ficaria subordinado ao Ministério da Guerra. A Comissão dependia da Presidência da República.*

#### INTERMEZZO JANISTA

Em fevereiro de 1961, o General Cordeiro deixa a Comissão para assumir a chefia do EMFA, nomeado pelo Presidente Jânio Quadros.

Segundo o General Cordeiro, Chefe do EMFA, a idéia da criação do Ministério da Defesa surge no seu espírito e no do Presidente Jânio Quadros (janeiro/agosto 1961) dentro do espectro muito amplo e ambicioso de radical reformulação das Forças Armadas. Preconizando transformações profundas nas estruturas militares, tais como a eliminação dos ministros de cada uma das Forças, Cordeiro, realista, reconhece que *elas só podem ser feitas no quadro de uma ordem civil*.<sup>21</sup> Note-se que ele fala em 1981, durante um governo de presidente militar, quando conceber reformas tão radicais representava pensar o impensável.

Teria Jânio visto em Cordeiro seu candidato preferido para a pasta da Guerra? Ele acha que sim, mas acredita que sua nomeação teria esbarrado no trabalho da oficialidade interessada na permanência

<sup>21</sup> *Diálogo*, p. 524.

do Marechal Odílio Denys; além do que, acrescenta, *não era querido por determinados grupos que se arvoravam em donos do Ministério*, explica. A verdade talvez fosse que, mesmo um político audacioso como Jânio preferira a segurança inspirada pelo velho soldado Marechal Odílio Denys às incertezas que lhe traria um híbrido militar-político à frente do ministério que, à época, era o mais importante de todos. Admitir essa hipótese seria doloroso para o general. *Apesar de minhas várias passagens por funções políticas civis, eu nasci "milico", sou mesmo militar*, proclama. Tornando ainda mais clara a mágoa com que recebia as restrições de camaradas de farda, complementa: *Se voltasse, não nos tempos de hoje, mas ao Exército antigo, se pudesse nascer de novo, eu seria "milico" de novo, porque tinha e tenho verdadeira paixão por isso*.<sup>22</sup>

A chefia do EMFA durou menos de seis meses, pois Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961. Fato mais notável da Chefia foi Cordeiro haver exercido, cumulativamente com ela, o Comando do III Exército, na crise da renúncia de Jânio, nas condições recordadas no início deste artigo.

## ERRO DE AVALIAÇÃO

Com a emenda parlamentarista e a posse do Presidente João Goulart, a crise político-militar de agosto de 1961 dissolveu-se no ar. Mas suas seqüelas eram visíveis. Dissolveu-se no ar, também – este sem

deixar vestígios –, o comando do III Exército de Cordeiro. A população do Rio Grande do Sul e, ela, a tropa do Exército não apoiava a decisão dos ministros militares de não dar posse a João Goulart. Cordeiro havia feito algumas rápidas incursões de avião a Santa Catarina, mas, em Porto Alegre, controlada pelo Governador Brizola, ele sabia que não poderia descer.

Cordeiro ficou *remancheando*, em lugar de ir para Curitiba e lá assumir o Comando do III Exército, diz o Presidente Geisel, em entrevista de 1964, registrada em livro somente publicado após a sua morte.<sup>23</sup> Mas o irmão, General Orlando Geisel, Chefe de Gabinete do então Ministro da Guerra, não achava isso viável; nem ele nem outros generais, admite Ernesto Geisel, ao comentar: *Não sei o que havia na cabeça do Cordeiro, mas estranhávamos sua inércia*. Mais adiante, acrescenta contraditoriamente: *Ninguém queria ir combater os militares do Sul e dividir ainda mais o Exército*.<sup>24</sup> Aí está a explicação para a *inércia* do bravo soldado e fino político que era o General Cordeiro.

Conspirador em tempo integral, remunerado, eis a situação do General Cordeiro de Farias após a posse do Presidente Jango Goulart.<sup>25</sup>

*A decisão será no Rio*, insistia o Coronel Jayme Portella de Mello, num paciente trabalho de convencimento junto a Cordeiro e a Costa e Silva, separadamente ambos fazendo planos de ir para São Paulo quando eclodisse a Revolução. Portella,<sup>26</sup>

<sup>22</sup> *Diálogo*, p. 519.

<sup>23</sup> Maria Celina d'Araújo e Celso Castro (orgs.) - *Ernesto Geisel* - Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>24</sup> *Ernesto Geisel*, ob. cit.

<sup>25</sup> *Diálogo*, ob. cit. p. 535.

<sup>26</sup> Portella DE MELO, Jayme - *A Revolução e o Governo Costa e Silva* - Guavira Editores Ltda. - Rio, 1979.

subestimado tolamente como oficial de curta inteligência, provou, à saciedade, férrea determinação e fino faro político. Navegou com rara habilidade entre aqueles dois generais, que não se estimavam, para dizer o menos: Cordeiro, o antigo companheiro de conspirações, e Costa e Silva, o chefe hierárquico que, pacientemente, foi trazendo para a Revolução. Este último, legalista, como Castello, juntou-se ao movimento minutos antes da undécima hora, e acabou ficando no Rio. Cordeiro mais tarde reconheceria, relutante: *Se erro houve, foi dos que saíram daqui e não fizeram a ocupação imediata do Rio de Janeiro, após o triunfo do movimento.*<sup>27</sup> Saiu por estar convencido de dever ir para a sua base em São Paulo, explica. Mas a explicação não valoriza o currículo de um político, conspirador e revolucionário do seu *rank*.

O erro de julgamento mostrar-se-ia fatal para Cordeiro. Ao voltar ao Rio, depara-se com Costa e Silva, solidamente sentado na cadeira do Ministro da Guerra, o condestável da Revolução vitoriosa. O título invocado foi o de ser o mais antigo. Observado que o mais antigo não era ele e, sim, Cordeiro, complementou: *O mais antigo em função.* De fato, tinha função burocrática, Chefe do Departamento de Pessoal do Exército, mas Cordeiro não tinha nenhuma, estava no limbo, comenta o General Geisel.<sup>28</sup> A razão do mais forte é sempre a melhor, ensina La Rochefoucault, e esse era o fato.

Suprema afronta, Costa e Silva, membro do Comando Supremo da Re-

volução, oferece a Cordeiro um lugar de embaixador no Oriente Médio. Oferecimento do qual declinou irritado não impediu que se repetisse, já então da parte do Ministro do Exterior, Vasco Leitão da Cunha. Era demasiado, e Cordeiro interpelou Castello, dizendo-lhe que fizesse cessar tais propostas.

O Congresso elege Castello Presidente da República, e este conserva Costa e Silva na pasta da Guerra e não chama Cordeiro para compor o ministério. *Tenho a impressão de que meu nome estava bloqueado*, explica. Defende frouxamente o amigo, acredita ter ele assumido tal compromisso para receber o apoio de todos. E acrescenta, melancólico: *Fizeram a exigência e ele cumpriu.*<sup>29</sup>

Eram dois soldados, mas dois soldados cada um deles jogando seu jogo político, e Cordeiro, que era *do ramo*, não ignorava tal fato da vida. Aliás, num desafo do tipo *sou, mas não sou eu só quem é*, evitou confirmar uma possível candidatura de Castello ao governo do Ceará, ao tempo em que este comandou a 10ª Região Militar, em Fortaleza, e ele Cordeiro comandava a Zona Militar do Norte, em Recife. Mas acrescentou, prudente: *Eu já era íntimo de Castello, mas só em 1964 é que vim a conhecê-lo como um animal político, plenamente político.*<sup>30</sup>

Castello ainda nomearia o chefe e amigo, a quem cerimoniosamente tratava de senhor, ministro para o MECOR, cargo em que ele desenvolveu intensa atividade. Viajando por todo o interior brasileiro, reviu lugares caros para a sua memória de revolucionário da Coluna Prestes. O comando da ESG permitira-lhe sistematizar o conhecimento do Brasil, e o

<sup>27</sup> *Diálogo*, p. 582.

<sup>28</sup> *Ernesto Geisel*, ob. cit. p. 163.

<sup>29</sup> *Diálogo*, p. 585.

<sup>30</sup> *Diálogo*, p. 464.



MECOR dar-lhe-ia oportunidade para aplicá-lo. Mas o Presidente Castello conduzia inflexível a dura tarefa de reconstrução nacional, e de recursos para grandes empreendimentos somente seus sucessores disporiam.

Os que produziram o *Diálogo* referem-se à visão *civilista* da Revolução de 1964 que teria o general, ao dizer que a sua vanguarda foi a opinião pública e, dentro dela, as mulheres. Cordeiro ilustra com exemplos fortes tal assertiva. Haverá revolucionários que a considerarão exagerada, mas os primeiros a discordar dela, ou melhor, a preferirem silenciar sobre ela serão as esquerdas. Segundo a *História politicamente correta*, em 1964 não houve uma revolução, mas um golpe militar. Nisto acreditam, honestamente, os que têm os horizontes de leitura confinados aos textos competentemente patrulhados à disposição do grande público.

Com a autoridade de grande conspirador de 1964, sentencia o General Cordeiro de Farias: *Quem fez a Revolução não fomos nós, foi Jango com sua política, suas atitudes*.<sup>31</sup>

## AFASTAMENTO DA REVOLUÇÃO

O distanciamento de Cordeiro da Revolução não tardaria. Em junho de 1966, Castello vê impotente o amigo Costa e Silva ser sagrado candidato a sucedê-lo. Cordeiro pede demissão do MECOR. Ele e Costa e Silva, apesar de afirmações em contrário, eram inimigos

cordiais. Onde um estivesse, não haveria lugar para o outro.

A saída do ministério marca o início do distanciamento de Cordeiro de Farias da Revolução, ou melhor, do processo revolucionário conduzido por Costa e Silva e por seu sucessor, o General Médici.

A revolução vitoriosa já havia alijado dos esquemas de poder muitos de seus paladinos mais valorosos, como o Governador Magalhães Pinto e o General Mourão Filho, os preparadores e deflagradores do movimento em Minas Gerais. Com a demissão de Cordeiro, afastava um dos revolucionários mais ativos, *revolucionário autêntico*, para usar expressão do gosto do Coronel Jayme Portella, que irritava o Presidente Castello. Mais importante, ainda, punha de lado um homem de pensamento e ação, mestre na arte da conversa política e inclinado à conciliação. No *Diálogo*, ele faz a contabilidade das contribuições para a Revolução e aponta os que nela, tendo investido pouco ou nada, colheram muito, ou tudo. Mais um fato da vida, aos quais já deveria estar acostumado, mas que põem um traço de amargura nos seus juízos.

Provavelmente, numa reação à pouca estima que via em camaradas do Exército, Cordeiro é duro e ácido com eles e injusto na generalização radical. *O Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º*, quando Jango fugiu, fulmina. Mais adiante, concentra fogos: *A cúpula militar, é triste dizer isso, aderiu por força das circunstâncias*.<sup>32</sup> Pouco mais adiante, se contradiz, faz justiça à área onde mais intenso foi seu trabalho, São Paulo: *Nós tínhamos o apoio de dois terços da oficialidade do II Exér-*

<sup>31</sup> *Diálogo*, p. 566, 570.

<sup>32</sup> *Idem*, *ibidem*.

*cito. Refere-se ao Rio, onde diz que muitos poucos oficiais-generais em função de comando se envolveram efetivamente no processo conspiratório. O número de oficiais superiores já era bem maior, mas a grande massa era da oficialidade jovem, tenentes, capitães e majores. Generais e oficiais superiores eram relutantes, enquanto a oficialidade jovem era impetuosa, ardente, determinada a entregar-se à luta. Não teria ocorrido algo não exatamente igual, mas semelhante, nas revoluções de que participou na década de 1920? Sim, mas o que fere o coração do velho lutador são as diferenças entre o seu tempo de tenente e os dias de hoje. Ao falar de sua época, comenta, melancólico: Não que fôssemos melhores. A verdade, porém é que a mentalidade antiga era melhor. Concede ter havido certas melhoras, mas o espírito das pessoas enfraqueceu. O amor à causa, o patriotismo e o desprendimento foram substituídos pelos interesses, e as pessoas têm muito a perder. No meu tempo, não havia nada a perder, e nós nos entregávamos por inteiro a grandes causas,<sup>33</sup> conclui Cordeiro, resvalando para o terreno movediço do meu tempo, no qual todos nós, em algum momento, ainda que somente por breves instantes, nos deixamos submergir.*

Cordeiro, como de resto muitos camaradas do Exército, discordava do emprego das Forças Armadas no combate à subversão, em missões de caráter policial. Também a muitos militares repugnava o pesado ônus imposto pela guerra suja, e não lhes faltavam razões para isso. Como

contra-argumento, diga-se que o engajamento dos militares somente se processou quando o fraco desempenho dos organismos de segurança convencionais permitiu o perigoso crescimento da subversão armada. Os terroristas e guerrilheiros de 1960-70 não eram os tenentes revolucionários e os combatentes da Coluna Miguel-Prestes. Só a competência das três Forças, com a cooperação dos organismos de segurança e civis, evitaria que o Brasil se transformasse em um enorme Vietnã, como preconizavam as esquerdas armadas. Ou que fôssemos hoje uma dividida e asediada Colômbia.

Ao se cogitar da sucessão, o Presidente Castello ainda incluiu o nome de seu Ministro Cordeiro de Farias na lista de possíveis candidatos, ao lado dos tenentes de 22, Generais Juracy Magalhães e Bizarria Mamede. Mas nenhum deles, nem outro nome qualquer teria condições de disputar com o General Costa e Silva as preferências das Forças Armadas, fator decisivo para qualquer candidatura. O Presidente General Geisel reconhece em Cordeiro um candidato em potencial, pessoa ótima, bom companheiro, mas o pessoal no Exército não simpatizava muito com ele... Passou anos envolvido na política... Não era benquisto em certas áreas do Exército...<sup>34</sup>

Apesar da hostilidade de colegas do Exército, o ativista Cordeiro de Farias não se posicionou contra a Revolução. Afastou-se da política, dedicou-se a atividades empresarias no grupo de seu amigo João Santos, de Pernambuco. Atividades novas, absorventes, mas não o suficiente para drenarem suas energias de político e articulador. Em setembro de 1972, a luta das

<sup>33</sup> *Diálogo*, p. 569.

<sup>34</sup> *Ernesto Geisel* - Ob. cit., p. 199.

esquerdas armadas nos seus estertores,<sup>35</sup> dá uma entrevista a *O Estado de S. Paulo*, preconizando para o Presidente Médici um diálogo franco e completo com os políticos. Castello e Costa e Silva haviam tentado isso. Ou porque o fizeram prematuramente, ou porque não o souberam fazer, aquelas tentativas levaram ao AI-1 e ao AI-5. É interessante ler-se o que o comentarista político escreveu a respeito.<sup>36</sup> Cordeiro sabia que radicais do outro lado e não apenas revolucionários trabalhavam para impossibilitar o diálogo. Ainda hoje, o radicalismo continua a permear o que se publica sobre a Revolução de 1964 e os militares.

Durante a abertura *lenta e segura* de que falou o General Golbery do Couto e Silva, Cordeiro circulou com desenvoltura nos acampamentos da oposição, conversando com seus líderes mais enraivecidos. Os dois amigos, parceiros de muitas conspirações, eram militares políticos, tinham semelhantes gosto e talento pela política e, por isso, eram objeto de semelhantes restrições da parte de seus camaradas de farda.

## DIÁLOGO

Juarez Távora publicou memórias, João Alberto escreveu *A Marcha da Colu-*

*na*.<sup>37</sup> Cordeiro de Farias discursou, deu entrevistas e, quando decidiu falar de sua vasta experiência, escolheu o caminho já trilhado por um seu contemporâneo, de presença também marcante na vida nacional, o General Góis Monteiro:<sup>38</sup> o depoimento gravado. Nele queixa-se Cordeiro: *Nunca fui ouvido por qualquer autoridade brasileira sobre a experiência da Coluna Prestes ou mesmo sobre a Segunda Guerra*. Esquece-se de que poderia ter feito isso na Itália, seguindo o exemplo da seção de História existente nos exércitos dos Estados Unidos. Ou no Brasil, quando na chefia do EMFA.

Cordeiro de Farias gravou cerca de 100 horas de entrevistas para o CPDOC - o Centro de Processamento e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. *Complementadas por outras fontes, elas permitiram que fosse escrita e publicada a história oral de seu meio século de combate*,<sup>39</sup> sob a forma de diálogo. O livro será reeditado pela Biblioteca do Exército, no ano do centenário do nascimento do General. O *Diálogo* é amplo, cobrindo a vida do General desde sua adolescência, no início do século passado, até a abertura conduzida pelos dois últimos presidentes militares, General Ernesto Geisel e João Batista de Figueiredo. É, também, aberto, franco, escrito em esti-

<sup>35</sup> Escreve o talentoso comentarista político Carlos Castello Branco, em 1971: *As atividades terroristas, que haviam começado a se expandir em 1969 e alcançado seu climax em 1970, refluiram ante a eficiência demonstrada pelos aparelhos repressivos, que terminou por encontrar os métodos adequados a enfrentar o adversário*. Anuário Delta-Larousse, 1971, p. 29.

<sup>36</sup> Ainda Carlos Castello Branco: *O Governo do General Médici, implantado como desfecho de uma prolongada crise, pretende ter aprendido lições oferecidas pelos episódios de 1968. Entende-se que o Marechal Costa e Silva teve seu governo tumultuado por uma abertura prematura da qual se teria tentado anular, em seus fundamentos, o movimento de março de 1964*. Ob. cit., p. 29.

<sup>37</sup> Lins e Barros, João Alberto - Ob. cit.

<sup>38</sup> COUTINHO, Lourival - *O General Góis Depõe*.

<sup>39</sup> *Diálogo*.



lo direto, mesmo ao tratar de assuntos delicados, como a FEB e a Revolução de 1964. Trata-se de livro de leitura obrigatória para quem queira conhecer a vida do General e a História do Brasil da década de 1920 à de 1970. Ele forneceu a base para este artigo.

## FIM

*Político*, diziam com desdém contemporâneos de Cordeiro – desdém muitas vezes mal escondendo o ressentimento por ser ele um militar político bem-sucedido. Na divisão dos oficiais da década de 1920 – profissionais e cruzados – Cordeiro pertencia a esses últimos, formando dentre os mais destacados. Isso não significa que não tivesse sido profissional competente, aluno distinguido nos cursos que fez e de capacidade provada no combate. O Tenente Cordeiro tinha diante de si carreira tranqüila e brilhante no Exército. Mas pôs tudo em risco, a começar pela vida. Durante meses esteve preso, fugiu, conheceu os rigores do exílio, voltou para suportar anos de fadigas e de perigos em combates pelo interior do Brasil.

Cordeiro foi um dos raros oficiais de sua época a comandar debaixo de fogo, desde Tenente, à testa do 4º Destacamento da Coluna Miguel Costa-Prestes, Capitão, organizando e levando à vitória um outro destacamento em combate contra a Revolução paulista de 1932, na represão à Intentona Comunista de 1935, e

como General, no Comando da Artilharia Divisionária da FEB.

Promoções, cargos, prestígio e honorárias caíram muitos e velozes sobre Cordeiro, sem que os perseguisse. Chegavam-lhe naturalmente, decorrência da inteligência, da capacidade de fazer, do trato cordial, do magnetismo de uma personalidade que se fazia sentir em todos os ambientes em que se encontrava. Getúlio Vargas, o extraordinário político missionário, em curtas entrevistas detectou em Cordeiro o homem para grandes missões. O incorrigível sedutor, já no limiar da deposição, em 1945, ainda tentou cooptar o General que lhe levava o ultimato para que deixasse a presidência.

Nada mais natural que esse homem bafejado pela fortuna despertasse animosidade e inveja. E que se tentasse feri-lo no que ele muito valorizava: a sua condição de militar, de visceralmente *milico*, como queria ser visto. Proclamava essa condição tão repetidamente, que se é levado a pensar ser ele o primeiro a duvidar dela, precisando reafirmá-la a cada momento.

Cordeiro de Farias destaca-se na *espécie* de militares que viveram em um país longínquo, tão distante do Brasil de hoje que aos jovens é difícil compreender que tenha realmente existido. Essa espécie, com seus melancólicos desacertos e portentosos feitos, mas com invariável idealismo, concorreu para nos deixar o legado do Exército brasileiro do nosso tempo. Dele e dos que o construíram sobram-nos motivos para nos orgulhar. ●

## MARCOS DA VIDA DO GENERAL CORDEIRO

DATA	MARCOS	EVENTOS NACIONAIS
1901	16 de agosto, Jaguarão (RS): Nascimento, filho do Coronel Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias (PE) e de Corina Padilha Cordeiro de Farias	Presidente da República Campos Salles (1898-1902) "República do café-com-leite"...
1917	Realengo: matrícula na Escola Militar	Presidente Wenceslau Braz (1914-18).
1919	Realengo: Aspirante-a-Oficial de Artilharia	Ministro da Guerra: Marechal Hermes da Fonseca
1922	5 de julho, 1º Tenente: Escola de Aviação Militar - Observ. Aéreo. Comprometido na conspiração, preso por seis meses na Fortaleza de São João.	Presidente Epitácio Pessoa (1919-22). Ministro Guerra: Eng. Pandiá Calógeras.
1924	Marcha com os revoltosos do PR, ao encontro com os de SP.	Presidente Artur Bernardes (1922-28). Revolta no Rio, 18 do Forte.
1925	Comandante de Destacamento da Coluna.	Revolta em SP e no RS. Coluna Prestes-Miguel Costa parte do RS.
1927	Interna-se na Bolívia.	Presidente Washington Luís (1926-30).
1928	Volta ao Brasil e é preso na Fortaleza São João e Santa Cruz. Solto, conspira.	Interna-se na Bolívia com a Coluna.
1929	Casamento com Avany Barcelos.	A Revolução de 1930 triunfa e Getúlio Vargas assume a
1930	Atua como revolucionário em Belo Horizonte. Capitão aos 29 anos.	Presidência (1930-45).
1931	Major, Chefe de polícia em SP.	General José Pessoa reforma a EM do Realengo.
1932	Comanda destacamento contra SP.	Revolução Constitucionalista em São Paulo.
1933	Tenente-Coronel.	Intentona Comunista.
1935	1º lugar na Escola de Estado-Maior, com Menção Honrosa. Combate contra a Intentona.	
1937	Ch EM da 3ª RM (RS) Coronel aos 36 anos.	Golpe de Estado de Getúlio Vargas: Estado Novo.
1938	Interventor Federal no RS (1938-43)	<i>Putsch</i> Integralista no Rio.
1942	General-de-Brigada aos 42 anos.	
1944	Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª DIE (FEB) (1944-45)	Início da campanha da FEB na Itália.

1945	Leva a Getúlio a intimação para que renuncie.	Vitória dos Aliados contra o Eixo.
1946	General-de-Divisão aos 45 anos: Comandante da 5ª RM.	Presidente General Eurico Gaspar Dutra (1946-51).
1949	ESG: organiza e comanda (1949-52).	Presidente Getúlio Vargas (1951-54).
1952	General-de-Exército aos 50 anos. Deixa o comando da ESG.	Ministros da Guerra: General Estilac Leal, Espírito Santo Cardoso, Zenóbio da Costa.
1953	Comandante da ZMN (Recife).	Presidentes Café Filho (1954-55),
1954	Pernambuco: Governador (1954-58).	Carlos Luz (1955), Nereu Ramos
1954	Presidente da Comissão Militar Mista BR-EUA (1959-61).	(1955-56), Juscelino Kubitschek
1961	Chefe do EMFA.	(1956-61).
	Comandante do III Exército.	Presidente Jânio Quadros (31 de
1964	MECOR: Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (1964-66).	janeiro a 25 agosto de 1961).
1965	Marechal (na Reserva, após 64 anos de serviço).	Renúncia de Jânio. Presidentes
1966	Renuncia ao MECOR.	Ranieri Mazzili (1961), João
	Trabalha no Grupo João Santos.	Goulart (1961-64).
1974	Colabora na articulação da abertura.	Revolução de 31 de Março.
1976	Entrevistas com Aspásia Camargo	Presidente Castello Branco
/80	e Walder de Góes, no Programa História Oral do CPDOC, base do livro <i>Meio Século de Combate. Diálogo com Cordeiro de Farias.</i>	(1964-67).
		General Costa e Silva candidato a presidente.
1981	17 de fevereiro, Rio de Janeiro: Falece aos 80 anos.	Presidente Ernesto Geisel (1973-75).
		Presidente General João Figueiredo: 15 de março de 1979 a 15 de março 1985.

*“O que os sábios fazem no princípio,  
os tolos fazem no fim.”*

*Warren Buffet*

# História Militar: Importância, Natureza, Aplicação e Evolução

*L. P. Macedo Carvalho\**



Aula inaugural do primeiro curso de pós-graduação de especialização *latosensu* realizado na UNIRIO, sob o patrocínio do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército e orientação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 4 de maio do ano 2000. Apresenta uma análise crítica do estudo de História Militar no século XX. Destaca a importância desse estudo, focaliza sua decadência e identifica a reação que vem ocorrendo, a partir das últimas décadas do milênio recém-findo, nas escolas militares e nas universidades do Primeiro Mundo.

**O**s fenômenos guerra e paz são coordenadas da curva da evolução das civilizações. Foi pela guerra que pereceram quase todas as civilizações conhecidas e foi também pelos conflitos bélicos que se projetaram as que passaram à História.

Nos dias atuais de globalização e de fragmentação, de entrecosques de civilizações, mais do que nunca se faz indispensável saber interpretar os sinais característicos da era em que se vive, ser capaz de reconhecer como a história do mundo se desenvolve, e quais são as prováveis tendências futuras da humanidade, e, ao mesmo tempo, identificar o interesse nacio-

nal para definir *o que e como* fazer, ou seja, a política e as estratégias. Aí avulta a importância de se possuir uma visão global da História Militar, para se delinear a ação política a ser desencadeada.

O estudo metódico da História Militar pode proporcionar uma valiosa visão em perspectiva para o exame crítico dos problemas contemporâneos.

A perspectiva histórica conduz ao senso de equilíbrio e encoraja a visão de longo alcance; contribui para a conscientização de que a vida transcorre segundo um processo de mudança contínuo, ajudando, assim, a contrabalançar o excessivo otimismo, ou o excessivo pessimismo, em rela-

\* Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

ção aos acontecimentos correntes. Mais ainda, ajudará a reavaliar os valores utilizados para pesar os feitos, os métodos e as decisões. Protegido do calor e das paixões dos argumentos partidários, pode-se, por exemplo, compreender algumas das vantagens e das dificuldades da subordinação das forças militares a uma direção civil.

O estudo da História contribui, no processo global intelectual, para chegar-se a um julgamento abalizado. Melhor do que testar hipóteses em busca de tendências futuras, a História trabalha com causa e efeito de fatos. Uma atenta leitura da História Militar pode auxiliar o desenvolvimento do que Lidell Hart denominou *abordagem científica*, a despeito de que se questione ser possível aprender estratégia em livros-texto da mesma maneira que se adquirem conhecimentos acadêmicos. Ao longo dos tempos, a evolução da arte militar e das instituições castrenses sempre se fez sentir na vida das civilizações. Apesar de o momento parecer inadequado diante da propalada inutilidade dos exércitos, da generalizada abolição do serviço militar obrigatório e do desaparecimento da noção de pátria - dado a guerra ter sido ilusoriamente proscrita pelos organismos internacionais e a implantação da nova ordem mundial - a História Militar escapou à condenação de limitar-se à história das instituições armadas e da nobre profissão de soldado.

Vale recordar que a Segunda Guerra Mundial causou 41 milhões de mortos, ou seja, da ordem de 2,3% da população mundial de então. Tais cifras mostram-se inferiores aos 11,2% do período de 1914 a 1918 e aos 10% do século XVII, mas devemos considerar haver o efetivo demo-

gráfico do planeta se multiplicado. Precisamos ainda ter em mente que a guerra, nos dias atuais, mata mais civis do que militares. O percentual de civis entre as perdas globais foi de 43% durante a Primeira Guerra Mundial, de 63% na Segunda, de 85% nos conflitos da década de 1980, superando em muito os 30% registrados na Revolução Francesa e nas Guerras Napoleônicas, e, até mesmo, os 75% verificados na Europa nos confrontos armados do século XVIII, sem levar em conta estarem incluídos hoje, entre os combatentes, soldados e guerrilheiros.

Por outro lado, a direção suprema da guerra passou das mãos dos chefes militares para as dos líderes políticos.

Tornando-se a segurança de cada país responsabilidade do cidadão, o preparo e a mobilização do Poder Nacional impõem o esforço conjunto de todas as formas de expressão de poder - econômico, científico-tecnológico, militar, político e psicosocial. A História Militar, ao contrário do que muitos pensam, não é domínio exclusivo dos militares.

A História Militar não mais deve ser confundida com história dos militares nem com a mera história das batalhas. Hoje, ganhou nova dimensão, ampliando seu restrito campo de investigação de ontem. Múltiplos pontos em comum são encontrados com a História Geral e outros ramos do conhecimento.

Vale salientar que o estudo de História Militar envolve mais do que meramente testemunhos operacionais. Compreende também o estudo de aspectos institucionais do estamento militar e das relações entre civis e soldados, na paz e na guerra, do sistema militar forjado pela so-



cidade e as opções estratégicas e táticas adotadas em operações.

Em suma, o estudo de História Militar apresenta tanto valor educacional como utilitário. Permite apreciar a guerra como um todo e relacionar suas atividades em períodos de paz, dos quais irrompe e aos quais, inevitavelmente, retorna.

A História Militar também ajuda a desenvolver um modo de pensar profissional, ou seja, uma atitude mental. No campo da liderança, mostra a grande importância do caráter e da integridade. Estudada em profundidade, a História Militar permite ver a guerra, segundo a decantada expressão de Clausewitz, *como um camaleão, um fenômeno que alimenta e suga a sociedade que a provoca*.

Assim, a História Militar assumiu maior importância, viu-se inseparável do contexto histórico dos povos, ultrapassou os umbrais dos estabelecimentos de ensino militar, penetrou nas universidades dos países desenvolvidos e despertou o interesse tanto dos meios acadêmicos quanto das classes armadas.

Ao longo dos tempos, a História Militar teve altos e baixos e desempenhou importante papel na formação de chefes militares e de líderes políticos.

No período entre as duas guerras mundiais, ocupou lugar de relevo nos currículos dos principais estabelecimentos de ensino militar como um simples prolongamento da história política, em res-

posta à definição que Clausewitz deu à guerra. Daí resultou um certo enclausuramento do seu estudo.

Após a Primeira Guerra Mundial, nos trabalhos universitários, o estudo da guerra ficou restrito, durante muito tempo, ao domínio da História Geral. A História Militar orientou-se para o lado técnico, ficando restrita quase exclusivamente aos historiadores militares.

No início do século XX, a opinião pública mostrava-se desinteressada pela História

Militar, exceto na Alemanha, vitoriosa em 1870, e na França, animada por um espírito revanchista.

Apesar de a Primeira Guerra Mundial ter suscitado a publicação de inúmeras obras – biografias, memórias e estudos de inegável valor –, as pesquisas em História Militar nas universidades foram raras, arrimadas por certa repulsão ao holocausto de 1914-18, dando margem ao conseqüente surgimento do um espírito antimilitarista ou pacifista, sendo o estudo da guerra quase banido dos programas universitários.

Dessa forma, em 1940, a França se preparou para a guerra que passara e não para a futura conflagração mundial. Acusa-se injustamente a História Militar de ser responsável pelos erros cometidos, sem levar-se em conta que o curso de História Militar da famosa *École Supérieure de Guerre* de Paris havia sido extinto.

Aqui entre nós, embora já constasse dos currículos da Academia Militar na

***A História Militar não  
mais deve ser confundida com  
história dos militares nem com  
a mera história das batalhas.  
Hoje, ganhou nova dimensão,  
ampliando seu restrito campo  
de investigação de ontem.  
Múltiplos pontos em comum  
são encontrados com a História  
Geral e outros ramos  
do conhecimento.***

primeira metade do século XIX (1842), o interesse pelo estudo da História Militar só foi despertado com o advento da Missão Militar Francesa, após a Primeira Guerra Mundial.

Nos anos posteriores ao conflito de 1939-45, a matéria não recebeu tratamento igual em toda parte.

Na União Soviética e nos países do Leste Europeu, o estudo de História Militar foi estimulado como meio de propaganda. Nos países anglo-saxônicos, diante da desmoralização e das campanhas contra o serviço militar obrigatório, os interesses se concentraram nos efeitos da guerra sobre as populações. Apenas a Sociologia e a Psicologia deram mais atenção ao fenômeno guerra, aparecendo a figura de Janowitz, nos Estados Unidos, e Gaston Bouthoul, na França.

Após 1917, a guerra tomou outra feição, sob a influência de Lenin, Mao Tsé-tung e Che Guevara, não fazendo distinção entre civis e militares ou entre tempo de guerra e de paz, enfatizando a subversão, a resistência e o terrorismo. Tal transformação levou os pensadores militares a se interessarem pelo estudo de uma nova modalidade de guerra, a guerra revolucionária, em seus aspectos sociais, morais estruturais e não conjunturais.

Não obstante, de maneira geral, a História Militar não recebeu a merecida atenção. E isso deveu-se, em parte, à explosão das informações nas múltiplas áreas de conhecimento, que compeliu os militares a dominá-las e, por outro lado, ao predomínio da especialização sobre a generalização, resultante do avanço desenfreado da ciência e da tecnologia, fatores determinantes da revisão dos currículos

escolares. Ademais, o estudo das experiências passadas tornou-se irrelevante. Nas academias e institutos de altos estudos militares, o ensino e a aprendizagem da História Militar ficaram limitados a apresentações de casos históricos sem maior profundidade, na introdução de certas unidades didáticas, para despertar a motivação dos discípulos. As universidades, nenhuma ou pouca atenção lhe deram até algumas décadas atrás, sob o pretexto de ela se restringir à análise das batalhas, o que interessava apenas aos profissionais das armas.

Os militares estão pagando elevado preço por haverem negligenciado o estudo da História Militar na formação dos seus quadros de oficiais do estado-maior e sentem a necessidade de rever os currículos de diversos cursos, acrescentando-lhe a carga horária que tão importante disciplina reclama. O estudo da História Militar proporciona ampla base cultural e técnico-profissional e desenvolve o poder de análise e percepção, contribuindo para a tomada de decisões em situação crítica.

Nas últimas décadas deste final de século e de milênio, constata-se, em todo o Primeiro Mundo, um despertar generalizado nas escolas militares e nas universidades para o estudo da História Militar, experimentando os cursos de pós-graduação nesse ramo da História crescente demanda, particularmente por civis.

A situação começou a mudar na década de 1970. Em consequência dos movimentos contestatórios de 1968, os cursos de História Militar no âmbito das Forças Armadas foram reavaliados e jovens oficiais sentiram-se encorajados a se graduarem nas universidades.

Na realidade, as coisas não foram assim tão fáceis. Os encontros entre militares e universitários viram-se marcados por uma certa incompreensão. A história dos militares afigurava-se aos soldados como um complemento útil porém secundário à História Militar. Nas universidades, por outro lado, os pesquisadores não arriscavam a incursionar fora da história social das Forças Armadas para abordar o aspecto capital da História Militar ligado à finalidade das instituições militares, que é o estudo da guerra.

Mas, ao final, todos lucraram. Os militares fizeram com que os universitários compreendessem a especificidade da psicologia dos combatentes, enquanto os acadêmicos transmitiam aos militares a sua grande problemática e os seus métodos de pesquisa. O resultado dessa troca de experiências redundou no progressivo desenvolvimento da História Militar que, pouco a pouco, incorporou aspectos da História Geral.

Assim começou a florescer a História Militar nas universidades. Nelas surgiram centros de estudo de defesa nacional e de História Militar, como o de Montpellier. Todavia, os acadêmicos que responderam ao apelo foram, sobretudo, os juristas e os sociólogos – nem tanto os historiadores.

Nos países totalitários do Leste, a palavra de ordem foi dar uma interpretação marxista aos fatos, bem como exaltar os sacrifícios efetuados durante as guerras de libertação e na luta contra o nazismo. A pesquisa foi incentivada mas também controlada, ao contrário do que ocorreu nos países anglo-saxônicos, onde a História Militar oficial se mostrou muito mais discreta, havendo ampla liberdade de

pesquisa. Em geral, pode-se dizer que a tutela oficial sempre se mostrou menos intensa no estudo de épocas antigas do que no das mais recentes.

Uma visão global da História Militar não é obtida apenas analisando-se o desenvolvimento no campo da pesquisa histórica mas, igualmente, pela confrontação entre o pensamento dos historiadores de diferentes nacionalidades. A visão da História Militar deve ser global, tanto no plano internacional como no plano temático.

Somente no princípio do século XIX ela ganhou espaço próprio. Coube a Jomini, o famoso *adivinho de Napoleão*, a divisão da História Militar em três grandes categorias: *História das Batalhas*, *História da Arte da Guerra* e *História Político-Militar*. Enquanto o suíço Jomini dedicou-se à estratégia militar, o prussiano Clausewitz voltou-se para o desenvolvimento da teoria da guerra, ocupando-se dos aspectos básicos dos conflitos entre as nações.

Até o princípio do século XX, reduzido número de pensadores se preocupou com a ampliação do campo da História Militar, predominando a idéia positivista de *saber para prever, a fim de prover*.

Em 1914, surgiram as primeiras tentativas de relacionar a História Militar com a política externa das nações e a arte da guerra. Na Alemanha, Hans Delbrück alargava os domínios da História Militar ao pesquisar a correlação das operações de guerra com a política. Na França, Jean Jaurès, o líder socialista da época, desenvolveu a teoria de que as instituições militares só seriam reconhecidas quando traduzissem as aspirações nacionais, fazendo ressurgir o conceito de nação em armas.

Após a Primeira Guerra Mundial, o russo Frunze, legando o nome à Academia Militar de seu país, lançava os fundamentos de novo conceito de História Militar, com base na linha do pensamento marxista-leninista e no princípio clausewitziano de que a guerra é a extensão da política. Embora, ao final da Segunda Guerra Mundial, Stalin refutasse o princípio da teoria de Clausewitz, dado ao sentimento antigermânico reinante na União Soviética, os russos defendem a abordagem da História Militar como o inter-relacionamento do poder militar com o político. Até então, a História Militar era encarada como um meio para se avaliar o poder relativo de combate entre beligerantes, restrito ao estudo das batalhas e campanhas.

A História Militar como fundamento para o estabelecimento de doutrina militar só viria, realmente, a aparecer na Inglaterra, durante a década de 1920, com J. F. C. Fuller, que advogou a transformação da arte da guerra em ciência para seu melhor entendimento e aplicação.

Na virada do século, os norte-americanos Alfred Thayer Mahan e Walter Millis buscaram relacionar a História Militar com a Estratégia e a Política.

Depois da Guerra da Coréia, a História Militar entrou em declínio, por causa do pensamento dominante de que se tratava de disciplina voltada exclusivamente para o estudo da guerra em si, a despeito da ampliação do seu campo.

O conflito do Vietnã veio contribuir sobremodo para se retomar o debate a respeito da natureza da História Militar, acentuando a importância da análise da relação entre a guerra e a sociedade, entre o cidadão e o soldado.

A corrida armamentista nuclear e a Guerra Fria impuseram nova interpretação da História Militar e a reavaliação do seu estudo.

Em 1971, o imaginativo crítico Peter Paret salientou que a História Militar vinha despertando mais atenção dos civis que dos militares. Paradoxalmente, enquanto crescia o interesse nos meios acadêmicos civis pelo assunto, este decrescia nos estabelecimentos de ensino militar. As universidades criavam e estimulavam os primeiros cursos de pós-graduação em História Militar.

Na atualidade, o conhecido historiador inglês John Keagan, sustentando as premissas de que a guerra é um conflito de culturas e de que a *história controvertida dos conflitos de personalidade da Segunda Guerra Mundial ainda não foi escrita*, bem como a propalada teoria de Huntington do *choque das civilizações*, volta-se a aguçar a atenção da comunidade acadêmica para o estudo de História Militar.

Este *fin-de-siècle*, usando a expressão criada por Paul Verlaine ao término do século XIX como sentido de decadência, não sugere realidade diferente.

O quadro acre de hoje que se configura no horizonte é de cinzas e melanco-

*Em 1971, o imaginativo crítico Peter Paret salientou que a História Militar vinha despertando mais atenção dos civis que dos militares. Paradoxalmente, enquanto crescia o interesse nos meios acadêmicos civis pelo assunto, este decrescia nos estabelecimentos de ensino militar.*

lia, apesar da revolução da bioengenharia, da cibernética e da informática. Os Estados-nação, após décadas de confrontos e de esforços pela paz mundial, não encontraram ainda uma solução definitiva para o bem comum, permanecendo o mundo em crise.

Assim, passa-se da euforia que os avanços científico-tecnológicos trouxeram com a globalização e a modernização para a desesperança conseqüente do alastramento do fantasma do desemprego e da permanente ameaça de instabilidade sociopolítico-econômica, que leva a uma atitude cautelosa de expectativa quanto ao porvir. O futuro se afigura tão incerto como ao final do sé-

culo passado. Fala-se em fim da História, com a queda do muro de Berlim, o desaparecimento fictício das ideologias e o início de nova era de paz e prosperidade internacionais. Mas, se o padrão de vida da humanidade não melhorar sensivelmente a médio prazo e se a justiça não prevalecer, não há dúvida de que o mundo, infelizmente, caminhará em direção a novos conflitos. Dessa forma, é recomendável difundir-se o estudo da História Militar entre civis e militares, de modo a torná-la um instrumento mais útil no relacionamento futuro entre o soldado e o Estado.

*A História provém da História Militar*, ensinava Pedro Calmon. ●

*“Os militares fazem da abnegação,  
da competência, da dignidade e do estoicismo  
seus instrumentos para resolver a complexa  
equação de tantas incógnitas,  
para nada exigir além do que pode o Brasil,  
enquanto não se permitem ser nada  
menos do que o Brasil exige.”*

*Gleuber Vieira*



# Villegagnon: Vilão ou Herói?

Vasco Mariz\*

Lucien Provençal\*\*

A resposta à indagação do título o leitor deduz da biografia daquele que teria sido o primeiro vice-rei do Brasil e que o artigo condensa.

Ela revela aspectos fascinantes da vida do biografado, desconhecida do grande público, que geralmente o confunde como um qualquer dos corsários que freqüentaram a costa brasileira no século XVI.

Revela, igualmente, aspectos da conjuntura político-religiosa da época, motivadora do fracasso da tentativa de instalação da França Antártica, colônia que teria certamente o Rio de Janeiro por capital.

**N**icolas Durand de Villegagnon é um personagem que sempre despertou bastante interesse dos estudantes de História do Brasil. Em especial dos habitantes do Rio de Janeiro e Niterói, que passam quase diariamente defronte à Ilha de Villegagnon, na Baía de Guanabara, onde está instalada a nossa Escola Naval. E esses interessados em História ficam imaginando como teria sido mesmo a aventura da França Antártica. Já os francófilos ardentes especulam como seria o Brasil de hoje, se a colônia francesa no Rio de Janeiro se tivesse firmado e se expandido pela costa brasileira, como planejava Villegagnon. Afinal, não teria sido difi-

cil expulsar os portugueses, se a metrópole francesa não estivesse em sérias dificuldades políticas e financeiras e houvesse fornecido a Villegagnon os meios necessários. Como estamos festejando os 500 anos do descobrimento oficial do Brasil, justifica-se um estudo objetivo da França Antártica e sobretudo de seu controvertido líder, o primeiro *vice-rei do Brasil*, Nicolas Durand de Villegagnon.

A idéia deste estudo surgiu de uma conversa em Paris, em dezembro de 1998, entre os dois autores: um embaixador brasileiro aposentado, membro titular do IHGB e do IGHMB, e um oficial da Marinha francesa ligado ao Brasil, apaixonado pela história da Marinha de seu país. Comentávamos o injusto esquecimento de Villegagnon na França, onde não exis-

\* Membro titular do IHGB e do IGHMB.

\*\* Comandante da Marinha de Guerra da França.

te uma só rua, um único busto seu, ou qualquer outra homenagem significativa que perpetue o seu nome na sua pátria. Somente a sua pequena cidade natal, Provins, ao sul de Paris, recorda o seu nome em uma placa comemorativa, na casa onde ele teria nascido, em 1510.

O dicionário *Larousse* nos oferece um pequeno verbete de Provins: *Principal cidade do distrito de Sena e Marne, na região do Brie. 12.200 habitantes, que se denominam provinois. Centro turístico e comercial. Torre medieval, conhecida como Torre de Cesar, e muralhas dos séculos XII e XIV. Residências e edifícios antigos, como o Museu Provinois.* É justo lembrar ainda que Provins é hoje conhecida na França por causa de seu ex-prefeito, Alain Peyrefitte, acadêmico e ex-ministro do General De Gaulle.

Como uma parte dos historiadores das academias militares francesas ignora o nome de Villegagnon, nossa curiosidade levou-nos a procurar documentar-nos, no Brasil e na França, sobre essa figura admirável, segundo alguns autores, ou vilão execrável, de acordo com outros historiadores influenciados pela disputa religiosa do seu tempo. Os interessados encontrarão, no final deste ensaio, a relação da bibliografia existente na França e no Brasil, que não deixa de ser relativamente numerosa, embora com poucas obras de real mérito e razoável imparcialidade. Destacamos, na França, as biografias de Heulhard e Peillard e, no Brasil, a história romanceada de Villegagnon, de Chermont de Brito. Quando falamos em imparcialidade é preciso ter cuidado, pois em relação ao nosso herói não há indiferentes: os autores ou são entusiastas, ou são fre-

neticamente restritivos ou negativos. O principal motivo dessa veemente oposição foi de fundo religioso: os autores protestantes acusam Villegagnon de todos os crimes e ignomínias imagináveis cometidos no Brasil, e os autores católicos, ou isentos, destacam as notáveis qualidades pessoais do personagem, sua bravura, sua capacidade de organização, sua tolerância com os calvinistas, sua visão geopolítica e habilidade no trato com os indígenas.

As metas do presente ensaio são duas: fornecer ao leitor informações mais pormenorizadas sobre a juventude e a maturidade de Villegagnon, isto é, suas atividades antes e depois de sua aventura na França Antártica, fatos quase desconhecidos no Brasil. E esses fatos se revestem do maior interesse, já que Villegagnon não foi apenas o comandante da expedição francesa na Guanabara, mas um personagem de primeira linha na França e na Europa, prestigiado por quatro reis de França e até pelo Imperador Carlos V, como veremos a seguir. Nosso segundo objetivo será o de contribuir para reabilitar a imagem histórica de Villegagnon, injustamente caluniado há mais de quatro séculos pelo livro de Jean de Léry, *História de uma Viagem ao Brasil*, cujas repetidas edições renovam periodicamente as acusações mais descabidas dos pastores calvinistas que fracassaram no Rio de Janeiro.

É importante sublinhar que a desinformação no Brasil e na França sobre Villegagnon por vezes é espetacular. Mesmo enciclopédias de alta reputação cometeram erros crassos em seus verbetes sobre Villegagnon. No prestigioso e moderno *Koogan-Houaiss*, distribuído em 1998 pelo nosso Ministério da Educação a mi-

lhares de escolas brasileiras, lemos com surpresa em seu verbete que ele foi um *fidalgó huguenote, aluno de Calvino!* Ora, Villegagnon jamais foi aluno de Calvino e sim seu colega de colégio e universidade. Ele jamais foi huguenote, ao contrário, era um cavaleiro de Malta e bateu-se toda a sua vida contra as teorias de Calvino e seus seguidores. Esclareço que o dicionário enciclopédico *Koogan-Houaiss* é baseado no célebre *Larousse* francês, fonte respeitável. Aproveitando minha amizade com o editor, já redigi novo verbete que sairá na próxima edição com as correções necessárias. Na França, encontramos a mesma desinformação, pois dicionários e enciclopédias cometem erros semelhantes. Está na hora de corrigi-los, de uma vez por todas.

\*

Homem universal, grande marinheiro, soldado, diplomata, escritor, teólogo controversista, colonizador de visão, Nicolas Durand de Villegagnon nasceu em Provins, França, nas vizinhanças de Paris. Seu pai, Louis Durand de Villegagnon, era um magistrado, procurador do rei de França, foi nobilitado e tinha um alto padrão de vida, o que lhe permitiu dar a seu filho uma educação esmerada para a época. Sua casa existe ainda na Rua Saint Thibaut, 18 e a Sociedade Arqueológica de Provins ali colocou uma placa de bronze, onde se pode ler: *Aqui nasceu em 1510 Nicolas Durand de Villegagnon, vice-almirante da França, comendador da Ordem de Malta. Ele foi o homem do mar mais célebre do seu tempo.* Na realidade, Villegagnon não foi vice-almirante da França e sim vice-almirante da Bretanha.

Seu nome original era apenas Nicolas Durand, ao qual foi agregado oficialmente, em 1513, *de Villegagnon*. Nessa aldeia vizinha seu pai possuía uma grande propriedade e decidiu incorporar aquela referência ao seu nome. Sua mãe era Joana de Fresnoy. O jovem Nicolas mereceu todo o apoio do grão-mestre da Ordem de Malta para desenvolver e apurar as suas artes da guerra, nas escolas e nas naus da Ordem. É quase certo que Villiers de L'Isle Adam tenha conhecido a família de Villegagnon quando viveu em Brie, perto de Provins.

Lembro que a Ordem de Malta, que existe até hoje sediada em Roma, chamava-se, na época, Ordem de São João de Jerusalém. Expulsa da Ilha de Rhodes em 1522 pelos turcos, instalou-se na Ilha de Malta em 1530 por concessão do Imperador Carlos V. No ano seguinte, Villegagnon era admitido na Ordem, mas suas relações com ela variaram bastante: foram excelentes com Villiers de L'Isle Adam (seu protetor na juventude), apenas corretas com Michel de Sangle, péssimas com Omèdes, e outra vez excelentes com Jean Parisot de la Valette, seu adjunto na aventura na Escócia e grão-mestre da Ordem em 1557. Esse último assegurou-lhe um posto decente após a traumática experiência na França Antártica, nomeando Villegagnon seu representante em Beauvais-en-Gatinais. Finalmente, pouco antes de sua morte, Villegagnon foi nomeado, em 1570, embaixador da Ordem de Malta junto à corte da França, o que demonstra que seu prestígio continuava elevado na época, apesar do tropeço no Rio de Janeiro e das calúnias dos calvinistas.

Uma palavra sobre o rapaz: todos os autores coincidem em afirmar que Nicolas



era alto, bonito, forte, simpático, bem-falante, culto, extremamente hábil no manejo das armas da época, sedutor com as mulheres (embora casto), sempre bem-vestido (mesmo na França Antártica, onde todos andavam seminus), respeitoso com seus superiores e por eles muito apreciado, determinado ao extremo, profundamente religioso e perfeito conhecedor dos dogmas da fé católica. Essa última qualidade era essencial em uma época na qual se lutava até a morte para defender ou atacar os mistérios da eucaristia. O fato de ele ter sido aceito pela Ordem de Malta foi cobiçada honraria para um jovem proveniente de uma família provinciana recentemente enobrecida. No entanto, o título de Cavaleiro da Ordem de Malta, organização profundamente religiosa na época, exigia notáveis renúncias: os votos de obediência, pobreza e castidade, que Nicolas cumpriu à risca, apesar das tentações que sofreu ao longo de sua aventureira vida.

Consta que Villegagnon na corte francesa era constantemente assediado pelas mais belas mulheres, que o queriam pôr à prova... Mesmo na solidão do Brasil quinhentista, Nicolau teve forças para resistir aos encantos da bela Jacy, filha do cacique tupinambá. Sua castidade nunca foi contestada, mesmo pelos seus mais ferrenhos inimigos huguenotes.

Após a morte do pai, aos 11 anos de idade, Nicolas fez seus estudos em Paris nos colégios de La Marche e de Montaigu, escolas religiosas abertas aos jovens da pequena nobreza provinciana. Terminados esses estudos de nível médio, Nicolas passou a cursar a Faculdade de Direito de Orléans. Um dos irmãos, Felipe, chegou

a presidente do tribunal de Provins. Uma de suas irmãs casou-se com Boissy, *seigneur* de Bois-le-Comte, cujo filho, no Rio de Janeiro, assumiria a chefia da França Antártica após o retorno de Villegagnon a Paris. Bois-le-Comte não teve êxito ao defender a colônia francesa contra a investida de Mem de Sá.

Mas aqui chegamos à nossa primeira dúvida biográfica: alguns autores tentaram traçar o seu perfil religioso de antagonista à Reforma, ao comentar sua permanência na Universidade de Paris. Villegagnon foi colega de Jean Cauvin, o depois famoso Calvino, desde os colégios de La Marche e Montaigu e apontam sua rivalidade desde os bancos de estudantes. Nicolas, atlético e bem-falante, teria humilhado repetidamente Calvino em competições dialéticas, religiosas e de oratória. Outros autores confirmam que os dois alunos teriam tido cordial convivência universitária e a correspondência posterior deixa transparecer que existia um certo grau de intimidade entre eles. Também é provável que eles se tenham encontrado em 1531, quando Calvino redigiu o célebre sermão para o reitor da Universidade de Paris. Jean de Léry, em seu conhecido livro sobre a França Antártica, reproduziu o texto completo de uma carta de Villegagnon, em termos de bastante familiaridade, escrita a Calvino do Rio de Janeiro e datada de 31 de março de 1557. Na correspondência entre eles, utilizavam o *tu*, o que atesta intimidade. Nela, Nicolas relata as dificuldades de toda a ordem que estava enfrentando no Brasil e termina dizendo que, *de minha parte, nunca desanimei*. Não há mais dúvidas de que realmente se tenham conhecido bem, pois o biógrafo de Calvino, Bernard Cottret, confir-

ma que ambos estudaram em Paris nos colégios La Marche e Montaigu e também na Faculdade de Direito de Orléans. O importante é que, ao regressar à França para defender-se das acusações dos protestantes, Villegagnon encontrou na corte francesa um ambiente desfavorável, devido à campanha desenvolvida pelos calvinistas contra os chamados *desmandos* do vice-rei do Brasil, no Rio de Janeiro. Para sua sorte, a morte prematura do Rei Henrique II livrou Villegagnon de ser contestado formalmente. Voltaremos ao assunto.

Mas, chegamos à maioria de Villegagnon e convém fazermos um parêntese para tentar resumir o momento histórico e a atmosfera político-religiosa, nos quais o nosso personagem iria desenvolver suas múltiplas e fascinantes atividades de marinheiro, diplomata, militar, homem político e depois colonizador.

\*

No início do século XVI, a descoberta oficial do Brasil despertou ambições na França, que não havia reconhecido a divisão do mundo pelo Papa entre a Espanha e Portugal. Dois personagens se destacavam no cenário europeu: Francisco I, rei de França, e Carlos V, eleito imperador do Santo Império Romano-Germânico em 1519, rivais ferrenhos e irreconciliáveis. Dois anos depois explodia a guerra entre a França e a Áustria e Francisco I perdia o Milanês. Em 1525, feito prisioneiro em Pavia, teve de assinar o Tratado de Cambrai.

*No início do século XVI,  
a descoberta oficial do Brasil  
despertou ambições  
na França, que não havia  
reconhecido a divisão do  
mundo pelo Papa entre a  
Espanha e Portugal.*

Mas uma terceira força surgia na Europa Central: o Sultão Suleiman ocupou a Hungria e tomou sua capital, Budapeste. Em 1529, ele tentou o assalto a Viena, sem sucesso. Complicador ainda maior foi o agravamento da questão religiosa: Henrique VIII, da Inglaterra, formalizou o cisma anglicano e se proclamou chefe da igreja de seu país, em 1534. Dois anos depois aparecia um livro, que teria notável repercussão

religiosa: Jean Cauvin, Calvino como ficou na História, publicou *L'Institution Chrétienne*, em Genebra.

Em 1536, o rei de França surpreendentemente assinou um tratado de aliança com o Sultão Suleiman, visando a desforrar-se de Carlos V. Nova guerra entre a França e a Áustria, que só terminou dois anos depois pelo Tratado de Nice, em 1538. Em 1543, os franceses tomaram Nice com auxílio da frota turca, comandada por Khareddim Barberousse.

Depois desse pequeno *intermezzo* histórico para refrescar a memória do leitor, voltemos a Villegagnon que, nessa época, iria celebrar-se pelo espetacular seqüestro de Maria Stuart.

\*

Ao ser admitido aos 21 anos na Ordem de Malta, em 1531, Villegagnon começava uma animada vida de aventureiro fiel ao seu rei e à ordem religiosa que o havia acolhido. No entanto, essa dupla fidelidade iria marcar a sua vida e levá-lo, por vezes, a atitudes estranhas e até contraditórias. A curiosa aliança que

Francisco I, rei de França, celebrou com o Sultão Suleiman, o *Magnífico*, teve por objetivo criar embaraços a seu grande inimigo, o Imperador da Áustria e Rei da Espanha, Carlos V, criando-lhe uma dupla ameaça geográfica.

Em 1540, Villegagnon foi enviado a Veneza, onde Guillaume de Pelletier, o embaixador da França, decidiu aproveitá-lo como correio diplomático: ele acabava de completar trinta anos de idade e falava grego. Recebeu a missão de levar a Constantinopla uma mensagem especial de Francisco I ao sultão turco, encorajando-o a atacar novamente a Áustria. Villegagnon levou pouco mais de três meses para ir e voltar da capital turca. Curiosa iniciativa de um rei católico aconselhar ao perigosíssimo líder muçulmano atacar o coração da Europa, um dos bastiões do Santo Império Romano-Germânico, de Carlos V. Como vimos, Suleiman já havia submetido a Hungria católica e só foi detido diante de Viena. A posição da igreja era dúbia e ora favorecia o rei de França, ora o Imperador Carlos V, segundo seus interesses políticos do momento.

Villegagnon levou de volta a resposta de Suleiman a Francisco I até Turim, entregando-a ao embaixador francês, *seigneur* de Langey. Em sua casa, Villegagnon teve oportunidade de conhecer e tornar-se amigo do poeta Ronsard, lá hospedado também. Durante a sua estada na capital do Piemonte, Villegagnon foi encarregado de entregar a Francisco I as plantas das principais fortalezas do Milanês, que seriam depois de grande valia na campanha da Itália do rei francês. Villegagnon passou a ser olhado com mais atenção na corte francesa e caiu nas boas graças de Francisco I, que

o presenteou com alguns dobrões de ouro. Mas sua atuação diplomática não parou por aí, pois o Embaixador Langey (Guillaume Du Bellay) conseguiu incorporá-lo às forças de Carlos V, no grupo de quatrocentos cavaleiros de Malta, entre os quatro mil soldados que se preparavam para atacar Argel. Sua função era a de observar o desenvolvimento daquele grande empreendimento militar e enviar relatórios ao rei de França. Villegagnon levou consigo diversos estafetas, que fizeram chegar regularmente à corte francesa suas cartas, comentando os acertos e erros de organização do imperador, informações preciosas para Francisco I, seu grande rival.

Os navios muçulmanos infernizavam a navegação no Mediterrâneo e até utilizavam o porto francês de Toulon para se reabastecer. Ao aceitar essa estranha missão de ajudar Carlos V, o grande inimigo da França, Villegagnon continuava curiosamente fiel aos seus princípios: como cavaleiro de Malta iria combater os infiéis e, ao mesmo tempo, serviria o rei de França, familiarizando-se com as estratégias militares do imperador, seu arqui-rival. Enquanto se preparava para essa arriscada missão, Villegagnon freqüentava a corte francesa e foi recebido várias vezes por Francisco I. Consta que sua famosa irmã, Margarida d'Angoulême, teria feito versos celebrando a beleza física de Villegagnon, com quem conversava amiúde e lhe lia trechos das histórias que escrevia e ouvia dele crítica inteligente. Também Renée de France, tia do rei, apreciou as qualidades de Villegagnon. O curioso é que, mais tarde, ambas protegeram Calvino.

Sua missão junto ao imperador foi facilitada pelos agentes de Langey, que

conseguiram embarcar Villegagnon na galera de um irmão de Andrea Doria. A frota de Carlos V era imensa e deveria ser bem-sucedida, não fosse uma tremenda tempestade que a dispersou perto de Argel. Villegagnon, à frente dos cavaleiros de Malta que acompanhavam o imperador, bateu-se denodadamente diante dos muros da cidade e acabou ferido no braço esquerdo por um golpe de lança. Carlos V teria assistido à bravura de Villegagnon e o confortou com palavras de agradecimento, e até o legado do Papa escreveu ao rei de França contando que presenciara seu heroísmo. Na viagem de volta, apesar de muito enfraquecido, Villegagnon conseguiu escrever a Langey fazendo-lhe um relatório de tudo o quanto observara na viagem e atacando os planejadores da expedição a Argel, que quase custou a vida ao imperador.

O curioso é que a aventura de Argel fez de Villegagnon um escritor. Chegou a Roma ainda em convalescença e lá se hospedou em casa de um amigo de Langey. Enquanto refazia suas forças, escreveu um pequeno livro, no qual demonstrou não somente seus conhecimentos militares, mas também o seu perfeito domínio do latim: *Carolus V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argeriam*, obra que agradou ao imperador e mais ainda a Francisco I. O livrinho de vinte e quatro páginas estava em todas as mãos na corte francesa e seu prestígio cresceu bastante. A aliança franco-turca não sobreviveu às mortes de Henrique II (1559) e de Suleiman (1566).

No final de 1542, Villegagnon estava de novo em Paris para relatar pessoalmente a Francisco I os acontecimentos da campanha de Argel. Foi acolhido com

honorarias e recebeu o privilégio do tamborete e da carruagem, cobiçadas distinções na corte francesa, que lhe permitiram acompanhar o cortejo real nas ruas de Paris e na província. Pouco depois foi enviado ao norte da Itália para lutar contra o governador de Milão e o Príncipe Cesar de Nápoles, aliados dos austríacos. Villegagnon ganhou bastante experiência militar na Itália e algum destaque na vitória francesa de Cerisoles. Passando por Turim, o Embaixador Langey o enviou outra vez à Hungria em missão de observação, pois Suleiman instalara um paxá em Budapeste. Villegagnon redigiu argutos relatórios dessas missões a Francisco I, o que confirmou seu prestígio na corte francesa. Mas ele estava farto de missões diplomáticas e ansiava por voltar aos mares, aspirava um comando naval.

Após a morte de Francisco I em 1547, seu sucessor, Henrique II, também demonstrava simpatia por Villegagnon e o convidava para participar de caçadas. Mas esse período de tranquilidade acabaria em breve, pois o novo rei da França confiou-lhe a difícil missão de limpar a costa da Bretanha, infestada por piratas ingleses que perturbavam o comércio e a vida dos pescadores franceses. Villegagnon conseguiu, em pouco tempo, afundar cinco galeras inglesas e afugentar os piratas, normalizando a navegação costeira.

\*

Durante a sua estada em Roma, após o fiasco de Argel, Villegagnon teve oportunidade de conhecer o irmão do Embaixador Langey, o famoso Cardeal Du Bellay, decano do Sacro Colégio, que gozava de grande prestígio com o papa e

com o rei de França. Essa nova amizade lhe seria proveitosa. Villegagnon voltou a Roma em 1547, depois da morte de Francisco I, para proteger o Príncipe Flamínio dell'Anguillara, aliado da França, cuja vida estava sendo ameaçada pelos Médicis. Aconteceu então a primeira aventura famosa de Villegagnon: o seqüestro de Maria Stuart.

Ela nascera poucos dias antes da morte de seu pai, o infeliz rei da Escócia, Jaime V. Sua mãe era Maria de Guise, Duquesa de Lorena, princesa francesa. Recordo que a Escócia estava dilacerada pela guerra religiosa. Dizia Stefan Zweig, em seu magnífico estudo sobre Maria Stuart: *Quem combate o rei e a favor do protestantismo recebe seu tordo de Londres; quem luta pelo catolicismo e pelos Stuarts recebe-o de Paris, Madri e Roma. Todas essas potências estrangeiras pagam de bom grado o sangue escocês. Toda vez que exércitos ingleses irrompem na Normandia, a França célere dirige o punhal para o dorso da Inglaterra. Fortalecer militarmente a Escócia é a eterna preocupação da política francesa.*

Tão logo o mensageiro levou a Londres a notícia de que Jaime V falecera e sua filha recém-nascida era a herdeira e rainha da Escócia, o Rei Henrique VIII resolveu conseguir essa preciosa noiva para seu filho Eduardo, ainda menor. O pensamento era unir os herdeiros dos dois tronos. Essa união era indispensável à segurança e tranqüilidade da Inglaterra. Mas a mãe de Maria Stuart não queria entregá-la à heresia protestante anglicana e escondeu a menina. O cerco se apertava cada vez mais, quando a França decidiu transformar a rainha da Escócia em rainha da

França. Henrique II pediu a Maria de Guise a mão da menina para seu filho Francisco, herdeiro do trono francês, o futuro Francisco II. Assim, a pequenina filha dos Stuarts em vez de ser destinada a rainha da Inglaterra, era agora escolhida para rainha de França. Toda a Marinha inglesa foi mobilizada para impedir Maria Stuart de sair da Escócia e chegar ao solo francês. Essa façanha de raptar a futura rainha de França foi confiada a Nicolas Durand de Villegagnon, que a desempenhou com extrema habilidade e vencendo os riscos mais espetaculares.

Villegagnon estava bem-informado sobre a Escócia por intermédio de seu amigo, o grande poeta Ronsard, que havia sido secretário da Embaixada da França em Edimburgo. Nesse empreendimento arriscado comandava ele quatro galeas, entre elas a galera real. Seus remadores foram escolhidos nas prisões francesas pelo seu ódio aos ingleses e com promessa de libertação. Ele fazia parte de uma expedição de seis mil homens para ajudar Maria de Guise contra os ingleses. Enquanto as tropas desembarcavam em Leith, Villegagnon sorrateiramente contornou a Escócia pelo norte, cruzando mares turbulentos, até a foz do Rio Clyde, que ele subiu até a fortaleza de Dumbarton, onde estava refugiada Maria Stuart. Conseguiu enganar os ingleses, voltou pelo mesmo perigoso caminho e, em 13 de agosto de 1548, aquela menina de pernas esguias e cabelos louros esvoaçantes desembarcava em um pequeno porto perto de Brest. Dias depois, ela era recebida com toda a pompa pelo Rei Henrique II no castelo de Saint Germain-en-Laye. Tivesse Villegagnon fracassado em sua missão, a história da Euro-

pa no século XVI seria bem diferente. Tinha ele então 38 anos de idade.

A jogada foi sensacional, os ingleses estavam humilhados e Villegagnon chegou ao cume de sua glória na corte francesa.

Adquiriria ele também a gratidão do poderoso Duque de Guise, tio de Maria Stuart, o que lhe seria muito útil após a aventura fracassada no Brasil. Mas Henrique II mandou-o de volta à Escócia com dobrões de ouro para os nobres ca-

tólicos escoceses continuarem a resistir aos ingleses. Villegagnon participou também na defesa de Firth, arrasou as instalações inglesas da Ilha de Guernesey e atacou os navios ingleses que encontrou no caminho. Em 1551, três anos depois, seria celebrado um tratado de paz com os ingleses, que cederam Boulogne à França.

Henrique II lhe foi reconhecido e Villegagnon desempenhou ainda diversas missões reais junto a Montmorency e ao Duque de Aumale. Voltou a lutar no Mediterrâneo, chefiou um comando na Inglaterra e salvou as galeras reais que estavam em perigo em Rouen. Em 1551, estava outra vez na Itália, mas foi feito prisioneiro dos austriacos e levado ao castelo de Cremona. Villegagnon apelou diretamente ao imperador e Carlos V mandou libertá-lo sob promessa de *ele só pegar em armas contra os inimigos da santa religião*.

Villegagnon foi enviado a Malta, onde a situação dos cavaleiros era periclitante diante da ofensiva dos turcos, que chegaram a ocupar a ilha vizinha de Gozzo, em 1551. Villegagnon defendeu exitosamente

Malta, mas acabou se desentendendo com o grão-mestre Omèdes, cujo raciocínio era simplista: *Os franceses são cavaleiros de Malta, mas seu rei é um aliado de Suleiman*. E a briga com Omèdes não ficou por aí.

Estava ele descansando em Provins, em 1552, quando decidiu intervir em defesa de seu amigo Gaspard de Vallier, acusado de traição e cumplicidade com os turcos, na queda de Trípoli, pelo grão-mestre da Ordem de Malta.

Villegagnon escreveu ao Imperador Carlos V pedindo a libertação de Vallier e fornecendo pormenores da disputa. Enviou-lhe também o importante relatório *De Bello Militansis* e o imperador mandou libertar Vallier contra a vontade de Omèdes. Assim, o bravo cidadão de Provins havia conseguido a confiança de dois reis de França, Francisco I e Henrique II, como também da maior personalidade européia do século, o Imperador Carlos V. Mais tarde, conquistaria as graças de Francisco II (marido de Maria Stuart) e também de Catarina de Médicis e de Carlos IX, além dos Duques de Guise. Vemos, portanto, que o futuro *vice-rei do Brasil* não era um simples pirata ou um aventureiro vulgar, mas sim uma personalidade altamente estimada na corte francesa pela sua valentia, habilidade diplomática e preparo intelectual.

Villegagnon regressou a Paris e, em setembro de 1552, Henrique II lhe confiou outra missão: fortificar o porto de Brest, ameaçado pelos ingleses, e o nomeia então Vice-Almirante da Bretanha, rara honraria: tinha 42 anos. Nessa época,

*O futuro vice-rei do Brasil  
não era um simples pirata ou  
um aventureiro vulgar,  
mas sim uma personalidade  
altamente estimada na  
corte francesa pela sua  
valentia, habilidade diplomática  
e preparo intelectual.*

Villegagnon enviou um relatório ao Cardeal Du Bellay, em Roma, no qual concluía afirmando que a França jamais poderia dominar o Mediterrâneo sem antes ocupar a Ilha de Córsega, que na época pertencia à República de Gênova. Em 1559 seus sagazes conselhos estratégicos foram ouvidos e a França ocupou militarmente a Córsega por algum tempo. A ilha só foi incorporada permanentemente à França a partir de 1769, e de lá sairia mais tarde Napoleão Bonaparte para ser o grande imperador francês. Constatamos, portanto, que Villegagnon tinha notável visão geopolítica, pois foi dos que encorajaram o Rei Henrique II a construir uma importante marinha real.

Pouco depois, Villegagnon já estava longe, em missão secreta. Onde? No Brasil! No verão de 1554, Villegagnon visitou duas vezes a região de Cabo Frio, tomou contato com os índios tamoios, informou-se dos hábitos das pequenas guarnições portuguesas e colheu dados indispensáveis para a grande aventura que seria a França Antártica. Seus objetivos eram ambiciosos: ocupar a Baía de Guanabara como base militar para depois expulsar totalmente os portugueses do Brasil.

\*

É tempo agora de fazermos outro parêntese para comentar a questão religiosa na França que, na metade do século

XVI, estava num *crescendo* perigoso e que culminou com a terrível noite de São Bartolomeu, em 1572.

Jean Cauvin (1509-64), nascido em Noyon, fez seus estudos médios em Paris e de teologia e direito em Orléans e Bourges. Transferiu-se depois para Paris, onde redigiu um discurso para o reitor da Universidade, em 1531, sermão considerado herético, mas que obteve considerável repercussão. Foi colega de Villegagnon nos colégios La Marche e Montaigu e na Universidade de Orléans, segundo afirma seu biógrafo Bernard Cottret.

Calvino, depois, mudou-se para Poitiers e de lá para Basileia, onde fundou sua primeira igreja reformista. Em 1536, fixou-se definitivamente em Genebra.

Seu prestígio cresceu desmesuradamente e transformou Genebra na Roma protestante. Em 1544, Calvino escreveu o *Tratado da Ceia*, cujo texto provocaria violentas polêmicas na Europa. Negava ele a presença divina na eucaristia, principal motivo das vivas controvérsias entre Villegagnon e os calvinistas na França Antártica. A partir do ano 1555, a França estava profundamente dividida por lutas fratricidas entre os católicos fiéis ao rei e os huguenotes, em sua maioria calvinistas, agrupados em torno do Almirante Coligny e dos nobres rebeldes contra a autoridade real, cujas forças militares eram chefiadas pelo Príncipe de Condé.

Ao abordarmos a tentativa de instalação da França Antártica, devo recordar o que afirmamos a princípio: a França jamais reconheceu a divisão do mundo pelo papa entre Portugal e Espanha. Desde o início do século XVI havia, na corte francesa, vários defensores de uma ofensiva militar nas Américas, após bem-sucedidas viagens de navegadores franceses ao norte do Brasil. A Inglaterra e a Holanda tampouco acatavam a decisão papal e o fizeram com ainda maior desenvoltura do que a França, uma vez que eram países protestantes e não deviam obediência espiritual a Roma. Vamos circunscrever-nos neste estudo à França Antártica, que vinha com ambiciosos desígnios, isto é, expulsar os portugueses do Brasil e aqui instalar diversos núcleos colonizadores para comerciar com a metrópole. Villegagnon não teve tempo nem meios de iniciar essa ocupação militar permanente do Brasil, mas mesmo assim enviou uma missão exploratória à foz do Rio da Prata, que não teve sucesso.

A iniciativa da expedição foi de Villegagnon e houve consenso na corte francesa de encarregá-lo da chefia, considerando que, em 1554, ele já havia feito viagem exploratória até Cabo Frio. De acordo com documentos consultados, não houve oposição do Rei Henrique II nem do Primeiro-Ministro Coligny, aconselhados pelos armadores do porto de Dieppe, que estavam vivamente interessados na operação sob o aspecto comercial. Lembro que os dois pontos iniciais da colonização portuguesa estavam na Bahia e em São Vicente, SP, e ambos eram núcleos ainda incipientes, de fácil submissão por uma expedição numerosa e fortemente armada. O fator principal,

portanto, era a surpresa e urgia atacar, enquanto as colônias lusas estavam malguarnecidas e mal-implantadas. Assim sendo, tudo foi planejado em Paris dentro do maior segredo para não despertar a atenção do embaixador de Portugal junto à corte francesa. Villegagnon era, sem dúvida, o melhor chefe possível, dado a sua bravura, preparo militar, experiência nas lutas do mar, inteligência e cultura superiores. O seqüestro de Maria Stuart, que comprovava sua extraordinária habilidade em condições extremamente perigosas, e seu bom trabalho na fortificação do porto de Brest o indicavam para a missão de conquistar e fortificar a base principal do que seria a França Antártica. Entretanto, a situação político-religiosa na metrópole e a penúria do erário francês não permitiram enviar reforços substanciais para fortalecer a cabeça-de-ponte instalada por Villegagnon no Rio de Janeiro.

Mas os vínculos comerciais entre a França Antártica e a metrópole já estavam bem delineados e em pleno funcionamento. Numerosos navios mercantes franceses de pequeno porte, naqueles quatro anos apenas de ocupação, já estavam levando para a França numerosos produtos brasileiros, sobretudo carregamentos de pau-brasil. Dois importantes armadores de Dieppe já se estavam aprestando a enviar grandes navios mercantes ao Brasil, quando Mem de Sá conseguiu desmantelar a base naval francesa no Rio de Janeiro. Um dos objetivos de Villegagnon, tão cedo tivesse meios para isso, era o de interceptar os galeões espanhóis e portugueses que regressavam do extremo oriente carregados de especiarias. A falta de recursos financeiros no momento, as dis-



putas religiosas e a política de casamentos nas cortes europeias impediram que seu brilhante plano se concretizasse.

\*

Desde o final do século XV, falava-se do Brasil na França, embora ainda não se empregasse o nome atual. Em 1488, o normando Jean Cousin descobriu a foz do Rio Amazonas. Poucos anos depois, o armador francês Jean Ango levou do Brasil para a França madeiras, produtos tropicais e alguns indígenas. A via-

*Ao fundear na Guanabara,  
hesitou entre a costa de  
Niterói e a região hoje  
denominada Glória. Decidiu-se,  
porém, por uma pequena  
ilha toda verde, onde tratou  
de instalar fortificações  
apropriadas.*

gem de Villegagnon a Cabo Frio, em 1554, informou-o de que os portugueses raramente saíam de suas capitânias e que os tamoios não gostavam de como eram tratados pelos colonos portugueses. Armadores franceses levaram para a França numerosos índios tupinambás e tabajaras, que organizaram, em outubro de 1550, uma grande festa e torneios em Rouen.

Em 1554, o Rei Henrique II ordenou ao Almirante Coligny (ainda católico na época) a preparação de uma expedição ao Brasil e entregou a Villegagnon o seu comando. A subvenção era pequena (dez mil libras), mas os armadores de Dieppe decidiram investir na expedição, que lhes augurava bons lucros. No entanto, seu célebre amigo, o poeta Ronsard, escreveu-lhe: *Villegagnon, estás por cometer um grande erro*. Villegagnon teria convencido o Rei Henrique II e a bela Diana de Poitiers, após uma exposição de quatro horas sobre as possibilidades comerciais, de uma expedição ao Brasil.

A tripulação da pequena frota era a mais heterogênea, já que foi difícil encontrar voluntários. Villegagnon percorreu as prisões do norte da França, prometendo a liberdade aos que aderissem à expedição, e essa baixa qualidade de seus seguidores iria causar-lhe não poucas dificuldades. A tripulação das duas caravelas e da outra nau de menor porte era de seiscentas pessoas aproximadamente, número elevadíssimo para tão exígua frota. Levava ele uma guarda pessoal de escoceses, que lhe foi muito útil nos momen-

tos difíceis que iria encontrar no Rio de Janeiro. Seguiu com ele também um índio tabajara, na qualidade de intérprete, em companhia de sua esposa francesa. Partiram de Dieppe em 14 de agosto de 1555 e chegaram a Búzios em 31 de outubro, após tentativa malograda de embarcar água doce em Tenerife. Os espanhóis receberam-no a tiros de canhão.

Ao fundear na Guanabara, hesitou entre a costa de Niterói e a região hoje denominada Glória. Decidiu-se, porém, por uma pequena ilha toda verde, onde tratou de instalar fortificações apropriadas. Essa fortaleza foi batizada com o nome do Almirante Coligny, em homenagem ao organizador da expedição. Na época, ainda não eram inimigos. Essa ilha ficou depois conhecida pelos portugueses com o nome de Villegagnon, o que permanece até hoje. A ilha era verde, mas tinha o grave inconveniente de não ter água potável. Villegagnon fez escavar imediatamente um grande reservatório na

rocha, suficiente para armazenar água para um cerco de vários meses. No ínterim, começou a instalar no continente uma pequena povoação, a que deu o nome de Henriville, em honra ao seu soberano. O local aproximado estava entre os morros do Castelo e o da Glória, que depois seria o verdadeiro centro do Rio de Janeiro português. Podemos até afirmar que o fundador do Rio de Janeiro foi Villegagnon, já que depois de sua volta à França os portugueses confirmaram a sua escolha do local para a nova cidade lusitana.

Fator significativo para o sucesso inicial da França Antártica foi o bom relacionamento que Villegagnon soube cultivar com os índios tupinambás. Ele evitou os erros cometidos pelos portugueses e conseguiu até uma amizade pessoal com o poderoso cacique Cunhambebe. Mesmo depois da derrota em 1560, os tupinambás continuaram fiéis amigos e acolheram numerosos franceses que se refugiaram no interior.

Mas voltemos às providências iniciais de Villegagnon.

Ao mesmo tempo que tornava habitável a ilha, ele decidiu instalar um fortim de madeira na atual ilhota da Laje, a que deu o nome de Ratier. Hoje vemos essa grande pedra de trinta por vinte metros, por vezes lavada pelas águas das altas marés, utilizada pela Marinha brasileira com a mesma finalidade de proteção à entrada da barra. Villegagnon instalou nesse precário fortim de madeira uma bateria de peças de artilharia, que habilmente dispostas deveriam impedir a entrada de qualquer nau inimiga. No livro de Gilberto Ferrez, *O Rio de Janeiro e a Defesa do Seu Porto*, vê-se um mapa baseado

em um desenho de André Thevet, em 1556, onde se observam com pormenores as fortificações e as casas construídas por Villegagnon. Ao contrário do que disseram seus inimigos calvinistas, ele só conservou na ilha cerca de oitenta pessoas. Os demais estavam em Henriville.

O ano de 1556 foi utilizado para preparar grandes plantações de mandioca, legumes e hortaliças, que Villegagnon mandou fertilizar com algas marinhas, como havia aprendido no Mediterrâneo. Navios chegavam da França e voltavam carregados de mercadorias locais, que eram disputadas nas feiras francesas. Na corte francesa já se falava na França Tropical com a naturalidade de um sucesso completo. O famoso poeta Ronsard, seu amigo de toda a vida, entusiasmou-se e compôs uma ode a Villegagnon, a quem chama de *douto*. Canções e baladas parisienses celebravam os feitos de Villegagnon e, em março de 1557, o Rei Henrique II taxou em vinte *sous* por tonelada os navios mercantes que demandavam o Rio de Janeiro. Entretanto, o soberano não enviava reforços militares, nem dinheiro para consolidar a valiosa cabeça-de-ponte da França Antártica.

Os primeiros problemas graves para o *vice-rei do Brasil* surgiram pelo comportamento de sua soldadesca, tão heterogênea em relação às moças indígenas. Villegagnon exigia que eles se casassem formalmente com elas, o que resultou em uma pequena rebelião. Houvesse ele sido mais tolerante, ou menos intransigente, não teria alienado alguns de seus melhores seguidores. Na realidade, só ocorreram duas revoltas contra a autoridade do *vice-rei*, que as reprimiu com dureza.

No ínterim, complicava-se a situação religiosa na França. Nessa altura, o Almirante Coligny já se convertera à Reforma e teve a idéia de transformar a França Antártica em refúgio seguro para os calvinistas franceses. Protestantes ricos contribuíram para uma nova expedição e até algumas conhecidas personalidades huguenotes aderiram à iniciativa, recrutando também pastores e artesãos. Calvino divulgou a notícia de que Villegagnon lhe escrevera pedindo auxílio financeiro e a remessa de colonos protestantes, mas isso nunca ficou comprovado. Nenhum historiador jesuíta jamais acusou Villegagnon de tentar instalar uma colônia calvinista no Brasil.

Ao chegar a nova leva de franceses e suíços ao Rio de Janeiro, em maio de 1557, sob o comando de Bois-le-Comte, o sobrinho de Villegagnon, as relações entre católicos e protestantes eram cordiais, pois Villegagnon fez questão de recebê-los bem. No interesse da paz na colônia, ele permitiu a liberdade de culto, mas não tardaram a surgir os primeiros incidentes. Os calvinistas foram extremamente inábeis nas tentativas de catequese dos índios e Villegagnon teve de intervir. Espoucaram depois querelas religiosas entre os franceses, sobretudo em relação à eucaristia. O próprio Villegagnon foi assediado por pastores intransigentes a converter-se ao calvinismo e ele resistiu firmemente. Os humores se foram azedando e os protestantes iniciaram uma violenta campanha

*Os primeiros problemas graves para o vice-rei do Brasil surgiram pelo comportamento de sua soldadesca, tão heterogênea em relação às moças indígenas. Villegagnon exigia que eles se casassem formalmente com elas, o que resultou em uma pequena rebelião.*

pessoal contra o *vice-rei*, que, apesar de tudo, nunca os hostilizou, nem os agrediu fisicamente ou os mandou prender. O biógrafo Arthur Heulhard afirmou que Villegagnon teria pensado em uma igreja brasileira, menos rígida e mais chegada à natureza e aos costumes dos indígenas. Os calvinistas chegaram a proclamar que ele pretendia fundar uma dinastia independente da França com a filha do cacique Cunhambebe, a bela Jacy, mas isso foi negado vivamente por

Villegagnon, que havia feito voto de castidade como cavaleiro de Malta.

No final de 1557 a situação estava insustentável, mas Villegagnon agiu com firmeza, sem decisões discriminatórias. Desistindo de se impor ao *vice-rei*, os pastores e alguns líderes calvinistas resolveram regressar à Europa e lá iniciaram uma tremenda campanha contra Villegagnon que, aliás, poderia ter impedido a sua volta à França. Em sua vingança, tentavam arruinar o homem e destruir uma colônia tão promissora. No livro *Singularitez de la France Antarctique*, André Thevet defendeu Villegagnon daquelas acusações insensatas, disseminadas por Calvino, que o chamava de *O Caim da América!* O espaço que nos foi reservado não permite relatar dia a dia as disputas internas na colônia, que aliás estão muito bem comentadas na obra de Chermont de Brito, que pode ser lida na Biblioteca do IHGB, e nas excelentes biografias de Heulhard (1897) e Peillard (1991).

Recapitulando: Villegagnon escreveu carta a Calvino em 31 de março de 1556, reproduzida no livro de Jean de Léry, contando as dificuldades que estava encontrando, mas deixou de mencionar divergências religiosas que afetavam a colônia. Em uma segunda carta a Calvino, meses depois, ele já se referia a essas divergências e rejeitava claramente a Reforma, denunciando a falta de realismo da delegação protestante na catequese dos indígenas. No intervalo entre as duas cartas, deu-se a ruptura completa entre católicos e calvinistas sobre o significado da Ceia do Senhor e a presença de Cristo na comunhão. É incrível que uma simples querela religiosa estivesse pondo a perder uma comunidade que já era um sucesso e tinha imenso futuro para a França!

Em 30 de novembro de 1557, Villegagnon escreveu outra carta ao Duque de Guise (tio de Maria Stuart) solicitando auxílio financeiro dele e do rei para desenvolver a colônia. Curiosamente, também não mencionou as graves divergências já existentes com os calvinistas. Graças à interferência do Almirante Max Justo Guedes, diretor do nosso Museu Naval, essa carta foi arrematada em leilão em Londres e agora está no excelente Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro.

Seja como for, a má imagem de Villegagnon no Brasil até hoje deve-se sobretudo ao excelente livro, sob o aspecto etnográfico, do calvinista Jean de Léry, que teve várias edições periódicas na Europa (a última de 1995) e no Brasil. Essa obra contém tremendas injúrias a Villegagnon, que foram reproduzidas com frequência por nossos historiadores. A verdade é que, quando ocorreu a ruptura com os calvinistas, a colônia estava próspera, as fortificações

eram sólidas, Henriville estava bem-implantada e o comércio marítimo de madeiras com a França crescia rapidamente.

As notícias que chegavam da França por navios mercantes alarmavam Villegagnon, preocupado com a campanha difamatória dos calvinistas contra ele. Hesitou bastante em viajar a Paris para justificar-se e rebater as acusações terríveis espalhadas pelos calvinistas, despeitados pelo seu fracasso. O clamor contra ele chegou a tal ponto que Henrique II decidiu chamá-lo para explicações. Villegagnon afinal embarcou, em maio de 1559, numa verdadeira arca de Noé, pois a sua caravela levava boa quantidade de pau-brasil, jacarandá e acaju, plantas medicinais, animais e cerca de cinqüenta tupinambás. Ele estava preparando um dicionário franco-tupi, com a colaboração de André Thevet e, durante a viagem de volta, deu-lhe os últimos retoques.

Ao desembarcar na França, encontrou duas novidades desfavoráveis a ele: seu ilustre protetor, o Rei Henrique II, acabava de falecer e o influente Ministro Coligny, agora convertido ao calvinismo, passou a ser seu inimigo declarado. Salvaram-no seus amigos Montmorency e o Duque de Guise, aos quais pôde comprovar sua inocência e boa-fé. A jovem Rainha Maria Stuart, mulher do novo rei de França, Francisco II, não havia esquecido seu salvador das brumas da Escócia e também lhe deu todo o apoio. Contra a vontade de Villegagnon, os indígenas que levou do Brasil foram exibidos em feiras francesas. Aliás, o Rei Carlos IX fez questão de conversar com eles e consta até que Montaigne teria entrevistado alguns tupinambás e utilizado suas respostas em seus escritos. Dois desses indígenas fizeram

estudos universitários na França e tornaram-se altos funcionários da coroa. Outro desses indígenas brasileiros chegou a ser o responsável pelos belos jardins do castelo de Fontainebleau.

Portugal acompanhava a experiência francesa com a maior preocupação e a notícia do regresso de Villegagnon à França levou o Governador Mem de Sá a instar com Lisboa que era o momento oportuno de agir rapidamente. Dona Catarina, a regente do reino (Dom Sebastião era menor), mandou preparar im-

portante armada e, já em 30 de novembro de 1559, a expedição aportou na Bahia. Sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos, a armada constava de 26 navios, poderosa artilharia, munição em abundância e mais de dois mil homens bem treinados. As províncias de Ilhéus, Porto Seguro e São Vicente contribuíram com numerosos contingentes. Em 21 de fevereiro de 1560, chegaram às vizinhanças da Guanabara, mas breve se deram conta de que a ilha era inexpugnável. Repetidos ataques de surpresa falharam. Uma gravura da época mostra os navios portugueses em formação de semicírculo, atirando contra as defesas da ilha que eram excelentes, tanto que nesses ataques morreram 132 portugueses e apenas um francês. Bois-le-Comte resistiu a intensos bombardeios por cerca de vinte dias.

Mas Mem de Sá habilmente desistiu de atacar o forte e resolveu desembarcar e

*Mem de Sá habilmente  
desistiu de atacar o forte e  
resolveu desembarcar e tomar  
a povoação indefesa de  
Henriville, que foi em parte  
destruída e seus habitantes,  
índios e franceses,  
passados a ferro e fogo.*

.....  
*A artilharia francesa foi levada  
para Lisboa como troféu e até  
hoje é exibida em museu.*

tomar a povoação indefesa de Henriville, que foi em parte destruída e seus habitantes, índios e franceses, passados a ferro e fogo. Por sua vez, os franceses compreendendo que a sua resistência tinha limita-

ções, resolveram abandonar a ilha-fortaleza, já bastante destruída, e embrenharam-se no interior. A artilharia francesa foi levada para Lisboa como troféu e até hoje é exibida em museu.

Fica no ar uma pergunta: Se Villegagnon estivesse no Rio quando ocorreu o ataque português, o desfecho seria diferente? Talvez

os portugueses nem sequer tivessem ousado apresentar-se na Guanabara, tal o prestígio militar de Villegagnon. Os lusos foram incentivados pelo Padre Manuel da Nóbrega, que comparava Villegagnon ao próprio demônio...

Durante os anos seguintes, os portugueses temeram a volta de Villegagnon e fortificaram toda a região. Em 1561, ele instou com a regente Catarina de Médicis (Francisco II faleceu muito jovem e só reinou dois anos) para organizar uma forte expedição francesa para reforçar a colônia. Já havia consenso nesse sentido, quando chegou a Paris a notícia do ataque e da vitória portuguesa. Desmontada a base naval francesa, tudo ficava então muito mais difícil e o plano de Villegagnon foi posto de lado. Apesar disso, armadores normandos, em 1567, chegaram a aparelhar oito navios no porto do Havre e jesuítas franceses deveriam

acompanhá-los, mas tudo foi adiado. Desiludido, Villegagnon, que havia investido sua fortuna no Brasil, apresentou, ao embaixador de Portugal em Paris, um pedido de reparação financeira pelas grandes perdas sofridas no Brasil. Curiosamente, o Governo português apressou-se a indenizá-lo com três mil ducados e, com isso, Villegagnon considerou encerrada a aventura brasileira. Os portugueses devem ter ficado aliviados... Na realidade, Villegagnon não tinha direito a indenização alguma, pois ele invadira a seu próprio risco um território português.

Os remanescentes da França Antártica sobreviveram na região até 1567, quando Estácio de Sá atacou e tomou de assalto o Morro da Glória, ocupado e fortificado pelos franceses. Na luta, que foi feroz, Estácio de Sá perdeu a vida, vítima de uma flechada de um índio. Finalmente, as partes chegaram a um acordo e quatro naus levaram para a pátria a maioria dos franceses. Alguns ainda decidiram ficar, vivendo com os tupinambás, e só regressaram à pátria em 1603.

Para encerrar essa parte de nosso estudo, ensaiemos uma avaliação da verdadeira significação da França Antártica. Villegagnon foi admirável em sua organização militar e colonizadora, habilíssimo no trato com os índios, que lhe foram fiéis até o final. Pecou talvez pelo excesso de disciplina e de intransigência religiosa. É verdade que ele tentou acomodar-se com o agressivo zelo catequizador dos pastores protestantes e, na semana santa de 1557, decretou até uma espécie de páscoa ecumênica, mas isso não bastou. Os calvinistas radicalizaram e Villegagnon, em vez de insistir na busca de uma trégua re-

ligiosa, agiu como bom cavaleiro de Malta e bateu de frente com os calvinistas. Se tivesse deixado o tempo passar e não houvesse regressado à França para defender-se, mui provavelmente os portugueses não teriam ousado atacar. Mem de Sá, em relatório a Lisboa, elogiou o comportamento de Villegagnon e sua habilidade na organização da colônia e no trato com os indígenas. E o famoso viajante inglês Southey definiu muito bem a conjuntura: *Se Villegagnon não tivesse brigado com seus compatriotas - um pouco por sua culpa e muito mais por culpa deles - o Rio de Janeiro seria provavelmente a capital de uma grande colônia francesa no Brasil.*

\*

Algumas poucas linhas sobre a situação da Europa ao encerrar-se a aventura da França Antártica. Em 1553, Maria Tudor sucedeu a Eduardo VI e impôs à Inglaterra a restauração católica. Em 1556, abdicação de Carlos V. Em 1558, morte de Maria Tudor e coroação de Elizabeth. Em 1559, morte de Henrique II e coroação de Francisco II, marido de Maria Stuart. Em 1561, morte de Francisco II e volta de Maria Stuart à Escócia; Catarina de Médicis assume a regência na França até a maioridade de Carlos IX. Em 1562, começam as guerras de religião na França e o país é devastado. Em 1566, morte de Suleiman. Em 1568, Maria Stuart é prisioneira de Elizabeth I. Em 1572, morte de Villegagnon e o massacre de São Bartolomeu.

Mais algumas palavras sobre o Primeiro-Ministro Coligny (1519-72). Sobrinho do condestável de Montmorency, foi elevado a almirante da França em 1552, sem ser marinheiro. Em 1555, aderiu à reforma de

Calvino e participou ativamente, ao lado do Príncipe de Condé, nas guerras de religião. No entanto, exerceu considerável influência sobre Henrique II, Francisco II, Catarina de Médicis e Carlos IX, com os quais alternou períodos de oposição e fidelidade. Foi assassinado na noite de São Bartolomeu. Apoiou Villegagnon na implantação da França Antártica e, depois dos incidentes do Rio de Janeiro, passou a combatê-lo, pois se convertera ao calvinismo.

\*

Depois da derrota francesa no Rio de Janeiro, em 1560, Villegagnon não teve outra alternativa senão conformar-se com a realidade e tratou de ajustar-se à difícil conjuntura na França. Sua situação financeira não tinha nada de brilhante e só melhorou depois de receber a indenização do Governo português. Seus amigos, a família e os cavaleiros de Malta se esforçaram por dar-lhe um posição honrosa. Tinha ele então cinquenta anos, idade que, na época, já era o começo da velhice. Teve a sorte de que seu amigo e lugar-tenente na aventura do seqüestro de Maria Stuart, Jean Parisot de la Valette, acabava de ser eleito grão-mestre da Ordem de Malta.

Por uma bula de 18 de maio de 1560, Parisot doou a Villegagnon a comandaria<sup>1</sup> de Beauvais-en-Gatinais, situada perto de Nemours. Os termos da bula recordam os méritos do agraciado: *L'insigne qualité de tes vertus, les nombreux dons de l'âme dont tu es revelu et par lesquels tu le recomendas à nous, en outre les lovable services que tu a rendus à notre religion et que tu lui rendras certainement*

*dans l'avenir, méritent que nous t'élevions au gouvernement et bénéfice de notre Ordre.* Como vemos, os católicos da França não acreditaram nas calúnias espalhadas pelos calvinistas despeitados pelo fracasso de sua intervenção no Brasil.

Beauvais-en-Gatinais seria o refúgio final de Villegagnon, mas isso não significou que ele se limitou a gozar as mordomias da comandaria. Pelo contrário, continuou ativíssimo após um ligeiro descanso para reorganizar suas finanças e seu novo bailio, aliás, bastante rentável. Recebia ele como rendas anuais cerca de 3.600 libras e, além das propriedades em Beauvais, ainda dispunha de uma confortável residência em Nemours, que Villegagnon ocupava amiúde. Parisot, portanto, foi generoso com seu antigo chefe. O irmão de Villegagnon, Felipe, por um ato diante do tabelião de Jouy, de 15 de novembro de 1560, deu-lhe também o usufruto das casas, das terras e da senhoria de Villegagnon pelo resto da sua vida. Constata-se assim, mais uma vez, que Villegagnon não era o monstro, o tirano, o assassino pintado pelos pastores reformistas que estiveram na França Antártica.

Uma vez reorganizada sua vida na França, Nicolas retomou a antiga querela com Calvino. Passou uma temporada em Paris na residência do grão-mestre da Ordem de Malta e lá redigiu um documento intitulado *Resposta aos Artigos que os Ministros de Calvino haviam publicado na França Antártica sobre a Eucaristia*. Seu texto teve a aprovação do cardeal de Lorena e, posteriormente, do rei de França. Enviou cópias ao Duque de Montmorency, aos magistrados de Genebra e a Calvino. Com

<sup>1</sup> As comandarias eram departamentos administrativos da Ordem de Malta.

isso queria obrigar Calvino a aceitar um debate público, um duelo oratório com testemunhas e claras punições ao perdedor. Enfurecido, Calvino rasgou o documento e o pisoteou. Enviou recado a Villegagnon que se ele viesse a Genebra não sairia vivo. Como tanto Calvino como os magistrados de Genebra se recusassem ao debate, a opinião pública na França considerou o desfecho como uma vitória de Villegagnon. Isso também comprova a capacidade intelectual de Villegagnon e os seus profundos conhecimentos da fé católica.

Como Calvino não aceitou o desafio de debater com ele, Villegagnon tentou forçar o Almirante Coligny a se definir entre a fé católica e a heresia. O biógrafo Peillard comentou que esta seria uma boa oportunidade para esclarecer as responsabilidades do fracasso no Brasil. Mas, tal como Calvino, Coligny encolheu-se ao desafio. Pouco depois ocorreu o fato que iria desencadear as terríveis guerras de religião na França. A morte de Francisco II, marido de Maria Stuart, elevou ao trono um menino de 15 anos, Carlos IX, e deixou o Governo nas mãos da viúva de Henrique II, a rainha-mãe italiana Catarina de Médicis. Nesse ano de 1561, os calvinistas dispararam novamente violentas acusações contra Villegagnon, tachando-o de ateu, bêbado, anabatista, sedicioso, frenético, insensato etc., visando a desforrar-se dele pelo desafio a Calvino. Imprimiram um folheto de oito páginas contra Villegagnon, que não continha o nome do autor, nem do editor e nem da cidade onde foi impresso. O autor pode ter sido Theodore de Bèze, assistente direto de Calvino, ou Pierre Richer, um dos pastores que estiveram no Rio de Janeiro, que

o pintou como se fosse um ciclope... Richer colaborou no texto de Jean de Léry, o que vem prejudicando a imagem de Villegagnon há mais de quatro séculos.

Na época, Villegagnon foi escolhido pelo grão-mestre da Ordem de Malta como seu embaixador junto ao Concílio de Trento, mas não pôde comparecer por motivo de doença, ou porque ele não aprovava a conduta escandalosa do Papa Julio III. Em 17 de janeiro de 1562, Catarina de Médicis assinou um édito autorizando os huguenotes a exercer seu culto fora das cidades e no interior de suas casas. Para os católicos isso foi demais e, para os protestantes, de menos. E as violências e assassinatos prosseguiram. Mercenários suíços e alemães cometeram atrocidades de ambos os lados. O Príncipe de Condé solicitou auxílio da Rainha Elizabeth para a causa protestante, e o risco era imenso: a Normandia poderia cair nas mãos dos ingleses.

E o *velho* Villegagnon pegou em armas novamente por ocasião do cerco de Rouen, sitiada pelos católicos. Armado da cabeça aos pés, Villegagnon foi dos primeiros a entrar nas brechas abertas nas muralhas pela artilharia dos católicos. Infelizmente, um golpe de arcabuz feriu-o. Ao cair por terra quebrou uma perna e teve de ser retirado da batalha. Rouen foi tomada finalmente pelos católicos e Villegagnon convalesceu em Plombières, aproveitando suas águas minerais. Depois desse acidente, ele passou a mancar de maneira permanente, embora mais tarde tenha podido cavalgar novamente. Em 10 de janeiro de 1563, Pereira Dantas, embaixador de Portugal em Paris, recebeu a visita de um cavaleiro que caminhava com dificuldade, apoiado em uma bengala. Era



Villegagnon, que vinha pedir indenização ao Governo português...

Seu amigo François de Guise foi assassinado no mesmo ano e isso abateu Villegagnon. A situação dos católicos na França estava periclitante e Villegagnon chegou a tomar providências para viajar até a Espanha para oferecer seus serviços ao Rei Felipe II, filho de seu antigo protetor Carlos V. Antes, porém, foi recebido em audiência por Catarina de Médicis, clamando pelo julgamento de Coligny. A regente ouviu-o atentamente e lhe disse: *Assurez-vous, Villegagnon, je suis votre amie*, mas não tomou providências, evitando agravar ainda mais a questão religiosa. Villegagnon tinha 53 anos e estava cansado: voltou a Beauvais e passou o ano seguinte tratando de seus problemas de rotina na administração.

Em janeiro de 1565, Villegagnon estava de novo de armas na mão para acompanhar o cardeal de Lorena, que desejava entrar à força em Paris com seus alabardeiros. Montmorency, governador da capital, desarmou-os na porta de Saint-Denis, até mesmo nosso herói que estava na primeira fila, ao lado do cardeal. Os poetas huguenotes aproveitaram para fazer versinhos e canções debochando de Villegagnon.

Pouco depois ele teve de entrevistar-se novamente com Catarina de Médicis por assuntos da Ordem de Malta. A regente pretendia oferecer o grande priorato da França ao cavaleiro Michel de Seurre, mas a direção da Ordem discordou e encarregou Villegagnon de apresentar suas *remontrances* à rainha-mãe. Ele defendeu tão bem os pontos de vista da Ordem nessa audiência que Catarina lhe deu ganho de causa e o cavaleiro de Seurre não foi nomeado.

Em julho de 1566, Villegagnon aceitou acompanhar Henrique, o jovem Duque de Guise (filho de seu amigo François, recém-assassinado), à Hungria. O rapaz só tinha 16 anos e Villegagnon deveria aprimorar a educação militar do príncipe. Villegagnon aproveitou para redigir cartas e relatórios diplomáticos e militares ao cardeal de Lorena sobre as intenções dos turcos e do imperador. De volta, esteve na Alemanha, mas regressou à calma de Beauvais. Nesse ínterim, a guerra religiosa tomava maior volume, e Condé e Coligny prepararam um golpe para seqüestrar Catarina e Carlos IX, visando a que abolissem os entraves comerciais contra os huguenotes. Catarina foi salva pelos mercenários suíços e compreendeu finalmente que não podia continuar a contemporizar com os protestantes. A guerra civil esquentou novamente e Villegagnon foi nomeado governador da cidade de Sens, uma das entradas da capital. Seu protetor Montmorency acabara de morrer em uma escaramuça perto de Paris.

A situação das tropas reais, católicas, ficou precária, tanto mais que os sucessores de Montmorency, os Duques de Anjou e de Guise, eram pouco experientes, em face dos competentes chefes protestantes Coligny e Condé. Villegagnon foi notável na defesa de Sens, pondo em fuga as tropas muito mais numerosas do Príncipe de Condé. Logo depois ele se apoderou de Auxerre, fechando definitivamente o caminho de Paris para os protestantes. Em 1568, Condé foi morto e Coligny refugiou-se na Alemanha. Foi a vez de os *chansonniers* de Paris cantarem as proezas de Villegagnon... Tinha ele então 58 anos. O Duque de Anjou, que temia a queda de Sens, escreveu-lhe pessoalmente agradecendo sua atu-

ação e iniciou a sua carta por *mon frère*. Por outro lado, Villegagnon manteve correspondência regular com o Rei Carlos IX, informando todos os pormenores da guerra em Sens e Auxerre. Depois da paz, Villegagnon atuou até como urbanista em Sens, lá construindo dois *boulevards* nas áreas destruídas pelos bombardeios dos protestantes. Em março de 1568, a paz foi assinada, Villegagnon deixou Sens completamente reequipada e reorganizada, e voltou a Beauvais. Ele não tinha ilusões sobre aquela paz tão frágil.

No seu bailio, Villegagnon descansou e leu muito. Redigiu outra controvérsia religiosa contra o luterano Valentin Vannius e levou seu manuscrito à Sorbonne, obtendo aprovação da faculdade de teologia. No entanto, a guerra religiosa reacendeu-se e Villegagnon teve novamente de deixar a pena pelas armas. Designado para defender a região de Sens, ele não perdeu tempo. O Duque d'Alençon escreveu ao Rei Carlos IX: *Le dit sieur de Villegagnon a jusques ici fort bien nettoyé le pays*. Mas, a partir de junho de 1569, ele regressou a Beauvais e não tomou mais parte em batalhas. Carlos IX nomeou-o *gentilhomme* da câmara do rei de França. O gosto pelos estudos de direito foi retomado por Villegagnon, que frequentou a Sorbonne e o Parlamento. Em 1570, ele foi escolhido pela Ordem de Malta como seu embaixador junto à corte francesa. Era um fim de carreira consagrador para um homem de sessenta anos.

Villegagnon fez ainda várias aparições na corte francesa, mas teve o desagrado de ver a volta de Coligny, outra vez nas graças de Catarina de Médicis. A italiana era ad-

mirável na arte de tergiversar, de prometer e não cumprir. Em 15 de janeiro de 1571 (1572 pelo novo calendário), Villegagnon falecia em sua cama, como um burguês de Paris. Deus não lhe concedeu a satisfação

de saber do assassinato de seu inimigo Coligny, de ouvir que o seu cadáver foi defenestrado, atirado ao Rio Sena e depois pendurado pelos pés. E Villegagnon já estava morto há mais de oito me-

ses quando ocorreu a noite de 24 de agosto de 1572, a trágica São Bartolomeu, na qual milhares de protestantes foram trucidados em toda a França.

Ao falecer, Nicolas Durand de Villegagnon não deixou uma grande herança. Legou todos os seus bens aos pobres de Paris: *À ceux condamnés à l'éternelle misère, le peuple de Paris*. Foram apenas 1.850 libras, mas, depois de impostos e descontos burocráticos, os pobres de Paris só receberam a metade... Villegagnon foi enterrado na capela da comandaria de Beauvais. Na verdade ele não morreu lá e sim em Pluviers-en-Beauce, aonde havia ido para fazer uma inspeção. O que resta dele hoje? Uma placa na sua casa natal e uma ilha com seu nome na Baía de Guanabara...

### Conclusão: vilão ou herói?

Um de seus contemporâneos descreveu Villegagnon assim: *Audacioso como um francês, esperto como um inglês e dissimulado como um jesuíta espanhol*. Sem dúvida, ele foi audacioso, valente e até imprudente em combate. Esperto também para superar as limitações de sua pe-

quena nobreza. Dissimulado por vezes sim e, como um jesuíta espanhol, ele foi sempre fiel a Deus, ao catolicismo e a seu rei.

Os protestantes inventaram que no Brasil ele se havia convertido ao calvinismo e depois repudiado e perseguido ferozmente os calvinistas. Tudo mentira, mas essas mentiras foram repetidas durante séculos e danificaram a sua imagem de bom católico, homem honesto e tolerante. Em 1991, foi publicada na França a biografia de Leonce Peillard, que o defende e refuta todas as invenções de seus inimigos calvinistas. Em 1995, nova edição do livro de Jean de Léry renovou todas as acusações falsas contra Villegagnon. Será que 420 anos depois de sua morte está sendo revivida a controvérsia entre católicos e protestantes? No entanto, hoje na França, o presidente católico Chirac convive cordialmente com o protestante Jospin...

No Brasil, diversos livros e folhetos, desde o século passado, repetem as acusações de Jean de Léry e silenciam a defesa de seu outro contemporâneo, André Thevet. Em 1985, o historiador brasileiro Chermont de Brito, membro do IHGB, publicou um livro que defende veementemente Villegagnon. Nós não temos dúvidas em ficar do lado de seus biógrafos Heulhard, Peillard e Chermont de Brito. Ao longo do presente estudo, acreditamos que ficou amplamente provada a inocência de Villegagnon de todas as acusações contra ele. Se houvesse nelas um fundo de verdade, como entender que os reis Francisco II e Carlos IX, Catarina de Médicis, a Ordem de Malta, o cardeal de Lorena, o Duque de Guise, isto é, os maiores líderes católicos da época, o tivessem prestigiado tanto, depois dos aconteci-

mentos do Rio de Janeiro? Como *La calúnia é un venticello*, até hoje se fala nos pretensos atos de violência cometidos por Villegagnon na Guanabara.

Portanto, Villegagnon não foi um vilão. Como compará-lo aos conquistadores ávidos e sanguinários do seu século, a um Pizarro ou a um Cortez? Tampouco foi um pirata. Era católico intransigente e, por isso, pagou com o desgaste pessoal e de sua fortuna. Seus atos sempre ocorreram dentro da mais total legalidade. Seu comportamento foi o de um soldado apaixonado pelas tarefas que lhe confiaram. Hábil diplomata e negociador, foi talvez demasiado rígido em defesa de suas crenças religiosas. Bom advogado, escritor culto, não suportava divergências dogmáticas e reagia com intransigência. Por isso, alienou muitas simpatias e complicou sua vida. Tivesse ele realmente fraquejado em sua fé no Brasil, não teria sido depois altamente prestigiado pela Ordem de Malta e por toda a realza católica da França.

Foi ator e testemunha dos grandes acontecimentos do seu tempo, viveu uma existência fascinante e inconcebível para uma pessoa de sua origem relativamente modesta. A universalidade de sua atuação política e militar parece até inexplicável neste final do século XX. Mas seria ele um herói, como indaga o título deste estudo? Sem dúvida realizou feitos heróicos: o seqüestro de Maria Stuart, sua atuação na Batalha de Argel, no cerco de Rouen, na defesa da Ilha de Malta e da cidade de Sens. No sentido forte da palavra, Villegagnon foi um homem bravo, culto e honesto, com lampejos de heroísmo. Por isso, merece ser lembrado e admirado quase cinco séculos depois de sua morte. ●

## BIBLIOGRAFIA

### Na França:

CLOULAS, Ivan - *Henri II*, edições Fayad, Paris, 1985.

COTTRET, Bernard - *Calvin*.

DUCHEIN, Michel - *Marie Stuart*, edições Fayard Paris, 1987.

FRASSER, Antonia - *Marie Stuart, Reine de France et d'Écosse*, edições Laffont, Paris, 1973.

GAFFAREL, Paul - *Histoire du Brésil Français au XVI siècle*.

HEULHARD, Arthur - *Villegagnon, roi d'Amerique, un homme de mer au XVI siècle*, edições Leroux, Paris, 1897.

LENOIR, A - *Les Provinois célèbres* (1886).

LÉRY, Jean de - *Histoire d'un voyage au Brésil*, edições Le Livre de Poche, Paris, 1995.

MARAN, René - *Nicolas Durand de Villegagnon*, edições France Empire, s/d, Paris.

MIQUEL, Pierre - *Les guerres de religion*, edições Fayard, Paris, 1987.

PEILLARD, Leonce - *Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Brésil*, edições Perrin, Paris, 1991.

Prefácio de Allain Peyreffite.

THEVET, André - *Les singularitez de la France Antarctique*, edições Le Temps, Paris, 1982.

VERTOT, abbé de - *Les Chevaliers de Malte*, século XVIII.

VILLEGAGNON, Nicolas Durand de - *Caroli V Imperatoris in Africam ad Argieram*. Parisiis, Ioannem Roygni, uia ad D. Iacobum, 1542.

— *De belo Melitensi. & eius euentu Francis imposito, ad Carolu Caesarem V*. Parisiis, Carolum Stephanu, 1553. Não paginado.

— *Response aux libelles d'injures publiez contre le chevalier de Villegaignon*. Au lecteur Chrestien. A Lion, par Benoit Rigavd, 1561.

— *Estrille pour blason d'armoiries de la Chevallairie de Villegaignon*. Paris [s. ed.] 1561.

— *Relation de l'expédition de Charles-Quint contre Alger*. Suivie de la trad. du texte latin par Pierre Tolet. Publiées par H. D. de Grammont. Paris, Auguste Aubry; Alger, Juillet St. Larger, 1874.

### No Brasil:

ANDRADE, Leoncio Caldeira de - *A igreja dos fiéis (Coligny no feudo de Villegagnon)*, editora Centro Brasileiro de Publicidade, Rio de Janeiro, 1947.

BRITO, Chermont de - *Villegagnon, rei do Brasil*, editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1985.

LÉRY, Jean de - *Viagem à terra do Brasil*, edição da Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1961.

NOGUEIRA, Manuel Tomás Alves - *Villegagnon*, coleção Epasa, Biblioteca Brasileira de Cultura, Rio de Janeiro, 1944, Prefácio de Basilio de Magalhães.

REVISTA TRIMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), tomo 2, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1858. Contém carta de Villegagnon a Calvino.

ROCHA, Pombo - *História do Brasil*, volume 1, editora Jackson, Rio de Janeiro, 1935.

SENNA, Nelson - *Os Protestantes no Brasil*.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo - *História Geral do Brasil*, Editora Melhoramentos, tomo 1, 4ª edição, São Paulo, 1948.

VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. *Carta a Calvino*, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1840, páginas 198 a 202.

### Na Alemanha:

NOGUEIRA, M. T. Alves - *Der Mönchritter Nikolaus von Villegagnon*, edição do Brockhaus de Leipzig, 1887. Republicado em português em 1944.

### Na Itália:

VILLEGAGNON, Nicolas Durand de - *Ad articulos Calvinianae de sacramento eucharistiae traditionis*. Gasparem Bindonum, Veneza, 1562.

# O Enigma dos Submarinos

## (Nordeste do Brasil, 1942)

*José Fernando de Maya Pedrosa\**

Os torpedeamentos de cinco mercantes brasileiros sem declaração de guerra foram a causa imediata da nossa beligerância contra o Eixo. Este artigo ajuda o leitor a fazer o seu próprio julgamento sobre a versão segundo a qual os torpedeamentos teriam sido efetuados por submarinos norte-americanos, a fim de forçar o Brasil a tomar partido na guerra do lado dos aliados.

### O FATO E SUA ORIGEM

**T**odos reconhecem que os torpedeamentos de agosto de 1942, ocorridos no litoral de Sergipe e Bahia, ocupam lugar importante na História contemporânea do País.

Para entendermos melhor o quadro brasileiro mundial em que aqueles fatos ocorreram, teremos de focalizar o período que durou de 1934 a 1942, primórdios e início da Segunda Guerra Mundial. E então encontrarmos uma resposta para uma pergunta inquietante que, ainda hoje, paira na mente dos nordestinos: *Terão sido mesmo os alemães os autores daqueles afundamentos?*

Sabe-se que os torpedeamentos dos cinco mercantes brasileiros, sem aviso ou declaração de guerra (*Baependi, Araraquara,*

*Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará*), foram causa imediata da beligerância brasileira contra o Eixo, como que o desaguar violento de um rio no oceano, depois de percorrer as margens de um curso acidentado e cheio de ilusões.

Vivemos em Maceió uma revolta popular contra os descendentes de alemães e italianos, de resto contra os simpatizantes do nazifascismo.

Ficaram indelévels na memória dos alagoanos as agressões a uma família pacífica e obreira de descendentes de italianos na Rua Silvério Jorge, os prisioneiros nazifascistas em trabalhos forçados de limpeza e reparos na cidade, os naufragos do *Itapagé* chegando à Cruz Vermelha ensanguentados, no cruzamento da Rua do Imperador com o trilho do trem, em setembro de 1943. Em todo o Brasil explodi-

\* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio Titular do IGHMB.

ram os protestos contra a Alemanha e pediu-se a beligerância contra o Eixo.

E, então, Maceió transformou-se numa praça de guerra, dois batalhões de infantaria, um grupo de artilharia de São Paulo, marinheiros, aviadores e soldados norte-americanos nas bases da Levada e do Tabuleiro, os dirigíveis *blimps*, os aviões cor de alumínio brilhando pelos ares, as luzes dos automóveis e bondes pintadas de preto, os *blackouts*, os alarmes sonoros, os comboios, os navios de guerra.

Finalmente, tudo se foi. Tudo terminou quase sem deixar vestígio, restando muito pouco daqueles três anos de guerra: o jeito informal dos americanos, a Coca-Cola, o namoro agarradinho, o desejo de viver bem, de sermos um dia ricos como eles.

Mas, no fundo dos espíritos de muitos brasileiros, especialmente do Nordeste, restou a convicção de que os afundamentos de agosto foram obra dos submarinos norte-americanos.

Há um aspecto crítico nessa história dos submarinos.

Diante da importância da participação brasileira combatendo pelos Aliados – soldados, marinheiros e aviadores sacrificados no duro cumprimento de seus deveres – torna-se necessário o esclarecimento dessa interpretação, para que não se incorpore a vergonha nacional de termos sido iludidos. De termos lutado e morrido por uma traição, ao lado dos traidores.

Começemos por perguntar a nós mesmos: O que poderia fundamentar tal convicção de tantas pessoas?

Ou seja, em outras palavras, o que teria levado os norte-americanos a uma operação de tamanho nível de clandestinidade

e traição, sacrificando 607 vidas inocentes naqueles mercantes?

A resposta é simples para os que acreditam naquela versão o Governo norte-americano desejava levar o Brasil à guerra contra o Eixo, dada a importância estratégica do Nordeste, quando o Governo brasileiro estava relutante, até inclinado para o nazifascismo.

O governo Vargas e seus generais e almirantes, segundo tais argumentos, eram germanófilos, ex-integralistas e jamais lutariam pelos americanos não fossem os torpedeamentos atribuídos aos submarinos alemães.

Essa foi a lógica – melhor dizendo – essa ainda é a lógica daquela fatia de nossa opinião.

Gostaria de iniciar este ensaio rememorando os fatos:

Outubro de 1930 – Termina a República Velha. Governo Provisório de Vargas.

Outubro de 1932 – Termina a Guerra Civil de São Paulo. Seguem-se a Constituição de 1934 e os conflitos entre fascistas e comunistas.

Julho de 1935 – Fechamento da Aliança Libertadora Nacional (esquerda).

Novembro de 1935 – Intentona Comunista. Propaganda do ódio com estímulo do Governo.

Novembro de 1936 – Visita do Presidente Roosevelt ao Rio de Janeiro.

Dezembro de 1936 – Surge o Pan-americanismo na Conferência de Buenos Aires. Adesão irrestrita do Brasil.

Novembro de 1937 – Estado Novo. Tem início a Ditadura Vargas.

Dezembro de 1937 – Fechamento da Ação Integralista Brasileira (direita).

Março de 1938 – O Embaixador alemão

Karl Ritter foi considerado *persona non grata*. Ocupação militar das colônias alemãs no Sul. Fechamento de um partido nazista brasileiro.

Maio de 1938 - Intentona Integralista ao Palácio Guanabara e quartéis. Nova onda de ódio e perseguições. Embaixada alemã suspeita de participação na Intentona.

Fevereiro de 1939 - Visita do Ministro Osvaldo Aranha aos Estados Unidos. Acertos financeiros e promessas de aproximação militar. Ainda em 1939, visitas de Marshall ao Brasil e de Goés Monteiro aos Estados Unidos.

Setembro de 1939 - Início da Segunda Guerra Mundial. Polônia invadida. Inglaterra rompe com o Eixo e bloqueia o Atlântico Norte.

Novembro de 1939 - *Planos Rainbow* (EUA) planejam a ocupação do Nordeste. Reações do Governo brasileiro às abordagens dos EUA. Início das negociações militares Brasil-EUA.

Junho de 1940 - França, Bélgica e Holanda são invadidas pela Alemanha.

Discurso de Vargas contra o liberalismo. Entretanto, nota do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP reafirma solidariedade continental do Brasil.

Julho de 1940 - II Reunião de Chanceleres em Havana - Irrestrita solidariedade continental.

Outubro de 1940 - Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA. Cria-se uma Comissão Militar Mista Brasil-EUA para o planejamento de defesa comum. Fornecimento de armas. Levantamento aéreo do Nordeste pelos EUA. Objetivo: construção de bases aéreas e navais dos EUA.

Dezembro de 1941 - Ataque japonês ao Havaí. Solidariedade brasileira. FT3 dos EUA já operava com base em Recife. Antigas *Patrulhas da Neutralidade*, agora beligerantes da 4ª Esquadra dos EUA.

Janeiro de 1942 - III Reunião de Consulta de Chanceleres no Rio de Janeiro. Discurso acusatório de Osvaldo Aranha contra o nazifascismo. Rompimento de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo.

Fevereiro de 1942 - Início dos torpedeamentos de nossos mercantes pelo Eixo. Foram 13 afundamentos com 135 mortos no Caribe e no Atlântico Norte. Governo alemão assume a responsabilidade.

Agosto de 1942 - Campanha submarina no Nordeste. Beligerância brasileira contra os países do Eixo. A Alemanha não protesta contra os motivos brasileiros.

## NEUTRALIDADE SUSPEITA

De fato, o Governo brasileiro, durante o início do período revolucionário de 1930 até o Estado Novo, em novembro de 1937, pela própria natureza do regime, a *Nova Ordem* corporativista, centrada no culto da personalidade e na propaganda estatal, duvidava da excelência dos partidos políticos e da imprensa livre, acreditava na ingerência governamental nos sindicatos, como outorgante de uma constituição copiada da Itália de Mussolini, tendo o comunismo como o *armagedon*. Nada mais lógico que se pensasse que o oficialismo nacional era a cópia do nazifascismo europeu.

Um pouco antes, Getúlio Vargas, saltando entre o arbítrio e a obediência à Constituição anódina de 1934, enfrentou a conspiração de Carlos Prestes (treinado para a Revolução no *Comintern*), tornou clandestina a Aliança Libertadora Nacional de um milhão de socialistas e comunistas (julho, 1935) e esmagou a Intentona Comunista de novembro de 1935. Havia colocado no cárcere 17 mil militantes de esquerda acusados de conspirar contra a ordem, apoiados pela União Soviética. Era parte verdade, parte propaganda do Governo, maquinacões em busca de motivos para a instituição do arbítrio.

Logo a imprensa mundial identificou a tendência brasileira para o afastamento do liberalismo político, no momento em que as leis e decretos-lei eram feitos pelo arbítrio do Presidente e os integralistas desfilavam com milhares de *camisas-verdes* para as sacadas presidenciais ornamentadas por generais e almirantes, Plínio Salgado alçado a Condestável da República.

É preciso reconhecer que, nos anos de 1934 e 1935, enquanto o governo de Vargas abrigava muitos integralistas e teóricos do autoritarismo, deixava no ostracismo os liberais do modelo Rui Barbosa, os que acreditavam na liberdade de imprensa, no contrapeso das minorias, nas

eleições representativas, no federalismo e nos direitos da pessoa humana, idéias afastadas ou esquecidas.

Nas Forças Armadas, observava-se a mesma tendência, temperada ainda por certa simpatia pelos feitos econômicos e sociais da Alemanha recuperada. Nelas crescia a cotação do autoritarismo centrado num líder do tipo Franco ou Salazar, Mussolini e Hitler, cujo discurso apontava para uma mística militarista. Havia o impacto da Guerra Espanhola na mente de todos.

Pois bem, saltemos agora para o âmbito internacional, para sabermos o que pensavam do Brasil lá fora.

Na Embaixada alemã no Rio de Janeiro, o Embaixador Ritter e, por certo, os funcionários alemães tinham como certa a cooptação das autoridades militares, especialmente do General Dutra, Ministro da Guerra, e do General Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, e garantida a simpatia do Presidente Vargas pelo nazifascismo, inclinando-se para a Alemanha. É a opinião de historiadores brasileiros e de, pelo menos, quatro estrangeiros.<sup>1</sup>

O adido militar alemão, General Günther Niefenfur, distribuía livremente, nas unidades do Exército e nos navios da Marinha, literatura de propaganda mi-

*É preciso reconhecer que,  
nos anos de 1934 e 1935,  
enquanto o governo de Vargas  
abrigava muitos integralistas  
e teóricos do autoritarismo,  
deixava no ostracismo os  
liberais do modelo Rui Barbosa,  
os que acreditavam na  
liberdade de imprensa, no  
contrapeso das minorias, nas  
eleições representativas, no  
federalismo e nos direitos  
da pessoa humana, idéias  
afastadas ou esquecidas.*

<sup>1</sup> Conn e Fairchild, o brasilianista Frank McCann Jr e Jürgen Rohwer, Diretor do Museu de História Contemporânea de Stuttgart, Alemanha.



litar do III Reich, livros, revistas, folhetos, álbuns fotográficos. Fazia conferências na Escola Militar do Realengo.

No meio civil, Ritter movimentava-se com desembaraço entre os integralistas e os colonos de origem alemã no Sul, onde havia o Partido Nacional-Socialista e onde trabalhavam alguns agentes e funcionários de propaganda da embaixada alemã.

No Departamento de Estado dos Estados Unidos os sentimentos em relação ao Brasil ainda eram ambíguos, por volta de 1937.

De um lado, o Subsecretário Summer Welles, influenciado durante meses pelo Embaixador Osvaldo Aranha, em Washington, e pelo Embaixador norte-americano Jefferson Gaffery, no Rio de Janeiro, acreditava que o governo de Vargas *ensaiava uma solução bem brasileira*, na qual não se impunha um alinhamento econômico, político e militar com a crescente Alemanha, nem o afastamento do Brasil dos seus vizinhos do continente.

Vargas chegou a dizer a Gaffery que usava os integralistas para contrapeso dos comunistas, e que logo ficaria livre deles também.

Afinal, era no Rio de Janeiro que a diplomacia norte-americana encontrava maiores facilidades em toda a América do Sul, considerando-se também que o Brasil fora aliado dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial como beligerante hemisférico. Sobretudo importava muito a posição pan-americanista do Governo brasilei-

ro confirmada por Roosevelt, ao passar pelo Rio de Janeiro, em novembro de 1936, repetida na Conferência de Buenos Aires, no mês seguinte, e em Lima em 1938.

Para a imprensa norte-americana o Estado Novo era uma *solução corrompida* do fascismo.

O Embaixador Aranha, muito realista e literal (embora estadonovista), conseguia atenuar a paisagem fascista do Governo.

Desde 1936, vinha dizendo que considerava os Estados Unidos a única alternativa válida para o comércio e a de-

fesa do Brasil, se fosse repetido o bloqueio dos mares em guerra européia.

Certamente por influência dele, em janeiro de 1937, antes mesmo do Estado Novo, ficou documentada uma manifestação um tanto surpreendente do Governo brasileiro. Vargas, Presidente eleito pelo Congresso Constituinte de 1934, ofereceu ao Governo norte-americano autorização para que instalasse bases navais e aéreas em nosso território para a defesa do Canal do Panamá, assinalando a hipótese de um ataque ao continente, afirmando ainda que *os interesses vitais do Brasil* (neste caso) *estariam necessariamente envolvidos* (Frank McCann Jr, em *Aliança Brasil - Estados Unidos*, 1937-45, BIBLIEX).

Correspondência de Osvaldo Aranha para Summer Welles, em setembro de 1937, asseverava que os Estados Unidos tinham por obrigação tomar a seu cargo a defesa continental antes que a Alema-

*Correspondência de Osvaldo Aranha para Summer Welles, em setembro de 1937, asseverava que os Estados Unidos tinham por obrigação tomar a seu cargo a defesa continental antes que a Alemanha o fizesse e arrebatasse a independência sul-americana.*

nha o fizesse e arrebatasse a independência sul-americana.

No Peru, ano 1938, dezembro, o Brasil defendeu as teses norte-americanas de solidariedade continental, enfrentando as restrições da Argentina e redigindo entusiasticamente a famosa *Declaração de Lim* – solidariedade em caso de ataque externo.

Entretanto, admite-se, até então a ideologia do oficialismo brasileiro, oficialmente neutral como a dos Estados Unidos, sugeria inclinação para a Alemanha, situação que logo mudaria no correr do ano de 1938, especialmente depois do assalto integralista de Severo Fournier ao Palácio Guanabara, em maio.

## EVOLUI A POSIÇÃO BRASILEIRA

O cenário brasileiro do Estado Novo, quando os poderes pessoais do Presidente Vargas foram ampliados, rasgada a Constituição de 1934, assinalou notável inflexão no relacionamento do Governo com os integralistas de Plínio Salgado. É para esta inflexão que chamo a atenção dos leitores. Vargas estava agora fortalecido e contando com o formidável apoio e confiança das Forças Armadas.

Os historiadores observam que a personalidade de Vargas já havia aflorado completamente e que um dos seus traços pessoais era o de não dividir poderes com facção política alguma.

Deu muitas demonstrações de que o crescimento da Ação Integralista era uma ameaça a sua posição, principalmente quando Plínio Salgado planejou uma marcha sobre o Rio de Janeiro com trezentos mil de seus seguidores, *para mudar o Brasil*.

O insucesso do Partido Comunista do Brasil na clandestinidade, evidenciado no fechamento da Aliança Nacional Libertadora e no fracassado *putsh* de novembro de 1935, era um alívio para o Governo, mas restava a ameaça da extrema direita.

Nesse pensamento, Vargas sentiu a concordância de seus generais mais chegados ao poder, alguns preocupados com a situação da Argentina e dos colonos alemães do sul. Estes, por sua vez, deram motivos de sobra para uma reação do Governo.

Alarmavam os militares e o próprio Vargas as manifestações pró-Alemanha daqueles colonos estimulados pelo Embaixador Ritter e por agentes de propaganda nazista, como o organizador e meio diplomata Hans Von Cossel, que terminou sendo expulso do País em fevereiro de 1938, enquanto Ritter era considerado *persona non grata* e mandado de volta.

Além de tudo isso, ofendiam o espírito de Vargas e de seus generais, de resto de todos os brasileiros de bom senso, os boletins das embaixadas brasileiras na Europa assinalando o discurso do Partido Nacional-Socialista Alemão, afirmando que se pretendia criar, no Brasil, uma *Grande Alemanha*, transformando um *Estado corrupto mestiço* no domínio alemão com *nova filosofia*.

No correr do ano de 1942 tal ambiente seria agravado pelo escândalo da espionagem na Artilharia de Costa do Rio de Janeiro, quando um capitão do Exército levou informações militares secretas para a Embaixada alemã. Preso em 1942, foi condenado a dez anos de prisão.

Como medida oportuna, antes mesmo da intentona de maio, Vargas nomeou o General Cordeiro de Farias para interven-

tor no Rio Grande do Sul, com a incumbência de desmontar o germanismo na região, incluindo Santa Catarina. Três regimentos foram deslocados para a área das colônias e obrigaram as escolas a ensinar o português. Era uma clássica medida de nacionalização de uma área que, na verdade, estava fora do contexto da unidade nacional.

No início do ano, maio e abril de 1938, dois decretos-leis restringiram dramaticamente o movimento cultural e político que a Embaixada de Ritter desenvolvia aqui, tendo ele classificado publicamente a atitude de Vargas como *dirigida contra a Alemanha como nação*. Uma sucursal do Partido Nacional-Socialista foi fechada.

Os ofícios arrogantes de Ritter ao Ministro Aranha diziam que os brasileiros descendentes de alemães eram súditos da Alemanha, o que feria a doutrina brasileira da unidade nacional, provocando a expressão de nosso ministro de que aquilo era uma *manifestação estereotipada da diplomacia inábil dos alemães*.

Todos, diplomatas alemães e seus simpatizantes no Brasil, estavam constrangidos com aquele fechamento inesperado da Ação Integralista Brasileira, em dezembro de 1937, enquanto Plínio Salgado manifestava a sua amargura em famosa carta a Vargas, e todos os seus auxiliares estavam no exílio ou nas prisões.

O relacionamento com a Alemanha fora prejudicado com as acusações da imprensa brasileira (diga-se, dirigida pelo Governo e influenciada pelos Estados Unidos) de que a Embaixada do III Reich influenciou na preparação do assalto integralista ao Palácio Guanabara, que quase sa-

crificou a vida do próprio Presidente e seus familiares. As prisões estavam repletas com dez mil integralistas simpatizantes do nazifascismo ou, pelo menos, assim considerados.

A imprensa alemã acusava Vargas de atender às pressões dos norte-americanos, considerando os alemães como *bodes expiatórios*.

Assim, quase terminado o primeiro ano do Estado Novo, a inclinação de Vargas e de sua equipe de governo para o III Reich alemão começava a retroceder, pressionados por uma nova realidade. Estava crescendo de prestígio no Governo a corrente que nos a aproximava dos Estados Unidos.

Desse clima de constrangimentos, nasceu a reversão estratégica e diplomática do Brasil. Passamos de uma neutralidade com inclinação para a Alemanha para uma neutralidade com aproximação continental com os Estados Unidos da América.

No Exército e na Marinha cresceu a adesão às teses continentais ou hemisféricas, os oficiais integralistas (depois do assalto de maio) e simpatizantes do fascismo, quando não reformados compulsoriamente, foram aderindo ao governo Vargas, ou melhor, ao Estado Novo. Os germanófilos refratários às novas posições do Governo foram sendo superados e perderam a coragem de lutar abertamente pelas suas tendências pró-Alemanha.

Sabemos que o fator econômico pesava cada vez mais na posição brasileira. A hipótese de um bloqueio marítimo da Alemanha (predominantemente continental) deixava improvável qualquer aliança comercial e muito menos militar sólida com aquele país.

## PRESSÕES DA GUERRA

A beligerância da Inglaterra, consequência da invasão da Polônia no dia 1º de setembro de 1939, foi decisiva para os Estados Unidos da América e, por via de consequência, para o Brasil.

As ilhas britânicas eram o escudo físico do continente americano, a origem cultural e política dos Estados Unidos.

Por isso, desapareceu a influência do isolacionismo nos Estados Unidos, ganharam os que se preocupavam com a preparação para a guerra.

Por tudo isso, no final do ano, cresceram as abordagens políticas dos Estados Unidos junto ao Brasil, em vista de sua marcante importância estratégica. Formularam-se planos de guerra que logo se transformaram em ações preparatórias da Embaixada norte-americana e de autoridades militares com cobertura diplomática no Brasil.

A posição norte-americana em relação ao Brasil está esclarecida por revelações em livros, especialmente dois deles publicados pela Biblioteca do Exército, *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-45*, de Frank McCann Jr, e *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*, de Conn e Fairchild, além do magistral trabalho do Coronel Nilton Freixinho, *Instituições em Crise, Góes Monteiro e Dutra - Duas Vidas Paralelas*, pela mesma editora. Há muitas referências sobre o assunto dois alentados livros do General Paulo de Queiroz Duarte sobre o Nordeste durante a Segunda Guerra Mundial, um deles também pela Biblioteca do Exército. Referências interessantes estão em *O General Góes Depõe*, de Lourival Coutinho.

Havia dois fundamentos no planejamento militar do Departamento de Estado: o saliente nordestino era vital para o domínio da *Cintura do Atlântico*, o canal que separa Natal de Dacar.

O Eixo tinha possibilidade de chegar com tropa na região, pelos seus frequentes sucessos militares na África e pela cooperação do Governo francês de Vichy no Noroeste africano; a Inglaterra fora derrotada na África.

Naqueles planos, a defesa do Nordeste brasileiro competia aos Estados Unidos, de preferência com a anuência do Governo brasileiro, sob o argumento de que os meios militares brasileiros eram completamente incapazes para tal responsabilidade.

Considerava-se ainda que havia a possibilidade alarmante de um *golpe nazifascista* no Brasil apoiado por militares simpatizantes e colonos do Sul, o que induzia os planejadores do Departamento (vasta documentação hoje revela tal realidade) a considerar uma ocupação do Nordeste *à revelia*, na iminência da ação do Eixo na região.

Assim, de um lado havia o desejo dos Estados Unidos de colocar tropas terrestres no nordeste. Do outro, havia a determinação dos militares brasileiros (Marinha e Exército) de que a defesa do território nacional fosse tarefa brasileira, embora com apoio em armas e materiais dos Estados Unidos.

Admitia-se a existência de bases aéreas e navais daquele país na região, por necessidade militar evidente, mas sem *ocupação do território*. Sobre isso discorreremos mais adiante.

Vejamos alguns passos dados pelo governo Vargas a partir do início de 1939.

Motivado pelo interesse em desenvolver a economia nacional, foi enviado aos Estados Unidos o Ministro Aranha, das Relações Exteriores, numa viagem de cinco semanas (fevereiro e março de 1939), onde havia sido por anos embaixador.

Na viagem, tratou de empréstimos, de apoio financeiro e técnico para a indústria nacional e de exportação de borracha, minérios e produtos alimentícios para os norte-americanos. No âmbito militar, esperava-se algo que definisse o fornecimento de material bélico ao Brasil pelos Estados Unidos. As leis norte-americanas ainda não o permitiam.

A missão de Aranha foi considerada um sucesso por ambas as partes e acertaram-se visitas do General Marshall (Chefe de Estado-Maior) ao Brasil e do General Góes Monteiro, seu correspondente funcional, aos Estados Unidos, que ocorreram ainda naquele ano de 1939.

A visita de Marshall foi considerada positiva pelas demonstrações de afeto do povo no Rio de Janeiro e outras cinco cidades. Ele falou aos oficiais brasileiros e, segundo Conn e Fairchild (ver bibliografia de referência), criou um clima de intimidade entre os exércitos das duas nações e os pôs no caminho de um ideal de colaboração durante a guerra.

Mas, na verdade, Marshall pouco conseguiu convencer e nada levou de compromisso. Deixara alarmante desejo nor-

te-americano de colocar tropas terrestres no Nordeste e de assumir as responsabilidades de sua defesa. Deixou a idéia de que o Congresso dos Estados Unidos ainda não havia liberado a venda de armas para a América Latina.

Góes Monteiro, por sua vez, quando retribuiu a visita, deu um recado diplomático da posição brasileira que podemos resumir nos seguintes pontos: primeiro, o Brasil tinha preocupações de segurança ao sul, com a Argentina e com os colonos alemães; segundo, a defesa do Nordeste seria feita por tropas brasileiras contando com material fornecido pelos Estados Unidos; terceiro, o Brasil cederia locais para a instalação de bases aéreas e navais dos Estados Unidos, nas ações de defesa do território brasileiro.

Em outras palavras, surgia oficialmente a tese contrária à permanência de tropas terrestres norte-americanas, consideradas como uma ocupação lesiva à soberania brasileira e um engajamento prematuro do País na guerra, já que, apesar da neutralidade norte-americana, cedo eles entrariam no conflito. Por outro lado, sentiu-se na visita do general brasileiro a tendência para uma aproximação estreita com os Estados Unidos.

E, para confirmar a tendência para aquele alinhamento militar, o General Góes Monteiro, logo depois da invasão da Polônia (1º de setembro de 1939), tele-

*...de um lado havia o desejo dos Estados Unidos de colocar tropas terrestres no Nordeste. Do outro, havia a determinação dos militares brasileiros (Marinha e Exército) de que a defesa do território nacional fosse tarefa brasileira, embora com apoio em armas e materiais dos Estados Unidos. Admitia-se a existência de bases aéreas e navais daquele país na região, por necessidade militar evidente, mas sem ocupação do território.*

grafou ao seu confrade Marshall dizendo que era *virtualmente necessária uma colaboração mais cerrada entre os Estados Unidos e o Brasil, por haver agora um perigo iminente e real para os dois países.*

Para o Departamento de Estado, a questão das bases aéreas e navais no Nordeste, mesmo com as restrições quanto à presença de suas forças terrestres, já era um aspecto muito promissor sobre a posição brasileira.

Hoje estão publicados os documentos e comentários da época no âmbito do planejamento de guerra norte-americano. Aí estão os planos *Rainbow*, de um a cinco, prevendo o emprego, no Nordeste e em outras regiões do País, de até 84 mil homens, para debelar revoltas internas de colonos alemães e de nazifascistas, garantir a estabilidade do Governo, trazendo em seu bojo evidente interveniência em nossos assuntos internos.

Assim, vê-se que os Estados Unidos não confiavam na capacidade defensiva brasileira, nem o Governo brasileiro confiava nas intenções dos norte-americanos na ocupação de nosso território. Esse foi o pomo de discórdia nunca resolvido. Caducou quando a ameaça alemã deixou de existir em novembro de 1942, na *Operação Tõch*, invasão norte-americana do norte da África.

## REAÇÕES NACIONALISTAS DO BRASIL

Creio que o governo Vargas e seus generais levaram a pecha de colaboradores do nazifascismo também porque reagiram aos planos de ocupação do Nordeste por forças norte-americanas.

Tal juízo é confirmado pelas impressões do General norte-americano Lehman Miller, chefe de missão militar no Brasil,

que, em junho de 1940, depois de pressionar o General Góes Monteiro, em pleno Estado-Maior do Exército, afirmou ao Embaixador Gaffery que os oficiais brasileiros eram germanófilos.

O incidente criou farta documentação esclarecedora da nossa posição. E por muito pouco esse general não foi considerado *persona non grata*, a pedido do General Góes Monteiro.

O Ministro Dutra escreveu a respeito do assunto ao Presidente Vargas, no dia 5 de junho:

*...querem, sob a aparência de aliança, o domínio; pedimos armas para a nossa tropa e oferecem tropa armada para substituir a nossa. (...) replicam em defender eles próprios a nossa terra, restando a nós apenas o consolo de assistirmos à luta entre estrangeiros, nos ares, nos mares e nas praias de nossa terra.*

Afirmou ainda o ministro que os Estados Unidos queriam fazer no Brasil o que faziam nas colônias africanas e nas possessões asiáticas, desconhecendo que nosso País era livre.

E o Presidente respondeu-lhe por escrito, no dia 16, dizendo que tais eram também os seus conceitos sobre soberania quando se tratava da *guarda de nosso território e da defesa dos interesses nacionais.*

Fato interessante é que o desenvolvimento das negociações no Estado-Maior do Exército levou o General Miller a retificar suas impressões em correspondência para o Departamento de Guerra (Coronel Ridgway), dizendo que os oficiais brasileiros eram altamente nacionalistas, ciuamentos de sua soberania e opostos a qualquer medida imprudente na questão das tropas norte-americanas.

Em outubro de 1940, na visita especial do General Góes Monteiro aos Estados Unidos, depois desse período de conversações desde junho, chegou-se ao Acordo de Cooperação (depois chamado de Convênio Político-Militar Brasil-EUA), no dia 28 daquele mês, ampliado e tornado ostensivo depois da beligerância, no dia 11 de abril de 1943, sob o título de Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Junto com os entendimentos na esfera do Exército, ocorreram outros por meio de representantes do Ministério da Marinha e da recém-criada Força Aérea, cujos resultados práticos foram os seguintes:<sup>2</sup> primeiro: créditos para o Programa de Melhoria de Aeroportos a ser implantado pela Pan-American no Brasil, com 16 campos de pouso em áreas de valor estratégico; segundo: fornecimento de armas solicitadas para o Exército Brasileiro, com vistas à defesa do Nordeste (foi entregue uma relação dias depois); terceiro: fornecimento de material naval para a Marinha Brasileira e de aviões para a Força Aérea, acertando-se medidas de treinamento de pessoal; quarto: as operações navais e aéreas sobre o mar, nas regiões próximas da costa, não seriam motivo de restrições pelo Governo brasileiro; quinto: criação da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos para o tratamento das questões de defesa comum (trabalhos iniciados no dia 23 de julho de 1941); sexto: o Governo brasileiro autorizava a construção de bases aéreas e navais norte-americanas no Nordeste e comprometeu-se a

defender o Hemisfério Ocidental com tropa terrestre.

Comentando tais avanços na aproximação militar do Brasil com os Estados Unidos, sob o modesto título de *Acordo de Cooperação*, vários autores brasileiros<sup>3</sup> embora no estado de neutralidade de ambos os países, consideram-nos como autêntico engajamento de nosso País na futura guerra ao lado dos norte-americanos, de forma irreversível. Na verdade, teve força de um tratado. E, em torno disso, nosso Governo recebeu inúmeros pedidos de esclarecimentos e protestos da Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro, pelo embaixador Curt Prufer.

Estava superado, dessa forma, o acidente de percurso daquele discurso do Presidente Vargas, no dia 11 de junho de 1940, quando classificou de decadentes os regimes liberais e fez a apologia do autoritarismo, no momento em que a França capitulava (...passou a época dos *liberalismos imprevidentes*).

Desmentida por nota do DIP a intenção governamental pró-Eixo, em termos combinados no Itamaraty entre Aranha, Gaffery e Góes Monteiro, o incidente foi sendo superado pelos fatos concretos do engajamento brasileiro na defesa do hemisfério ocidental, expressão usual na época.

### DECISÃO DE ENGAJAMENTO

Devemos recordar alguns fatos dessa época que apontavam a posição brasileira no continente americano:

<sup>2</sup> Chamo a atenção para as evidências de tais compromissos na posição brasileira pró-Estados Unidos.

<sup>3</sup> General Paulo Duarte e Almirante Saldanha da Gama.

- Setembro de 1939, declaração de guerra da Inglaterra contra a Alemanha e bloqueio do Atlântico. Desapareceram as esperanças de intercâmbio do Brasil com a Alemanha.

- Junho de 1940, autorização do Governo brasileiro para que aviões militares dos Estados Unidos executassem o levantamento aerofotogramétrico do Nordeste, com vistas à construção de bases aéreas e navais norte-americanas.

- Julho de 1940, II Reunião de Consulta de Havana: *Todo atentado de parte de um Estado não americano (...) deverá ser considerado como um ato de agressão contra todos os estados americanos.*

- Janeiro de 1941, Lei Pittman autorizou o Governo norte-americano a fornecer armas aos países latino-americanos.

- Julho de 1941, chegada a Recife da Força Tarefa 3, dos Estados Unidos, comandada pelo Almirante Ingram, encarregada das *Patrulhas da Neutralidade*, onde fez base. Na verdade, patrulhava no Atlântico Sul para uma esquadra inglesa na Guiné e controlava o tráfico marítimo e os submarinos alemães.

- Agosto de 1941, assinatura pelos Estados Unidos e Inglaterra da *Carta do Atlântico*, que previa cooperação militar até a *destruição total do Eixo* (art. 6º). Nessa situação os Estados Unidos entraram virtualmente na guerra, e com eles o Brasil, pelas posições tomadas até então.

- Outubro de 1941, assinatura pelo Brasil do *Lend Lease*, empréstimo de US\$ 200 milhões, para aquisição de material bélico nos Estados Unidos.

Assim foi, em traços amplos, o processo de engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelos Aliados.

## AGRESSÃO AO CONTINENTE, POSIÇÃO BRASILEIRA

A agressão japonesa ao Havai (7 de dezembro de 1941) colocou os Estados Unidos na guerra contra o Eixo.

O Brasil imediatamente confirmou seus compromissos anteriores firmados em Havana, e sua neutralidade já um tanto suspeita foi completamente comprometida quando iniciada por Osvaldo Aranha a III Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942, vésperas de nosso rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, no dia 22.

Os discursos de Aranha, naquela oportunidade mostrando os horrores do autoritarismo nazifascista e as excelências da democracia no Hemisfério Ocidental, são razões suficientes para não mais se duvidar do engajamento do Brasil na guerra que ainda não havia sido formalmente declarado.

Tal posição foi classificada pelo Embaixador alemão Curt Prufer de *inevitavelmente uma declaração de guerra do Brasil ao Eixo*, responsabilizando nosso País por qualquer *hostilidade por parte dos meios militares do III Reich*.

Há que se reconhecer que Prufer tinha alguma razão: o Governo brasileiro, imediatamente, autorizou a Marinha do Brasil a prestar apoio irrestrito aos meios navais norte-americanos e recebeu a 4ª Esquadra dos Estados Unidos, já beligerante, em Recife e Salvador, ampliando os meios da FT3 do Almirante Ingram.

Segundo nossa Marinha, nesses dias, *forças navais brasileiras já vinham patrulhando as águas do Nordeste à procura de submarinos alemães, e um esquadrão de avi-*



ões Catalina da Marinha dos Estados Unidos baseava-se em Natal, a partir de 16 de setembro (1941). (*História Naval Brasileira*, SDGM, 5ª volume, tomo II, p. 267.

Em consequência da beligerância norte-americana, o tráfego marítimo no Caribe e no Atlântico Norte passava por uma zona de guerra onde o Eixo desenvolvia intensa e mortal campanha submarina iniciada em fevereiro de 1942. Nela, entre fevereiro e julho, o Brasil perdeu 13 mercantes com 132 mortos, o que, segundo as respostas aos nossos reclamos junto ao III Reich, foi consequência de *contrabando de guerra*, posto que os mercantes brasileiros transportavam para o inimigo minérios, produtos vegetais e alimentos em troca de armamento e munições.

Nossos mercantes passaram a transportar canhões e metralhadoras anti-submarino, algumas vezes com guarnições norte-americanas, fato considerado como ato de beligerância pelos alemães.

Com muitas razões políticas, econômicas e estratégicas, o relacionamento militar brasileiro com os Estados Unidos ampliou-se. Passamos a aceitar, em princípio, o emprego de tropa terrestre norte-americana no Nordeste, mediante autorização explícita do Governo, no caso de uma iminente agressão do Eixo na região, fato que, felizmente, não se concretizou.

O Nordeste foi guarnecido por duas divisões de infantaria em parte com armamento importado dos Estados Unidos, unidades deslocadas do sul para a re-

gião. Bases aéreas e navais norte-americanas serviam de suporte à chamada Batalha do Atlântico Sul, na qual os submarinos alemães torpedearam 53 mercantes aliados, afora 18 navios brasileiros.

A Força Naval do Nordeste, comandada pelo Almirante Soares Dutra, participou de todos os lances da guerra, integrando a 4ª Esquadra do Almirante Ingram, na caça aos submarinos do Eixo e na proteção de nossos comboios.

Foram afundados ao longo de nossa costa 11 submarinos alemães e feitos prisioneiros uma centena de seus submarinistas.

O ataque submarino de agosto iniciava uma operação contra os suprimentos que o Brasil estava entregando, via marítima, para os Estados Unidos beligerante.

### AGRESSÃO AO BRASIL. BELIGERÂNCIA

Creio que poderei, então, concluir apontando as provas, os depoimentos e as argumentações sobre a autoria dos torpedeamentos de agosto.

### Provas em documentos e depoimentos

• Conferência do historiador naval alemão Jürgen Bohwer, diretor do Museu de Stuttgart, na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, em 28 de março de 1982:

*...mas então o comando alemão tomou uma péssima decisão quando em 7 de agosto (1942) o U-507 recebeu pelo rádio a mensagem para usar manobras livres ao longo*

*das costas do Brasil (Navigator, janeiro/dezembro de 1982, p.15).*

Segundo o conferencista, Hitler deu ordens ao chefe da Marinha para planejar um grande ataque submarino aos portos do Brasil que, por motivos políticos do Ministro do Exterior, foi suspenso. Permaneceu a idéia do ataque pelo U-507.

• Memórias do Almirante Karl Dönitz (*Ten Years and Twenty Days*), a respeito dos torpedeamentos de agosto:

*Foi evidentemente um erro ter impellido o Brasil a uma declaração de guerra oficial (...) os comandantes de flotilha, entretanto, como membros das Forças Armadas, não tiveram opção, senão obedecer às ordens... (O Nordeste na Segunda Guerra Mundial, General Paulo de Queiroz Duarte).*

• *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, do Almirante Artur Oscar Saldanha da Gama.

Detalhes da Campanha do Atlântico Sul ocidental pela flotilha de submarinos do III Reich alemão e da Itália, com base nos relatórios militares alemães e italianos entregues ao Brasil pelo *Naval Historical Branch*, de Londres, e do *Ufficio Storico*, de Roma. Os relatórios foram examinados por historiadores navais e lingüistas no Simpósio sobre a Marinha Brasileira na Segunda Guerra, Serviço de Documentação Geral da Marinha, em 1974, todos julgados autênticos.

Há detalhes íntimos sobre as ações do U-507, comandado pelo Capitão Haro Schardt, naqueles torpedeamentos de agosto.

• Revista naval *Navigator e História Naval Brasileira*, seriada, 5ª volume, tomo II, do Serviço de Documentação Geral da Marinha.

Detalhes e provas históricas sobre aquela campanha.

### Argumentos de natureza histórica

Primeiro: A Declaração de Guerra do Brasil ao Eixo atribui a autoria dos torpedeamentos à Alemanha. A Alemanha até hoje não contradisse tal acusação, isto é, admitiu sua autoria.

Segundo: Que motivo teria o Governo norte-americano para levar o Brasil à guerra ao seu lado de forma tão aviltante, se já havíamos demonstrado, desde outubro de 1940, uma definição evidente a seu lado, se já estávamos com as relações diplomáticas e comerciais cortadas com a Alemanha, tínhamos a Comissão Militar Mista para o planejamento de defesa conjunta, havíamos cedido as bases navais e aéreas no Nordeste para a FT3, depois 4ª Esquadra dos Estados Unidos? Marinheiros, aviadores e soldados brasileiros estavam sendo instruídos por militares norte-americanos.

Terceiro: A documentação alemã sobre os torpedeamentos nunca foi contestada oficialmente por nenhum governo ou entidade. A autoria norte-americana não está provada em nenhum documento ou testemunho.

Baseia-se exclusivamente em suposições.

Assim, está a questão submetida ao julgamento de cada um.

De minha parte, como brasileiro, eu me sentiria mortalmente envergonhado se a autoria dos torpedeamentos de agosto tivesse sido daqueles que depois nos comandaram no Teatro de Operações da Itália.

Seria um vergonha nacional e uma ignomínia de nossos aliados. ●

## BIBLIOGRAFIA

- CANSANÇÃO, Elza, *E Foi Assim que a Cobra Fumou*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1987.
- CARVALHO, Estevão Leitão de, *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Edição A Noite, Rio de Janeiro, 1952.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Tomaz, *O Brasil na II Guerra Mundial*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1960.
- COON, Stetson e FAIRCHILD, Byron, *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2000.
- COUTINHO, Lourival, *O General Góes Depõe*, Ed. avulsa, Rio de Janeiro, 1956.
- DUARTE, Paulo de Queiroz, *Dias de Guerra no Atlântico Sul*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1968.
- , *O Nordeste na II Guerra Mundial*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1971.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *História do Exército Brasileiro, Perfil Militar de um Povo*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1972.
- FREIXINHO, Nilton, *Instituições em Crise, Góes Monteiro e Dutra - Duas Vidas Paralelas*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1997.
- GAMA, Almirante Arthur Oscar Saldanha da, *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Capemi Ed. e Gráfica Ltda., Rio de Janeiro, 1982.
- MCCANN JR, Frank, *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-45*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1995.
- NAVIGATOR, periódico, Subsídios para a História Marítima do Brasil, nº 8, janeiro/dezembro de 1982.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA, *História Naval Brasileira*, 5º volume, tomo II, Rio de Janeiro, 1985.

*“É dever de cada um perseverar  
no culto das virtudes militares e no pleno  
exercício da liderança construtiva,  
bases sólidas para o erigir da autoridade  
e do cumprimento do dever.”*

*Marcello Rufino dos Santos*



# SAINT-EXUPÉRY: o Aviador, o Filósofo, o Mito

L. N. Menezes\*

Um escritor que pilotava ou um piloto que escrevia? Poeta, moralista, pensador, ou piloto de linha, comandante de bordo, piloto de ensaios? Humanista, jardineiro, arquiteto de idéias? Ou obreiro de aviação, diretor de companhia, chefe de base, piloto de combate, piloto de *raids*? São indicações provocativas que o autor intui da apreciação que faz, neste artigo, sobre a curta mas empolgante vida de Antoine Marie Roger de Saint-Exupéry (Lion, 1900 – Alpes franceses, 1944): o aviador, o filósofo, o poeta, e escritor... o *mito*.

**A**luno *mediano*, relataram seus professores, e *piloto mediano*, reportaram seus instrutores de voo. Nada, portanto, de incomum ou genial em seus dotes. Entretanto, *espírito e intuição* acima da média, relataram seus contemporâneos, e *piloto com fogo sagrado*, conceituaram seus instrutores militares.

Tonio, seu apelido de família, era um menino talentoso (desenhava muito bem, ilustrando sua correspondência e, mais tarde, seus livros) que escutava com atenção e maravilhado as histórias que a doce imaginação da mãe inventava para suas crianças. Dedicava à sua mãe, viúva precoce, uma ternura que cultivou e expressou, viva e profundamente, durante toda a vida,

bem retratada em sua correspondência. E, nesse relacionamento, já se evidencia uma sensível personalidade nos seus escritos. Em um aniversário de sua mãe – sempre tratado como um acontecimento pela família – os filhos trazem presentes. Ao invés de recordações materiais, Tonio lhe compõe um poema:

*Dieu t'a donné la grâce et la beauté  
Et tu nous chéris, quelle félicité!*

Em sua adolescência foi um bom aluno em filosofia, enquanto em outras matérias sempre se classificou no último terço da turma. Entretanto, suas manifestações literárias já se faziam notar com a aparição de poemas e escritos variados: *Amerture, Désenchantement, Printemps de Guerre*. A leitura também se tornou hábito. Mas a atividade esportiva não entusiasma o jovem estudante.

\* Major-Brigadeiro-do-Ar. Sócio Titular do IGHMB.

Com 19 anos, após a Primeira Guerra Mundial, presta exame para a Marinha e não consegue êxito, por haver obtido a nota 1 em língua francesa!

Matricula-se no curso de arquitetura, porém, não convencido da vocação, apresenta-se ao serviço militar que, em face da sua personalidade, era uma libertação do fastio da rotina, que odiava. Assim, aos 21 anos, inicia sua vida em uniforme.

Não está claro o momento em que Saint-Exupéry começa a se interessar pela aviação. Na verdade, sua adolescência se passou em um período de grande efervescência aeronáutica, em que os pioneiros desbravaram os ares e, de uma certa forma, influenciando toda aquela geração, convidando-a para a nova aventura. Entretanto, tudo indica que seu interesse foi despertado quando de um voo de balão aos 12 anos de idade. Leia-se o poema conseqüente:

*Les ailes frémissaient sous la soufflé du soir. (Asas freíam à brisa do crepúsculo.)*

A Primeira Grande Guerra havia trazido um enorme desenvolvimento tecnológico, principalmente na aviação, que vem a se tornar a *arma de elite*, eclipsando a tradicional cavalaria.

Por essa razão, talvez, Saint-Exupéry se tenha candidatado à prestação do serviço militar no 2º Regimento de Aviação, instalado próximo a Strasbourg. Entretanto, como recruta, não tinha acesso ao treinamento aéreo. Decidido a se brevetar, se apresenta aos exames para o voo militar, porém, inicia - sob sua própria custa - o voo em um pequeno aeroclube, onde se breveta como piloto civil.

Aquela época, o treinamento militar apenas se dava nos departamentos além-mar, e Saint-Exupéry solicita transferên-

cia para o Marrocos, para esse fim. Lá teve seu *laché*. Seus nove meses de serviço militar na África não chegaram a permitir que ele se tornasse um verdadeiro piloto civil e muito menos militar. E sua veia literária ainda não havia pulsado.

Continua sua pequena carreira militar já na França e dela se afasta, em 1923. Por um período de dois anos, a vida de Saint-Exupéry foi pouco fértil: instrutor de voo, sócio de uma empresa de fotografia aérea e representante comercial de caminhões. Nenhuma dessas atividades o entusiasmou como carreira e a solidão da vida do interior fez novamente despertar sua veia poética quando da sua correspondência com os amigos e, principalmente, com sua mãe.

É também por mãos de amigos que Saint-Exupéry passa do momento literário aeronáutico para o tempo de exercício aeronáutico: um emprego na recém-formada Companhia de Aviação Latécoère.

Fundada por Pierre Latécoère - construtor de aviões - a referida companhia se propunha a iniciar o tráfego postal entre o continente europeu e o norte da África, reduzindo o tempo de percurso de 11 dias em 13 horas. Da mesma maneira, Latécoère imaginava reduzir de 23 para 7 dias o tempo de percurso de uma mala postal entre Paris e Buenos Aires. E foi na direção da Latécoère que os experientes pilotos da guerra foram direcionados, a fim de compor suas primeiras equipagens.

Em Toulouse, escritório central da Companhia, Saint-Exupéry vem encontrar-se com Guillaumet, Mermoz, Daurat e outros que viriam a compor as equipes de pilotos que desbravaram as rotas da África e da América do Sul.

*Aqui - descrevia Saint-Exupéry - a aviação é uma linda ocupação. Não é um jogo e é como eu gosto. Não é um esporte, como antes, mas algo que é inexplicável: uma espécie de guerra.*

Os aviões eram rudimentares, o altímetro era pendurado ao pescoço para evitar as vibrações do motor, as bússolas se desregulavam facilmente e as previsões meteorológicas eram pura fantasia. O voo rasante, para se livrar da chuva ou do mau tempo, era extremamente comum.

Saint-Exupéry inicia sua carreira como piloto de linha, fazendo as etapas Toulouse-Dakar continuamente. E, nesse *métier*, enfrenta a solidão, o isolamento, os *remous*, as nuvens, a chuva, as panes, as correntes descendentes, os vales e os montes, a dança nas tempestades, as praias e as palmeiras, os ventos do deserto, a bruma, o terror dos mouros... o céu e a areia. Todo esse cenário iria emoldurar as sensações, os sentimentos do jovem piloto, assegurando o conhecimento dos céus, que serviriam de estímulo para extravasar, em palavras e pensamentos, transmitidos em seus futuros escritos.

A introdução do voo noturno foi uma inovação capital para o Serviço Aéreo Postal. Entretanto, os riscos provenientes do *pérvido mistério da noite* exigiam comportamento heróico dos participantes. Quando Mermoz estabeleceu que era uma imposição implantar o voo noturno para a sobrevivência da linha, todos seus companheiros o chamaram de *louco*. E, dizia ele, *voaremos à noite com nossos homens antes de fazê-lo por instrumentos. Pilotarei o primeiro correio. Se eu passar, todos passarão após.*

E, a partir dessa decisão, a linha começa a enfrentar os vãos noturnos que,

com certeza, *carregaram* profundamente a alma e a mente do escritor-aviador em *Vol de Nuit*, sua próxima obra.

Com seu primeiro livro nas livrarias, em 1929, Saint-Exupéry pilota hidraviões recém-fabricados que se destinavam a cruzar o Atlântico em busca da América do Sul. E, logo após, aceita o cargo de chefe da Base da Aeroposta em Buenos Aires, onde permanece por um ano. Partindo dali, inaugura a linha para a Patagônia.

E foi durante sua gestão que seu amigo fraternal Guillaumet pousa em pane nos Andes entre Mendonza e Santiago, e mais tarde retorna à Base, concedendo um relatório impressionante que ilustrará escritos de Saint-Exupéry.

Foi nessa mesma época que conheceu Consuelo Carrilho Gomez, sua futura esposa e que também se dedicou à preparação de *Vol de Nuit*.

*Mais coisas sobre nós mesmos nos ensina a terra; mais do que os livros. Porque nos oferece resistência. Ao se medir frente a um obstáculo, o homem aprende a se conhecer; para superá-lo, entretanto, precisa de uma ferramenta. O avião, ferramenta das linhas aéreas, envolve o homem.*

*Como a ferramenta revela o obreiro, o avião revela o homem.*

*Trago sempre nos olhos a imagem do meu primeiro voo noturno: uma noite escura onde apenas cintilavam como estrelas, pequenas luzes perdidas nos campos. Cada uma delas marcava, no oceano da escuridão, o milagre da presença de uma consciência. Sob cada uma delas alguém trabalhava, lia, meditava ou fazia confidências. Sob outras alguém saudava o espaço ou se consumia em cálculos sobre a nebulosa de Andrômeda. Mais além se-*

ria, talvez, a hora do amor... Mas entre essas estrelas vivas tantas janelas fechadas, tantas estrelas extintas, tantos homens adormecidos!

A noite estava sem luar, eu navegava entre a bruma e as nuvens espessas que tornavam a noite mais negra ainda. Nada havia de material para mim no mundo que o meu avião. Estava "desligado de tudo". Percebi, na linha do horizonte, uma primeira luz; pensei ser um farol. Imaginem a alegria que produz um pontinho brilhante que tudo contém. Aprovei a pequena luz: era uma estrela, diz Saint-Exupéry.

Na releitura de Saint-Exupéry, a palavra estrela espiritualiza a imagem do ponto de convergência, das consciências abertas, vibrantes. Simboliza a fragilidade da vida, a solidão humana, as vias misteriosas do destino, o próprio céu. O campo celeste estrelado é, para o autor, a imagem do infinito. Um infinito cósmico, espiritual e humano. Suas obras transmitem a dignidade e o amor ao homem.

As noites de inverno haviam feito a paz com a massa montanhosa, assim os séculos com os castelos mortos.

Saint-Exupéry não usava as palavras que não fosse com reverência, e viveu pessoalmente cada palavra que empregava.

Voar, para Saint-Exupéry, não era apenas pilotar, mas era o encontro do homem e sua medida: era uma busca incansável de si próprio.

O reinado da Lua, das estrelas e dos sonhos sempre fascinou e Vol de Nuit era, antes mais nada, um canto à noite... Não é um livro sobre o vôo noturno mas, no seu

senso mais íntimo, um livro sobre a noite. Jamais vivi que não fosse após as nove horas da noite... são palavras do autor.

Seus esforços poéticos foram recompensados quando um júri feminino concede o Prêmio Femina 1931 pelo romance Vol de Nuit. Na concepção do autor, o romance era mais do que simplesmente a história do vôo noturno, mas um tratado sobre a coragem, heroísmo ou de exercício do comando e chefia.

Saint-Exupéry consegue tamanha concisão que coloca sua obra na seleção dos clássicos franceses de grande densidade.

De 1936 a 1939, Saint-Exupéry se dedica tanto às atividades aeronáuticas como às de escritor, agora como repórter dos jornais franceses L'Intransigeant e Paris-Soir para retratar a Guerra da Espanha.

Saint-Exupéry, assim como Mermoz, não mantinha nenhuma simpatia pelo fascismo nem pelos seus líderes. Mas entendia que a busca de um desafio dava à vida sua intensidade e sentido...

O segredo é muito simples: não se vê bem que não seja com o coração. O essencial é invisível para os olhos.

Combatarei para os homens contra o inimigo. Porém, combatarei sempre contra mim mesmo.

Aquele que dá sentido à vida dá sentido à morte.

Uma civilização onde o homem seja respeitado além de suas idéias, essa é a minha civilização.

Uma certa burguesia francesa é atroz, mas as doutrinárias puras do marxismo não o são menos!

**Voar, para Saint-Exupéry, não era apenas pilotar, mas era o encontro do homem e sua medida: era uma busca incansável de si próprio.**

A perda de seu companheiro Mermoz, desaparecido no seio do Atlântico Sul em 1936, estimula o escritor a produzir artigos *in memoriam* e, com um grande sentimentalismo, escreve:

*Ele era da bela raça: aquela que afronta o mundo com toda a sua envergadura e não se negava a qualquer esforço; não recusava nenhum adversário. Engajava-se por inteiro em todos os seus atos. Jean Mermoz se oferecia ao vento como uma árvore. Era um homem de métier e essa era sua grandeza. É necessária uma ferramenta para entrar em contato com o mundo. O peão, em seu trabalho, descobre, pouco a pouco, os segredos da terra. E a verdade é universal. Por meio de seu manche de pilotagem de sua ferramenta, o aviador aprende, muito mais que pelas páginas de um livro. Ele se torna um sábio. Dessa forma, esses homens, por meio dos comandos de seus aviões, pela magia de seu instrumento de trabalho, adquiriram uma sabedoria semelhante à do peão. Eles, também, se encontravam de igual para igual com essas divindades elementares: a noite, o dia, a montanha, o mar, a tempestade. Fiscalizavam o céu como o agricultor supervisiona seus vinhedos. Essa era a fonte de sua serenidade.*

Prepara sua nova obra - *Terra dos Homens* - que a crítica literária recebe com aplausos e menções:

- Mermoz havia decifrado as areias, a montanha, a noite e o mar. Havia soçobrado nelas mais de uma vez. Mas, sempre que voltava, era para partir outra vez.

- Se objetásseis a Mermoz quando mergulhava para a vertente chilena dos Andes, com sua vitória no coração, que ele se enganava e que a carta comercial não valia a vida,

*ele se riria. A verdade era o Homem que nascia nele quando transpunha os Andes.*

- *Apreciamos totalmente a obra: tudo é rigorosamente exato e autêntico.*

- *Atraem-me a lucidez e a sinceridade.*

- *Obra que nos conduz a verdades essenciais, o que é feito com uma viril e poética gravidade, sem cabotinismos nem jactância. O livro é dos melhores que tivemos nos últimos tempos.*

*Terra dos Homens*, que veio à luz em 1939 e às portas da Segunda Guerra Mundial, recebeu o Grande Prêmio de Literatura da Academia Francesa e, rapidamente, se transformou em *best seller*, tendo sido traduzido para o inglês.

- *O avião é uma máquina de voar. Mas que instrumento de auto-análise!*

- *Amor sem esperança não é desesperança. Quer dizer que nos encontraremos no infinito: e, nessa rota, as estrelas são inúteis para nos guiar...*

- *O homem se descobre quando se mede contra um obstáculo.*

- Diversos críticos se enganaram ao rotular Saint-Exupéry como existencialista. Na realidade, se desejássemos defini-lo melhor, seria entendê-lo como *resistencia-lista*, já que sua filosofia de muito se aproximava à de Ortega y Gasset e de Toynbee: *desafio e resposta.*

- *A verdadeira qualidade do homem não é qualquer coisa a ele atribuída no nascimento, mas aquela adquirida. Suas virtudes não provêm de uma herança, mas de algo que ele próprio criou.*

*Em Terra dos Homens faz afirmação contestando teorias socialistas em voga na época: Que nos importam as teorias políticas que pretendem liberar os homens? Que vai daí nascer?*



*Terra dos Homens* não foi concebido como um livro de aventuras, relatando as conquistas dos alpinistas ou aviadores, soldados ou mouros. Seu tema principal se resume em uma metáfora: *É a qualidade de carpinteiro que, face a face com a madeira, a apalpa, a mede, a sente e, longe de tratá-la superficialmente, transfere a seu modo todas as suas virtudes.*

*Somente o espírito, soprando a argila, pode criar o homem, entendendo-se espírito como dinamismo humano.*

Após seu acidente na Guatemala, Saint-Exupéry somente volta a voar com Guillaumet em uma travessia do Atlântico, da África do Norte aos Estados Unidos.

O enorme sucesso de *Terra dos Homens* oferece ao autor recompensas financeiras elevadas que lhe permitem retomar seu elegante modo de viver, há algum tempo abandonado.

E é nessa circunstância que enfrenta a Segunda Guerra Mundial. Sua convocação para o serviço militar não tarda: recebe o posto de capitão e é classificado em uma unidade de bombardeio. O que não lhe agrada, pois não desejava executar as missões que causavam a carnificina a que assistiu quando na Espanha.

Sua esperança de obter uma transferência para uma unidade de caça espaireceu quando, alegando sua idade e das seqüelas oriundas do acidente na Guatemala, o serviço militar o classifica em uma unidade de reconhecimento. E dessa convivência com os homens de uniforme provêm os elementos para sua obra *Piloto de Guerra*. Com a França invadida, desloca-se com sua unidade para a Argélia. Ali, por algum tempo e sem que solução seja dada que permita sua unidade retornar ao

combate, já que a França havia capitulado frente a Wehrmacht, Saint-Exupéry recolhe notas que lhe servirão mais tarde para compor *Citadelle*.

Convencido de que somente com o apoio americano seria possível salvar a França do domínio alemão, Saint-Exupéry se desloca para os Estados Unidos, via Lisboa, no fim de 1940. E é lá que conclui *Piloto de Guerra* e esboça *Pequeno Príncipe*, no ano de 1942.

A obra *Piloto de Guerra*, já impressa no Canadá, exacerba os críticos naquilo que poderia ser entendido como *posição política do autor* com relação à situação da França no contexto da guerra mundial. Alguns chegaram a titulá-lo *pétainiste*. Na realidade, o escritor se posicionava contra o *fascismo sem doutrina do General De Gaulle...* A obra lhe rende o Prêmio Aeroclube de França (póstumo).

A idéia de escrever um livro para crianças (mais tarde *O Pequeno Príncipe*, nasceu nessa época, em Nova York. Estimulado pelos amigos americanos e por um período de enfermidade, Saint-Exupéry elabora sua pequena obra, em grande parte sob os efeitos de uma forte febre que lhe estimulava a criatividade.

Vista como um fábula, alguns críticos viram no *Pequeno Príncipe* um dos maiores livros existencialistas do século. Obra para os jovens e adultos.

Paladino dos céus, contemplativo solitário, misterioso, visionário. É incontestável que Saint-Exupéry se interessava particularmente pelas ciências exatas, porém não negligenciava a sociologia ou a economia política. Místico sem fê, *peão das estrelas*.

Saint-Exupéry aspirava a ser o herói da grande conversão humana nos tempos

modernos. Sua visão da terra, vista do avião, revelou o que poderia ser nosso planeta sem os homens.

*Criou um estilo para acordar as almas mortas. E é tudo isso que deve ser preservado. Uma chama frágil, milagrosa centelha da consciência humana que, se o homem a preservar, poderá manter-se acesa e jamais desaparecer.*

O retorno ao combate, era uma meta não esquecida por Saint-Exupéry. Muito embora suas atividades aviatórias se tivessem resumido bastante quando nos Estados Unidos, seu desejo de participar no conflito era constante.

Com 42 anos, já longe da idade para pilotar um avião de caça, reagindo à idéia de voar um bombardeiro, Saint-Exupéry custava a se decidir. Reagia à idéia de juntar-se às tropas de De Gaulle na Inglaterra, principalmente porque, na sua concepção, *o General De Gaulle era muito mais inimigo do Governo de Vichy do que da própria Alemanha invasora...* Mas desejava voltar a voar em missão de guerra, de qualquer forma.

Superada a dificuldade de obter um uniforme francês em Nova York, Saint-Exupéry se desloca de navio para a África do Norte, em busca de sua antiga unidade de reconhecimento: o II/33.

Seu retorno ao vôo e à unidade de origem foram cercados de todos os possíveis percalços. Trabalhavam contra o escritor: sua idade (43 anos), suas limitações físicas provenientes do acidente anterior, as imposições do vôo de altitude a um organismo envelhecido, o afastamento do vôo e a complexidade do avião P38. Além de, evidentemente, pequenos detalhes do tipo: Saint-Exupéry

falava mal o inglês, seu grande porte se alojava mal na cabine do P38 e as velhas fraturas ósseas penalizavam enormemente o avião por causa do vôo de longa duração em altitude de muito baixa temperatura.

Um novo acidente, agora a bordo de um P38 (pouso em pane em pista curta), leva o comando da aviação americana a afastar novamente Saint-Exupéry do vôo, para seu desespero. E seu retorno ao vôo terá de passar por De Gaulle, o que agravava a situação...

Somente pelas ações de amigos americanos (particularmente o filho de Roosevelt), Saint-Exupéry é reintegrado ao vôo em 1944.

Baseado na Sardenha, dali Saint-Exupéry parte para suas missões de reconhecimento sobre a França. Em 31 de julho de 1944 decola na sua quinta missão de guerra para não mais retornar à base.

O decano dos pilotos de guerra do mundo, o pioneiro que se rivalizou em astúcia frente aos mouros da África do Norte, que enfrentou os ventos frios da Patagônia, o veterano que sobreviveu à atmosfera gelada dos Andes e à sede no deserto da Líbia, à AAA de Arras ou aos aviões de caça alemães, desta vez - diferentemente de antes -, não retornou da missão, abatido ou desaparecido no mar: não se sabe.

Não voltou para repartir! Mas deixou a vida como desejava, após haver conquistado o mundo com suas mensagens a bordo de sua máquina de voar que para ele era - antes de mais nada - *uma forma de transportar emoções.*

*O avião, uma máquina de voar. Mas que instrumento de auto-análise!* ☉

# A Política Externa Brasileira e a Participação nas Missões de Paz<sup>1</sup>

Sergio Luiz Cruz Aguilar\*

A política externa do Brasil e seu direcionamento em relação à ONU e à OEA, a participação brasileira em operações de manutenção da paz e sua relação custo-benefício são objeto da análise e das reflexões apresentadas neste ensaio.

**E**m 1948, a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou a execução das *operações de paz*. Desde então, cerca de oitocentos mil militares, policiais e civis foram cedidos por 110 Estados-membros para servirem em 53 missões de observação e afins ou *força de paz*. A importância dessas operações em favor da paz mundial foi reconhecida pela comunidade internacional com o Prêmio Nobel da Paz, concedido em 1988.

O Brasil iniciou sua participação nesse tipo de operações em 1948, ao enviar dois militares para a Comissão das Nações Unidas para os Bálcãs (UNOSCOB), que operou na Grécia de 1947 a 1951.<sup>2</sup> Desde

então, o País participou de 24 missões de paz ou civis sob a égide da ONU e de missões estabelecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com observadores militares, policiais, peritos eleitorais, especialistas em saúde ou com tropas armadas, como em Suez, na República Dominicana, Moçambique e Angola.

Por mais de cinquenta anos, essa participação tem servido para projetar o Brasil, no âmbito desses organismos, como um país atuante em benefício da paz, coerentemente com nossa política externa e de acordo com nossos preceitos constitucionais.

Tendo em vista as transformações em curso na ordem internacional, a atuação cada vez maior de organismos internacio-

\* Major de Infantaria e Estado-Maior.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

<sup>2</sup> A UNOSCOB foi criada em 21 de outubro de 1947 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) para cooperar com as autoridades regionais no problema dos refugiados e monitorar a situação na fronteira entre a Grécia, em guerra civil, e a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia. Foram enviados um oficial da Marinha e outro do Exército que lá permaneceram entre 1948 e 1949, além de diplomatas do Itamaraty.

nais na tentativa de solucionar conflitos, os atuais debates em torno da reformulação da ONU, principalmente de seu Conselho de Segurança (CSNU) e a necessidade de compreender a política brasileira em relação à questão da segurança coletiva, tornam-se importantes a análise e o conhecimento de um dos instrumentos que o Estado tem de tornar mais efetiva sua inserção nessa nova ordem - a participação em *missões de paz*.

### O GOVERNO JK E O INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO

A primeira Sessão de Emergência da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou, em 1956, a formação da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) para supervisionar o cessar-fogo estabelecido após a crise no Canal de Suez. O envio da força constituída por dez países e com um contingente de mais de seis mil homens foi o primeiro grande empreendimento da Organização na tentativa de estabelecer a paz e marcou também o início da participação do Brasil com efetivos militares nesse tipo de operações.

Anteriormente, a ONU havia estabelecido missões de menor porte como a UNSCOB, nos Bálcãs, a UNTSO, no Oriente Médio, e a UNMOGIP, na região de Jammu e Cachemira, entre o Paquistão e a Índia.<sup>3</sup>

O Brasil participou da UNEF I com um batalhão de infantaria. A partir do primeiro batalhão foram vinte contingentes que se revezaram durante o período de 1957 a 1967, perfazendo um total de 6.300 homens que atuaram no Oriente Médio.<sup>4</sup>

No plano internacional o mundo atravessava a Guerra Fria, que orientava a política externa norte-americana para uma competição direta com a URSS. Essa competição levou os EUA a priorizar estrategicamente a Europa e a Ásia, com o consequente direcionamento dos recursos econômicos para aquelas regiões, ficando a América Latina em uma posição secundária. Por outro lado, a política econômica nacionalista de muitos governos latino-americanos, sob a coordenação de interesses se realizando na esfera da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),<sup>5</sup> restringiu os investimentos privados norte-americanos.

As divergências entre a América Latina e os EUA acerca da cooperação econômica levaram o Governo brasileiro a uma nova etapa de sua política exterior.

Em seu discurso na XI Sessão Ordinária da AGNU, em novembro de 1956, o Embaixador Cyro de Freitas Valle felicitou a ONU pela criação da Força de Emergência, mas enfatizou que nenhuma solução poderia trazer resultados proveitosos e duradouros se não fossem abordados os problemas que estavam

<sup>3</sup> A Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO) monitorou o cessar-fogo entre árabes e israelenses após o conflito de 1948 e foi composta por observadores militares. O Grupo de Observadores das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNMOGIP) supervisionou o cessar-fogo após conflito em 1948.

<sup>4</sup> Dentre os 24 Estados-membros que ofereceram tropas, o Brasil foi selecionado entre os dez aceitos para a formação da força. Para maiores detalhes, ver ROSNER, Gabriella, *A Força de Emergência da ONU*. Tradução de Augusto de Moura Diniz. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1966.

<sup>5</sup> Sua criação em 1948 se deu com a oposição dos EUA.

por trás da crise. E, fazendo uma correlação com os problemas econômicos, criticou a postura dos países desenvolvidos por tentarem *perpetuar um sistema de relacionamentos internacionais* que lhes conviam.<sup>6</sup>

No campo da segurança, o Brasil havia assinado compromissos de engajamento coletivo para a segurança internacional: além da Carta das Nações Unidas, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em setembro de 1947, a Carta da OEA, em 1948, e o Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA, em 1952. No entanto, o fato de ser signatário desses compromissos não rendeu o que o Brasil esperava. Nem o *liberalismo associado* de Dutra,<sup>7</sup> nem o *alinhamento negociado* na busca de benefícios econômicos de Vargas,<sup>8</sup> na década de 1950, trouxeram ao Brasil os dividendos que se esperavam dos norte-americanos, tão necessários à industrialização do País.

Nesse contexto, Juscelino tentou acelerar o processo de industrialização com a substituição de importações e a ampliação do mercado interno, com o Plano de Metas, seu principal instrumento de política econômica, cuja questão-chave era atrair investimentos estrangeiros.<sup>9</sup>

O lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), em 1958, como um ato de *afirmação continental e internacional*,<sup>10</sup> marcou também uma inovação na conduta externa do Brasil, com a *conjugação da ação multilateral e das relações bilaterais*<sup>11</sup> e o conseqüente direcionamento da diplomacia como instrumento para o desenvolvimento e maior autonomia do País.

Já em setembro de 1957, na XII Sessão Ordinária da AGNU, o Embaixador Oswaldo Aranha exortou o pan-americanismo ao qual o Brasil se havia incorporado e cobrou da ONU *uma participação mais ativa no encaminhamento da solução dos problemas de desenvolvimento econômico*, salientando ser aquele um pensamento não só do Brasil, mas da América Latina.<sup>12</sup>

Verificam-se, portanto, atitudes do Governo brasileiro no sentido de obter uma maior inserção no campo político internacional como forma de atrair os investimentos necessários ao País. Assim, o esforço custoso de participar com um grande efetivo na UNEF I foi parte da estratégia brasileira na busca de maior atuação e autonomia no que se refere à política internacional, esforço este que se con-

<sup>6</sup> FUNAG, *A palavra do Brasil nas Nações Unidas*, 1946-95. Brasília. DF. 1995. p.104.

<sup>7</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto, *A Diplomacia do Liberalismo Econômico*. ALBUQUERQUE, J.A.G. (Org.), *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-90): Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo. Cultura/NUPRI/USP. 1996, p. 173-210 (183).

<sup>8</sup> HIRST, Mônica, *A Política Externa do Segundo Governo Vargas*. ALBUQUERQUE, J.A.G. (Org.), *op. cit.*, p. 211-229 (229).

<sup>9</sup> Previa grandes investimentos nas áreas de infra-estrutura, bens intermediários e bens de capital. Eram 31 metas em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília.

<sup>10</sup> MELLO e SILVA, Alexandra de, *Desenvolvimento e Multilateralismo: Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK*. Contexto Internacional IRI/PUC, Rio de Janeiro, volume 14, n° 2, julho/dezembro de 1992. p. 209-239 (230).

<sup>11</sup> LOHBAUER, Christian, *Os Desafios para a Inserção Internacional do Brasil: Passado, Presente e Futuro. Cadernos Adenauer n° 2 - O Brasil no Cenário Internacional*. São Paulo. SP. Fundação Konrad Adenauer, 2000.

<sup>12</sup> FUNAG, *op cit.*, p. 111.

cretizaria um ano após, com o lançamento da OPA.<sup>13</sup>

## O PERÍODO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI)

Com a assunção de Jânio Quadros, a política externa tomou um novo rumo, colocando o País numa posição de *quase-neutralismo* ou *neutralismo temperado*.<sup>14</sup> O presidente destacou que, *não sendo membro de bloco algum, nem mesmo do neutralista, preservamos nossa liberdade absoluta de tomar as nossas próprias decisões em casos específicos e à luz de sugestões pacíficas...*<sup>15</sup>

O caráter multilateral se expandiu, diversificando os contatos comerciais e diplomáticos, não interessando ideologias, de modo a conseguir maior liberdade de ação no sistema bipolar, aumentando assim seu poder de barganha em relação aos EUA, com o objetivo maior de garantir recursos ao desenvolvimento.

João Goulart manteve a mesma linha da PEI com algumas alterações, ditadas mais pela crise interna de seu governo que por grandes alterações no plano externo.

Assim, a diplomacia brasileira no período foi contra a expulsão de Cuba da

OEA, defendendo uma solução de coexistência com aquele país; reativou relações diplomáticas e comerciais com Estados do bloco socialista, com missões comerciais aos países do Leste Europeu, URSS e China; aproximou-se da Europa Ocidental e da América Latina, advogou a proposta da CEPAL por reformas das relações econômicas internacionais e não aceitou participar do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Essa independência diplomática facilitou o discurso brasileiro em torno de temas bem definidos na busca de *formas positivas de viabilização da proposta de uma frente única dos países subdesenvolvidos*.<sup>16</sup>

O chanceler Araújo Castro, na XVIII AGNU em 1963, defendeu uma *luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização*.<sup>17</sup> Segundo Cervo, *essas idéias lançariam profundas raízes no pensamento e na prática política da diplomacia brasileira, consolidando seu traço não confrontacionista e orientando-a para uma estratégia de cooperação internacional com os países avançados e de solidariedade com a frente dos povos atrasados*.<sup>18</sup>

<sup>13</sup> O Brasil, anteriormente, havia deixado de participar de missões de paz por falta de recursos financeiros. Em 1949, o Ministério da Guerra comunicou que não poderia mais ceder militares para a UNSCOB. No mesmo ano o Brasil foi consultado sobre a possibilidade de cessão de militares para a UNMOGIP, o que foi recusado pelo mesmo motivo. (FONTOURA, Paulo R. C. Tarrisse da, *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília. DF. FUNAG, 1999. p. 199.)

<sup>14</sup> VIZENTINI, Paulo, *Relações Internacionais e Desenvolvimento*. São Paulo. SP. Vozes, 1995, c.5, p. 177-230 (194).

<sup>15</sup> QUADROS, Jânio, *A Nova Política Externa Brasileira*. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro. RJ, v. 4(16). Dezembro de 1961, p. 150-156.

<sup>16</sup> CRUZ, José Humberto de Brito, *Aspectos da Evolução da Diplomacia Brasileira, no Período da Política Externa Independente (1961-64)*. DANESE, Sergio França (Org.), *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-86)*. Cadernos do IPRI, nº 2, Brasília. DF. FUNAG, 1989, p. 73.

<sup>17</sup> FUNAG, *op. cit.*, p. 164.

<sup>18</sup> CERVO, Amado Luiz, *Eixos Conceituais da Política Exterior do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, DF, nº especial, v. 41, 1998, p. 66-84.

Coerente com a tentativa de projeção no cenário internacional, o Brasil manteve suas tropas operando no Oriente Médio,<sup>19</sup> enviou militares da Força Aérea ao Congo<sup>20</sup> e enviou observadores militares para a recém-iniciada missão da ONU na Nova Guiné Ocidental. No período, o País participou de três das seis missões de paz em funcionamento.<sup>21</sup>

## O GOVERNO CASTELLO BRANCO

A mudança de regime, em março de 1964, rompeu com o modelo da PEI. A vitória do movimento militar sobre o comunismo levou a política externa a um alinhamento *automático* com os EUA, líder do bloco democrático ocidental, à imposição de *fronteiras ideológicas*<sup>22</sup> com o conseqüente recuo nas relações com os países do bloco socialista, e ao descarte da orientação neutralista.

Valorizou ainda a *teoria dos círculos concêntricos* que privilegiava o relacionamento com os países da Bacia do Prata, da América do Sul, do continente americano e do Ocidente, nesta ordem. Dessa

forma buscava a subliderança no continente e a *substituição da "soberania absoluta" por uma espécie de "soberania relativa"* alinhada aos EUA.<sup>23</sup>

O alinhamento político aos EUA, o discurso anticomunista e a internacionalização da economia visavam a, por um lado, garantir a modernização das Forças Armadas e, por outro, obter investimentos produtivos que facilitassem o desenvolvimento.

Nesse contexto, em abril de 1965, o Governo brasileiro defendeu a ação dos norte-americanos na República Dominicana, *tentando contar pontos junto aos EUA em detrimento dos outros países contrários à intervenção, a fim de conseguir capitais externos para o projeto de desenvolvimento*.<sup>24</sup>

Com a atuação da OEA e a criação da Força Interamericana de Paz (FIP), o Brasil firmou seu apoio aos EUA ao enviar uma força de 1.450 homens, que se juntou às tropas norte-americanas, de Honduras, Costa Rica, Nicarágua e Paraguai.<sup>25</sup>

O Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRAS) per-

<sup>19</sup> O Brasil foi o único país sul-americano a permanecer durante toda a UNEF I. A Colômbia que enviou tropas no início da missão se retirou em 28 de outubro de 1958, o que provocou um aumento de efetivo dos países que permaneceram. O Brasil, que tinha um efetivo anterior de 545 militares, em 1957, passou a contribuir com 630 militares.

<sup>20</sup> Em julho de 1960 a ONU estabeleceu a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) para observar a retirada das tropas belgas e garantir a integridade territorial e a independência política do novo país.

<sup>21</sup> A Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné ocidental (UNSF), criada em 1962, e a Missão de Observação das Nações Unidas no Yemem (UNYOM), em julho de 1963, somaram-se à UNEF I, ONUC, UNMOGIP e UNTSO, em andamento.

<sup>22</sup> Logo em maio de 1964 rompeu relações diplomáticas com Cuba e passou a manter um afastamento político da URSS e seus satélites, apesar de manter as relações comerciais.

<sup>23</sup> SOUZA, Rodrigo do Amaral, *Da Política Externa Independente à Política Externa Interdependente: o Governo de Castello Branco*. DARESE (Org.), op. cit., p. 93.

<sup>24</sup> MARTINS, Celso Luiz Sampaio, *Da Dependência à Prosperidade: a Política Externa Brasileira de 67 a 69*. Dissertação de Mestrado. IRI/PUC. Rio de Janeiro. RJ, 1995, p. 29.

<sup>25</sup> Mais de dois terços dos países-membros da OEA aprovaram a Resolução da X Reunião de Consultas, mas só esses países mandaram tropas. O Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, autorizou o envio do contingente brasileiro e o Comando da FIP foi destinado a um oficial-general brasileiro.

maneceu na América Central até setembro de 1966. Com o revezamento realizado, participaram do empreendimento três mil militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha.<sup>26</sup>

Como destacou Cozendey, a participação na FIP constituiu *uma aplicação direta dos princípios da Política Externa da Revolução (PER)*, que se proclamava realista, visualizava a transferência da Guerra Fria para a periferia com o consequente perigo da expansão do comunismo, contra o qual o Brasil deveria lutar.<sup>27</sup> Estava também coerente com a diretriz traçada pelo presidente, para quem a política externa não podia ignorar que havíamos feito *uma opção básica que se traduz na fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental*.<sup>28</sup>

Logo, a participação, sob aquela visão, colocava o Brasil como principal parceiro político dos EUA no continente, fortalecia a OEA e seus mecanismos de segurança coletiva e legitimava a tomada do poder no ano anterior, vista como uma vitória sobre o comunismo. Além disso, tentava colocar o País numa posição de liderança na América Latina, na concepção geopolítica do General Golbery, con-

cepção esta vista como expansionista por nossos vizinhos sul-americanos.

O Brasil se fez presente também nas missões de paz estabelecidas pela ONU: na UNIPOM, na fronteira Índia-Paquistão, com dez observadores militares; na UNFICYP, em Chipre, onde o Embaixador Carlos Bernardes atuou como representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), entre setembro de 1964 e janeiro de 1967, e na DOMREP, na República Dominicana, com observadores militares.<sup>29</sup>

Mas, apesar dos esforços do Governo e da diplomacia brasileira, os resultados da PER não foram satisfatórios. Os investimentos externos ficaram aquém dos esperados e persistiram as dificuldades de penetração do País nos demais mercados, principalmente dos norte-americanos, gerando críticas ao protecionismo praticado pelos países industrializados. Surgiram também divergências com os EUA em relação ao Acordo para Comércio de Têxteis negociados no GATT e à recusa do Brasil em aderir ao Tratado de Não Proliferação (TNP). Além disso, o processo de distensão nas relações entre os EUA e a URSS diminuiu a rigidez da bipolaridade,

<sup>26</sup> Após o retorno dos contingentes, os EUA ainda mantiveram um efetivo em torno de 12 mil homens na República Dominicana.

<sup>27</sup> COZENDEY, Carlos Márcio Bicalho, *A Política Externa da Revolução e a Crise Dominicana de 1965*. DARESE (Org.) op. cit., p. 101-116 (106).

<sup>28</sup> Do discurso proferido pelo Presidente Castello Branco no Instituto Rio Branco em 31 de julho de 1964. Citado em MEIRA MATTOS, Carlos de, *Castello Branco e a Revolução: Depoimento de Seus Contemporâneos*. Rio de Janeiro, RJ. BIBLIX. 1994, p. 194.

<sup>29</sup> A UNIPOM (Missão de Observação das Nações Unidas na Índia-Paquistão) foi criada pela Resolução nº 211, de 1965, do CSNU para supervisionar, cessar-fogo na região da Cachemira, tendo, se encerrado em março de 1966. A UNFICYP (Força de Manutenção das Paz das Nações Unidas em Chipre) foi estabelecida pela Resolução nº 186, de 1964 do CSNU e permanece em atividade até hoje. A DOMREP (Missão do Representante do Secretário-Geral da ONU na República Dominicana) foi criada pela Resolução nº 203, de 1965, do CSNU para observar o cessar-fogo naquele país e atuou paralelamente com a FIP da OEA até outubro de 1966. Faziam parte, além do representante do SGNU, três observadores do Brasil, Canadá e Equador.



fazendo com que o alinhamento automático perdesse seu poder de barganha. Assim, a conjuntura apresentada determinou a necessidade de uma redefinição da política externa do País.

#### DA "DIPLOMACIA DA PROSPERIDADE" AO GOVERNO FIGUEIREDO

Quando Costa e Silva assumiu, além do clima de distensão entre as superpotências, a Europa e o Japão encontravam-se em ascensão e intensificava-se a transnacionalização das economias nacionais. Com a revisão da diplomacia brasileira, grande parte da preocupação ideológica e geopolítica foi substituída pela questão do desenvolvimento da economia. A busca da tecnologia necessária a acelerar o desenvolvimento ganhou destaque e, com ela, a sustentação do direito de desenvolver a área nuclear. O País aprofundou também as *críticas à estrutura política e econômica do sistema internacional*.<sup>30</sup>

O governo Médici tentou fazer do Brasil uma potência, com o milagre econômico. A estratégia passava pela avaliação racional de custos e benefícios, visando a projetar e conduzir o poder do País rumo a essa condição. A auto-intitulada *diplomacia do interesse nacional*, do Chanceler Mário Gibson Barbosa, rejeitava o terceiro-mundismo e, diferente do

governo anterior, não procurava mais lutar contra os países desenvolvidos, por meio de uma aliança com os subdesenvolvidos. A interdependência com os EUA também foi atacada, vista por Médici como sendo *uma ideologia dos governos desenvolvidos, que visava a enfraquecer o conceito e a prática da soberania nacional*.<sup>31</sup>

A postura quanto ao sistema internacional permaneceu realista, mas com enfoque diferente. O sistema não mudaria e não se fazia necessário mudar, com exceção da posição do Brasil no sistema. Assim, a política se apresentou de forma mais agressiva, procurando projetar seu poder sobre a América Latina e a África. O País defendeu a questão das duzentas milhas de mar territorial, da igualdade de soberania entre as nações, pela solução pacífica de conflitos e não intervenção, lutou contra o TNP e contra a questão do controle demográfico.

Veio o governo Geisel, para quem a *política externa tinha de ser realista e, tanto quanto possível, independente*.<sup>32</sup> O *pragmatismo responsável*, cuja noção foi apresentada já na primeira reunião ministerial de seu governo, em 19 de março de 1974, tinha como principal objetivo diplomático, a exemplo da PEI, da ampliação da autonomia internacional.<sup>33</sup> A direção que seria tomada estava bem explícita no discurso do então Ministro das Relações Exteriores: *Não pode haver*

<sup>30</sup> MARTINS, Celso Luiz Sampaio, *op. cit.*, p. 40.

<sup>31</sup> FERREIRA, Luiz Flávio Lima, *A Política Externa Latino-Americana do Governo Geisel*. Dissertação de Mestrado. IRI/PUC. Rio de Janeiro. RJ. 1993, p. 39.

<sup>32</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, RJ. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 336.

<sup>33</sup> FONSECA Jr, Gelson, *Mundos diversos, Argumentos afins: Notas sobre Aspectos Doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável*. ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.), *op. cit.*, p. 305.

*alinhamentos automáticos, porque o objeto da ação diplomática não são os países, mas as situações. O que devemos buscar em cada momento é explorar as faixas de coincidência que temos com cada um dos países, procurando ao mesmo tempo reduzir as áreas de divergência ou de confrontação. Essa atitude pragmática é a essência mesma da atividade diplomática.*<sup>34</sup>

O Governo continuou o discurso contrário à política das superpotências que excluía a quase totalidade dos países do processo decisório internacional, assim como endureceu as críticas à economia internacional, aos efeitos da crise do petróleo de 1973 e ao agravamento do desequilíbrio norte-sul.

Na busca do desenvolvimento socioeconômico, *um direito dos povos e um direito de que estes não estão dispostos a abrir mão*,<sup>35</sup> buscou diversificar as relações bilaterais. Aumentou as relações comerciais com a Europa e a Ásia, principalmente o Japão, reatou com a República Popular da China, aproximou-se dos africanos comercial e politicamente, com o reconhecimento do governo marxista angolano do MPLA e intensificou as relações com os árabes.<sup>36</sup>

O País viveu, no período, uma difícil história de negociações e pressões dos EUA. A orientação de Geisel foi a de não ser subserviente e tratar os assuntos de igual para igual com aquela potência.<sup>37</sup> As relações entre os dois países *constituíram um dos fatores que tiveram influência sobre a "opção européia"* por parte do Brasil que redundou em grandes projetos e teve, como marco, o Acordo Nuclear com a Alemanha.<sup>38</sup>

Além de garantir acesso à tecnologia, desfazendo a dependência dos EUA na área nuclear que era, segundo o presidente, *inadmissível para nossa soberania*,<sup>39</sup> o Acordo, no campo externo, *representou um ato de afirmação do poder nacional*, possibilitando maior espaço de manobra ao País. No campo interno, possibilitou a Geisel *unificar os segmentos da burocracia que se mostravam mais resistentes às liberalizações do processo de abertura*, legitimando o próprio regime.<sup>40</sup>

Além disso, em face das crescentes pressões americanas contrárias ao Acordo Nuclear e da exigência do Congresso norte-americano, condicionando a abertura de uma linha de crédito a um relatório sobre violação de direitos humanos no Bra-

<sup>34</sup> SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. Conferência na Escola Superior de Guerra. 27 de abril de 1974. Vale salientar que, como colocou SOUTO MAIOR, não haveria mudanças na percepção dos interesses nacionais mas sim uma mudança tática para melhor defender esses interesses. (SOUTO MAIOR, Luiz Augusto, *O Pragmatismo Responsável*. ALBUQUERQUE, J. A G. (Org.), *op. cit.*, p. 341.)

<sup>35</sup> Discurso do Ministro Azeredo da Silveira na XXXI Sessão Ordinária da AGNU, 1976. FUNAG, *op. cit.* p. 328.

<sup>36</sup> A política externa do País teve de mudar suas posições em relação à África do Sul, participando do boicote àquele país por causa do *apartheid*, ao apoio político ao colonialismo de Portugal e em relação à questão palestina, tendo votado na ONU condenando o sionismo como forma de racismo.

<sup>37</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, *op. cit.*, p. 336.

<sup>38</sup> SARAIVA, Miriam Gomes, *A Opção Européia e o Projeto de Brasil Potência Emergente*. Contexto Internacional. IRI/PUC, nº 11. Janeiro/junho de 1990. Rio de Janeiro, p. 95-117 (100).

<sup>39</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, *op. cit.*, p. 339.

<sup>40</sup> SARAIVA, Miriam Gomes, *op. cit.*, p. 107.

sil, Geisel rompeu o Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952.<sup>41</sup>

Com relação à América Latina, o Brasil procurou integrar-se em bases mais consistentes, seja pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), seja na aproximação comercial com os países supridores de petróleo. Porém tivemos, com a Argentina, um problema sobre o aproveitamento hídrico do Rio Paraná, só resolvido no governo posterior, com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979.<sup>42</sup>

O direcionamento da política externa foi prejudicado no governo Figueiredo por conta da dívida externa acumulada nos governos anteriores, da crise do petróleo e a conseqüente recessão mundial e do aumento das taxas de juros internacionais.

Esses problemas fizeram com que se decretasse o fim do crescimento e levaram a política externa praticamente a tratar de problemas econômicos. O Governo passou a administrar a situação econômica do País e a finalizar a transição democrática. No entanto, cabe ressaltar o entendimento com a Argentina no caso das usinas de Itaipu e Corpus, no Rio Paraná, e o início da exploração brasileira na Antártica, a partir de janeiro de 1983.

Nesse quadro desfavorável, assumiu o Presidente Sarney. A situação precária da economia nacional e mundial que levou à *década perdida* tirou a autonomia

que o País tinha adquirido e limitou novamente a sua inserção no sistema internacional. Somando-se as mudanças ocorridas e que culminaram com a queda do socialismo e da bipolaridade, o Governo procurou a alternativa da regionalização para fazer face à indefinição da nova ordem que se instalara.

Verifica-se, portanto, que, apesar das variações entre cada governo, fruto da própria variação das conjunturas nacionais e internacionais, a política externa no período buscou sempre o desenvolvimento e uma maior inserção do País no sistema mundial.

Nessa busca, seria sensato presumir que o País teria uma maior participação nos empreendimentos dos organismos internacionais, até como forma de projeção de poder. Por outro lado, o Brasil adotou, a partir do governo Médici, um perfil discreto em relação às Nações Unidas. Segundo Seixas Corrêa, essa posição *refletia o zelo com que o País se protegia atrás do escudo conceitual da soberania e da não-ingerência para circundar temas como os direitos humanos, meio ambiente e energia nuclear*.<sup>43</sup> Assim, enquanto a busca de maior inserção no sistema internacional levava a uma maior participação nos empreendimentos da ONU, a visão do Itamaraty de um distanciamento do CSNU indicava o caminho contrário.

<sup>41</sup> BRIGAGÃO, Clóvis, *Cancelamento do Acordo*. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro. RJ. FGV. Ano XXI, nº 81/84. 1978, p. 103-108 (103).

<sup>42</sup> O Tratado da Bacia do Prata de 1969, o TCA de 1978 e a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, estabelecida pela ONU por iniciativa do Brasil, em outubro de 1986, constituem importantes instrumentos jurídicos internacionais para a cooperação do Brasil com seus vizinhos na América do Sul. Como diz a PDN, *conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais*. (Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 1996, p. 6.)

<sup>43</sup> SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe, *A Política Externa de José Sarney*. ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). *op. cit.*, p. 363.

*alinhamentos automáticos, porque o objeto da ação diplomática não são os países, mas as situações. O que devemos buscar em cada momento é explorar as faixas de coincidência que temos com cada um dos países, procurando ao mesmo tempo reduzir as áreas de divergência ou de confrontação. Essa atitude pragmática é a essência mesma da atividade diplomática.*<sup>34</sup>

O Governo continuou o discurso contrário à política das superpotências que excluía a quase totalidade dos países do processo decisório internacional, assim como endureceu as críticas à economia internacional, aos efeitos da crise do petróleo de 1973 e ao agravamento do desequilíbrio norte-sul.

Na busca do desenvolvimento socioeconômico, *um direito dos povos e um direito de que estes não estão dispostos a abrir mão*,<sup>35</sup> buscou diversificar as relações bilaterais. Aumentou as relações comerciais com a Europa e a Ásia, principalmente o Japão, reatou com a República Popular da China, aproximou-se dos africanos comercial e politicamente, com o reconhecimento do governo marxista angolano do MPLA e intensificou as relações com os árabes.<sup>36</sup>

O País viveu, no período, uma difícil história de negociações e pressões dos EUA. A orientação de Geisel foi a de não ser subserviente e tratar os assuntos de igual para igual com aquela potência.<sup>37</sup> As relações entre os dois países *constituíram um dos fatores que tiveram influência sobre a "opção européia"* por parte do Brasil que redundou em grandes projetos e teve, como marco, o Acordo Nuclear com a Alemanha.<sup>38</sup>

Além de garantir acesso à tecnologia, desfazendo a dependência dos EUA na área nuclear que era, segundo o presidente, *inadmissível para nossa soberania*,<sup>39</sup> o Acordo, no campo externo, *representou um ato de afirmação do poder nacional*, possibilitando maior espaço de manobra ao País. No campo interno, possibilitou a Geisel *unificar os segmentos da burocracia que se mostravam mais resistentes às liberalizações do processo de abertura*, legitimando o próprio regime.<sup>40</sup>

Além disso, em face das crescentes pressões americanas contrárias ao Acordo Nuclear e da exigência do Congresso norte-americano, condicionando a abertura de uma linha de crédito a um relatório sobre violação de direitos humanos no Bra-

<sup>34</sup> SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. Conferência na Escola Superior de Guerra. 27 de abril de 1974. Vale salientar que, como colocou SOUTO MAIOR, não haveria mudanças na percepção dos interesses nacionais mas sim uma mudança tática para melhor defender esses interesses. (SOUTO MAIOR, Luiz Augusto, *O Pragmatismo Responsável*. ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.), *op. cit.*, p. 341.)

<sup>35</sup> Discurso do Ministro Azeredo da Silveira na XXXI Sessão Ordinária da AGNU, 1976. FUNAG, *op. cit.* p. 328.

<sup>36</sup> A política externa do País teve de mudar suas posições em relação à África do Sul, participando do boicote àquele país por causa do *apartheid*, ao apoio político ao colonialismo de Portugal e em relação à questão palestina, tendo votado na ONU condenando o sionismo como forma de racismo.

<sup>37</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, *op. cit.*, p. 336.

<sup>38</sup> SARAIVA, Miriam Gomes, *A Opção Européia e o Projeto de Brasil Potência Emergente*. Contexto Internacional. IRI/PUC, nº 11. Janeiro/junho de 1990. Rio de Janeiro, p. 95-117 (100).

<sup>39</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, *op. cit.*, p. 339.

<sup>40</sup> SARAIVA, Miriam Gomes, *op. cit.*, p. 107.

sil, Geisel rompeu o Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952.<sup>41</sup>

Com relação à América Latina, o Brasil procurou integrar-se em bases mais consistentes, seja pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), seja na aproximação comercial com os países supridores de petróleo. Porém tivemos, com a Argentina, um problema sobre o aproveitamento hídrico do Rio Paraná, só resolvido no governo posterior, com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979.<sup>42</sup>

O direcionamento da política externa foi prejudicado no governo Figueiredo por conta da dívida externa acumulada nos governos anteriores, da crise do petróleo e a conseqüente recessão mundial e do aumento das taxas de juros internacionais.

Esses problemas fizeram com que se decretasse o fim do crescimento e levaram a política externa praticamente a tratar de problemas econômicos. O Governo passou a administrar a situação econômica do País e a finalizar a transição democrática. No entanto, cabe ressaltar o entendimento com a Argentina no caso das usinas de Itaipu e Corpus, no Rio Paraná, e o início da exploração brasileira na Antártica, a partir de janeiro de 1983.

Nesse quadro desfavorável, assumiu o Presidente Sarney. A situação precária da economia nacional e mundial que levou à *década perdida* tirou a autonomia

que o País tinha adquirido e limitou novamente a sua inserção no sistema internacional. Somando-se as mudanças ocorridas e que culminaram com a queda do socialismo e da bipolaridade, o Governo procurou a alternativa da regionalização para fazer face à indefinição da nova ordem que se instalara.

Verifica-se, portanto, que, apesar das variações entre cada governo, fruto da própria variação das conjunturas nacionais e internacionais, a política externa no período buscou sempre o desenvolvimento e uma maior inserção do País no sistema mundial.

Nessa busca, seria sensato presumir que o País teria uma maior participação nos empreendimentos dos organismos internacionais, até como forma de projeção de poder. Por outro lado, o Brasil adotou, a partir do governo Médici, um perfil discreto em relação às Nações Unidas. Segundo Seixas Corrêa, essa posição *refletia o zelo com que o País se protegia atrás do escudo conceitual da soberania e da não-ingerência para circundar temas como os direitos humanos, meio ambiente e energia nuclear*.<sup>43</sup> Assim, enquanto a busca de maior inserção no sistema internacional levava a uma maior participação nos empreendimentos da ONU, a visão do Itamaraty de um distanciamento do CSNU indicava o caminho contrário.

<sup>41</sup> BRIGAGÃO, Clóvis, *Cancelamento do Acordo*. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro. RJ. FGV. Ano XXI, nº 81/84. 1978, p. 103-108 (103).

<sup>42</sup> O Tratado da Bacia do Prata de 1969, o TCA de 1978 e a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, estabelecida pela ONU por iniciativa do Brasil, em outubro de 1986, constituem importantes instrumentos jurídicos internacionais para a cooperação do Brasil com seus vizinhos na América do Sul. Como diz a PDN, *conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais*. (Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília, 1996, p. 6.)

<sup>43</sup> SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe, *A Política Externa de José Sarney*. ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.), op. cit., p. 363.

Entre 1967 e 1988, a ONU implementou apenas três missões: a Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF II), em outubro de 1973, a Força de Observação das Nações Unidas de Separação (UNDOF), em julho de 1974, e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), em março de 1978.<sup>44</sup>

Logicamente não houve uma diminuição dos conflitos no mundo, mas a estrutura da ONU impediu uma atuação mais ativa da organização. A discussão em torno dos critérios para se definir o que seria ruptura da paz levou o CSNU a admitir essa ruptura em apenas três ocasiões, entre 1945 e 1988: na Guerra da Coreia, em 1950, na Guerra das Malvinas, em 1982, e na Guerra Irã-Iraque, em 1987.<sup>45</sup>

A questão do poder de veto, que tinha por objetivo de assegurar que nenhuma ação coletiva pudesse ser tomada sem a conivência dos cinco membros permanentes do CSNU, também imobilizou a Organização. O veto foi invocado 242 vezes durante o período de 1946 a 1986, inviabilizando as iniciativas pelo emprego de forças de paz.<sup>46</sup>

Dessa forma, a pequena atuação da ONU em relação às operações de paz, no período, permitiu que não se fizesse necessária uma decisão mais firme sobre o tema por parte do Governo brasileiro,

prevalecendo a idéia de distanciamento do Itamaraty.

## O GOVERNO SARNEY

Em 1988, o País vivia os debates da Assembléia Constituinte, que promulgaria a nova Constituição em 5 de outubro daquele ano. Já no campo econômico, acabava de sair do malogro dos planos econômicos e experimentava as consequências da moratória decretada em fevereiro de 1987.

Externamente, estava em andamento a mudança da política soviética com a *Glasnot* e a *Perestroika* e suas consequências para o sistema internacional, entre as quais a mudança na agenda dos países desenvolvidos com o redirecionamento da disputa ideológica para a disputa econômica, acarretando uma perda de impulso diplomático dos demais.

A aceleração da tendência de formação de megabloques econômico-comerciais, os problemas comuns como inflação, dívida externa, altas taxas de juros, perda de competitividade no mercado internacional, atraso tecnológico do parque industrial e a necessidade da busca de parcerias multilaterais e bilaterais levaram o Brasil e a Argentina a um entendimento que resultaria na Ata de Integração Brasileiro-Argentina, estabelecen-

<sup>44</sup> As três missões disseram respeito ao conflito árabe-israelense. A UNEF II deveria monitorar o cessar-fogo entre as forças egípcias e israelenses no Sinai, a UNDOF observou o cessar-fogo entre Israel e Síria e a UNIFIL deveria supervisionar a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano. Com exceção da UNEF II, que se encerrou em julho de 1979, as demais permanecem em atividade até hoje.

<sup>45</sup> O CSNU viria a atestar a ruptura da paz novamente em 1990 com a invasão do Kuwait pelo Iraque. FONTOURA, Paulo R. C. Tarrisse da, *op. cit.*, p. 55.

<sup>46</sup> O uso do veto, no período de 46 a 86, foi assim aplicado pelos membros permanentes do CSNU: URSS (121), EUA (57), Reino Unido (26), China (22) e França (16), perfazendo um total de 242 casos em quarenta anos. Boutros Ghali assinalou, em 1993, num artigo publicado na revista *The World Today*, que foram 279 vetos durante a Guerra Fria. Citado em FONTOURA, Paulo R. C. Tarrisse da, *op. cit.*, p. 55.

do o Programa de Integração e Cooperação Econômica, embrião do Mercosul.

Se, por um lado, a redemocratização do País, a nova postura assumida em relação aos direitos humanos,<sup>47</sup> o reatamento com Cuba em junho de 1986, a participação no Grupo de Apoio a Contadora e do Grupo do Rio facilitaram a ação da diplomacia no âmbito da América Latina,<sup>48</sup> a moratória e os diversos pontos de discórdia nas agendas provocaram relações conflitivas entre o Brasil e os EUA. Da mesma forma foi dificultado o diálogo com os europeus e japoneses.

A chamada *diplomacia de resultados* do Chanceler Setúbal, ou *nacional desenvolvimentista* de Abreu Sodré, buscou diversificar parcerias aproximando-se da Rússia e da China e recuperar a credibilidade no plano multilateral. Assim, fazia-se necessária uma maior participação nos organismos internacionais. Já em 1988, o País voltaria ao CSNU, após vinte anos afastado, e passou a atuar na ONU pela declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.<sup>49</sup>

Essa necessidade de maior atuação coincidiu com mudanças na atuação da

própria ONU. As mudanças que se processavam no Leste Europeu, cuja vertente principal foi a aproximação dos governos dos EUA e da URSS, se por um lado prenunciavam o fim da guerra ideológica, possibilitaram o surgimento de conflitos regionais movidos por problemas étnicos, religiosos ou nacionalistas, que, pelos sistemáticos desrespeitos aos direitos humanos, colocaram esse tema como prioritário na discussão internacional.

Esses fatores fizeram com que o CSNU tivesse maior capacidade de manobra e pudesse decidir com mais liberdade, principalmente em questões internas dos países, tornando-se mais flexíveis os critérios para a definição das ameaças à paz e à segurança. Assim, desfez boa parte das dificuldades que *engessaram* o CSNU durante a Guerra Fria, e a Organização pôde tornar-se mais atuante na questão da manutenção da paz.<sup>50</sup>

Em 1988, a ONU estabeleceu o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas Irã-Iraque (UNIIMOG) e a Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas no Afeganistão e Paquistão (UNGOMAP). Em dezembro, foi aprovada a criação da

<sup>47</sup> Em 1985, o Brasil aderiu aos três tratados gerais de proteção dos direitos humanos (a Convenção Americana e os dois Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas), além da Convenção contra a Tortura, também da ONU (ratificada em 1989), e da Convenção para Eliminação da Discriminação contra a Mulher (ratificada em 1984).

<sup>48</sup> O Grupo de Apoio a Contadora, formado pelo Brasil, Peru, Argentina e Uruguai, deveria apoiar os esforços do grupo formado pelo México, Venezuela, Colômbia e Panamá para a solução dos problemas na América Central. O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), criado em 1986 por Brasil, Argentina, México, Colômbia, Peru, Panamá, Venezuela e Uruguai, é importante pois constituiu-se num foro de discussão diplomática sem a ingerência de uma grande potência, tendo-se transformado em interlocutor político da América Latina.

<sup>49</sup> Aprovada pela Resolução 41/11 da AGNU, refletiu uma notável capacidade do Itamaraty em elaborar um texto que fosse aceitável pelos demais Estados-membros. Apesar de seu valor apenas declaratório, constituiu-se em importante instrumento para a preservação da paz e da segurança na região.

<sup>50</sup> No período entre 1991 e 1995, quando se consolidou um novo padrão de funcionamento dentro do Conselho, o veto foi utilizado apenas três vezes, nas situações sobre Chipre (pela Federação Russa), Bósnia (pela Federação Russa) e Oriente Médio (pelos Estados Unidos). Citado em FUJITA, Edmundo Sussumu, *O Brasil e o Conselho de Segurança. Década de Transição 1985-95*. Capturado no sítio <http://www.relnet.com.br/pgn/parcerias/1995/1428.pdf> em 10 de agosto de 2000, p. 1.

Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (UNAVEM I), que seria estabelecida em janeiro do ano seguinte.<sup>51</sup>

Em 1989, a ONU estabeleceu o Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (UNTAG) na Namíbia e o Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central (ONUCA).<sup>52</sup>

O Brasil se fez presente em duas das cinco missões iniciadas no período. Participou da UNAVEM I, com observadores militares e uma equipe médica do Exército, num total de 16 militares, e da ONUCA, com 34 observadores militares.

## O GOVERNO COLLOR

Fernando Collor assumiu seu governo em 1990 com a pretensão de mudar o perfil internacional do País, devendo para isso alcançar três metas: *atualizar a agenda internacional do País de acordo com as novas questões e o novo momentum internacional; construir uma agenda positiva com os Estados*

*Unidos e descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil.*<sup>53</sup>

O Brasil organizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), assinou o Tratado de Assunção que criou o MERCOSUL, assinou a Declaração Conjunta de Proscrição de Armas Químicas e Biológicas com a Argentina e o Chile, criou com a Argentina a agência para contabilidade e controle de materiais nucleares (ABACC) e estabeleceu o Acordo Quatripartite entre os dois países, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

No período do governo Collor o Brasil se fez presente em três das sete missões de paz estabelecidas pela ONU.

O País participou da Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II) e Força de Proteção da Nações Unidas na ex-Iugoslávia (UNPROFOR).<sup>54</sup>

O Brasil não participou das demais missões estabelecidas no período: Missão de

<sup>51</sup> A UNIIMOG visava a monitorar o cessar-fogo e a retirada de forças do Irã e do Iraque da fronteira. A UNGOMAP deveria assegurar a implementação dos Acordos de Genebra sobre a solução da situação no Afeganistão. A UNAVEM I tinha por missão observar a retirada de tropas cubanas do território angolano.

<sup>52</sup> A UNTAG deveria assegurar a independência à Namíbia e supervisionar as eleições. A ONUCA visava trazer a paz para a região com a verificação do cumprimento dos acordos firmados pelos países, de por fim à ajuda às forças irregulares e movimentos de insurreição na região e de não permitir que seu território fosse utilizado para ataques a outros Estados. Com a Declaração de San Isidro de Coronado, na Costa Rica, em 12 de dezembro de 1989, foi solicitada pelos presidentes a ampliação do mandato da ONUCA, incluindo a desmobilização das forças irregulares da Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Honduras. O mandato foi prorrogado sucessivamente até o final da missão em 17 de janeiro de 1992, tendo permanecido uma missão de desminagem da OEA.

<sup>53</sup> HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia. *A Política Externa do Brasil em Dois Tempos. Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, DF, ano 38, nº 1. 1995. p. 5-23 (6).

<sup>54</sup> A ONUSAL se desenvolveu entre julho de 1991 e abril de 1995 e tinha por missão a de verificar a implementação dos acordos entre o Governo de El Salvador e a guerrilha da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). O Brasil cedeu 63 militares, 16 policiais e 5 civis como observadores eleitorais. A UNAVEM II se desenvolveu entre maio de 1991 e fevereiro de 1995, verificando e executando as tarefas previstas no Acordo de Paz entre o Governo angolano e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O Brasil participou com 77 militares, 39 policiais e 4 civis observadores eleitorais. A UNPROFOR foi criada para criar condições de paz e de segurança nas repúblicas da ex-Iugoslávia e funcionou de março de 1992 a dezembro de 1995, sendo que a partir de março de 1995 ficou restrita à Bósnia. O Brasil participou com 90 militares e 23 policiais.



Observação das Nações Unidas no Iraque-Kwait (UNI KOM), criada em abril de 1991, após a Guerra do Golfo, para monitorar a zona desmilitarizada que foi estabelecida na fronteira entre os dois países; Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), iniciada também em abril de 1991, para supervisionar e executar o referendo que decidiria pela sua independência ou incorporação ao Marrocos; Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC), de outubro de 1991 a março de 1992, que monitorou o cessar-fogo até a instalação da autoridade transitória, e Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), que passou a monitorar o cessar-fogo na capital somali e a prestar segurança ao pessoal da ONU e aos comboios de ajuda humanitária.

No âmbito da OEA, participou da Missão de Observação no Suriname, estabelecida entre agosto e outubro de 1992, com observadores militares.

## O GOVERNO ITAMAR FRANCO

O novo governo procurou *superar as seqüelas deixadas pelo trauma político* do governo Collor, buscando *uma porta de saída para a prolongada crise econômica do Brasil*,<sup>55</sup> mas teve de lidar com a diminuição da presença política e econômica do País na comunidade internacional.

Assumiu novamente a condição de país em desenvolvimento e tentou uma

atuação mais dinâmica nos foros internacionais, em particular nas Nações Unidas, onde propôs que a Agenda para o Desenvolvimento fosse somada à Agenda para a Paz. Iniciou campanha por um lugar permanente no CSNU como candidato natural da América Latina, dentro do debate que se encontrava em andamento pela reformulação dos órgãos daquela organização. Na OEA, insistiu na reintegração de Cuba e nos esforços por garantir uma solução pacífica para a crise no Haiti.<sup>56</sup>

No campo da segurança internacional, em 1994 o Senado aprovou o Acordo Tripartite de Salvaguardas Nucleares e o Brasil ratificou o Tratado de Tlatelolco sobre proscrição de armas nucleares na América Latina e no Caribe.

Procurou ter acesso a tecnologias mais modernas, com acordos com a China e a Índia, e aumentou as relações comerciais com a Rússia. Com relação à África, houve uma maior aproximação da África do Sul e das ex-colônias portuguesas com a proposta de criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, além de uma participação mais ativa no processo de pacificação de Angola e Moçambique.

Dessa forma, o Brasil decidiu participar, com tropa armada, da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ),<sup>57</sup> o que não acontecia desde a intervenção na República Dominicana, em meados da década de 1960. Foi

<sup>55</sup> HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia, *op. cit.*, p. 10.

<sup>56</sup> O Brasil apoiou o embargo aprovado pelo CSNU e pela OEA contra o Governo haitiano, mas se absteve da intervenção militar naquele país.

<sup>57</sup> Estabelecida entre dezembro de 1992 e dezembro de 1994, com a participação de 19 países, para ajudar a implementar o Acordo Geral de Paz de Roma, celebrado entre o Governo moçambicano e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que pôs fim a 14 anos de guerra civil.

enviada uma Companhia de Infantaria Pára-Quedista que, somada aos observadores militares e observadores eleitorais, totalizou um efetivo de trezentos brasileiros a serviço da ONU.

Durante o governo Itamar Franco, a ONU implementou também as seguintes operações: Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II); Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC); Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (ONOMUR); Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG); Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL); Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH); Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR); Missão de Observação das Nações Unidas na África do Sul (UNOMSA); Grupo de Observação das Nações Unidas na faixa de Aouzou (UNASOG) e a Missão de Observação das Nações Unidas no Tadjiquistão (UNMOT).<sup>58</sup>

Além da ONUMOZ o Brasil participou da UNOMUR, com observadores e

médicos militares, da UNOMIL, com observadores militares, e das UNTAC e UNOMSA, com peritos eleitorais.

A participação brasileira não se prendeu apenas às missões patrocinadas pela ONU. No âmbito da OEA, o País enviou militares para auxiliar na desminagem na Nicarágua, a partir de 1993, e em Honduras, a partir de outubro de 1994.

## O GOVERNO

### FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique assumiu a presidência com a bagagem de ex-Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Seu pensamento sobre a diplomacia foi expresso pelo Ministro Lampreia, ao salientar que *a diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais da mesma forma que ela procura melhorar a inserção internacional do País*.<sup>59</sup>

O ponto principal de sua política foi procurar a estabilização econômica e a garantia de bases para o crescimento sustentado, a qual, além da dimensão interna, estender-se-ia para o campo externo.

<sup>58</sup> A UNOSOM II se desenvolveu entre março de 1993 e março de 1995. A UNTAC consistia numa complexa operação com atividades de direitos humanos, atividades militares, eleitorais, de administração e de polícia, envolvendo em torno de vinte mil civis e militares e funcionou de março de 1992 a dezembro de 1995. A ONOMUR tinha por objetivo de controlar a fronteira de Ruanda com Uganda, em meio a conflitos étnico-tribais. Funcionou de junho de 1993 a setembro de 1994. A UNOMIG tem por missão supervisionar e executar as tarefas previstas no acordo estabelecido entre o governo do país e os separatistas da Abcásia, além de monitorar as tropas da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Continua em andamento e é composta por observadores militares de 23 países. A UNOMIL foi estabelecida entre setembro de 1993 e setembro de 1997 para monitorar e executar as tarefas previstas no Acordo de Paz de Cotonou, em coordenação com o ECOMOG. A UNMIH foi implementada entre setembro de 1993 e junho de 1996 com objetivo de supervisionar as eleições e ajudar a consolidar o regime democrático do país. A UNAMIR funcionou de outubro de 1993 a março de 1996. A UNOMSA foi uma missão civil estabelecida para monitorar as eleições na África do Sul em abril de 1994. A UNASOG foi estabelecida de maio a junho de 1994 para observar a retirada da administração e forças libias do território que ficara de posse do Chade. A UNMOT foi estabelecida entre dezembro de 1994 e maio de 2000 para supervisionar e executar as tarefas previstas pelo acordo de cessar-fogo assinado pelas diversas facções em luta. Atuou em coordenação com a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e a Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE).

<sup>59</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, Palestra para os estagiários do CPEAEX, Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1996.

A economia estabilizada e a democracia consolidada fariam do Brasil um país atrativo para investimentos externos e o projetaria no cenário internacional. Sem dúvida esses fatores deixaram o Itamaraty com maior desenvoltura para desempenhar seu papel.

O Governo auto-avaliou novamente o País como em desenvolvimento e esta seria a condicionante fundamental da política externa, que deveria ser universalista e não excludente, buscando parcerias com base nos interesses nacionais.

O Governo inaugurou o que chamou de *diplomacia presidencial*, onde o próprio presidente, em inúmeras viagens, aproveitava-se de encontros de cúpula e da mobilização decorrente da mídia e opinião pública para *promover uma atualização da presença externa brasileira no mundo*.<sup>60</sup>

A integração latino-americana é o compromisso mais importante da política externa brasileira, até por determinação constitucional. A vontade política de uma maior relação com os vizinhos do subcontinente foi expressa de várias maneiras. A Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, firmada em Ushuaia, em julho de 1998, assim como o Foro de Consulta e Concertação Política, criado na Cúpula do Rio de Janeiro, em dezembro de 1998, são tentativas de fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação entre o Brasil e os membros do MERCOSUL. A maior participação da Argentina e da Venezuela nas importações brasileiras de petróleo são um bom exem-

plo da estratégia brasileira pela maior integração da América Latina. Esses países chegaram a ser, em 1997, o primeiro e o terceiro fornecedores do produto para o Brasil. A atuação do Governo brasileiro foi importante para a assinatura do acordo de paz entre o Peru e o Equador e para a resolução dos problemas políticos internos no Paraguai.

Neste ano (2000) deverá ocorrer a transição da Secretaria *Pro Tempore* para Secretaria Permanente do TCA. O passo seguinte será a transformação em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) com personalidade jurídica internacional.

Nas relações com os EUA procuraram resolver alguns contenciosos, como o TNP, ratificado em 1998, o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), ao qual o País aderiu em 1996, e questões relativas aos direitos humanos e ao meio ambiente. Quanto aos demais países, o Brasil tentou uma maior aproximação da China e da Índia, com o estabelecimento de parcerias estratégicas.<sup>61</sup>

Apesar da estabilização econômica, da democracia consolidada, da maneira como o Governo lidou com as crises, a globalização, a estagnação do desenvolvimento e a deterioração dos indicadores sociais e econômicos limitaram a ação diplomática do Brasil e reduziram sua margem de manobra, fazendo com que o País perdesse iniciativa em assuntos internacionais.

O Brasil tenta uma maior inserção por meio de foros de negociação, principalmente no âmbito dos organismos internacio-

<sup>60</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, *op. cit.*

<sup>61</sup> O acordo de cooperação na área espacial com a China continua em desenvolvimento, tendo sido lançado o satélite de sensoriamento remoto CBERS-1. Com a Índia a parceria estratégica não evoluiu por conta da retração brasileira, devido aos testes nucleares realizados pelos indianos.

nais. Em discurso pronunciado em janeiro de 1999 pelo Chanceler Lampreia, dentre um extenso rol de metas fixadas para a atuação do Itamaraty no período 1999-2002, está a participação, *com o peso que nos corresponde, nas deliberações e atividades das Nações Unidas, entre elas as relativas à indispensável reforma da Organização, incluindo do Conselho de Segurança.*<sup>62</sup>

Como na área econômica, as crises fizeram com que a diplomacia tivesse de se desdobrar para diminuir seus efeitos na confiabilidade internacional; tornou-se fundamental uma maior presença nos empreendimentos dos organismos internacionais como um dos caminhos para maior inserção no sistema internacional.

Assim, o Brasil participou ativamente das missões de paz instaladas durante o governo de Fernando Henrique. Continuou presente na ex-Iugoslávia e enviou observadores militares e policiais para a Missão das Nações Unidas para a Guatemala (MINUGUA).<sup>63</sup>

Em fevereiro de 1995, foi criada a UNAVEM III, que deveria supervisionar e executar as tarefas previstas no Protocolo de Lusaca.<sup>64</sup> O Brasil, que já estava pre-

sente em Angola com observadores militares e policiais, enviou um batalhão de infantaria, uma companhia de engenharia, dois postos de saúde avançados e militares para compor o Estado-Maior da força militar da ONU.<sup>65</sup> Com o fim da UNAVEM III, a ONU estabeleceu a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), que continuou tendo a participação brasileira.<sup>66</sup>

Também a partir de 1995, o Brasil passou a enviar dois militares para compor o batalhão argentino em operação na UNFICYP, em Chipre. Em contrapartida, os argentinos enviaram o mesmo número de militares para integrar o batalhão brasileiro em Angola.

Na Iugoslávia, com o acordo de paz de Dayton, em novembro de 1995, a ONU estabeleceu quatro missões independentes: a Missão das Nações Unidas na Bósnia Hercegovina (UNMIBH), a Administração Transitória da Eslavônia Oriental (UNTAES), a Missão de Observação das Nações Unidas na Península de Prevlaka (UNMOP) e a Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas (UNPREDEP). Com exceção da missão na Bósnia, o Brasil partici-

<sup>62</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, *Política Externa Não Muda*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. RJ, 3 de janeiro de 1999.

<sup>63</sup> Em maio de 1995 a UNPROFOR foi reestruturada. Foi criada a United Nations Peace Force (UNPF) que passou a controlar a UNPROFOR, com mandato restrito à Bósnia, a UNCRO, na Croácia, e a UNPREDEP, na Macedônia. O Brasil manteve observadores militares nas três missões componentes da UNPF e policiais na UNPROFOR e UNCRO. A MINUGUA foi estabelecida em 1994 e tinha por missão a de prover ligação entre o Governo guatemalteco e a guerrilha. Em 1995, transformou-se em missão de observação direcionada para os direitos humanos. Com a celebração do acordo de cessar-fogo em dezembro de 1996, passou a supervisionar a sua execução.

<sup>64</sup> Assinado em novembro de 1994 entre a UNITA e o Governo angolano, visava, entre outros, à reafirmação da aceitação pelo Governo e pela UNITA dos acordos de paz e resoluções do CSNU, a fazer o restabelecimento do cessar-fogo, ao desengajamento das tropas de ambos os lados, à desmilitarização das forças militares da UNITA, ao desarmamento de todos os civis, à formação de forças armadas unificadas e à incorporação de membros da UNITA na Polícia Nacional Angolana.

<sup>65</sup> O contingente brasileiro permaneceu em Angola de agosto de 1995 a julho de 1997. Com os revezamentos realizados, chegou-se a um total 4.174 militares e 48 policiais que participaram da missão.

<sup>66</sup> Entre julho de 1997 e fevereiro de 1999, o Brasil contribuiu com observadores militares e policiais. A partir de então o País manteve uma unidade médica de 15 militares até a desativação da missão.

pou com observadores militares nas demais e também com policiais na UNTAES.

Em julho de 1999, a ONU estabeleceu a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET), modificada em setembro para Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), da qual o Brasil participa com oficiais de ligação, policiais e um efetivo de setenta militares da Polícia do Exército. Além disso, enviou peritos eleitorais para supervisionar as eleições.

Dessa forma, das 16 missões estabelecidas pelas Nações Unidas no governo de Fernando Henrique, o Brasil se fez presente em sete delas. Em março de 1997, o País era o oitavo em efetivo empregado pela ONU nas missões de paz em andamento. Dos 23.861 homens empregados, o Brasil participava com 1.014.<sup>67</sup>

Na sede da ONU, em Nova Iorque, o Brasil mantém militares no âmbito do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO). Entre 1994 e 1999, 11 militares foram cedidos pelo País àquele órgão.

Entre 1998 e 1999, o Brasil participou pela oitava vez do CSNU, sendo um dos países de maior participação. No âmbito da AGNU, liderou a aprovação da resolução sobre a *Nova Agenda para*

*o Desarmamento Nuclear*. Em 1998, participou ativamente das negociações para adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI), aprovado na Conferência de Roma.

No âmbito da OEA, o País aderiu à convenção contra a fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo, além de continuar a participar das missões de remoção de minas na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua.<sup>68</sup> Além disso, mantém representantes na Junta Interamericana de Defesa (JID) e no Colégio Interamericano de Defesa.

No âmbito da América do Sul, após cerca de um mês de conflito na região da Cordilheira do Condor, entre Equador e Peru, as negociações conduzidas pelos *países garantes*<sup>69</sup> levaram à assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty, em Brasília, em fevereiro de 1995. Por essa declaração, ambos os países aceitaram o estabelecimento da Missão de Observadores Militares no Equador e Peru (MOMEP), a fim de monitorar o estabelecimento de uma área desmilitarizada. Um oficial-general brasileiro foi o coordenador e encarregado do controle operacional. O Brasil, mais tarde, assumiu também encargos de apoio logístico, que eram executados pelos EUA, e lide-

<sup>67</sup> O Brasil não se fez presente nas três missões estabelecidas no Haiti (Missão de Apoio das Nações Unidas - UNSMIH, Missão Transitória das Nações Unidas - UNTMIH e Missão Policial das Nações Unidas - MIPONUH), na Missão de Apoio Policial das Nações Unidas na Croácia (UNPSG), na Missão das Nações Unidas para a República Centro-Africana (MINURCA), na Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (UNOMSIL), na Missão das Nações Unidas para a Administração Interina do Kosovo (UNMIK) e na Missão de Observação das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).

<sup>68</sup> A JID/OEA estabeleceu, em 1994, a Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA), com a finalidade de treinar pessoal e supervisionar a limpeza de campos de minas. O Brasil mantém militares como supervisores ou monitores dos trabalhos.

<sup>69</sup> Brasil, EUA, Argentina e Chile são os países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, que estabeleceu a fronteira entre os dois países.

rou as negociações que resultaram no acordo de paz assinado em outubro de 1998. Ao longo de quatro anos, 192 militares foram empregados na missão.

## O DISCURSO OFICIAL

A participação em operações de manutenção de paz tem sido um instrumento da política externa brasileira independente das mudanças ocorridas nos diferentes governos. A discussão sobre a questão ganhou vulto na última década, por estar intimamente relacionada com os debates sobre a reformulação da ONU e a posição brasileira em relação ao seu Conselho de Segurança. Segundo o Ministro Lampreia, dentre as ações desenvolvidas por nossa política externa insere-se a ampliação de nossa participação no processo decisório internacional, *enfocada na participação ou na contribuição positiva do Brasil na reforma do Conselho de Segurança da ONU e de todo o sistema ONU em geral*.<sup>70</sup>

Assim sendo, tornam-se relevantes algumas considerações a respeito dos rumos da atual política externa do País, principalmente quanto às responsabilidades do Brasil, caso venha a ocupar uma cadeira permanente no CSNU com os custos decorrentes.

Quanto à participação em missões de paz, o Presidente da República salientou que *a participação crescente das For-*

*ças Armadas brasileiras em operações de paz da ONU é uma das facetas mais importantes da modernização da sua atuação, e a intensificação da presença nessas operações é uma exigência das relações internacionais contemporâneas e do interesse nacional brasileiro*.<sup>71</sup> Afirmou também que o nosso objetivo é o de dar efetividade às obrigações e aos compromissos que assumimos e, mesmo com recursos escassos, o País tem procurado levar adiante as suas obrigações internacionais nesse campo, seja pela aceitação de compromissos, como os da não-proliferação, seja no engajamento *nos esforços coletivos que buscam superar conflitos, conciliar adversários*.<sup>72</sup>

A Política de Defesa Nacional, publicada em 1996, apresenta, dentre os objetivos da Defesa Nacional, a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional e a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Dentre suas diretrizes, estabelece a participação de operações internacionais de manutenção da paz de acordo com os interesses nacionais.

A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que estabeleceu normas gerais para a organização, preparo e emprego das Forças Armadas, definiu ser de responsabilidade do Presidente da República a participação de tropas em operações de paz, e o Decreto 3.080, de 10 de

<sup>70</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, *O Brasil no Contexto Mundial: Uma Visão do Itamaraty*. São Paulo, SP. Núcleo de Políticas e Estratégias da USP. 1995. Working Papers, nº 4, p. 30.

<sup>71</sup> Discurso do Presidente da República por ocasião da condecoração de oficiais brasileiros membros da Força de Paz da ONU na ex-Iugoslávia, em 6 de julho de 1995.

<sup>72</sup> Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a cerimônia de entrega do *Appeal of Conscience Award*. Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.

junho de 1999, determina como sendo do Ministério da Defesa a responsabilidade pelo planejamento e o acompanhamento dessas forças.

## A PRÁTICA ATUAL

Apesar do discurso oficial e do incremento da participação brasileira no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a situação econômica após as crises do México, sudeste asiático, Rússia e cambial de 1999 limitou a participação nos empreendimentos pela paz dos organismos internacionais.

Quando da consulta ao Brasil sobre o envio de tropas ao Timor Leste, foram apresentadas ao Governo três opções: um batalhão, a exemplo de Angola, uma companhia, como em Moçambique, ou um pelotão reforçado. A posição da equipe econômica em relação aos custos da participação foi decisiva para que o Governo adotasse a terceira opção.

Desde 1948, a ONU desenvolveu 53 missões de manutenção de paz (Tabela 1) a um custo total, até junho de 1999, de 19,2 bilhões de dólares.

A Argentina, com 31 participações, o Brasil, com 24, e o Uruguai, com 18, são os países sul-americanos que mais se fizeram presentes nos empreendimentos da ONU.

Após o início dos debates sobre a reformulação da ONU e de seu Conselho de Segurança, a Argentina aumentou o envio de militares para essas missões. Enquanto o Brasil atualmente mantém

em torno de cem militares nas três missões de que participa, a Argentina tem um batalhão em Chipre, uma unidade médica em Kosovo e observadores em outras seis missões.

Atualmente há 14 missões de paz da ONU em andamento, empregando 35.469 militares e policiais e 10.404 civis de 87 países-membros. A estimativa dos custos dessas operações, para o período de julho de 2000 até junho de 2001, é de 2,2 bilhões de dólares.

A Argentina e o Uruguai estão participando em oito dessas missões, o Chile e a Bolívia, em quatro, o Brasil, em três e Venezuela, Paraguai e Peru, em uma.

## A REFORMULAÇÃO DA ONU

Com relação à reforma da ONU, o Governo brasileiro prosseguiu no discurso iniciado pelo então Presidente José Sarney, em 1989, sobre as alterações na estrutura e nos procedimentos do seu Conselho de Segurança, *a fim de habilitá-lo a melhor exercer suas responsabilidades*,<sup>73</sup> fazendo questão de salientar não se tratar *de um pleito ou de uma candidatura, nem tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança*,<sup>74</sup> mas que, *se a reforma do Conselho se fizer com o sentido e a direção defendidos pelo Brasil, isto é, como um fator de fortalecimento das Nações Unidas e como um catalisador das demais reformas exigidas pela organização, e se nós formos chamados pela comunidade internacional, estamos dispostos a*

<sup>73</sup> SARNEY, José R., Discurso do Presidente na abertura da XLIV Sessão Ordinária da AGNU, 1989. FUNAG, op. cit., p. 504.

<sup>74</sup> BARROS, Sebastião do Rêgo, Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, na abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil, promovido pela UnB e FUNAG. Brasília, 5 de novembro de 1996.

# A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO NAS MISSÕES DE PAZ

Tabela 1 – Missões de manutenção de paz da ONU em andamento e a participação brasileira<sup>75</sup>

Missão	Início	Mandato	Participação brasileira
Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO)	1948	Monitorar o cessar-fogo entre árabes e israelenses, supervisionar o acordo de armistício, prevenir incidentes e auxiliar outras operações de paz da ONU na região	
Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNMOGIP)	1949	Supervisionar o acordo de cessar-fogo entre Índia e Paquistão. Após o reinício das hostilidades em 1971 passou a monitorar o cessar-fogo imposto pelo CSNU	
Forças de Manutenção de Paz das Nações Unidas em Chipre (UNIFICYP)	1964	Supervisionar a linha de cessar-fogo, manter a zona de separação e assumir atividades humanitárias	Dois militares integrando o batalhão argentino
Força de Observação das Nações Unidas de Separação (UNDOF)	1974	Supervisionar a implementação do acordo Israel-Síria e a manutenção do cessar-fogo	
Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)	1978	Restaurar a paz e a segurança e ajudar o Governo libanês a restaurar sua autoridade na área	
Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO)	1991	Monitorar o cessar-fogo e organizar e conduzir referendo sobre a independência do Saara Ocidental	
Missão de Observação das Nações Unidas no Iraque-Kwait (UNIKOM)	1991	Monitorar a zona desmilitarizada na fronteira Iraque-Kwait, deter violações de fronteira e relatar qualquer ação hostil	
Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG)	1993	Verificar o cumprimento do acordo de cessar-fogo e de separação de forças entre o Governo da Geórgia e o Abkhaz	
Missão das Nações Unidas na Bósnia Hercegovina (UNMIBH)	1995	Realizar atividades para restabelecimento da lei previstas no Acordo de Dayton de 1995	
Missão de Observação das Nações Unidas na Península de Prevlaka (UNMOP)	1996	Monitorar a desmilitarização da Península de Prevlaka	1 observador militar
Missão das Nações Unidas para a Administração Interina do Kosovo (UNMIK)	1999	Administrar a província até a reconstrução das instituições destruídas pelo conflito e a instalação de um governo autônomo	
Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL)	1999	Monitorar o acordo de cessar-fogo, cooperar com a implementação do acordo de paz, assessorar o Governo na implementação do plano de desarmamento, desmobilização e reintegração	
Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET)	1999	Administrar o território e exercer funções executivas e legislativas durante o período de transição	Tropa da PE, O Mil, O Lig
Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC)	1999	Monitorar a implementação do acordo de cessar-fogo e facilitar ajuda humanitária	

<sup>75</sup> Dados obtidos no sítio <http://www.un.org/peace>, referentes às missões de paz em andamento em agosto de 2000.



*assumir as responsabilidades de um membro permanente.*<sup>76</sup>

A discussão, que ganhou campo na década de 1990, é pertinente, à medida que a ONU, apesar de ser em sua essência multilateral, durante seus mais de cinquenta anos foi utilizada pelos Estados-membros, principalmente pelas grandes potências, de acordo com seus próprios interesses.

Como salientou Kissinger, com o fim da Guerra Fria, *a ausência de ameaças, ideológicas ou estratégicas, libera as nações para rumarem suas políticas externas cada vez mais em direção a seus interesses nacionais imediatos. Num sistema internacional caracterizado por, talvez, cinco ou seis potências maiores e uma multiplicidade de Estados menores, a ordem terá de surgir, de forma muito parecida com a dos séculos passados, a partir da harmonização e do equilíbrio entre interesses nacionais competitivos.*<sup>77</sup>

Dessa forma, a discussão sobre essas reformas não se encerrará a curto prazo. A colocação de Ohame, em 1955, de que *a discussão sob a reformulação da ONU e seus órgãos ainda demandará tempo, pois criou-se na organização uma defasagem de mais de um século entre as realidades do mundo externo e o marco das idéias e princípios usados para compreendê-las, permanece atual.*<sup>78</sup> A crise de Kosovo, em 1999, quando a legitimidade do poder das grandes potências foi novamente utilizada em detrimento do consenso, leva-nos

a um certo ceticismo sobre se essas mudanças realmente ocorrerão. Todavia, a diplomacia brasileira não se pode furtar em participar ativamente dos debates, sob pena de uma nova exclusão.

## A QUESTÃO DOS CUSTOS

Internamente, há discussões sobre as conseqüências práticas e financeiras de uma participação mais intensa do Brasil nas Nações Unidas. Primeiro, há a questão dos custos que o assento permanente no CSNU nos imporia.

O Ministro Lampreia afirmou ser *necessário um debate amplo sobre as responsabilidades concretas que nos incumbiriam como membro permanente, já que, além do ônus financeiro – que poderia chegar a US\$ 80 milhões anuais –, essa condição implica não a obrigatoriedade, mas a disposição de participar mais ativamente em operações de paz e o imperativo de termos preparo e disponibilidade militar para fazê-lo de forma ágil.*<sup>79</sup>

Uma pesquisa virtual realizada pela FUNAG, pelo seu site RelNet, sobre o tema, apresentou como resultado: 52,61% mostraram-se plenamente de acordo com a pretensão brasileira e que o Brasil deveria participar mais de todas as iniciativas da ONU, até das missões de paz; 33,13% manifestaram-se de acordo com a pretensão do Brasil, mas não concordaram com os custos que teriam de

<sup>76</sup> Aula inaugural do Instituto Rio Branco, proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. *Uma Diplomacia para o Início do Próximo Século*. Brasília, 27 de agosto de 1997.

<sup>77</sup> KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, RJ. Francisco Alves Editora. 2ª edição. 1999 p. 882.

<sup>78</sup> OHAME, K. *The End of the Nation State*. Nova Iorque. The Free Press. 1955, p.4.

<sup>79</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, *A Reforma do Conselho de Segurança*. Artigo publicado pelo Ministro das Relações Exteriores na *Folha de S. Paulo*, em 31 de agosto de 1997.

ser pagos, como a participação em missões de paz; 13,85% dos usuários foram contrários à pretensão brasileira, afirmando que a realização de tal projeto somente traria mais custos financeiros e não teria nenhum tipo de repercussão para a projeção internacional do Brasil.<sup>80</sup>

Tanto na disposição atual por uma maior participação em missões de paz, como no debate em torno das aspirações brasileiras em relação ao CSNU, a questão dos custos é relevante, sendo interessante algumas considerações.

A princípio, os custos podem parecer altos. O batalhão enviado a Angola custou R\$ 236.647.332,00, num período de dois anos, e a companhia que operou em Moçambique, R\$ 29.504.612,00 no período de seis meses.<sup>81</sup>

O mesmo efetivo, cumprindo suas missões e realizando seu adestramento normal no Brasil, teria também um gasto, computando-se o pagamento de pessoal, o custo social (vale transporte, alimentação e saúde), os gastos com concessionárias (água, luz, gás e telefone), munição, combustível e a manutenção (de armamento, viaturas e instalações). Além disso, do que foi gasto, 38% referem-se às despesas de pessoal e os outros 62%, aos deslocamentos da tropa e compra de equipamentos e viaturas, os quais, atualmente, estão ainda sendo usados por nossas tropas no País.

A questão será, então, se a diferença dos custos compensa os ganhos em termos de adestramento da tropa, da própria vivência internacional, da projeção

de poder como forma de dissuasão, da maior inserção do País nos organismos internacionais.

Países como Noruega, Finlândia, Suécia, Dinamarca aproveitam os empreendimentos da ONU para manter seus efetivos militares adestrados. Na América Latina, a Argentina adotou essa política há alguns anos. As tropas que envia ao exterior são basicamente formadas por militares de carreira, sendo o grosso formado por oficiais e sargentos, de modo que, atualmente, o Exército argentino tem um grande efetivo de militares com experiência internacional. O mesmo acontece com o Uruguai. Ambos os países aproveitam o reembolso da ONU para reequipar suas forças.

Desde 1973, após processo conduzido pelo Brasil, a ONU adotou uma escala *ad hoc* de contribuições baseadas no potencial de cada Estado: os Estados-membros do grupo D pagariam 10% de sua cota de contribuição no orçamento regular, os do grupo C, 20%, os do grupo B, 100% e os do grupo A, além dos 100%, os valores não rateados na distribuição das cotas nos grupos C e D. No caso do Brasil, que tem cota de 1,59% na escala do orçamento regular, é de 0,31% a sua contribuição na escala especial das operações de paz.<sup>82</sup>

A ONU reembolsa diretamente os governos que cedem tropas pelo efetivo empregado, pelo desgaste do equipamento e fardamento pessoais, pelas armas de uso pessoal e respectiva munição e pelo uso do equipamento do contingente e de bens

<sup>80</sup> REL/UnB-FUNAG/MRE. Boletim RelNet nº 15. 19.07.2000. <http://www.relnet.com.br>.

<sup>81</sup> FONTOURA, Paulo R. C. Tarrisse da, *op. cit.*, p. 214.

<sup>82</sup> CARDOSO, Afonso José Sena, *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília, DF. Instituto Rio Branco. FUNAG. 1998, p. 67.

de consumo. No caso do Brasil, incluído na categoria C, os gastos estarão acima do reembolso, mas estes servirão para cobrir parte dos custos. Além disso, se o País não participar de missões de paz, parte de sua contribuição acabará indo como reembolso para um outro país. No caso da participação do Brasil nas operações de paz em Moçambique e em Angola, aproximadamente 14% dos gastos retornaram em forma de reembolso da ONU.

### A QUESTÃO DAS FORÇAS MULTINACIONAIS

Uma outra questão relevante diz respeito à responsabilidade que o País teria de assumir, tendo que se pronunciar e decidir sobre temas sensíveis, dos quais normalmente nos manteríamos a distância.

Um desses temas diz respeito à participação em forças multinacionais que realizam operações de imposição da paz, com ou sem o consentimento das partes envolvidas no conflito.

O Brasil manteve uma tradição de não engajamento nesse tipo de operação. Em 1951, o governo Vargas não cedeu às pressões dos EUA e respondeu negativamente à consulta formulada pelo SGNU, para enviar tropas à Coreia. O Brasil apoiou as medidas adotadas pela ONU para conter a agressão norte-coreana e a libertação da Coreia do Sul, mas se esquivou-se do envio de tropas.

Quando da formação da força multinacional que atuou na Guerra do Golfo, em 1990, as ligações comerciais com o

Iraque, a presença de empresas brasileiras prestadoras de serviços naquele país e o problema de abastecimento interno de derivados do petróleo levaram o Governo a condenar o comportamento iraquiano, mas se esquivou do envio de tropas. A participação argentina na força multinacional acabou por gerar interpretações comparativas desfavoráveis ao Brasil.

Em sua participação no Comitê Especial sobre Operações de Paz da ONU, o Brasil defendeu a necessidade do consentimento das partes envolvidas, sob pena de comprometer a imparcialidade da Organização, da execução de um papel não-combatente da operação de manutenção de paz e de um comando de campo fiel apenas às Nações Unidas.<sup>83</sup>

O Brasil se absteve nas resoluções que criaram as forças multinacionais para atuarem em Ruanda e no Haiti, em 1994.

Em 1996, o Brasil foi sondado novamente sobre a possibilidade de incorporar militares à Força Multinacional no Zaire. A decisão do Governo brasileiro não foi necessária pois, quando a questão ainda estava sendo estudada no âmbito das Forças Armadas e do Itamaraty, a ONU suspendeu os trabalhos de constituição da força com o término da situação de emergência naquele país.

Finalmente, em 1999, o Congresso Nacional autorizou o envio de um pelotão reforçado de Polícia de Exército para compor a Força Multinacional, sob comando da Austrália, que interveio no Timor Leste.

A Agenda para a Paz, lançada pelo então SGNU Boutros Ghali, apresentou

<sup>83</sup> MENDONÇA, Flávia Grumbach, *As Intervenções da ONU sob a Perspectiva Oficial Brasileira: Uma Comparação dos Governos Collor e FHC*. Dissertação de Mestrado. IRI/PUC. Rio de Janeiro. RJ. 1998, p. 43 - 44.

novas abrangências na forma de atuação da ONU, em termos de medidas destinadas a aplicar os dispositivos da Carta de São Francisco em relação às operações de paz. Além da *diplomacia preventiva*, colocada em prática com sucesso na ex-república iugoslava da Macedônia, e do conceito de *construção* ou *consolidação* da paz (*peace building*), com atividades políticas e econômicas que atacassem as causas do conflito e fortalecessem o esforço de paz, evitando o recomeço das hostilidades, a questão do *restabelecimento da paz* (*peace enforcement*), apesar de buscar inicialmente um entendimento entre as partes, passou a admitir a possibilidade do uso da força, com ou sem o entendimento prévio entre os oponentes.

Essa tendência de atuação, de *imposição* da paz pelas forças multinacionais se fez notar na última década. Das 11 forças autorizadas pela ONU, dez foram estabelecidas na década de 1990 e o Brasil se fez presente apenas na Força de Intervenção da ONU no Timor Leste (INTERFET).<sup>84</sup>

A situação do Brasil como membro permanente do CSNU conduzirá a uma maior participação nas missões de paz, à necessidade de uma atitude mais decisiva quanto a questões sensíveis, como das intervenções humanitárias, por exemplo, além de uma pré-disposição a gastos mais elevados por parte do País.

Quanto à participação na INTERFET, apesar de marcar a primeira participação do País numa força de imposição da paz, talvez esteja mais ligada aos laços que unem

o Brasil e o Timor Leste, que praticamente obrigaram a presença brasileira. Mas a votação contra a moção russa pela paralisação dos bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia em 1999, quando fazíamos parte do CSNU, mostrou uma mudança de atitude em relação ao posicionamento normal adotado pelo País até então. O voto pela continuação da intervenção da Aliança Atlântica, sob a justificativa de que seria humanitária, pode indicar uma mudança de atitude do Governo em relação a esse tema, ou um alinhamento mais incisivo com os EUA, ou ainda uma mostra de como seria a posição brasileira no tratamento de temas sensíveis, caso ocupe definitivamente o CSNU.

## CONCLUSÃO

A política externa brasileira procurou, desde o início da atuação dos organismos internacionais em busca da manutenção de paz, apoiar e participar desses empreendimentos. Essa participação esteve sempre atrelada a uma necessidade de buscar uma maior inserção no centro do poder decisório do sistema internacional. Independentemente das características peculiares de cada período, o discurso oficial procurou conduzir as ações da política no campo externo visando à obtenção de ganhos que permitissem o desenvolvimento do País. Tanto nos momentos de maior alinhamento com a potência hegemônica, quanto de maior liberdade na diversificação de parceiros, onde quer que eles esti-

<sup>84</sup> As demais forças multinacionais atuaram na Coreia (1950), no Golfo Pérsico (1991), na Somália (1992), em Ruanda e no Haiti (1994), na Bósnia Hercegovina (em 1995, com a Implementation Force - IFOR e, a partir de 1996, com a Stabilization Force - SFOR), na Albânia (1997), na República Centro-Africana (1997) e em Kosovo (1999).

vessem, o farol foi o de prover o País das condições necessárias para que ocupasse uma posição de destaque no cenário mundial.

Mesmo nos momentos de maior participação nas operações de paz, o discurso brasileiro advertia para a necessidade de os países desenvolvidos empreenderem ações que permitissem o progresso dos demais Estados, como forma de conseguir a paz. A questão do desenvolvimento esteve presente nos 3 Ds de Araújo Castro e de Celso Amorim. O próprio Celso Amorim, em 1994, afirmava que *o desenvolvimento consolida a liberdade (...) promove a estabilidade, complementa a democracia (...) constrói a paz*.<sup>85</sup> Lampreia, em 1998, advertia que, *se cada vez é maior a articulação entre o nacional e o internacional, também as questões da paz e os temas do desenvolvimento estão crescentemente interligados. Um mundo marcado pela instabilidade ou pela desesperança na esfera econômica não pode ser um ambiente seguro, livre das ameaças da guerra, das formas mais variadas de conflito e violência*.<sup>86</sup>

Mas as questões econômica e social fizeram com que o Brasil perdesse, nos últimos anos, a iniciativa em assuntos internacionais. Como salientou Albuquerque, o País *é hoje muito mais vulnerável a julgamentos a respeito de sua balança comercial do que de sua política de desenvolvimento da Amazônia ou pela maneira como protege os direitos humanos*. Salientou ain-

da que *a diplomacia brasileira teve pouca margem de iniciativa na maioria das questões relevantes internacionalmente, tornando-se basicamente reativa e defensiva*.<sup>87</sup>

O próprio Ministro Lampreia admitiu que *a competição ferrenha é a face mais ativa do processo de relativa desmobilização dos países em desenvolvimento no campo político. O chamado Sul, desde a crise da década de 1980, perde o controle da agenda política internacional*.<sup>88</sup>

Além disso, o século XXI se inicia em meio a uma transição dinâmica de difícil prospecção. Temas diversificados ganharam destaque nos debates e traçaram novos rumos nos campos de atuação dos organismos internacionais. A defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da democracia são, atualmente, fatores que podem levar à aplicação do polêmico *direito da ingerência*, que foi discutido exaustivamente durante a intervenção da OTAN em Kosovo em 1999. A Agenda para a Paz apresentou também a noção de que *o tempo da soberania absoluta já passou e que a sua teoria nunca teve correspondência na realidade*.<sup>89</sup> Já a questão da reestruturação da ONU ficou apenas nos debates.

O posicionamento frente a esses temas pode oferecer oportunidades e maior liberdade de ação no sistema internacional, mas pode também ter um efeito extremamente negativo para a política externa. Deve-se, portanto, ficar atento às

<sup>85</sup> AMORIM, Celso, Discurso na XLIX Sessão Ordinária da AGNU em 1994. FUNAG, *op. cit.*, p. 575.

<sup>86</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, Discurso na abertura da LIII Sessão da AGNU. Nova Iorque, 21 de setembro de 1998.

<sup>87</sup> ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon, *Um Método para a Política Externa Brasileira?* São Paulo, SP. *Carta Internacional*, ano VIII, nº 83, p. 6-10 (7).

<sup>88</sup> LAMPREIA, Luiz Felipe, Discurso na Escola Superior de Guerra. 18 de maio de 1993.

<sup>89</sup> GHALI, Boutros, *A Agenda para a Paz. Organização das Nações Unidas*. Divisão de Informação Pública. Nova Iorque. Capturado no site <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>, em 15 de julho de 2000. Cap. I, item 17.

mudanças que acontecem, de modo a aproveitar ao máximo as oportunidades, diminuindo os efeitos negativos dessas mudanças. Como salientaram Lafer e Fonseca Jr., *hoje, em um mundo de incertezas, o que sabemos, sim, é que ganhará o Estado que construir, com mais rapidez e sensibilidade, as suas estratégias de inserção.*<sup>90</sup>

A intenção brasileira por um assento permanente no CSNU é parte de nossa estratégia de inserção. As obrigações dessa posição passam por maiores responsabilidades no trato desses temas sensíveis, alguns deles nos dizem respeito diretamente. Para assumir liderança, o Brasil terá de assumir riscos e custos. Alguns riscos estão relacionados à participação em forças multinacionais de imposição da paz, com os custos que dela advirão. Uma ofensiva mais dinâmica nessa direção deve passar por amplo debate e análise em termos de custos e benefícios.

O ponto de partida dessa análise deve ser como o Brasil se insere e como deseja inserir-se no quadro das relações internacionais. Se nosso interesse em uma vaga permanente no CSNU *fundamenta-se na intenção de aprofundar nossa influência sobre o processo de formação do sistema mundial do século XXI e de obter mais esse reconhecimento da maturidade de nossa estrutura política,*<sup>91</sup> resta então saber se este é o momento certo. Caso seja, um esforço maior deve ser dirigido para esse objetivo, o que incluirá maiores gastos com o envio de brasileiros para as operações de manutenção da paz. A realidade do País, principalmente a

econômica, condiciona as possibilidades de uma maior atuação, mas não a impede. A questão é definir e perseguir o objetivo.

A participação em operações de manutenção da paz de organismos internacionais colabora para a projeção do poder nacional no contexto internacional; permite o reconhecimento internacional quanto ao nível profissional dos militares brasileiros, reforçando o fator da dissuasão; atua como um dos mecanismos da política externa brasileira quanto à solução pacífica de conflitos, além de fortalecer os laços de confiança com as nações amigas.

Para as Forças Armadas, essa participação permite a melhoria do nível cultural da tropa, a aquisição de conhecimentos para aprimorar a doutrina pela convivência com tropas de diferentes países; a oportunidade de adestramento que dificilmente teriam nas mesmas condições no Brasil; o conhecimento de novos equipamentos etc.

Assim, na definição do objetivo deve haver uma concepção clara dos propósitos e estes devem estar de acordo com o interesse da sociedade, expresso no apoio da classe política. Dessa forma, manteremos a tradição de participante ativo das ações em busca da paz, coerente com nossos princípios constitucionais.

Manteremos também a continuidade de princípios e a coerência da diplomacia brasileira, de modo a contar com a credibilidade da comunidade internacional e manter o País como, parafraseando o ex-chanceler alemão Helmut Kohl, uma *potência diplomática*. ☉

<sup>90</sup> LAFER, Celso e FONSECA JR., Gelson, *Questões para Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas*. Temas de Política Externa II, *op. cit.*, p. 49-77 (51).

<sup>91</sup> MACIEIRA, Flávio Helmond, *O Brasil e as Nações Unidas em 1994: Uma Abordagem Política*. RBPI. Brasília, DF, a. 37, v. 1, 1994, p. 121-133 (125).

# O Estado Como Realidade Político-Jurídica

Reis Friede\*

O autor apresenta um estudo sintético direcionado para a conceituação objetiva e contemporânea de Estado.

## ORIGEM DAS SOCIEDADES E DOS AGRUPAMENTOS SOCIAIS

Muito embora não possamos deixar de reconhecer a existência de algumas controvérsias a respeito do tema, é fato que, modernamente, a doutrina mais festejada tem defendido a tese segundo a qual o homem possui, independentemente de outros fatores, uma necessidade instintiva e insuperável de associação, o que, em última análise, forjou os primeiros agrupamentos sociais e, posteriormente, as sociedades primitivas.

*A primeira causa de agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu pura o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum (Cícero, in República, volume I, p. 15).*

Em essência, Aristóteles, com sua célebre afirmação *o homem é naturalmente um animal político* (A Política, volume I, p. 9), foi o primeiro estudioso a defender a idéia do *impulso associativo natural*, seguido, em Roma (século I a.C.), por Cícero e, na idade medieval, por São Tomás de Aquino. Modernamente, como bem lembra Dalmo de Abreu Dallari,<sup>1</sup> *são muitos os autores que se filiam a essa mesma corrente de opinião, estando entre eles o notável italiano Ranelletti, que enfoca diretamente o problema com argumentos preciosos e colhidos na observação da realidade.*

Diz ele que, *onde quer que se observe o homem, seja qual for a época, mesmo nas mais remotas a que se possa voltar, ele sempre é encontrado em estado de convivência e combinação com os outros, por mais rude e selvagem que possa ser na sua origem. O homem singular, completamente isolado e vivendo só, pró-*

\* Mestre e Doutor em Direito Público.

<sup>1</sup> *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994, p. 8-9.

*ximo aos seus semelhantes, mas sem nenhuma relação com eles, não se encontra na realidade da vida.*

Para Ranelletti, *o homem é induzido fundamentalmente por uma necessidade natural, porque o associar-se com os outros seres humanos é para ele condição essencial de vida. Só em tais uniões e com o concurso dos outros é que o homem pode conseguir todos os meios necessários para satisfazer as suas necessidades e, portanto, conservar e melhorar a si mesmo, conseguindo atingir os fins de sua existência. Em suma, só na convivência e com a cooperação dos semelhantes, o homem pode beneficiar-se das energias dos conhecimentos, da produção e da experiência dos outros, acumulados por gerações, obtendo assim os meios necessários para que possa atingir os fins de sua existência, desenvolvendo todo o seu potencial de aperfeiçoamento no campo intelectual, moral ou técnico.*<sup>2</sup> (ver nota complementar I).

## ORIGEM DAS SOCIEDADES E DOS VÍNCULOS SOCIAIS

É natural que o homem, desejoso de viver em comunidade, procure estabelecer *associações* (agrupamentos sociais no sentido amplo) a partir de algum tipo de *identidade* para com os seus semelhantes. Essa *identidade natural* que o compele a aproximar-se de outros é estabelecida, inicialmente, pela observação quanto à presença de *vínculos comuns*, tais como a *identidade racial* (vínculo mais imediato, em face de sua própria evidência, posto que independe de uma mínima convivên-

cia) e, de uma forma mais complexa (e posterior, dada a necessidade de estabelecimento de uma mínima convivência), as *identidades lingüísticas, religiosas* (ou de crença no sentido amplo, o que inclui eventualmente o próprio ateísmo) etc.

Sendo, pois, inerente ao gênero humano a aproximação inicial com aquele que julga mais próximo, ou seja, com aquele dotado de um ou mais vínculos em comum, o *agrupamento social* que passa a ser estabelecido acaba por conceber a própria noção de vinculação social, ou de vínculos sociais, dando origem, em última análise, ao vínculo maior da identidade nacional ou da nacionalidade, *gêrmen* que origina a nação em seu conceito primitivo e, posteriormente, até mesmo o conceito mais complexo de cidadania (ver nota complementar II).

## SOCIEDADE, NAÇÃO E ESTADO

Se considerarmos a expressão *agrupamento humano* como a forma mais primitiva de *associação humana* e, no extremo oposto, o *Estado* como sua derivação mais complexa, podemos entender o fenômeno humano associativo, à luz das teorias política e jurídica, como um conjunto básico (e inicial) de *vinculações naturais*, que se transmudam em *vinculações sociais*, originando, num primeiro momento, as sociedades, desde as mais primitivas até as mais complexas, passando pelas nações, e, a partir do estabelecimento de um *território fixo* adicionado ao *pacto*, com a substituição, a partir deste momento, da prevalência da teoria do impulso associativo natural pela

<sup>2</sup> RANELLETTI, Oreste, in *Instituzioni di Diritto Pubblico*, Parte Geral, p. 3, ob. cit., p. 8-9.



prevalência da *teoria contratualista*, pelo rompimento da prevalência do individual em nome do coletivo, concebendo-se um poder abstrato supremo e impiedoso denominado *soberania*, chegando finalmente aos estados, como modalidades últimas de agregação humana<sup>3</sup> (ver nota complementar III).

## CONCEITO DE ESTADO

A par dessa concepção evolutiva, podemos conceituar *Estado*, em termos objetivos, dentro de um conceito contemporâneo, portanto, como toda associação ou grupo de pessoas fixado sobre determinado território, dotado de poder soberano. É, pois, o Estado, em síntese, um *agrupamento humano* em território definido, politicamente organizado, que, em geral, guarda a idéia de Nação. Daí exatamente a construção do conceito sintético de Nação política e juridicamente organizada para definir conclusivamente o termo Estado. Dissemos que o Estado, *em geral, guarda a idéia de Nação*, porque nem sempre, todavia, esses dois vocábulos conjugam-se para explicar determinados grupos sociais, embora, freqüentemente, o Estado encerre o sentido de Nação.

*Nação é uma comunidade de base cultural.* Pertencem à mesma Nação todos quantos nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, atualizado num idêntico conceito de vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais coletivos. Embora a Nação tenda a ser um Estado, não há, necessariamente, coincidência entre Nação e Estado: há nações que ainda não são estados (pela sua pequenez, por exemplo) ou que estão repartidas por vários estados, e estados que não correspondem a nações, como geralmente acontece nos países novos onde acorrem todos os dias emigrantes provenientes dos mais diversos cantos do globo, cada qual com o seu *facies* próprio. *É que, em muitos casos, em vez de ser a Nação que dá origem ao Estado, é o Estado que, depois de fundado, vai, pelo convívio dos indivíduos e pela unidade de governo, criando a comunidade nacional:* é o que se passa, por exemplo, nos Estados Unidos da América.<sup>4</sup>

Nação deriva do verbo latino *nascer*, referindo-se, portanto, ao conjunto de pessoas de mesma origem racial. É unidade étnica, herança histórica e destino co-

<sup>3</sup> Deve ser registrado, com o intuito de evitar possíveis confusões, que a teoria do pacto contratualista desenvolvida, sobretudo, por Rousseau, somente pode e deve ser considerada (mesmo que parcialmente) no instante da formação do agrupamento humano mais complexo denominado *Estado*, pois somente nesse momento é que, inicialmente, por decisão de cada membro da sociedade nacional, ou seja, da Nação (posteriormente, vale assinalar que o pacto é uma efetiva imposição), se estabelece - de comum acordo - um poder abstrato e supremo (denominado *soberania*) que passa a comandar, de forma coletiva, os membros da comunidade, obrigando-os a sujeitarem-se ao regimento comum (e fundamental) estabelecido (denominado *Constituição*), independentemente de suas vontades individuais, caracterizando a noção básica da prevalência do interesse público sobre o interesse privado, em nome do *bem comum*. Nesse momento, continua a predominar - sob a ótica originária - a *teoria do impulso associativo natural* a que nos referimos inicialmente, em contraposição à teoria contratualista, posto que o desejo associativo, independentemente de seu grau, é inerente ao ser humano; porém, na transformação da nação em Estado, há de estabelecer necessariamente, pelo menos no que tange ao momento inicial, o pacto social de concessão ou autorização que permitirá, em última análise, a construção de um poder coletivo, e abstrato, prevalente sobre a vontade individual originária e inerente ao ser humano.

<sup>4</sup> CAETANO Marcelo in *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª ed., Lisboa, Coimbra Ed., 1972, tomo I, p. 123.

muns de um mesmo grupo social, muito embora, contemporaneamente, como já afirmamos, seu sentido específico seja mais elástico para abranger qualquer vínculo (ou vários deles) em comum, tais como: raça, religião, credo, língua etc.

É conveniente lembrar que a Nação pode ser constituída de vários estados (ex.: a grande Nação muçulmana). Por outro lado, a Nação pode estar também contida em apenas um Estado (ex.: a Nação basca na Espanha). De qualquer forma, a Nação é *gérmen* que dá origem ao Estado, como foi o caso da Itália, antes da unificação.

Temos, então, que uma *nação pode existir como comunidade histórica e cultural, independentemente de autonomia política ou soberania estatal*.<sup>5</sup>

*O homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem da direção das cadeias de montanhas. Uma agregação de homens, são de espírito e cálida de coração, cria uma consciência moral que se chama Nação*.<sup>6</sup>

O conceito de *Estado* evoluiu com o tempo: surgiu do termo *polis*, na Grécia, *civitas*, em Roma, e *estado* durante a Idade Média, tendo sido Maquiavel, no entanto, o introdutor do termo Estado na literatura científica.

*A palavra Estado, derivada do latim status, surgiu na Renascença com o significado em que hoje a utilizamos, assim isolada e no sentido de nomear, sob feição gramatical, alguma coisa em sua substância*.

Deve-se a Nicolau Maquiavel (1469-1527) a inclusão desse termo na literatura política, por meio, em pleno século XVI, de seu tão celebrado *Il Príncipe*, escrito em 1513, publicado após sua morte apenas em 1531, e em cujo início se lê, como primeira frase, o seguinte: *Todos os estados, todos os domínios tiveram e têm poder sobre os homens, são estados e são ou repúblicas ou principados*.<sup>7</sup> É que, antes da consagração obrada pelo discutido florentino, não possuía o vocábulo Estado a penetração que alcançou a partir da época renascentista, em virtude mesmo da aceitação, até aí, de outros nomes pelos quais fora designada a instituição política em epígrafe.

Os helênicos chamaram o Estado de *polis*, que quer dizer cidade e de onde provém o termo política, a arte ou ciência de governar a cidade. (...) Entre os romanos o Estado é a *civitas*, ou seja, a comunidade dos habitantes ou a *res publica*, isto é, a coisa comum a todos. Com o crescimento de Roma e sua conseqüente expansão ao mundo então conhecido, modifica-se o conceito de Estado que se amplia para o de *imperium*, convertendo-se a *res populi* em *res imperantis*.

O período medieval dispõe de diversas expressões para designar as unidades políticas. Ao lado de *imperium*, aparece o termo *regnum*, delas procedendo *império* e *reino*. Ademais, volta-se a falar em cidade e, agora, em *terra* para designar respectivamente *idades livres* e *domínios territoriais*. Pelo medievo e pela era moderna, encontra-se o emprego da palavra Estado para designar as classes do reino. São três estados: *clero*, *nobreza* e *povo*, os quais na França se chamavam *Estados*

<sup>5</sup> MONGONE, Gerard J.

<sup>6</sup> RENAN, Ernesto, in *Que É uma Nação*.

<sup>7</sup> *O Príncipe*, p. 7.

*Gerais*; na Inglaterra, *Parlamento*, na Alemanha, *Dieta*, e na Espanha e Portugal, *Corte do Reino*.

Foi quando a palavra estados, no sentido hodierno, começou a ter curso na Itália, onde, ante o caráter especial dos Estados existentes, *império* ou *regno* era demais e *città* ou *terra* era muito pouco, usando-se, pois, aquele termo que se unia ao nome de uma cidade, por exemplo, *Stato de Firenze*. É provável que, ainda aí, esse vocábulo correspondesse ao antigo significado de *status*, isto é, situação, ordem, condição, havendo algum informe, no entanto, de que no século XIV já se encontra na Inglaterra a palavra *status* como equivalente de Estado.

O certo, porém, é que, do século XVI em diante, o termo italiano *stato* se incorpora à linguagem corrente, adquire foros de universalidade e se generaliza, para designar a todo Estado, na tradução correspondente de qualquer língua.<sup>8</sup>

Por outro prisma, a acepção do termo *Estado* pode ser demasiado ampla, se levarmos em consideração as correntes formadas em vários campos do conhecimento que o estudam. Assim, sob a corrente *sociológica*, Estado é um fenômeno social onde existe uma integração de forças/estratos sociais; sob a *filosófica*, é um fenômeno cultural/político; sob a *jurídica*, é uma entidade geradora de direito positivo e, sob a *política*, é considerado uma Nação politicamente organizada, sendo organização sua palavra-chave, pressupondo, para tal, governantes e governados.

Paulo Bonavides, a propósito do tema, destaca a necessidade de um ponto de apoio no *elemento histórico* para a concretização efetiva de uma *Teoria do Estado*, não obstante o reconhecimento de seus princípios abstratos, mesclando, destarte, sua posição interpretativa com instrumentos teóricos da filosofia política *para bem compreender e avaliar os fenômenos do poder e organização do Estado*.<sup>9</sup>

Os gregos são os mais significativos antepassados de nossa formação. Se os romanos nos ensinaram a aplicar a lei, os gregos nos ensinaram a pensar. Um pensamento que, na religião filosófica do direito e do Estado, se volve invariavelmente para os alicerces éticos. O advento dos sofistas na Grécia marcou no quadro daquela época a emergência de uma crise sem precedente no Mediterrâneo da desintegração e colapso daquilo que outrora foi a hegemonia dos povos gregos.<sup>10</sup>

Defensor do caráter teleológico do Estado, o professor Bonavides argumenta que as doutrinas do pragmatismo jurídico ignoram o problema dos fins do Estado. Também revela-nos o autor a importância das correntes da teleologia estatal, apoiadas no jusnaturalismo, *para sedimentar a consciência jurídica dos povos civilizados* (ob. cit.), precipuamente com relação à ordem política. Essa consciência política, preconizada e elaborada pelos filósofos do direito e que tem como tema fundamental justamente a teleologia estatal, institui o direito social e o direito individual, sob o ponto de vista da teoria

<sup>8</sup> MENESES, Anderson de, in *Teoria Geral do Estado*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 41-43.

<sup>9</sup> *Teoria do Estado*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1980.

<sup>10</sup> Idem.

do Estado, como o mesmo direito, *tomado apenas para prismas diferentes*.

De um modo geral, entretanto, o Estado comumente é definido, conceitualmente, como a organização político-administrativo-jurídica do grupo social que ocupa um *território fixo*, possui um *povo* e está submetido a uma soberania.

O *território* abrange, de forma simplória, algumas partes componentes, tais como: o solo, o subsolo, o espaço aéreo, o mar territorial, a plataforma submarina, navios e aeronaves de guerra (em qualquer lugar do planeta, incluindo o território estatal estrangeiro), navios mercantes e aviões comerciais (no espaço livre, ou seja, nas áreas internacionais não pertencentes a nenhum Estado soberano) e, para alguns autores, apesar da existência de inúmeras controvérsias, as sedes das representações diplomáticas no exterior (ver nota complementar IV).

O povo, por sua vez, engloba o somatório de nacionais no solo pátrio e no exterior, não se identificando, pois, com o conceito de população, que inclui os estrangeiros no território estatal.

A *soberania*, por fim, traduz-se no elemento abstrato, de matiz político, que permite, em última análise, a indispensável concreção aos denominados elementos perceptíveis (povo e território), viabilizando o Estado como inexorável realidade efetiva (vinculação político-jurídica).

## TEORIAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS ESTADOS

Já no que concerne especificamente à formação efetiva dos Estados, é importante consignar a existência de uma série de

teorias explicativas que, de uma determinada maneira, aludem, ainda que por vias transversas, à origem primeira da sociedade e dos agrupamentos sociais.

De qualquer forma, vale assinalar que os Estados, de modo geral, possuem, alternativamente, ou uma formação originária, partindo de agrupamentos humanos que, desenvolvendo uma concepção própria de coletividade, estabelecem um território fixo e uma vinculação político-jurídica, ou uma formação derivada, partindo de outros estados preexistentes, por fracionamento, natural ou impositivo, ou união territorial.

No que concerne exclusivamente à primeira hipótese (formação originária) é que, em última instância, é possível proceder-se a um estudo mais apropriado (e aprofundado) das mencionadas teorias, dividindo-as em dois grupos: as teorias que sustentam a formação natural (não contratual) do Estado – onde a naturalidade é a tônica principal, existindo divergências apenas no que alude à origem, tais como as teorias familiar (matriarcal e patriarcal), de força (conquista), patrimonial e da potencialidade (desenvolvimento interno) – e as teorias que sustentam a formação forçada ou artificial (contratual) do Estado, – onde a voluntariedade inicial e a compulsoriedade posterior são as tônicas principais, existindo, igualmente, divergências no que se refere à origem – tais como a do contrato social, organicista e do equilíbrio social.

É fundamental observar que a nomenclatura e a própria designação nominal das várias teorias sofrem radicais alterações de autor para autor, sendo, por efeito, importante, neste especial, apenas a compre-

ensão quanto à concepção basilar e estrutural da formação dos estados e não propriamente à correta tradução dos vocábulos designativos das diversas teorias.

## NOTAS COMPLEMENTARES

### I – Teoria Negativista do Impulso Associativo Natural

Independentemente de toda a sorte de considerações pela defesa da tese da imperiosa necessidade humana de se associar, cumpre registrar, em obediência às lições de Dalmo de Abreu Dallari,<sup>11</sup> que, *opondo-se aos adeptos do fundamento natural da sociedade, encontram-se muitos autores, alguns dos quais exerceram ou ainda exercem considerável influência prática, sustentando que a sociedade é tão somente o produto de um acordo de vontades, ou seja, de um contrato hipotético celebrado entre os homens, razão pela qual esses autores, de modo geral, são rotulados como contratualistas, destacando-se, nessa categoria, Platão (A República), Thomas Moore (Utopia), Tommaso Campanella (A Cidade do Sol) e, principalmente, Thomas Hobbes (Leviatã) e Rousseau (O Contrato Social).*

### II – Da Nacionalidade e da Cidadania

O conceito específico de *nacionalidade* se encontra irremediavelmente adstrito à concepção básica de Nação e, em consequência, à tradução própria de *identidade nacional*, permitindo a construção

vocabular do termo *povo* como um conjunto de nacionais.

Por *nacionalidade*, compreende-se o *status* do indivíduo em face do Estado. Em face do Estado, todo indivíduo ou é *nacional* ou *estrangeiro*. O nacional é o sujeito natural do Estado. O conjunto de nacionais é que constitui o *povo* sem o qual não pode haver Estado.<sup>12</sup>

Como a expressão *Nação*, em essência, deriva do verbo *nascere*, referindo-se, portanto, ao conjunto de pessoas de mesma origem racial, a idéia fundamental de nacionalidade encontra respaldo, particularmente, nos laços de filiação e, mais especificamente, de *consangüinidade* (*jus sanguinis*). Todavia, mais recentemente, o sentido político-jurídico de Nação tem permitido uma tradução mais elástica do termo nacionalidade, abrangendo, nesse especial, qualquer *vínculo* (ou vários deles) em comum entre os habitantes de uma determinada localidade (ou mesmo de uma sociedade organizada), tais como os de natureza religiosa, lingüística etc. Nesse particular, a concepção inicial de Nação e, conseqüentemente, de nacionalidade, passou a abranger um maior espectro de possibilidades, permitindo, desta feita, a noção basilar de nacionalidade adquirida pelo local de nascimento (*jus soli*), independentemente da existência de laços de consangüinidade com outros originários.

Nacionalidade é a *qualidade do nacional*, isto é, da pessoa que é integrante de uma determinada sociedade politicamente organizada. A nacionalidade é uma situação jurídica, definida pelo Estado, em re-

<sup>11</sup> *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994, p. 9-10.

<sup>12</sup> Manoel G. F. Filho, in *Curso de Direito Constitucional*, 23ª ed., São Paulo, Saraiva, 1996, p. 94.

*lação à qual a pessoa será considerada nacional ou estrangeira. Estrangeiro é aquele a quem o direito interno não atribui a qualidade de nacional. Será apátrida, ou heimatlos, se não for nacional de nenhum país. Polipátrida é aquele que é aceito como nacional por mais de um Estado. Além disso, surgirão relações jurídicas distintas quando uma pessoa esteja ou não (como residente ou não residente) em país diverso daquele cuja nacionalidade possui, situações que serão objeto do direito internacional privado. O conjunto dos nacionais forma o povo de um país, ao passo que a população será constituída de todos os residentes no seu espaço territorial (estrangeiros, apátridas etc.). O primeiro conceito é político e o segundo, geográfico.<sup>13</sup>*

No que concerne particularmente ao conceito de cidadania, muito embora, em linguagem corrente, se utilizem indistintamente os vocábulos cidadão e nacional, em essência o primeiro caracteriza-se por um *status* associado ao regime político (forma de associação política), transcendente, portanto, à própria identidade nacional originária, e que pode ser traduzido sob a ótica ativa (participação como eleitor, por exemplo) e sob o prisma passivo (participação como candidato a cargos públicos de eleição, entre outros).

*Cidadania* também pode ser entendida em termos amplos (conjunto de direitos e deveres que regem e definem a situação dos nacionais) e em termos restritos (poder jurídico do nacional de participar do governo e da administração estatal, votando, sendo eleito, exercendo

funções públicas, usufruindo serviços públicos e fiscalizando a atividade estatal (por exemplo, através do ajuizamento de ações populares).

*Em um sentido amplo, cidadania é o conjunto de direitos e deveres que regem e definem a situação dos habitantes de um determinado país. No sentido amplo ou sociológico, cidadão será o indivíduo que tenha a plenitude do exercício de todos os poderes que lhe são cabíveis em uma determinada sociedade. (...) No sentido estrito, a cidadania refere-se ao poder jurídico do indivíduo de participar do governo, votando, sendo eleito, exercendo funções públicas, usufruindo serviços públicos e fiscalizando a atividade estatal (...)<sup>14</sup>*

### III – Conceito de Sociedade

Deve ser consignado, por oportuno, que a expressão sociedade contemporaneamente pode ser traduzida por, pelo menos, duas diferentes acepções.

A primeira, como fizemos constar no texto em comento, é relativa ao agrupamento social inicial (ou primitivo) que, a partir da existência de vinculações em comum, se estabelece para, num momento posterior, evoluir no sentido de uma forma mais complexa de agrupamento humano denominado Nação, que abrange o conceito de povo (conjunto de nacionais, com um ou mais vínculos em comum), viabilizando, num momento último da linha evolutiva, o estabelecimento de uma organização político-jurídica fun-

<sup>13</sup> Motta Silvio e Douglas William, in *Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1996, p. 102.

<sup>14</sup> Nagib Filho, in *Anotações à Constituição de 1988*, Rio de Janeiro, Forense, 1989, p.127.

damental ou, em outras palavras, uma Constituição, derivada de anterior *pacto social*, que abarca, por sua vez, a noção básica de soberania (origem do denominado Poder Constituinte, sua expressão máxima), e que, adicionada à prévia existência de um território fixo, gera, finalmente, a idéia básica de Estado.

A segunda acepção, contudo, transcende a noção evolutiva exposta, para permitir traduzir o vocábulo sociedade apenas como um aspecto finalístico do próprio agrupamento humano, independentemente de sua complexidade. Desta feita, existiria, nesse sentido particular, a concepção genérica de sociedade e, em especial, a acepção específica de sociedade política, concomitantemente com a concepção de Nação e de Estado, em duas diferentes vertentes básicas: a sociedade de fins particulares (sociedade simples), em que a associação é voluntária, e a sociedade de fins gerais (sociedade complexa ou política), na qual a associação é, em tese, obrigatória.

*Os agrupamentos humanos caracterizam-se como sociedades quando têm um fim próprio e, para sua consecução, promovem manifestações de conjunto ordenadas e se submetem a um poder, e, no tocante à sociedade humana, globalmente considerada, verificamos que o fim a atingir é o bem comum. (...)*

*Em linguagem mais direta, e considerando as respectivas finalidades, podemos distinguir duas espécies de sociedades, que são: a) sociedades de fins particulares, quando têm finalidade definida, voluntariamente escolhidas por seus membros (...) e b) sociedades de fins gerais, cujo objetivo, in-*

*definido e genérico, é o de criar as condições necessárias para que os indivíduos e as demais sociedades que nela se integram consigam atingir seus fins particulares. (...)*

*As sociedades de fins gerais são comumente denominadas sociedades políticas, exatamente porque não se prendem a um objetivo determinado e não se restringem a setores limitados de atividade humana, buscando, em lugar disso, integrar todas as atividades sociais que ocorrem no seu âmbito. (...)*

*Entre as sociedades políticas, a que atinge um círculo mais restrito de pessoas é a família, que é um fenômeno universal. Além dela existem ou existiram muitas espécies de sociedades políticas, localizadas no tempo e no espaço, como as tribos e clãs. Mas a sociedade política de maior importância por sua capacidade de influir e condicionar, bem como por sua amplitude, é o Estado.<sup>15</sup>*

#### IV – Crítica Marxista à Concepção de Estado

Deve ser assinalado que, consoante a teoria marxista, o Estado é produto da sociedade em determinado período de sua evolução. A existência do Estado deve-se ao reconhecimento de contradições internas insolúveis, de antagonismos irreconciliáveis. Para evitar que tais contradições e antagonismos, que acabam dividindo a sociedade em classes irreconciliáveis e atiram os indivíduos a uma luta terrível e estéril, tornou-se necessária uma força aparentemente colocada a cavaleiro da sociedade, força que, moderando o ímpeto das

<sup>15</sup> Dallari Dalmo de Abreu, in *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994, p. 9-41.

*colisões, mantenha a sociedade nos limites da ordem.* Essa força intrínseca à vida social, mas que vai progressivamente se destacando dela, é o Estado.

Não há, na obra de Marx, construção sistemática da concepção do Estado. Filósofo da economia, ciência das relações de produção sob condições históricas determinadas, sabia Marx que o Estado representa um dos elementos preponderantes na organização material da sociedade. A teoria marxista postula firmemente que o Estado, em cada época histórica, nasce nas classes sociais, que se beneficiam do conjunto das relações dominantes de propriedade. Surge, então, o Estado para proteger essas relações.

Imaginar o Estado como órgão naturalmente mediador entre conflitos, que surgiram do seio de um determinado tipo

de relações de propriedade, seria admitir que tais relações constituem dado natural, indestrutível da estrutura social.

Para o marxismo, tais relações são históricas. Daí se segue que o Estado é instrumento do predomínio de classes para o fim especial de manter as relações de propriedade privada. Ele a consagra e protege como instrumento apropriado à defesa do sistema de propriedade.

Ao dizer-se que o Estado é órgão de classe, não significa que seja um órgão sinistro com meras funções opressoras. Tais funções se tornam mais ou menos violentas, conforme os períodos críticos que o sistema de relações de propriedade atravessa. A conclusão marxista do desaparecimento do Estado é obscura, se não a entendermos como significado do desaparecimento classista do Estado. ●

*“Às vezes na vida é melhor  
ficar de olhos bem abertos. Em outras  
ocasiões apenas meio abertos e,  
outras ainda, bem fechados.  
A questão é saber o que fazer e em  
que oportunidade.”*

*Domenico Cieri Estrada*



# Reflexões sobre o Sistema de Defesa Nacional

## Parte II<sup>1</sup>

Ivan Fialho\*

Após apresentar, na Parte I, publicada em ADN nº 789 (p. 46 a 58), comentário sobre os principais aspectos teóricos, políticos e técnicos a serem observados no planejamento nacional de uma potência média, o autor, nesta oportunidade, usa os conhecimentos já apresentados no levantamento de idéias para a reformulação do sistema de defesa nacional brasileiro.

### VISUALIZAÇÃO DO NOVO SDN BRASILEIRO

#### Características Desejáveis

**A**presentamos abaixo um extrato do relatório *Características Desejáveis para o Sistema de Defesa Nacional, com Base na Política de Defesa Nacional*, elaborado, em 1998, por um grupo intersetorial e interforças, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, durante o processo de criação do Ministério da Defesa.

O documento, de caráter esquemático, parte de três chamadas premissas básicas: *Poder Dissuasório*; *Organização Sistêmica*; e *Binômio Diplomacia-Forças Armadas*. Enumera 16 características de-

sejáveis do SDN, com as justificativas/implicações sintéticas correspondentes, tudo referenciado a itens da Política de Defesa Nacional.

Resumimos abaixo algumas características e suas justificativas/implicações:

- *Efetiva participação de todos os segmentos da sociedade brasileira* - Deve-se criar uma verdadeira mentalidade de defesa nacional no âmbito da sociedade, atrair os segmentos acadêmico, industrial e científico-tecnológico, visando ao desenvolvimento tecnológico e à independência do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a defesa.
- *Existência de um órgão central* - Para integrar, em melhores condições, o planejamento da Estratégia de Defesa Nacional e do emprego combinado das forças singulares.
- *Doutrina comum para o emprego combinado de meios* - Condição es-

\* Coronel de Material Bélico e Estado-Maior.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

sencial para a Defesa Nacional constituir um sistema.

- *Flexibilidade para evoluir rapidamente da situação de paz para a de conflito* - Implica capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais, o que contribui também para o poder dissuasório da nação. Necessita-se aprimorar os subsistemas de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na Defesa Nacional e aptidão para evoluir para Estrutura Militar de Guerra.

- *Versatilidade para adaptação às condicionantes dos diferentes cenários* - Necessidade de instrução e adestramento para as diferentes modalidades e intensidade de combate.

- *Capacidade de pronta resposta, independentemente de mobilização. O Sistema deve ser dinâmico e proativo, isto é antecipar as ações, ao invés de reagir a elas* - Visando a ganhar tempo, os meios do Sistema devem ser posicionados e movimentados de forma articulada, antecipando situações de risco, tendo-se em mente um sistema de alerta que permita ações de resposta. Deve-se criar, portanto, um sistema integrado de vigilância do País, cobrindo as fronteiras terrestres, as águas jurisdicionais e o espaço aéreo.

- *Dimensionamento e distribuição das Forças Singulares em função das ameaças potenciais* - Presença física das Forças Armadas em muitos pontos do território nacional configura o único sinal da existência do Estado, especialmente na Amazônia e na Região Centro-Oeste. O adequado posicionamento de forças, com o poder de combate judiciosamente dimensionado, possibilita velocidade de

resposta a ações que perturbem a Segurança Nacional.

- *Cooperação com ações desenvolvidas para a obtenção e manutenção da paz* - A participação em operações e manutenção da paz tem contribuído para projetar o prestígio das Forças Armadas e do Brasil no cenário internacional. Promove a integração regional com o implemento da confiança mútua.

- *Modernidade na estrutura organizacional e meios operativos* - Incorporação de novas tecnologias aos meios operativos deve ser buscada permanentemente.

- *Voltado para as ameaças externas* - O SDN deve ser perene e independente da conjuntura internacional, que pode variar rapidamente. Em outras palavras, essa conjuntura deve ser levada em conta na estrutura básica do SDN.

- *Orçamento de defesa discriminado por Forças Armadas* - O dimensionamento e a conseqüente participação no orçamento de defesa de cada Força Armada deve ser coerente com o que para elas estiver previsto no planejamento estratégico. Legislação específica deverá vincular recursos destinados à modernização e à eficácia do Poder Militar, de forma contínua e equilibrada.

- *Ter capacidade de adaptar-se para garantir a manutenção da lei e da ordem* - O SDN deve ter condições de estabelecer a ordem pública, com ou sem apoio das Polícias Militares Estaduais.

### Concepção Estratégica

De acordo com a metodologia do planejamento da defesa para as potências médias e com as bases conceituais desenvolvi-

das na Parte I, apresentaremos os principais parâmetros que julgamos deveriam nortear a reestruturação do SDN brasileiro, de modo a superar as deficiências atuais e, ao mesmo tempo, ajustá-lo para as novas necessidades do século XXI, atendendo, ainda, às características desejáveis expostas no item anterior.

#### • Fator Geográfico

Os principais riscos e ameaças ao território brasileiro provêm das grandes potências, pelo mar e pelo ar e não mais dos países vizinhos, por terra.

O mar também é o cenário para importantes vulnerabilidades estratégicas do País, relacionadas ao tráfego marítimo e à exploração econômica das águas jurisdicionais.

Dadas essas premissas, a maritimidade deve ser revalorizada ante a continentalidade que, historicamente, representou influência preponderante no planejamento da defesa nacional. Em consequência, a vigilância e defesa do litoral e das águas jurisdicionais (em especial a Zona Econômica Exclusiva - ZEE) na vertente ocidental do Atlântico Sul (incluindo-se o espaço aéreo sobrejacente) devem ter prioridade em relação à defesa do território contra ameaças terrestres.

Nessa consideração do fator geográfico, como condicionante da estratégia de defesa do território nacional, especialmente da Amazônia, é interessante citar, apenas a título de referência, sem qualquer pretensão de fazer analogia, o Livro Branco de Defesa da Austrália, de 1994.<sup>2</sup>

*Desenvolver nossas capacidades para tirar vantagem estratégica de nossa geografia, quer dizer, principalmente, tornar nossas vizinhanças marítima e terrestre uma barreira afetiva a um ataque. Damos, portanto, clara prioridade às capacidades naval e aérea, necessárias para negar nossas vizinhanças marítima e terrestre a um adversário, de modo que possamos limitar a utilização dessas áreas como bases de apoio a forças terrestres ou à preparação de ataques aéreos.*

#### • Prioridades na Estruturação do SDN

O caráter da capacidade militar brasileira como de autodefesa, seu ajustamento à estatura político-estratégica da Nação, além da delimitação do espaço geoestratégico de interesse prioritário, ao âmbito regional, tudo de acordo com a PDN, constituem os princípios políticos que devem servir de base para a estruturação do SDN. Assim, dada essa moldura política, os estrategistas militares podem indicar os critérios básicos de estruturação das forças e os correspondentes meios para operacionalizá-las.

Os princípios básicos da PDN acima expostos subentendem a adoção dos conceitos de Segurança Defensiva da ONU e de Segurança Cooperativa da OEA, já comentados.

A utilização desses conceitos como base para a estruturação do SDN, ao lado de medidas diplomáticas e militares concretas de aproximação com os países vizinhos - o que já vem acontecendo - permitirão que o Brasil consolide um anel de paz ao seu redor no âmbito regional. Estaremos atingindo, desse modo, o nível de segurança desejado, dentro dos in-

<sup>2</sup> Ver nota 19 da Parte I (ADN nº 789, p. 53)

teresses nacionais e, ao mesmo tempo, fortalecendo o processo de integração regional, especialmente no Cone Sul, o que, aliás, se constituiria na dimensão militar do MERCOSUL.

A definição das prioridades da estrutura de forças e os decorrentes gastos com a defesa, tornam-se, portanto, uma questão objetiva, derivada de um processo analítico racional de planejamento, em substituição às abordagens tradicionais que temos utilizado.

Essa abordagem tradicional, no caso brasileiro, tem levado a uma espécie de setorialização da guerra, isto é, a estruturação e equipamento das Forças Singulares tendem a obedecer exclusivamente a critérios e interesses de cada instituição, sem uma atualização no nível da Estratégia Militar, integrante da Estratégia de Defesa Nacional. Corre-se o risco, desse modo, de perder em racionalidade, otimização e economicidade do planejamento estratégico-militar, em nome dos interesses de cada Força, incluindo, os corporativistas.

Cabe mais uma vez, a título de simples exemplo de referência, a afirmação de Paul Dibb, em relação ao caso australiano, que *abordagens tradicionais para a estruturação de Forças buscam ter uma Força equilibrada, que é freqüentemente tanto um reflexo de rivalidades inter-serviços, quanto é um julgamento sóbrio de necessidades estratégicas reais.*<sup>3</sup>

A questão de uma força equilibrada está associada à da integração das Forças

Armadas, de modo a se otimizar a capacidade de defesa e de dissuasão do SDN como um todo, o que não significa maximizar uma ou outra parte isoladamente.

Reportando-nos mais uma vez à obra de Paul Dibb,<sup>4</sup> após constatar que, no caso daquele país, o Exército tem sido visto, tradicionalmente, como o mais importante da estrutura de forças, ele se refere à mudança histórica desencadeada pelo Livro Branco da Austrália, de 1994, no sentido de dar prioridade às capacidades naval e aérea, para tirar vantagens da geografia.

Numa outra passagem, o referido autor cita os casos de países como Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia, que manifestaram interesse pela metodologia australiana.

São países que apresentam as seguintes características: não enfrentam a probabilidade de uma grande ameaça militar ou colapso da ordem regional num futuro breve; dispõem de grandes Zonas Econômicas Exclusivas; têm extensas vizinhanças marítimas; e têm um território considerável a defender.

O autor afirma que, *em cada um desses países, o Exército tem sido a força dominante, geralmente por motivos políticos e de segurança interna, mas a tendência recente tem sido desenvolver capacidades naval e aérea aptas à vigilância, patrulhamento e defesa da soberania.*

Um outro exemplo é o da Alemanha que *historicamente tem sido um poder continental no coração da Europa,*<sup>5</sup> de quem os demais países europeus esperam

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Reportagem sobre a entrevista do Almirante Hans Rudolf Boehmer, Chefe do Estado-Maior da Marinha alemã, a Heinz Schulte, sobre a mudança no papel da força. Revista *Jane's Defense Weekly*, 20 de março de 1996.

*uma significativa contribuição em termos de força terrestre para a paz na Europa, segundo o Chefe do Estado-Maior da Marinha alemã.<sup>6</sup> No entanto, a estratégia alemã sugere a estabilidade marítima não apenas no Báltico. Segundo aquela autoridade militar, Vice-Almirante Bohemer, a Alemanha necessita de um forte exército e de uma marinha apropriadamente dimensionada. Essa relação continuará a suscitar muitos debates intelectuais.*

Lembramos, a respeito, a posição de E. C. Coelho, expressa na Parte I item *Estratégia da Dissuasão, de que no Brasil; o Exército tem sido a Força prevalente, cabendo às forças naval e aérea uma função apenas subsidiária à da força terrestre.*

Não cabe aqui enveredar por um debate estéril e contraproducente, a respeito da importância relativa de cada Força Armada, mesmo porque, o mais importante é a integração das três forças para atender, harmonicamente, às necessidades da Defesa Nacional.

No entanto, forçoso é admitir que, tradicionalmente, no sistema de defesa nacional, a Força Terrestre tem prevalecido frente às Forças Naval e Aérea. As razões se devem às necessidades históricas de se preservar nossa soberania e defender o imenso território das ameaças de

países vizinhos, ao longo dos 7.500km de fronteiras terrestres, além da necessidade da distribuição espacial de unidades militares para ocupar os vazios demográficos no interior, muitas vezes

*... forçoso é admitir que, tradicionalmente, no sistema de defesa nacional, a Força Terrestre tem prevalecido frente às Forças naval e Aérea. As razões se devem às necessidades históricas de se preservar nossa soberania e defender o imenso território das ameaças de países vizinhos, ao longo dos 7.500km de fronteiras terrestres, além da necessidade da distribuição espacial de unidades militares para ocupar os vazios demográficos no interior, muitas vezes em caráter pioneiro...*

em caráter pioneiro – a estratégia da presença. Ao longo desse processo, o Exército desempenhou significativo papel para consolidar a unidade nacional e costurar o tecido social. Outra forte razão para a preponderância da Força Terrestre esteve relacionada a motivos políticos e de segurança interna, o que tem diminuído nos últimos anos, com o fortalecimento do regime democrático e das instituições públicas civis.

Nossa proposta, já foi esboçada no tópico anterior, a respeito do fator geográfico como condicionante da estratégia militar, é a de que a maritimidade também deve ser apropriadamente valorizada na estruturação do SDN, o que implica desenvolver mais nossas capacidades naval e aérea.

Em relação ao dimensionamento das Forças Armadas, devemos reconhecer as limitações do Poder Nacional e a correta opção política de priorizar o desenvolvimento e investir-se na infra-estrutura econômica para reduzir o chamado custo Brasil, além de resgatar a pesada dívida social.

Desse modo, concordamos com o Almirante Flores quando ele afirma a respeito

<sup>6</sup> Idem.

to desse tema que *admitamos de imediato que não se pode, nem se precisa, pensar em capacidade militar de grande potência com atuação global como se chegou a admitir, ilusoriamente, na euforia do inconsistente milagre econômico dos anos 70.*

De forma semelhante, num outro contexto, relativo ao Poder Naval, mas que estendemos aos demais, o Almirante Vidigal afirma que, certamente, não será desenvolvendo Forças que em tudo se assemelhem àquelas que eventualmente terão de enfrentar, como o seu reflexo no espelho, e adotando táticas convencionais, que o País se capacitará a dissuadir uma intervenção.<sup>7</sup>

A capacidade dissuasória frente às grandes potências é reforçada pelo forte receio desses países quanto a baixas significativas durante os combates. Tornou-se assim uma condicionante estratégica fundamental para o emprego de forças militares das grandes potências, a minimização das próprias perdas, além das perdas civis.

Conforme lembra o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Wellington Liberatti, *é fundamental ter em mente que a concepção prevalente para países de recursos escassos é a de possuir meios capazes não de derrotar o adversário, mas de impor um custo elevado à sua eventual opção militar, dissuadindo agressões e incentivando a solução pacífica de controvérsias.*<sup>8</sup>

Definidos os objetivos políticos condicionantes da Defesa Nacional, os principais riscos e ameaças ao País e, considerando, ainda, suas vulnerabilidades estratégicas, podemos indicar os princípios básicos, norteadores da estruturação do SDN:

— Força baseada em capacidades e não mais em ameaças, apta para emprego em qualquer dos cenários levantados na EMB.

— Força Naval voltada principalmente para a defesa seletiva e se possível distante do litoral e águas costeiras e das águas jurisdicionais, além das hidrovias das Bacias Amazônica e do Prata, mantendo a atual ação de presença, para fins políticos, na vertente oriental do Atlântico Sul (países africanos) e participação em manobras de nível internacional, para fins políticos e de adestramento.

— Força Terrestre voltada para a vigilância das fronteiras norte e ocidental e defesa do território, com destaque para a Amazônia, mantendo força de reação rápida de valor compatível, para projeção no âmbito regional. Força Ativa mais reduzida, mas com capacidade de rápida expansão. Rearticulação do atual dispositivo com o prosseguimento (ampliado) de transferência de Unidades do Comando Militar do Sul para o Comando Militar da Amazônia.

— Força Aérea voltada principalmente para vigilância e defesa seletiva do espaço aéreo nacional, mantendo capacidade aeroestratégica razoável para atuação no âmbito regional, de modo a dar maior credibilidade à estratégia da dissuasão, além do apoio aerotático às forças de superfície e da capacidade suficiente de transporte para a projeção da Força Terrestre, no âmbito regional.

Cumprе salientar que, mantendo-se o tamanho da Força Total, uma Força Terrestre ativa mais reduzida, mas com capacidade de expansão rápida, decorrente de uma

<sup>7</sup> Artigo: *Uma Estratégia Naval para o Século XXI* - Revista Marítima Brasileira, de julho/setembro de 1997.

<sup>8</sup> Artigo: *O Submarino do País Emergente*. Jornal O Estado de S. Paulo, 18/25 de abril de 1996.

Força de Reserva adestrada e equipada, traria diversos benefícios. Primeiro, em termos econômicos, porque é muito menos oneroso dispor-se de pessoal temporário convocado periodicamente para exercícios militares, do que arcar-se com o ônus do pessoal permanente, não só ao longo de toda a carreira como na inatividade, além dos gastos com pensões. Segundo, em termos de integração com a sociedade e formação de uma mentalidade de defesa, visto que os quadros temporários mantêm seus vínculos periódicos com as instituições militares e com a Defesa Nacional, sem perder sua condição de cidadãos civis. Essa integração seria uma outra forma, sob certos aspectos, até mais eficiente de se aplicar a estratégia da presença das Forças Armadas, em relação à Nação Brasileira.

Ao aparente paradoxo de se formarem reservas de mais rápida mobilização, numa conjuntura de paz e de integração no âmbito regional, lembramos que se deve considerar a razão custo x benefício dessa política, em termos de redução da Força Ativa e permanente, com menores despesas de pessoal e maior coesão social – acrescente-se a maior credibilidade da estratégia da dissuasão, dada a possibilidade de rápida expansão da Força. Cumpre salientar que esse balanceamento entre Força Ativa e da Reserva é adotado por diversos países, como os Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Portugal, Venezuela etc.

O Exército já criou sua Força de Mobilização, em moldes semelhantes, mas como acréscimo à Força Ativa e não como alternativa para a sua redução.

A efetiva constituição de forças da reserva teria de ter o devido respaldo le-

gal, hoje bastante insuficiente. Pelo seu alcance e repercussão social, deveria ser uma lei discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Quanto à unificação do poder aéreo, seria mantida a atual mudança de política, desencadeada com a recente aquisição de aeronaves de asa fixa pela Marinha, de modo que, no futuro, o Exército pudesse dispor, também, de sua aviação orgânica de transporte, com aeronaves de asa fixa.

### • Equipamento das Forças Armadas

Com base nesses princípios gerais, seriam levantados, pelos especialistas de cada força singular, os tipos e números de plataformas, vetores e sistemas de armas necessários, atendendo, estritamente, à troca da quantidade pela qualidade e explorando a moderna tecnologia, em termos de novas oportunidades para sistemas defensivos. As principais áreas de desenvolvimento seriam as ligadas à chamada guerra da informação: inteligência, vigilância e reconhecimento; comando e controle; armas e sensores essenciais, e guerra eletrônica.

Não cabem neste trabalho, e nem poderíamos fazer, considerações técnicas sobre os equipamentos de cada força singular, no entanto, julgamos útil levantar algumas questões gerais.

Citaremos, inicialmente, opiniões de alguns articulistas a respeito do tema, os quais, embora não sejam especialistas militares, pertencem ao segmento acadêmico e à mídia, com quem devemos dialogar, visto se constituírem em formadores de opinião.

Antônio Carlos Pereira, ao comentar a proposta da Marinha de comprar um

esquadrão de aviões de ataque para equipar o porta-aviões *Minas Gerais*, afirma que tal proposta estaria escorada na teoria da Marinha balanceada, isto é, uma força naval composta por elementos de combate e apoio que permitam a execução de todas as modalidades de guerra no mar, das operações de controle de área às missões de projeção de poder. Prossegue afirmando que essa teoria só é viável para países com tesouro inesgotável, que tenham interesses globais, pois, do contrário, atropela algumas políticas nacionais. Cita, como exemplo, os casos da França e da Inglaterra que não têm marinhas balanceadas. Isso porque esses países atribuíram às suas marinhas aquelas dentre as muitas missões que correspondem às políticas de defesa e concentram seus recursos nos equipamentos necessários ao cumprimento dessas missões.

O referido autor afirma que aviões de ataque num porta-aviões supõem missões de projeção de poder, cujo caráter, intrinsecamente ofensivo, não se coaduna com as políticas nacionais.

Nesse ponto, há concordância com a posição do Vice-Almirante da Reserva Remunerada Othon que critica a necessidade de uma Força Naval com capacidade de projeção de poder, por ser uma força típica de intervenção, a ser utilizada por uma nação poderosa contra outra tecnológica e militarmente mais fraca.<sup>9</sup>

Em outro texto, A. C. Pereira, referindo-se à lógica militar autônoma de cada

Força, critica recente ampliação da força de desembarque de tropas da Marinha, alegando que, *seja na América do Sul, seja na África Ocidental, o Brasil não tem e nem terá, num horizonte visível, onde desembarcar grandes quantidades de fuzileiros*. Conclui que a lógica obedecida na aquisição daqueles navios se refere provavelmente à *elementar estratégia de meios, aquela variedade perversa do planejamento que determina que se compre o que esteja acessível, e não o de que realmente se necessita*.<sup>10</sup>

Roberto Macedo, após afirmar que, *nas fronteiras norte e ocidental, há grandes problemas que poderiam ser colocados dentro do conceito geral de segurança nacional - narcotráfico, imigração clandestina, contrabando e danos ecológicos*, sugere que, *em face disso, o de que a Marinha e as demais forças estariam mais necessitando seriam lanchas, aviões, helicópteros e outros veículos para patrulhamento dessas fronteiras*.<sup>11</sup>

A questão da Marinha balanceada se aplica também à Alemanha, nas palavras do Vice-Almirante Boehmer: *O principal objetivo da Marinha alemã é o de manter capacidade em todas as modalidades da guerra naval*.<sup>12</sup>

Em relação a essa questão, o Almirante Flores afirma inicialmente que *cessaram os motivos para se cogitar de desembarque à força em área costeira do próprio Brasil*, dadas a baixa probabilidade de guerra revolucionária no país e a disponibilidade de recursos para mobilidade es-

<sup>9</sup> Ver artigo: *Minas Gerais - O 'Supercanecão' Naval*. Vice-Almirante Engenheiro Militar Othon Luís Pinheiro da Silva. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 1997.

<sup>10</sup> Ver nota 4 da Parte I (ADN nº 789, p. 47)

<sup>11</sup> Ver nota 7 da Parte I (ADN nº 789, p. 48)

<sup>12</sup> Ver nota 5 na página 116.



tratégica interna, tornando *prescindível o desembarque em praia*. Em seguida, defende que, *entretanto, convém que o Brasil disponha de um núcleo de projeção anfíbia para o controle da ordem em regiões conturbadas por conflitos de baixa ou média intensidade, no espaço geoestratégico de maior interesse brasileiro*.<sup>13</sup>

A fim de conciliar a escassez de recursos financeiros com o necessário acompanhamento da evolução tecnológica do material de defesa, atendendo ainda à conveniência de dar mais ênfase à qualidade e à prontidão para o combate do que à quantidade, uma opção racional e realista é a de se adotarem os *núcleos-escola* ou os *núcleos de modernidade*, isto é, manter-se um número seletivo de unidades militares, de plataformas, ou sistemas de armas, como elementos de excelência, a fim de desenvolver o conhecimento e a doutrina, bem como capacitar tecnicamente as forças, acompanhando os avanços tecnológicos do emprego em combate.

No caso da Marinha, o Almirante Vidigal cita, a propósito, o navio-aeródromo como o *elemento primordial do sistema que deve existir para acompanhar a evolução tecnológica e manter e desenvolver o conhecimento operativo, relativamente aos meios embarcados*.<sup>14</sup> Conforme exposto anteriormente, o Almirante Flores se refere à necessidade de a Marinha dispor de um *núcleo de projeção anfíbia*.

No caso do Exército, citando mais uma vez o Almirante Flores, ele propõe que *convém que o Exército disponha, tam-*

*bém de um núcleo eficiente e tecnologicamente moderno de unidades preparadas para as operações ao estilo tradicional, dimensionado no nível mínimo necessário...* Esta, a propósito, seria a razão de ser da criação da Força de Pronto Emprego do Exército, em 1994, e de seu componente, a Força de Ação Rápida (FAR).

O principal ponto que desejamos destacar é que os meios militares a serem desenvolvidos ou adquiridos são resultado de análise técnica e econômica, a cargo de especialistas militares, em função das injunções estratégicas do planejamento da defesa nacional, as quais, por sua vez, se condicionam aos objetivos políticos e às opções e injunções estratégicas do País.

O exemplo do Japão é ilustrativo, com base na elucidativa obra de George Friedman e Meredith Lebara.<sup>15</sup>

A questão do rearmamento do Japão, segundo aqueles autores, será determinada por necessidades estratégicas, principalmente o controle das fontes de suprimentos minerais e das vias de transporte que levam tais suprimentos ao seu território. Trata-se da chamada macroestratégia que se decide na interseção das escolhas com as necessidades, tendo em vista a vida da nação. Nesse caso as realidades inevitáveis da geografia são especialmente importantes.

Em seguida, abordam a constituição, em termos dos principais equipamentos, de cada uma das forças: Força Terrestre de Autodefesa (FTA), Força Marítima de Autodefesa (FMA) e Força Aérea de Autodefesa (FAA).

<sup>13</sup> Ver nota 9 da Parte I (ADN nº 789, p. 49)

<sup>14</sup> Ver nota 8 da Parte I (ADN nº 789, p. 48)

<sup>15</sup> FRIEDMAN George e LEBARA Meredith, *EUA x Japão - Guerra à Vista*. Editora Nova Fronteira, 1993.

A FTA é a maior das três com, aproximadamente, 60% dos efetivos das Forças do Japão de Autodefesa (FJA). A FTA, porém, não é alvo dos investimentos atuais e futuros. Pouco mais de 50% dos futuros investimentos do Japão destinam-se à compra de aeronaves, 22% à de mísseis e 17% à nova construção naval. Apenas 9% vão para a aquisição de armas terrestres.

De certo modo, isso representa uma grande transição na história defensiva do Japão de uma época em que o foco primordial das FJA era a segurança física do país contra eventuais ataques, para uma postura defensiva mais moderna e mais complexa.

Quanto à FMA, sua missão primordial é a de possuir a *capacidade exigida para garantir a segurança do tráfego marítimo*. Seus sistemas de armamento com ênfase nos contratorpedeiros, nos navios caça-minas e nas avançadas aeronaves anti-submarinos tornam patente a *obsessão japonesa com o controle das vias marítimas e com a proteção dos navios destacados para esse serviço*.

Os autores prosseguem afirmando que, *ao contrário da Marinha norte-americana, a FMA não é, realmente, uma armada oceânica, apta a projetar uma presença naval, a grandes distâncias do Japão*.

*Quanto à aviação naval, o Japão faz todo o possível com a vigilância baseada em terra, para lidar com o problema das operações em águas contestadas, num raio de mil milhas ao redor do país.*

*... a estruturação das forças militares de um país, em termos de efetivos, prioridades de investimentos, tipos e quantidades de equipamentos bélicos, é resultado de análise racional baseada em razões políticas e estratégicas que envolvem os destinos da nação.*

Citam o interesse japonês pelos porta-aviões, como relacionamento à contínua vulnerabilidade do sistema de escolta japonês contra ataques aéreos. Nesse caso, o interesse está ligado à solução britânica e soviética que adotaram aeronaves tipo V/STOL (decolagem curta e pouso vertical), em seus porta-aviões, porque não planejavam operá-los a distâncias extremas das aeronaves baseadas em terra, nem em ambientes muito hostis.

Em relação à FMA, concluem que, *conforme as forças japonesas se forem afastando mais e mais do apoio aéreo baseado em terra, crescerá a necessidade de poderio aeronaval autônomo*.

A FAA tem duas missões básicas: primeiro, defender o espaço japonês contra incursões hostis; segundo, fornecer apoio aéreo às operações de escolta da Força Marítima de Autodefesa.

No primeiro caso, *a ameaça de invasões aéreas contra o Japão cai vertiginosamente*, enquanto, no segundo caso, *o controle das rotas marítimas é um problema substancial para os japoneses*.

Procuramos mostrar, com o exemplo do Japão, que a estruturação das forças militares de um país, em termos de efetivos, prioridades de investimentos, tipos e quantidades de equipamentos bélicos, é resultado de análise racional baseada em razões políticas e estratégicas que envolvem os destinos da nação. Trata-se de um planejamento integrado e profissional, cujas decisões são tomadas sob o arcabouço da política nacio-

nal e de uma estratégia militar unificada e cuja implementação é calcada em investimentos analisados sob critérios econômicos, de relação custo x benefício.

#### • Base Tecnológica e Industrial

O Brasil, como uma potência média, precisa desenvolver ciência e tecnologia próprias na área de defesa e uma correspondente indústria local.

Trata-se de aproveitar o potencial de nosso significativo parque industrial e os recursos humanos qualificados para a pesquisa e desenvolvimento de material bélico de média tecnologia – compatível para uma potência de nosso nível.

Além de proporcionar maior grau de autonomia tecnológica e de produção bélica, visaria a disputar os nichos de mercado resultantes dos crescentes custos e sofisticação das exportações bélicas dos países desenvolvidos.

Como afirma Dagnino,<sup>16</sup> a tendência à supersofisticação observada genericamente na indústria de armamento dos países avançados abriu espaço no mercado internacional de armamento, para produtos de nível tecnológico intermediário, baixo custo de aquisição e operação mais adequada às situações reais de conflito e às necessidades dos países do Terceiro Mundo.

Deve-se considerar, no entanto, uma outra tendência que representa um paradoxo, conforme Patrice Franko-Jones:<sup>17</sup> a de os produtores de sistemas de armas do Terceiro Mundo subirem na escala de sofisticação tecnológica, o que é acompanha-

do de custos crescentes e, em consequência, de maiores exigências de escala de produção, ao lado de mudanças nos mercados de exportação, que passam a não sustentar grande número de compras.

A equação da indústria de material de defesa apresenta três variáveis-chave: o mercado, o financiamento e a tecnologia.

O mercado interno brasileiro é limitado, de modo que a indústria precisa exportar. No entanto, como não se pretende dispor de uma indústria autônoma, o que cada vez mais se torna praticamente impossível, mesmo nos países mais desenvolvidos, dada a crescente internacionalização da produção de material de defesa, devem-se buscar projetos multinacionais, de modo que os mercados se ampliem, incluindo os dos países co-produtores. Essa talvez fosse uma grande oportunidade, envolvendo o Brasil, a Argentina e o Chile, em parceria com outros países, aproveitando-se o processo de integração econômica e industrial no âmbito do MERCOSUL. Essa estratégia mercadológica é também sugerida pelo Almirante Vidigal, visando à *criação de um mercado suficientemente amplo para dar viabilidade à indústria militar regional*.<sup>18</sup>

Mesmo admitindo-se serem relativos, como afirma Dagnino, os benefícios econômicos e tecnológicos da indústria de armamento brasileira, podemos admitir que ocorre algum processo de disseminação tecnológica (*Spin Off*) e de promoção de setores motores de alta tecnologia. Como exemplo, o projeto de desenvolvimento do submarino nuclear da Marinha e o projeto do veículo lançador de satélites (VLS) e da aerona-

<sup>16</sup> Ver nota 24 da Parte I (ADN 789, p. 56)

<sup>17</sup> FRANKO-JONES Patrice, *A Indústria Brasileira de Defesa em Crise*. Ver nota 22 da Parte I (ADN nº 789).

<sup>18</sup> Almirante Vidigal, ver nota 5 da página 116..



ve AMX, da Aeronáutica, para citar apenas os principais. A tendência de as Forças Armadas buscarem projetos de tecnologia dual e produtos ou componentes de prateleira ou comerciais, para baratear custos e facilitar o apoio logístico, reforça esses efeitos positivos da indústria de material de defesa sobre a economia brasileira.

Uma outra política a ser implementada é a busca de maior transferência de tecnologia, mediante importações de material de defesa casadas com a fabricação local, mediante licença, por meio de *joint venture* entre empresas brasileiras e as empresas exportadoras, o que o Chile vem fazendo sistematicamente, apesar de seu modesto parque industrial. A Marinha está bem avançada nesse tipo de negociação, com base na sua capacidade orgânica de construção naval, representada pelo Arsenal de Marinha.

O fortalecimento da indústria de material de defesa brasileira teria também um objetivo político, seguindo o exemplo de outras potências regionais, que *capitalizam sua produção de armamento, como instrumento de política externa*, conforme Dagnino.<sup>19</sup> Outra vantagem política, segun-

do o mesmo autor, *provém da percepção do fato, muitas vezes observado e pertencente ao senso comum estratégico: países que possuem capacidade tecnológica no campo militar têm merecido um tratamento privilegiado nos foros internacionais.*

Essa integração da indústria de material de defesa no nível do Cone Sul daria maior solidez ao processo de integração regional sob a égide do MERCOSUL. Como já afirmamos, trata-se da tendência de internacionalização do desenvolvimento e fabricação de material bélico, por motivos estratégicos, econômicos, mercadológicos e de aproveitamento das potencialidades tecnológicas dos países envolvidos.

A título de exemplo, citamos o caso da União Européia, conforme declarações do primeiro-ministro britânico: *A capacidade européia, para ter defesa eficaz, também requer uma indústria bélica eficaz.*<sup>20</sup>

#### • Gastos com a Defesa

Em termos absolutos ou relativos, os gastos com a defesa do Brasil não são expressivos, conforme mostra o quadro abaixo:

PAÍS	PIB (US\$ bilhões)	GASTOS COM DEFESA (US\$ bilhões)	% PIB	POP (Milhões de Hab.)	FORÇAS ARMADAS (Efetivos Militares)
Brasil	785	4,6	0,58	158,7	296,7
Chile	43,7	1,28	2,92	13,9	94,8
Argentina	185	2,3	1,24	32,9	68,5
Cuba	13,7	1,2	8,75	11,1	185,5
Índia	1.170	8,3	0,70	919,9	1.260
África do Sul	171	2,9	1,69	43,4	121
Japão	2.549	53,8	2,11	125,1	284,5

Fonte: Military Technology 1/96 e The Balance of Military Power 95/96.

<sup>19</sup> Roberto Peixoto Dagnino, ver notas 23 e 24 da Parte I (ADN 789, p. 55 e 56)

<sup>20</sup> BLAIR Tony, *Europa Precisa Agir com Autoridade. Jornal O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1998.

Obs: - A proporção de gastos com a defesa do Brasil em relação ao PIB se elevou a 1,5% em 1992, conforme relatório do Banco Mundial, apresentado pela revista *SER en el 2000*, 4 de setembro de 1993.

- Uma comparação interessante é a apresentada pelo Almirante Flores, com base nas tabelas do *L'Année Strategique*, de 1992, com dados de 1990. Elas mostram que cada brasileiro paga por suas Forças Armadas cerca de um quinto do que paga cada venezuelano, colombiano ou chileno, um terço do que paga cada argentino, menos de vinte vezes o que paga cada japonês e mais de cinquenta vezes o que paga cada alemão.<sup>21</sup>

A participação das Forças Armadas brasileiras no orçamento de 1996, segundo dados do EMFA, foi de 4,76%, sendo 2,18% para o Exército, 1,28% para a Marinha, 1,26% para a Aeronáutica e 0,04% para o próprio EMFA.

Cabe aqui reconhecer a procedência da crítica de A. C. Pereira.<sup>22</sup> Começa afirmando que os R\$ 15 bilhões destinados aos ministérios militares no orçamento de 1996, tomados globalmente, não é um número desprezível, arranhando os 5% do orçamento. Prossegue afirmando que o que mais chama a atenção são os recursos des-

tinados ao pagamento de pessoal da ativa, inativos e pensionistas: 79,2% no Exército, 59,4% na Marinha e 49,1% na Aeronáutica. Após citar outras cifras, conclui: *O que realmente importa é que o orçamento reflita forças armadas que gastam muito pouco com suas atividades-fim, isto é, a instrução e o adestramento militares.*

A título de comparação, o percentual do gasto com pessoal, em relação ao gasto total, no Chile, em 1990, foi de 68,71% para o Exército, 63,34% para a Armada e de 67,5% para Força Aérea, sendo que, no caso de Exército, de 1979 a 1994 aquele percentual sempre esteve acima de 72%.<sup>23</sup> No caso da Argentina, os gastos com pessoal, em relação ao total dos gastos com a defesa, são de aproximadamente 90%, conforme levantamento do Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, referente a 1996 (Organização de Estudos e Pesquisas, Argentina, com sede em Buenos Aires).

Fazendo novamente um paralelo com o caso argentino, podemos citar a opinião de Marcelo F. Sain, que se baseia em Thomas Schutz, de que *o atual gasto militar, embora reduzido em termos absolutos, em comparação com anos anteriores, resulta elevado, se se tem em conta que só serve para*

*... no caso brasileiro, a concessão ou redução de recursos orçamentários para a defesa, pelo Congresso Nacional, é feita de forma aleatória, sem base em critérios racionais e estratégicos, ou em análise de relação custo x benefício.*

<sup>21</sup> Ver nota 9 da Parte I (ADN nº 789, p. 49) Cabe citar dados do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres e do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de Paris: O Brasil, em 1994, gastou 1,6% do PIB na Defesa, ocupando o 124º lugar no mundo. A Argentina com 1,4% do PIB ficou em 115º lugar e o Chile com 3,5% ocupou o 49º lugar. Conforme o *Jornal do Brasil* de 4 de maio de 1996.

<sup>22</sup> Ver nota 4 da Parte I (ADN nº 789, p. 47).

<sup>23</sup> PATTILLO Guillermo, *El Gasto de las Fuerzas Armadas en Chile - Evolucion y Estructura 1970-1990*. Revista *SER en el 2000*, nº 4 de setembro de 1993.

*financiar instituições relativamente obsoletas, ineficientes e estritamente burocratizadas para enfrentar as necessidades mínimas da defesa nacional.*<sup>24</sup>

Outro aspecto grave desse tema é que, no caso brasileiro, a concessão ou redução de recursos orçamentários para a defesa, pelo Congresso Nacional, é feita de forma aleatória, sem base em critérios racionais e estratégicos, ou em análise de relação custo x benefício.

O que deve ser ressaltado nessa questão de gastos com a defesa é que o País precisa dispor de um SDN apropriado e que a Defesa é uma das funções públicas do Estado, em que a sociedade deve investir, balanceando as necessidades estratégicas com as possibilidades econômicas e as demais prioridades. Se apenas se cortarem gastos com a defesa, ou não os distribuir de forma estável, anualmente, em nome de uma falsa antinomia – gastos com a defesa x gastos com o social –, o País poderá vir a correr riscos inaceitáveis por não contar com as instituições militares aptas a cumprir suas atribuições constitucionais relativas à defesa nacional. É de se prever que, numa situação de crise, em que o poder político venha a decidir empregar as Forças Armadas para superar um conflito armado, a sociedade não perdoará os militares se estes não forem bem-sucedidos no cumprimento da missão, sendo que de nada adiantará alegar-se que o preparo foi prejudicado por falta de recursos financeiros.

Por mais que seja importante a variável econômica como um crivo das neces-

sidades estratégicas da defesa nacional, um planejamento sóbrio e racional deve assinalar as grandes linhas da política de defesa e, a partir daí, definir a política de gastos. Fazer o contrário significa prolongar uma crise que coloca a instituição militar no limite da incapacidade funcional para o cumprimento de suas missões.<sup>25</sup>

Reforçamos o argumento acima, citando a conclusão do Fórum de Gerais da Reserva da Argentina:<sup>26</sup> após criticarem a apresentação de novas propostas de mudanças de reorganização das Forças Armadas argentinas, como *declarações arbitrárias e incompreensíveis, sem o fundamento racional de uma política compreensiva*, concluem que, *na presente situação, a defesa se tornou um problema estritamente orçamentário e que apenas podemos ter as Forças Armadas sob um específico preço* (os grifos são nossos, porque julgamos que se aplicam, também, ao caso brasileiro).

#### • Defesa da Amazônia

A defesa da Amazônia deve ser alvo de maiores investimentos por representar a área mais importante e de grande vulnerabilidade estratégica do País. A mais significativa ameaça à soberania nacional naquela região também é oriunda das grandes potências, principalmente pelo mar e pelo ar (nesse caso, a partir, também, de bases terrestres localizadas na área das Guianas).

No entanto, as fronteiras terrestres na Amazônia continuaram a ter elevado valor

<sup>24</sup> SAIN Marcelo F., *Condições e Parâmetros para a Reforma Militar*. Revista *SER en el 2000*, nº 9, junho de 1996.

<sup>25</sup> Ver nota 23 da página anterior.

<sup>26</sup> Reportagem de Ian Ken, de Londres, revista *Jane's Defense Review*, 8 de outubro de 1997.

estratégico para a defesa nacional, tendo em vista as ameaças constituídas pelos ilícitos transnacionais e pelos movimentos guerrilheiros nos países vizinhos, além dos efeitos do problema indígena e do garimpo.

A estratégia da presença, caracterizada pela articulação de unidades e instalações militares na área, deve, também ser mais enfatizada, mediante a criação ou transferência de novas organizações militares das três forças singulares, especialmente do Exército.

Sobressaem, portanto, as necessidades de vigilância e patrulhamento das fronteiras marítima e terrestre, das hidrovias e do espaço aéreo. A implantação do Projeto SIVAM deverá proporcionar condições muito mais eficazes para a vigilância e defesa de nossa soberania na Amazônia.

Por outro lado, a implantação de um monitoramento territorial na região, com base em recepção e tratamento de imagens obtidas por satélites, representaria significativo salto tecnológico em termos de atividade de inteligência para melhorar a vigilância e defesa da área.

Considerando a possível repetição de conflitos na fronteira, envolvendo a violação do território brasileiro, com a conseqüente necessidade de emprego de força militar, torna-se conveniente prever-se a criação do Comando Combinado das três forças singulares, a ser ativado em casos de crise. Esse órgão caracterizaria C3I, a fim de permitir decisão mais rápida e pronta resposta no emprego de forças combinadas, servindo ainda de canal direto de ligação do segmento militar com o Comando Supremo.

Esse Comando Combinado poderia também ser ativado em situação normal

ou de paz, visando ao preparo, por meio do planejamento e condução de exercícios combinados, o que por sua vez seria instrumento para a formulação e experimentação da doutrina correspondente, no ambiente operacional da Amazônia.

A logística, por se revestir de capital importância nessa vasta região, de precária estrutura econômica e viária, desprovida de suficientes recursos locais, torna aconselhável a centralização do planejamento desde o tempo de paz, visando à racionalização da utilização de meios entre as forças singulares.

Um outro aspecto do planejamento australiano de interesse, como referência para a defesa da Amazônia, é a busca pelo Exército daquele país, de *transformar as áreas vastas e difíceis do norte da Austrália, em nossa vantagem, assegurando que podemos nelas operar, melhor do que qualquer adversário. Isso significa otimizar o emprego de equipamento e de pessoal para as condições locais.*

Trata-se justamente do que o Exército já vem fazendo, há muitos anos, por intermédio principalmente do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), que se tornou unidade militar de excelência para a formulação e aperfeiçoamento da doutrina de combate na selva.

A preocupação com a defesa da Amazônia deve ser de toda a nação e não apenas dos militares. Há que se fazer um esforço de conscientização da opinião pública nacional de que a região é efetivamente cobiçada pelas grandes potências, devido às suas riquezas minerais e recursos naturais e que esses interesses são muitas vezes mascarados por argumentos ecológicos, ambientais e de defesa das populacionais indígenas.

Obviamente, a segurança da Amazônia na conjuntura atual, não pode basear-se preponderantemente, na expressão militar, visto que não há ameaças militares caracterizadas e que estas só se podem concretizar após um prazo de alerta suficiente para a adoção de medidas defensivas de emergência.

No entanto, o preparo para a defesa da região deve ser mantido de forma permanente e os investimentos necessários devem ser contínuos, tendo em vista que se referem a decisões de longo prazo de maturação, especialmente quanto à infraestrutura econômica, incluindo a de interesse direto da segurança (Projeto SIVAM, Programa Calha Norte, transferência de novas unidades militares, além do sistema de comunicações e de obtenção de imagens via satélite).

A opinião pública internacional também deve ser concientizada quanto à vontade política e determinação governamental brasileira de promover o desenvolvimento sustentável da região, preservando a ecologia.

Em suma, a defesa da soberania nacional em relação à Amazônia é bandeira de toda a Nação, sendo, portanto, legítima a preocupação dos militares que de longa data têm mantido ação de presença na área, preenchendo o vazio e a omissão de outros órgãos públicos, integrando portanto a região ao restante do País.

Encaramos com reserva, portanto, a visão de Eliézer Rizzo de Oliveira, de enquadrar essa cruzada dos militares em

prol da Amazônia como uma *saída para sua crise de identidade*, em que (eles, os militares) *buscam uma adaptação renovada para a crise de identidade, no sentido do recurso ao nacionalismo*, sendo que *a defesa da Amazônia constitui o fator de mobilização dessa adaptação nacionalista*. Numa outra passagem o autor complementa que *há indícios de que as próprias Forças Armadas encaram o desafio amazônico como um sopro renovador de sua identidade*.<sup>27</sup>

#### • Segurança Interna e Segurança Pública

Até aqui tratamos exclusivamente da defesa externa que representa a tônica da Política da Defesa Nacional e da própria Estratégia Militar Brasileira. No entanto, num país com as características do Brasil, à semelhança dos demais países latino-americanos, as Forças Armadas precisam considerar seu envolvimento em questões de segurança interna e, até mesmo, de segurança pública. Conforme declara Gabriel Marcella, *a segurança nacional na América Latina, frequentemente, envolve a preocupação com a segurança interna*. No entanto, acrescenta, *a defesa da nação dos encargos externos é a função legítima e o irredutível sine qua non das Forças Armadas*.<sup>28</sup>

No Brasil, preceitos constitucionais, regulamentados pela Lei Complementar 69/91, atribuem expressamente às Forças Armadas a garantia dos poderes constitucionais, da Lei e da Ordem. Durante cin-

<sup>27</sup> OLIVEIRA Eliézer Rizzo de, *De Geisel a Collor - Forças Armadas, Transição e Democracia*. Papirus Editora, 1994.

<sup>28</sup> Dr. Gabriel Marcella, professor do US Army War College, *Misiones Futuras de las Fuerzas Armadas Latino - Americanas y Política de Los Estados Unidos*. Revista *SER en el 2000*, nº 5, março de 1994.



co décadas, sob o contexto da ameaça do Movimento Comunista Internacional, até o final da Guerra Fria, essa foi a preocupação maior dos militares, especialmente do Exército. Preocupação que, conforme já assinalamos, anestesiou o nosso planejamento estratégico.

Com a democratização do País e a volta do poder político aos civis, além da maior autonomia dos órgãos de segurança pública federais e estaduais frente ao Exército, aqueles órgãos passaram a assumir os principais encargos em termos de segurança interna, preservando-se a Força Terrestre para emprego nas crises mais graves, como as que têm acontecido no sul do Pará.

Cabe aqui um breve parêntese doutrinário. De acordo com o grau das ameaças e dos riscos à estabilidade institucional e a garantia dos poderes constituídos, uma crise pode ser caracterizada como de ordem pública ou ordem interna e a situação do País como de normalidade ou de não normalidade. Nesse segundo caso cabe a adoção de medidas de exceção constitucionais (estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal).

No caso da segurança interna, idêntico ao da externa, constata-se uma indefinição de orientação superior para emprego das Forças Armadas, sendo insuficientes os preceitos legais vigentes para dar respaldo jurídico aos agentes militares. Isso porque os governos federais evitam aplicar as medidas de exceção que proporcionariam o arcabouço jurídico necessário.

Por outro lado, as instituições militares não têm competência policial legal, salvo nos casos claros de crimes militares (e, mesmo assim, com restrições), para prender pessoas ou apreender bens. Em suma,

os militares recebem missões de pacificação ou de preservação da ordem pública, mas ficam operacionalmente tolhidos pela falta de respaldo legal. E quando acontecem fatos desagradáveis, relativos a supostas violações dos direitos humanos, de grande repercussão nacional ou até mesmo internacional, as autoridades políticas não assumem a responsabilidade, caindo o ônus sobre os agentes militares, que ficam sujeitos ao indiciamento ou denúncia, como acusados ou réus, em inquéritos policiais ou processos judiciais.

Carecemos de uma nova diretriz presidencial a respeito do tema, visto que as existentes são anteriores à Constituição de 88 e foram revogadas, ou de direito ou de fato, por se reportarem a um contexto político totalmente modificado.

Pelo exposto, as Forças Armadas devem manter a preocupação e, também, o preparo para ações de defesa interna, mas devem-se resguardar para não serem empregadas prematuramente, sem definições claras quanto a regras de engajamento, de modo a disporem de condições satisfatórias para o sucesso das operações, evitando desgastar sua imagem.

Ao mesmo tempo, deve ser intensificada a integração com os órgãos de segurança pública federais e estaduais, especialmente com a Polícia Federal, de modo que, nos casos de emprego combinado ou conjunto, o comando não seja prejudicado por atitudes e reações corporativistas ou derivadas de ressentimentos passados.

Em relação aos ilícitos transnacionais, particularmente o tráfico de drogas e o contrabando de armas, nossas fronteiras terrestres e marítimas, além do espaço aéreo, estão expostas às ações do crime or-

ganizado, conforme já é público e notório. Apesar de ser atribuição legal da Polícia Federal a repressão a essas ações, é preciso que as Forças Armadas dêem apoio mais efetivo àquelas operações, principalmente nas regiões ou locais em que a Polícia Federal não dispõe de meios nem de treinamento para atuar eficazmente.

Esse apoio, na verdade, tem sido prestado em termos de logística e inteligência, mas acreditamos que poderia ser mais sistemático e efetivo e com maior determinação e vontade política, visando a debelar o tráfico de drogas e de armas, que vem abastecendo os grandes centros urbanos. Embora não seja nosso propósito aprofundar esse assunto, mas como tem sido ventilado pela mídia, seria preciso proceder-se a uma avaliação institucional da Polícia Federal, visando a melhorar sua imagem e confiabilidade perante a sociedade. O mesmo se aplica às Polícias Militares. Seria preciso, ainda, que os agentes da PF se prontificassem a atuar, de forma mais profissional, sob comando único de autoridade militar, quando fosse determinado pelo Governo federal o emprego combinado das Forças Armadas com a Polícia Federal.

O nível de insegurança pública nos centros urbanos está elevadíssimo, existindo um verdadeiro clamor da sociedade por melhores e mais seguras condições de vida. Não se trata de pôr o Exército nas ruas, como muitos ingenuamente proclamam, visto que a questão da segurança pública é mais complexa e de caráter

sistêmico, não podendo ser resolvida de forma permanente e duradoura com medidas de caráter cirúrgico, do tipo *Operação Rio*, desencadeada no Rio de Janeiro, ao final de 1994, de sucesso efêmero.

Propomos duas opções: ou as Forças Armadas, cada uma na sua esfera de atribuições, passam a dar maior apoio operacional à PF no combate aos ilícitos transnacionais, ou partimos para a criação de forças paramilitares, visando à vigilância das fronteiras, nos moldes de Guardas de Fronteira e Costeira, à semelhança da Gendarmeria e da Prefeitura Naval argentinas.

Quanto à patrulha costeira, o Vice-Almirante Othon considera que parece não haver dúvidas sobre a necessidade de um bom sistema de patrulha costeira, devidamente articulado com aviação de patrulha (baseada em terra) e as polícias federal e estaduais.<sup>29</sup>

No entanto, sabemos das restrições das Forças Armadas a essa solução.<sup>30</sup> Uma outra alternativa seria dotar a PF de forças mais bem treinadas e aparelhadas para essas missões, sob supervisão do Ministério da Defesa.

Precisamos lembrar que a maior aptidão para a atuação da PF é nos centros urbanos, sendo limitada sua capacidade de emprego em regiões de selva, ou mais inóspitas ou em águas costeiras ou hidroviárias, por falta de recursos humanos e materiais em quantidade e qualidade.

Esse maior apoio operacional a que nos referimos subentende que os agentes policiais federais seriam empregados em

<sup>29</sup> Ver nota 10 da Parte I (ADN 789, p. 49)

<sup>30</sup> O Vice-Almirante Othon afirma que a patrulha costeira, historicamente, tem sido uma atividade de baixa prioridade e que, somente após o início do recebimento de royalties do petróleo, a ela especificamente destinados, alguns barcos patrulha foram construídos. Ver nota 10 da Parte I (ADN 789, p. 49)

primeiro escalão, com a cobertura dos agentes militares, sob comando unificado, a cargo de autoridade militar, visando a garantir a unidade de comando e o atendimento aos preceitos legais vigentes, quanto à competência para efetuar prisões e apreensão de bens, o que, como já dissemos, cabe à PF.

Como vimos anteriormente<sup>31</sup> há uma nova visão ampliada da segurança e da guerra, não mais tanto entre estados e, sim, mais contra grupos de terroristas, guerrilheiros e assaltantes, o que vem provocando mudanças de enfoque quanto às respostas mais apropriadas dos estados. Nos próprios Estados Unidos, país onde as Forças Armadas sofrem severas limitações legais para emprego na segurança interna, há propostas de mudanças legais nesse sentido. (Lembramos que aquelas limitações não impediram que o Exército fosse empregado como último recurso nos violentos conflitos de Los Angeles, em 1992).

Finalmente, desejamos abordar o combate ao tráfico de drogas na Amazônia, onde os Estados Unidos têm atuado abertamente em apoio às Forças Armadas e de segurança da Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia.

O Brasil tem adotado, nessa questão, atitude extremamente parcimoniosa em cooperar com o Comando Sul dos EUA, em nome de nossa soberania e da resistência à alegada pretensão norte-americana de transformar as Forças Armadas dos países latino-americanos em milícias destinadas, principalmente, a combater o tráfico de drogas.

Não resta dúvida de que se tratam de argumentos válidos e que o Brasil, pela sua estatura político-estratégica, merece um tratamento diferenciado. No entanto, não podemos esquecer que essa luta é contra um inimigo comum, cujo combate é genuinamente do interesse nacional e não apenas dos EUA.

A propósito, no período da Guerra Fria, cooperamos com países vizinhos, dentro da estratégia dos EUA de luta contra o inimigo comum representado pelos movimentos subversivos ou terroristas de origem comunista. No caso presente do narcotráfico e contrabando de armas, deparamo-nos com um novo inimigo comum, cujas ações criminosas estão contribuindo para abalar os alicerces da sociedade, e que por isso merecem ser combatidas sob uma frente também comum.

Cabe lembrar a advertência e o apelo do Presidente da República no discurso de apresentação dos novos oficiais-generais promovidos, em 16 de abril de 1996, conforme editorial de *O Estado de S. Paulo - As Forças Armadas e o Narcotráfico*. Para o Presidente, os tempos atuais trouxeram, além das preocupações clássicas das Forças Armadas, *desafios à soberania e ameaças à estrutura social do País que, se por um lado não lhes indicam uma atitude policial, por outro, alertam para um acréscimo para o enfoque tradicional da segurança e da defesa nacional...*<sup>32</sup>

## CONCLUSÃO

Esperamos ter contribuído para a discussão do Sistema de Defesa Nacional e levantado idéias úteis para sua

<sup>31</sup> Prioridades na Estruturação do SDN.

<sup>32</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo*, 18.4.1996.



reformulação, neste momento histórico e oportuno de implantação do Ministério da Defesa.

Um país do porte do Brasil não pode continuar tratando questão tão séria e complexa, quanto a Defesa Nacional, de forma não profissional e até mesmo diletante, como tem sido tratada.

Como uma potência média e utilizando uma metodologia correspondente, com base nos fatores geográficos, tempo de alerta e manutenção de base tecnológica suficiente, poderemos, sob supervisão do Ministério da Defesa, reestruturar nossas forças, de forma racional e integrada, atendendo às condicionantes políticas e econômicas.

A sociedade de modo geral e especialmente as elites civis e autoridades políticas precisam conscientizar-se da importância do tema da Segurança e da correspondente necessidade de contarmos com

instituições militares sólidas, eficazes e profissionais para defender os interesses nacionais, sob orientação do poder civil. Tudo num contexto de integração regional, de defesa dos interesses comuns e das simetrias estratégicas com nossos vizinhos, ao mesmo tempo respeitando e participando dos nossos compromissos internacionais.

Constituímos um Estado pacífico, pelos nossos compromissos e propostas e não pela fragilidade de nossos mecanismos de defesa ou pela inexistência de Forças Armadas capazes de respaldar nossas políticas e dar substância às nossas posições no concerto das nações.<sup>33</sup>

O Sistema de Defesa Nacional reajustado tornará concreta a declaração da Política de Defesa Nacional. *Não é realista conceber um estado de razoável porte e influência internacional, que possa abdicar de uma força de defesa confiável.* ☉

**NOTA** – No desenvolvimento do nosso ensaio, procuramos assumir uma posição profissional e não corporativista, de real cooperação, reconhecendo, entretanto, tratar-se de tema delicado e sensível.

<sup>33</sup> Neste fecho, apoiei-me, parcialmente, em citação de Domício Proença e Eugenio Diniz. Ver nota 7 da página 118.



*Seja assinante  
da BIBLIEX  
e receba sempre  
bons livros*

# Comentários

## A NECESSIDADE DE UMA "HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA"

Cláudio Moreira Bento\*

A Amazônia, pela extraordinária projeção econômica e geopolítica que lhe está reservada no Terceiro Milênio, está cada vez mais ameaçada de, unilateralmente e em nome da *Nova Ordem Mundial*, ser internacionalizada e declarada patrimônio da humanidade. São ameaças reais, conforme testemunho de abalizadas autoridades civis e militares.

O poder econômico internacional, com seus capitais concentrados nas nações do G7 e, em especial, na única potência mundial hegemônica, os Estados Unidos da América, pretende congelar a exploração das riquezas da Amazônia, para colocá-las a serviço dos seus objetivos, contrariando interesses da sociedade brasileira e comprometendo a soberania do nosso País.

As ameaças de intervenção na Amazônia têm vindo à baila na voz de líderes de grandes potências. Impõe-se, portanto, ao Brasil, *fazer o seu dever de casa* na Amazônia e ficar em condições de defendê-la a todo custo. Para isso, será de real valor o levantamento crítico da História Militar da Amazônia, em especial,

da sua História Militar Terrestre. Ele poderá ajudar a melhor orientar o esforço de defesa, como ocorreu, a partir de 1922, na Região Sul.

Sobre a projeção estratégica mundial da Amazônia, que a torna motivo de cobiça internacional, bem escreveu o Coronel Gélío Fregapani, especialista em assuntos da área, na quarta capa de seu recente livro *Amazônia - a Cobiça Internacional: a Verdade que Poucos Conhecem*.

O exame, ainda que superficial, do mapa demográfico mundial, mostra-nos regiões superpovoadas e regiões despovoadas. Entre estas, destacam-se o Saara, a Antártida, as vastidões geladas da Sibéria, o norte do Canadá, o Alasca, as alturas nevadas do Tibete - ou alguns outros maciços - e a Amazônia. Todas são regiões praticamente inabitáveis, exceto a última. Levando-se em conta a explosão demográfica mundial, a terra desabitada, mas habitável, tende a ser objeto de cobiça. Se for a única, corre perigo maior.

Ante essa realidade, manifestam-se pressões baseadas em concepções forjadas, segundo as quais, acima das fronteiras nacionais, está o interesse da humanidade. Nossa Amazônia, com sua riquíssima biodiversidade, água abundante e vastíssimas riquezas minerais ainda inex-

\* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente da AHMTB.

ploradas, passa a ser, naturalmente, motivo de inquietação.

A descoberta recente de incríveis jazidas minerais ameaça cartéis e pode alterar radicalmente a ordem econômica mundial, a balança pendendo a favor do Brasil. Conhecemos demonstrações da difícil aceitação dessa realidade. Certamente, os detentores do poder mundial cogitam de usar todos os meios para impedir o aproveitamento das circunstâncias favoráveis ao Brasil. Serão capazes até de atos de beligerância, conforme registra a História da humanidade.

Trata-se pois de perigo potencial real e imediato. Urge prevenir o risco, para que as gerações do Terceiro Milênio não precisem recorrer às armas, na defesa da integridade nacional. E disso decorre a importância do estudo da História Militar Crítica da Amazônia, o que tentaremos justificar.

Cita Camões, o poeta soldado, em *Os Lusíadas*, que a *Disciplina Militar* prestante (leia-se Doutrina Militar) *não se aprende senhores, na fantasia, senão vendo* (estudo da História Militar), *tratando* (exercitando-se) e *pelejando* (experiência de combate) e grandes capitães da História têm reafirmado a importância do estudo crítico da História Militar e não da História descritiva.

É do Marechal Ferdinand Foch, comandante da vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, essa afirmação, quando ainda professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, de onde saiu para comandar os aliados: *Para alimentar o cérebro Comando de um exército na paz, para prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações*

*e lições do que o da História Militar*. E, do pensador militar brasileiro, Coronel J.B. Magalhães, ao prefaciар o livro do Coronel Amerino Raposo Filho, *Caxias e os Nossos Problemas Militares* (Rio de Janeiro: SGEEx, 1969 - série subsídios doutrinários): *Tudo o que existe deriva do que existiu antes. É isso que dá valor positivo aos registros da História, permitindo elaborar-se uma doutrina capaz de orientar com acerto as atividades humanas*.

Não obstante, o livro da História Militar Crítica da Amazônia não existe, como existe o do sul iniciado, em 1922, pelo General Augusto Tasso Fragoso, atendendo a conselhos da Missão Militar Francesa.

E, nestes últimos 77 anos, a prioridade foi o sul.

A Amazônia é, pois, um deserto de estudos desse tipo, feitos por historiadores militares. Dos civis que têm escrito sobre o tema, descritivamente, cito os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Artur César Ferreira Reis, Silvio Meira e Leandro Góes Tocantins. Os dois primeiros, já falecidos, possuem valiosas obras capazes de apoiar os estudos aqui propostos. A obra de todos eles consta do *Dicionário de Historiadores Brasileiros*, editado em cinco volumes pelo IHGB.

Estudo valioso se constitui também o do General Carlos de Meira Mattos, *Uma Geopolítica para a Amazônia*.

Em 1973, produzimos a plaqueta *Centenário do Libertador do Acre Plácido de Castro*, editada pela SUDAM e distribuída amplamente pelas escolas da área a pedido do Coronel Milton Câmara Sena, seu superintendente. No mesmo ano, como membro da Comissão de História

do Exército Brasileiro, a convite do General Adauto Bezerra de Araújo, de Brigadeiro Faria Lima e do Governo do Acre, tivemos oportunidade de pesquisar *in loco*, por uma semana, a campanha militar pela libertação do Acre. Constatamos, na oportunidade, muitas originalidades guerrilheiras ao entrevistarmos ex-combatentes como o sargento Feitosa, mateiro de Plácido de Castro, ao qual ele deu sua bússola, homem que cortou a corrente que barrava a navegação em Porto Acre. Foi luta cheia de ensinamentos para a defesa da área. O mais singular era o *navegar-se* na selva, abrindo picadas novas para evitar caminhos entre seringais, sujeitos a emboscadas. Plácido de Castro liderou a resistência vitoriosa contra o *Bolivian Syndicate*, formado por capitais privados americanos e ingleses, um autêntico Cavalito de Tróia, que visava ao domínio das fontes de produção de borracha da Amazônia, com apoio em força armada. As lutas militares e diplomáticas, que culminaram com a incorporação do Acre ao Brasil e a fixação dos limites do Brasil no Amapá, são ricas para meditações e recolhimento de lições.

Julga-se que muitos fatos relacionados com a História Militar Terrestre da Amazônia tiveram seus registros perdidos. Estima-se que, em torno de Tefé, aconteceram fatos militares importantes.

A revolta da Cabanagem e a impunição de seus adeptos foram motivadas pela ausência do Estado na imensa área amazônica. Poderia ter sido vitoriosa, perdendo o Brasil, nesse caso, o domínio da foz do Amazonas, pela interferência francesa a partir do Amapá, se maior capacidade intelectual, militar e política tivessem tido

suas lideranças. Ela ameaçou seriamente a unidade do Brasil na Regência. A reação vitoriosa no Amapá, em 1895, sob a liderança de Cabralzinho, diante do desrespeito à nossa soberania, por uma Companhia de Infantaria francesa transportada por uma canhoneira, foi por nós abordada no *Noticiário do Exército* (nº 8.430 de 1ª de maio de 1992), sob o título *O Combate da Vila Amapá, de 15 de maio de 1895*.

A própria documentação relativa ao Forte Príncipe da Beira era desconhecida. Sobre ele, em seu bicentenário, conseguimos escrever uma página no *Letras em Marcha* (setembro de 1976), abordagem que repetimos, ampliada, em 1982, no álbum *A História do Brasil Através de Seus Fortes*, editado pelo GBOEx. Até então, existiam dúvidas sobre de onde vieram as pedras para a construção das muralhas. A história do Forte só foi abordada com mais profundidade em 1985, com o trabalho bilíngüe *Real Forte Príncipe da Beira*, patrocinado pela Odebrecht, de autoria do Coronel José Maria de Souza Nunes. O Forte, esquecido e abandonado, foi redescoberto pelo Marechal Rondon, coberto pela selva. Em suas ruínas, estava gravada a seguinte citação, em placa testemunha do espírito que presidiu a epopéia de sua construção:

*A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte. E isto é obra e serviço dos homens de El-Rei de Portugal, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal e tem de se cumprir!*

Resgatamos também a história do Forte São Joaquim do Rio Branco, em Roraima, na *Revista Militar Brasileira* (v. 106, janeiro/junho de 1975, p. 51-54).

Os fortes da Amazônia constituíram um arco de proteção à cobiça estrangeira, colocados estrategicamente nos acessos fluviais aos rios da nossa região: no Guaporé, o *Príncipe da Beira*; o *Tabatinga*, no Solimões; o *Marabitanas* (Cucuí) e o *São Gabriel*, no Rio Negro; o *São Joaquim*, na confluência dos formadores do Rio Branco; o do *Presépio* e *Macapá* na foz do Amazonas. E, aprofundando as defesas no interior do vale, os fortes de *Santarém*, *São João da Barra*, dos *Óbidos*, do *Desterro* e *Toere*.

Sendo a História Militar da Amazônia um laboratório de táticas, logística e estratégia visando à sua defesa, impõe-se com urgência, salvo melhor juízo, um estudo histórico militar crítico integrado das Forças Armadas, sobre os conflitos internos e externos que a envolveram.

É do Presidente Médici a declaração abaixo, feita no IHGB, ao ser empossado seu Presidente de Honra (3 de junho de 1970):

*Não se governa bem sem História e historiadores! Aqui podemos afirmar que não se governa bem sem História e historiadores. E nós brasileiros podemos dizê-lo melhor do que ninguém, pois, pacificamente, nenhum país cresceu mais do que o Brasil pela pesquisa e análise de nossos historiadores.*

A essa necessidade se contrapôs, porém, durante longo tempo, o desprestígio da História Militar, por haver sido ministrada de forma descritiva, e não crítica, na Escola Militar.

A inflexão teve início efetivo com o General Álvaro Cardoso, foi dinamizada pelo Coronel Francisco Ruas Santos e acreditamos ter ajudado a consolidar,

cooperando, em 1978, na elaboração dos livros-texto bastante ampliados, editados com o apoio do EME, *História da Doutrina Militar* e *História Militar do Brasil*, e produzindo o manual *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*, ora reeditado pelo Estado-Maior do Exército. São livros até hoje usados como livros-texto.

Para enfrentar militarmente as ameaças potenciais sobre a Amazônia, existem soluções que objetivam integrá-la e desenvolvê-la com a preservação ambiental e das comunidades indígenas – SUDAM, Zona Franca, Pacto Amazônico, FUNAI, Calha Norte, SIVAM e implantação de malha rodoviária integradora pelo Exército, além da criação prevista, em Manaus, de um Centro de Biotecnologia.

Na falha ou fracasso de todos esses planos, por falta de cooperação internacional sincera, e se houver intervenção militar, é de se esperar o apelo à guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, de que o nosso processo histórico é rico de exemplos. É solução inspirada no pensamento militar português decorrente de seu ideal político de dilatar a *Fé* e o *Império*, tão presente e vivo em *Os Lusíadas* e assim interpretada pelo General Paula Cidade: *Julgada a causa justa, pedir a proteção de Deus e atuar ofensivamente mesmo em inferioridade de meios.*

Desse pensamento, deu imortal exemplo o Coronel Ricardo Franco, construtor do Forte de Coimbra. Atacado por poderosa força invasora, em 1801, não se rendeu, respondendo da seguinte forma ao ultimato inimigo: *A inferioridade numérica foi estímulo que sempre animou os sol-*



*dados luso-brasileiros a não abandonarem seus postos e a defendê-los até as últimas conseqüências. Ou repelir o inimigo, ou sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes, cuja defesa lhes confiaram.*

Mais tarde, em 1865, o Tenente Antônio João e seus bravos resistiram a uma avassaladora invasão e a ela fez frente, justificando: *Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus comandados servirão de protesto solene contra invasão do solo sagrado da minha pátria.*

Nunca é demais lembrar e repetir que, nas guerras holandesas, a resistência durante trinta longos e sofridos anos foi feita com base na estratégia do fraco contra o forte, a guerra de guerrilhas. A diferença entre a estratégia luso-brasileira e a holandesa foi assim estabelecida por Antônio Dias Cardoso, o mestre da emboscada, tático e estrategista da Insurreição Pernambucana (1645-54), ao responder a um oficial inimigo que lhe disse que venceriam o próximo confronto porque lutariam dispersos como os patriotas: *Melhor para nós, pois cada soldado nosso é um capitão, e cada soldado de vocês necessitará ter ao lado um capitão que o obrigue a combater!* Nem que, em 1763 e 1774, duas invasões do Rio Grande do Sul, pelo litoral e pela campanha, terminaram por controlar dois terços do seu território. Para expulsá-los, mais uma vez, recorreu-se à resistência com o emprego desse tipo de guerra. Ela foi conseqüência da seguinte diretriz emanada do Rio de Janeiro às fracas forças do sul: *A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas, localizadas nos passos dos rios e arroios e nas matas. Desses locais sairão ao encalço dos invasores, para surpreendê-los, causar-*

*lhes baixas, arruinar-lhes as suas cavalhadas, gados e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação.*

Plácido de Castro aprendeu esse tipo de guerra como major federalista e dela muito tirou proveito para sua luta que culminou com seu êxito militar no Acre. Foi usando a guerrilha, repetimos, que Cabralzinho resistiu ao controle do Amapá, em 1895. Foi também se valendo da *guerrilha contra a guerrilha* que o Duque de Caxias pacificou a Balaia, em 1838, no Maranhão, e a Farroupilha, em 1845, no Rio Grande do Sul. Não pode ainda ser olvidada a guerra de guerrilhas movida por Pedro Teixeira para expulsar os invasores europeus do estuário e do Baixo Amazonas, e de como a resistência dos Cabanos, usando a guerrilha, prolongou-se por anos a fio.

Hoje, a resistência na Amazônia contra forças invasoras esmagadoramente superiores, segundo estudiosos brasileiros, seria a Estratégia da Lassidão: *estratégia do fraco contra o forte em que o fraco, valendo-se de alguns fatores em seu favor, reage no campo militar, evitando um confronto decisivo contra uma esmagadora superioridade militar, enfraquecendo-lhe assim a vontade de combater, visando a obter, na opinião pública do inimigo, forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.*

A Coluna Miguel Costa/Prestes foi uma variante da Lassidão, bem como a Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul.

Sinceramente, confiamos no povo e nos parlamentos das grandes nações, onde algumas lideranças imperialistas falam em internacionalizar a Amazônia e em descon-siderar a soberania que sobre ela exercem

o Brasil e seus vizinhos. Que eles não deixem repetirem-se, na Amazônia, os dramas vividos por filhos dos Estados Unidos e da França no Vietnã, na Indochina e na Argélia. Valeu o preço pago no Vietnã? A perda de 46 mil jovens mortos, 300 mil feridos, 1.800 desaparecidos e de dezenas de milhares desajustados, em maioria das classes mais humildes? Não existirão formas de essas nações democráticas apoiarem a integração e o desenvolvimento com preservação ecológica da Amazônia, sem ferirem as soberanias das nações donas do território?

Hoje, alguns ingleses, holandeses e belgas já trazem, em seus carros, adesivos com a frase: *Você já matou hoje o seu brasileiro?* É fruto da caluniosa satanização do Brasil pela mídia internacional a serviço do poder econômico mundial que a controla!

Por tudo isso, impõe-se, como medida preventiva, um estudo da História Militar Crítica da Amazônia para dela extrair-se lições de tática, estratégia e logística e, assim, não se continuar a justificar o pensamento de um militar vivo, que não autorizou revelar seu nome:

*A história de nossa História Militar deixou, em sua esteira, um monte de escombros de fracassos, equívocos frustrações, falsas interpretações de seu real valor e desvios de parte das instituições criadas para preservá-la e explorá-la a serviço do alavancamento doutrinário de nossas Forças Armadas, com apoio na vitoriosa experiência militar brasileira de quase cinco séculos. Essa, riquíssima, mas inexplorada, é, em grande parte, responsável pela conquista e manutenção de um Brasil de dimensões continentais que não é obra de um milagre, como querem alguns.*

## O NACIONALISMO BRASILEIRO

*Carlos de Meira Mattos\**

No Brasil da *modernidade* tornou-se hábito tachar-se de nacionalista à pessoa ultrapassada no tempo, incapaz de compreender as excelências da influência da tecnologia moderna nos costumes das sociedades, um sobrevivente, enfim, das eras pré-históricas: um *dinossauero*.

Sobre o nacionalismo existe ampla e erudita obra acadêmica. O Professor Byrk G. Sharper, ex-presidente do *International Committee of Historical Science* dos Estados Unidos, escreveu volumoso e elucidativo tratado sobre a matéria, em obra que denominou *Faces of Nacionalism*. Estendeu sua pesquisa a obras e autores dos quatro continentes, oferecendo conceitos sobre o nacionalismo que abrangem vasto plantel de autores acadêmicos, políticos e sociólogos. Vejamos alguns conceitos:

*Nacionalismo é a fusão emocional de dois fenômenos muito antigos - nacionalidade e patriotismo; corresponde à suprema devoção do ser humano em engrandecer as nacionalidades, fundada numa consciência política de Nação lingüística ou cultural (Carlton Hayes, considerado o pai dos estudos políticos sobre nacionalismo nos Estados Unidos).*

*Nacionalismo é uma ideologia que assegura à nação o direito de ser árbitro pessoal e final nos assuntos de seu interesse (Dorothy Dohen, do livro *Nationalism and American Catholicism*).*

\* General-de-Divisão. Matéria transcrita da publicação *Letras em Marcha*, edição maio/junho de 2000.

*Nacionalismo é a garantia da independência e da preservação da integridade da soberania e a afirmação do prestígio do Estado-nação* (Raoul Girard, no livro *Le Nationalism Français*).

*Nacionalismo é a consciência de parte de indivíduos ou de grupos de membros de uma nação, traduzida no desejo de levar avante a liberdade e a prosperidade nacional* (*Royal Institute of International Affairs, Londres.*)

Vários autores, acadêmicos, políticos, sociólogos, incluindo Sharper, estudaram o nacionalismo desde o século XVII, época da consolidação das grandes monarquias europeias.

No seu livro mais recente (1993), editado pela Universidade Harvard, o Professor Liah Greenfeld (*Nationalism - Five Roads for Modernity*) observa que *o nacionalismo, ao longo da História, aparece, desaparece, mas sempre reaparece*. Consideramos o atual nacionalismo um fruto da Revolução Francesa de 1789 que resultou da eclosão das idéias de participação do povo no governo da nação, idéias que se vieram aquecendo no cadinho das pregações de Hobbes, Voltaire, Jefferson, Montesquieu e Rousseau.

Todos os conceitos emitidos pelos autores pós-revolucionários (1789), sejam de acadêmicos, políticos ou sociólogos, trazem como tese comum a de que o nacionalismo, seja ele ideologia, consciência, sentimento, significa, sempre, a defesa dos interesses nacionais e a luta pela prosperidade do povo.

Assim entendemos a fonte do nacionalismo brasileiro, cujo herói e patrono foi Tiradentes.

As idéias das revoluções Americana e Francesa chegaram ao Brasil Colonial e

vieram fazer ferver os impulsos libertários do Patrono do nosso nacionalismo, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido por Tiradentes. O Alferes Tiradentes recebeu essas idéias, que o apaixonaram, do estudante brasileiro José Alvarenga Maciel que regressara da Europa em 1788 (um ano antes da tomada da Bastilha) e lhe ofertou livros e publicações recentes sobre as idéias revolucionárias que já convulsionavam a França, e também um livro sobre a Revolução Americana (1776).

Essa foi a literatura que empolgou os conspiradores mineiros que se aliaram a Tiradentes, Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, líderes da Conspiração Mineira, todos presos e condenados; Tiradentes foi enforcado e os demais, desterrados para a África.

A síntese comum do pensamento dos inúmeros autores citados no livro do Professor Sharper, repetimos, é que o nacionalismo representa a defesa dos interesses nacionais e a luta pela prosperidade do povo.

Essas duas idéias fundamentais fluíram dos movimentos revolucionários americano e francês e, como vimos, deram o conteúdo do nosso nacionalismo que teve seu berço em Vila Rica.

Não podemos deixar de reconhecer, entretanto, que nem todos os nacionalismos são iguais. Sob a cúpula comum de defesa dos interesses nacionais e luta pela prosperidade do povo, alguns países acrescentam reivindicações geradas em suas frustrações históricas, em sua mentalidade racista, em sua índole expansionista. Essa diversidade entre as nacionalidades, produto de variados anseios e ambições,

produziu nacionalismos que levantaram cuidados sobre a legitimidade.

Assim é que o nacionalismo francês tem a marca do *espírito de grandeza e prestígio*, o alemão vem crismado pelo *revanchismo e racismo*, o inglês tem seu matiz na idéia de *império* e o norte-americano carrega um contraditório *idealismo e expansionismo* (veja a sua História do Século XIX e, mais recentemente, a declaração do Presidente Clinton em S. Francisco (26.2.99): *Abraçamos a lógica inexorável da globalização, assumindo com determinação nossa posição de país-líder*. Enquanto isso, o nosso nacionalismo não carrega o pecado da ambição, do orgulho, do racismo, nasceu e se alimenta do amor à terra em que nascemos, que queremos vê-la soberana e próspera. Conservamos a pureza dos ideais patrióticos de Tiradentes.

Os nossos intelectuais internacionalistas e grande parte da famosa *mídia* criaram o conceito de que aqueles que entre nós acreditam no nosso nacionalismo, que representa priorizar os interesses da Nação e a prosperidade do nosso povo, estão ultrapassados no tempo. Pensar assim, agir assim, para os internacionalistas ou globalistas brasileiros, é ser dinossauro.

O nacionalismo brasileiro jamais foi isolacionista.

Sempre quisemos conviver e comerciar com todos os países do mundo. Nunca recusamos o diálogo, as alianças e os acordos, apenas queremos priorizar o interesse nacional.

Nosso nacionalismo nasceu no exemplo de Tiradentes, mas cresceu muito mais com a consciência advinda da Independência, quando herdamos a missão histórica

de preservar um imenso e rico patrimônio, de fazê-lo prosperar e de defendê-lo.

Pois bem, para esses brasileiros que se consideram cidadãos de um mundo inevitavelmente globalizado, movido sob a égide da economia de mercado, priorizar-se o interesse nacional é ser anacrônico, pré-histórico...

Não seria o caso de nos desvencilharmos dessa carapuça, que nos querem meter à força, de propaganda depreciativa, devolvendo-a com a afirmação/pergunta: Sou nacionalista, e você, o que é?

## O DIFERENDO PALESTINO-ISRAELENSE

*Manuel Cambeses Júnior\**

**I**ndubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo, de 1991. Porém, mesmo com seu domínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não conseguem obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante mas também existem vários pólos políticos que conferem à *multipolaridade* um significado e um peso indiscutível. A *pax americana* posterior a 1991 não se assemelha à *pax romana* ulterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Desde Sun Tzu até Clausewitz, passando por Tucídides e Tito Lívio, a guerra é considerada, fundamentalmente, um fato político.

\* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

Israelenses e palestinos voltaram a digladiar-se com intensa violência e de forma cruenta, a partir de Jerusalém. Dessa feita, a razão do conflito é o Monte do Templo, denominado pelos muçulmanos de Haram al-Sharif, ou Nobre Santuário. Essa área, de aproximadamente 145 mil metros quadrados e considerada o berço do monoteísmo, é venerada obsessivamente por ambos os povos e constitui-se, atualmente, na questão mais delicada para que judeus e palestinos possam conviver harmoniosamente e consigam deslancar as negociações de paz. Ademais, os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio permanecem presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O pan-arabismo, o conflito árabe-israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais: eis aqui as causas fundamentais da instabilidade e da conflitualidade nessa zona do mundo.

O pan-arabismo é o resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta ao nível de unidades nacionais, teve de trasladar-se a dois extratos diferentes. De um lado ao clã, à tribo, à família. De outro, ao contrário, para uma entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude desse fenômeno conhecido como pan-arabismo, as fronteiras estatais são vistas como divi-

sões artificiais que não fazem mais do que separar um mesmo povo.

O fenômeno pan-arábico tem trazido consigo conseqüências e as seguintes tendências: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais Estados árabes em virtude da justificativa brindada por essa noção supraestatal; a considerar as riquezas da região como prioridade mancomunada de todos os países árabes e os subseqüentes ressentimentos que derivam, ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificar arabismo com sunismo, ou seja, a raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que, a seguir, haveria de chamar-se Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar *rédeas soltas* à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada *Declaração Balfour* e nas exigências do movimento sionista que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado dessa guerra foi que Israel ficou de posse de territórios mais extensos do que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no Plano de Participação da Palestina aprovado pela ONU. Dessa maneira, ao problema da

introdução de um *corpo estranho* na região, vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação, por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada em permanente fator de combustão.

O problema palestino teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181 que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu a independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe. Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O emir Abdullah anexou a Cisjordânia a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre essas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel conquistou Gaza e a Cisjordânia. A partir desse momento, a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a recair sob a responsabilidade israelense.

O *fundamentalismo islâmico* é resultado do caráter totalizador do credo corânico, sempre propício aos excessos. A *Sharia*, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta a suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e lhe brindam

com um *nicho de certezas* frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Iran abriu as portas a um modelo de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor à *Jahiliyya*, ou seja, à apostasia e à barbarie, é identificado não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com a dos regimes pró-ocidentais da região.

As *controvérsias étnico-territoriais* são resultado de traçados artificiais, nas quais ingleses e franceses delinearam as fronteiras da região, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma origem se viram separados por novos limites estatais. Dessa forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que podia fazer o mesmo com o Kuwait. Iran e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região, os problemas territoriais se reproduzem, gerando rusgas e confrontos. Por sua vez, a pressão irreduzível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre Turquia, Iran e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio contém em suas entranhas dois

terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e as tensões que afloram a todo momento demonstram estar calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida, a curto prazo, uma trégua à conflitualidade reinante nessa conturbada região do planeta.

## DECISÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS

*Mario Cesar Flores\**

A defesa nacional interessa à sociedade, razão por que o público leigo faz jus a algumas considerações sobre a compra do navio-aeródromo (NAe) francês *Foch*.

O sistema NAe-aviões é útil para controlar grandes extensões oceânicas (os aviões atacam e defendem forças navais), proteger o tráfego marítimo nelas (o nosso *Minas Gerais* foi concebido para fazer isso no Atlântico Norte, não coberto por aviões voando de terra, na Segunda Guerra Mundial) e projetar poder (bombardeio de objetivos em terra e apoio a operações anfíbias ou em terra). A contribuição de aviões para a defesa do litoral e proteção do tráfego costeiro é factível, sem expor o NAe, voando de terra.

As preocupações com as grandes extensões oceânicas vêm diminuindo por-

que os conflitos entre grandes potências navais são hoje pouco prováveis; em 1997, a Inglaterra vendeu-nos fragatas-escoltas porque o fim da Guerra Fria as deixara sem missão. Nos maiores conflitos dos últimos cinquenta anos, dependentes do fluxo logístico marítimo (Coreia, Vietnã, Golfo) não aconteceram disputas pelo controle do mar e o tráfego transoceânico nunca esteve ameaçado; nas Malvinas, o controle inglês limitou-se à região das ilhas.

Quanto à projeção sobre terra, hoje instrumento das intervenções da *nova ordem*, a tecnologia está substituindo os aviões pelos mísseis, mas, por ora, os aviões continuam válidos. Onde há defesa organizada, fazem-se necessários grandes NAes; os médios ou pequenos podem ajudar, mas não resolvem sozinhos.

Em suma, a aviação embarcada é hoje principalmente instrumento da polícia do mundo, necessário aos EUA, potência com responsabilidades globais, no seu duplo papel: o de projeção em áreas conflitadas e o de afirmação de que a ordem naval americana garante a tranquilidade dos oceanos. Talvez necessários também à França e à Inglaterra, como presença coadjutora (o caso do *Foch* no conflito do Kosovo), ou por força de suas responsabilidades nas ex-colônias. E, finalmente, a outros países em contextos marítimos amplos, onde existam problemas de segurança e desde que lhes caibam responsabilidades ponderáveis na ordem regional. Esse é o caso da Índia no Índico e, mais dia, menos dia, será o da China no Pacífico asiático.

Depreende-se, portanto, que o sistema NAe-aviões, como de resto qualquer sistema de armas relevante no projeto po-

\* Almirante-de-Esquadra. Transcrição de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 22.8.2000.

lítico de defesa nacional, precisa ser alicerçado em avaliação político-estratégica das ordens global e regional e da inserção do País nelas, levando em consideração os interesses, as possibilidades e limitações do País e o respaldo societário. A questão do NAe francês se enquadra nesse esquema.

Vejamus uma hipótese: a avaliação conclui que o preparo militar brasileiro deve ser condicionado pela defesa local, sem descartar eventual atuação distante em nível secundário ou simbólico, para demonstrar interesse e apoiar a legitimidade de ações internacionais, ao menos enquanto o País se desenvolve e resolve seus problemas socioeconômicos. Assim procederam os EUA no século XIX: direcionaram sua capacidade militar limitada para seus problemas locais e só passaram a ter presença e projeção estratégica distantes quando seu desenvolvimento as impuse-

ram. Nessa hipótese, o sistema NAe-aviões é suscetível de dúvidas.

Mas pode prevalecer a avaliação de que circunstâncias internacionais, o desenvolvimento nacional e o satisfatório encaminhamento de nossos problemas internos sugerem e permitem a ressurreição da idéia de potência emergente da década de 1970, com suas responsabilidades intrínsecas, coadjuvantes ou autônomas; as navais, ao menos no Atlântico Sul. Nesse caso, a compatibilização da visão política com o sistema militar justifica o NAe-aviões e a compra do *Foch* se explica.

A decisão deve ter ocorrido de avaliação dessa natureza, com os parâmetros citados e talvez outros relacionados com a defesa nacional, pois é descabido supor que teriam pesado nela as conveniências do relacionamento com a França - país que lidera na União Européia a resistência aos nossos produtos agrícolas... ☉

*“Nos grandes mestres o adjetivo é escasso e sóbrio. Vai aumentando progressivamente à proporção que descemos a escala dos valores.”*

*Monteiro Lobato*

*“Muitas vezes a dúvida é o início da sabedoria.”*

*M. Scott Peck*



# Informações

## O VENDEDOR DO UNIVERSO

**N**os Estados Unidos, não é crime vender terrenos na Lua. O empresário californiano Dennis Hope orgulha-se de ser o primeiro (e próspero) corretor de imóveis localizados no satélite natural do nosso planeta. *Terrenos com vista tranqüila e permanente para as estrelas*, como especificou ao repórter Richard Stenger, da CNN (20.11.2000).

Hope pode ser acusado de tudo, menos de lunático. Aliás, ele tem os pés bem postos na Terra. Tanto que registrou sua imobiliária com o nome de *Lunar Embassy* (Embaixada Lunar), certamente para inspirar confiança num negócio no mínimo incomum e até suspeito. Ademais, cuida de não chamar os lotes vendidos de *propriedades*, mas de *presentes originais* (*novelty gifts*). Só isso já o livra dos processos judiciais que possam ser abertos por *algum país estrangeiro*. Os tribunais locais, claro, ele não teme.

Seu sucesso comercial, pelas cifras que anuncia, é astronômico. Já convenceu mais de 300 mil americanos a lhe pagarem US\$ 27,00 (vinte e sete dólares), *com o imposto lunar incluído*, por um sítio na Lua. Cada comprador recebeu, feliz da vida, o título e o mapa do imóvel, uma cópia da Carta de Direitos da Lua (elaborada e aprovada, com certeza, pelo próprio vendedor), autorizando o loteamento daquele corpo

celeste, uma cópia da Declaração de Propriedade da Lua em nome de Dennis Hope, registrada junto ao Governo dos EUA, e, como se não bastasse, um certificado de garantia de trinta dias, assegurando a devolução do dinheiro em caso de desistência, o que, felizmente, nunca aconteceu.

Mas engana-se quem pensa que a tal pechincha vai continuar a vida inteira. O preço promocional de US\$ 27,00 é válido só até 26 de dezembro corrente. A partir desse dia, essa quantia conseguirá adquirir apenas um terreninho de quatro mil metros quadrados.

O negócio é tão bom e seguro que Dennis Hope já está abrindo escritórios no Canadá, no Reino Unido e na Suécia, e planeja oferecer excelentes imóveis situados em todos os planetas do sistema solar e suas respectivas luas. Ele não deixa por menos.

Mas faz questão de abrir uma exceção: a lua de Júpiter, Europa, onde suspeita-se existir imenso mar subterrâneo. *A Europa não está à venda*, avisa ele com a autoridade de um varejista do Universo. *Lá nós vamos criar algo como uma reserva celestial*.

O Tratado do Espaço, de 1967, o código das atividades espaciais, ratificado pelos EUA, reza em seu Artigo 2º que *o espaço cósmico, incluindo a Lua e demais corpos celestes, não poderá ser objeto de apropriação nacional proclamação de so-*

*berania, por uso ou ocupação nem por qualquer outro meio. Ora, se um país não pode se apropriar da Lua, muito menos o poderão seus cidadãos e empresas, pois os sistemas de propriedade são sempre nacionais. Ninguém é dono de nada fora das leis de um país.*

Mas isso não parece perturbar empresários como Hope nem os seus milhares de clientes. É provável que, no fundo, eles todos estejam certos de que, cedo ou tarde, tal lei, que nem americana é, virá a ser revogada por um juiz americano e então o direito de propriedade chegará, enfim, a qualquer ponto do Cosmos.

*Artigo transcrito do Jornal do Brasil, edição de 3.12.2000, assinado por José Monserrat Filho.*

## GUERRA PERDIDA

A guerra às drogas é um fracasso. É preciso aceitá-lo de vez. Quem diz isto é Tom Campbell, deputado americano pela Califórnia disputando um lugar no Senado. Campbell é um republicano acima de qualquer suspeita. Ele simplesmente discorda de métodos de combate ao narcotráfico que desaguarão no Plano Colômbia e não vê nenhuma razão no triunfalismo do General Barry McCaffrey, chefe da agência antidrogas dos Estados Unidos.

O Exército da Colômbia já tem um batalhão equipado e treinado pelos americanos. No ano passado ele destruiu 68 laboratórios de traficantes e apreendeu 201 quilos de pasta e 78 de folhas de coca. O general cita esses números como pro-

vas do acerto de sua estratégia. Para um triunfo completo, arrasador, bastaria aumentar o poder de fogo repressivo. É o que será feito em boa parte com 1 bilhão 300 milhões de dólares saídos dos cofres de Washington. Mais um ato de perpetuação da guerra lançada por Nixon em pomposa entrevista em 1969.

Nos últimos vinte anos, segundo dados levantados por Campbell, os preços da coca e da heroína vendidas nas ruas das cidades dos Estados Unidos caíram um quarto, sinal de oferta em abundância, de plantações, laboratórios e carregamentos em alta. A disponibilidade só cresce, o tráfico multiplica seus tentáculos, ocupa cada canto de esquina, entra nas casas, invade os colégios etc. O número de mortes por *overdoses* cresceu 540% desde 1980. Dobrou o volume de registros policiais de assaltos dos narcos às universidades americanas.

Prisões por tráfico aumentaram dez vezes e a heroína oferecida a céu aberto se enriquece em graus de pureza. Campbell, de um estado, a Califórnia, empapado em drogas, propõe mudanças. Em vez de guerra, tratamento. Reduzir o contingente de viciados, clientes certos de negócios bilionários. Leva nas mãos, de comício em comício, relatório do Rand Institute garantindo que o bilhão e 300 milhões de dólares do Plano Colômbia, se aplicados em tratamento, golpeariam os narcos muito mais.

O instituto até quantifica. Medidas de supressão do vício, com a ajuda desse dinheiro, seriam 23 vezes mais eficientes, no combate às drogas, do que tentar erradicar as plantações da Colômbia com a intensificação da guerra. Gary Johnson, governa-

dor do Novo México, também republicano, concorda e diz, citando outro estudo, que tratamento, em vez de guerra, comprimiria o caixa do narcotráfico e o poder de fogo dos cartéis. Com receita médica o viciado compra heroína a preços dez vezes menores do que nas ruas.

É fracasso de uma guerra que tenta refazer-se com o Plano Colômbia e cujos gastos vão muito além do cheque entregue pessoalmente por Clinton na visita simbólica a Cartagena, no Caribe colombiano. Os gastos com ela, nos últimos vinte anos, totalizam 250 bilhões de dólares, quase o orçamento anual do Pentágono. No livro *Wheeling and Dealing*, a socióloga Patrícia Adler, da Universidade de Colorado, revela que *a repressão resultou em traficantes mais profissionais*, mais bem equipados e mais prósperos. Só assim conseguiriam enfrentar os avanços dos aparatos policiais.

Narcos foram apanhados montando um submarino na Colômbia. Uma *nova elite capitalista ocupou o topo do narcotráfico*. Os autores de *Kings of Cocaine*, Jeff Leen e Guy Gugliotta, concluíram que *o universo da coca se organiza rapidamente como uma grande corporação*. Tornou-se inevitável a contaminação de sistemas políticos ávidos de dinheiro. O sociólogo mexicano José Garrido diz que *o tráfico já é elemento fundamental da nossa estrutura de governo*. Para outro acadêmico do México, Eduardo Rebeles, seu país está em situação pior do que a Colômbia, *onde o Estado combate os cartéis*.

Passam pelo México, *onde os cartéis são o Estado*, segundo Eduardo, 80% das drogas a caminho dos Estados Unidos. Mas o processo 8.000, aberto pela Justiça

da Colômbia, mostrou o alto grau de infecção da sociedade colombiana. O mesmo acontece no Peru. Relações do tráfico com parlamentares pipocam por todos os lados na América Latina. Nixon declarou guerra às drogas disposto a varrer a contracultura na década de 1960. Passaram-se 31 anos, essa contracultura se foi. As drogas não. Muito pelo contrário.

*Newton Carlos, jornalista.*

*Transcrição de artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de 9.10.2000*

## VILLEGAGNON E A FUNDAÇÃO FRANCESA DO RIO

**P**romove-se agora a recuperação histórico-moral do pré-fundador do Rio, o Almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon. Ele acaba de ser finalmente homenageado, no começo deste mês, em sua cidade natal, Provins, a 80 quilômetros de Paris. Ali, a Marinha Brasileira fez instalar um obelisco construído com pedras da Ilha de Villegagnon, recebido no dia 1º pelo Ministro da Marinha francesa, com pompa e circunstância. Essa solenidade iniciou uma série de eventos sobre o tema, que culminarão em novembro e que irão do lançamento do livro de Vasco Mariz *Villegagnon e a França Antártica* (parceria com o francês Lucien Provençal) até uma grande exposição com igual título no Espaço Cultural da Marinha, programada pelo historiador Max Justo Guedes.

A verdadeira história de Villegagnon é surpreendente e lança um novo olhar sobre sua aventura na Baía de Guanabara,

nome indígena, aliás, que os franceses foram os primeiros a adotar para designar nossa famosa e tão agredida baía, mas com o acento - oxítono - o mesmo dos índios, ou seja, Guana-bará. Ele foi um dos personagens mais interessantes da França durante todo o século XVI. Ordenado cavaleiro da Ordem Soberana de Malta (1523) e um dos mais prestigiados interlocutores nas cortes européias, foi amigo íntimo de quatro reis de França e do poderosíssimo Imperador Carlos V, de Áustria e Espanha.

A biografia pessoal de Villegagnon é surpreendente e sedutora, especialmente antes da França Antártica. Sua ação mais célebre na Europa foi o seqüestro da Rainha Maria Stuart na Escócia, numa perigosíssima missão que lhe fora incumbida pelo Rei católico francês Henrique II. Depois de mil e uma peripécias, a altiva menina de pernas esguias e cabelos louros esvoaçantes desembarcaria na França em 1548. Villegagnon, a partir daí, atingiria o ápice do prestígio na Europa, e não sem razão passou a ser considerado um personagem quase mítico. Esse era o perfil público do personagem que, logo depois, fundaria o primeiro núcleo civilizatório europeu no Rio de Janeiro.

Em 1555, com três caravelas lotadas por quase 600 pessoas, a expedição fundeou na baía de águas límpidas, cravejada de ilhotas paradisíacas e cercada de verde por todos os lados. Villegagnon teve a sabedoria de trazer um índio tabajara como intérprete, prova de seu preparo diplomático.

Simultaneamente à construção da Fortaleza Coligny (hoje Escola Naval), Villegagnon iniciou os fundamentos de

uma povoação, a cidade de Henriville (homenagem a Henrique II), instalando-a aproximadamente entre os morros do Castelo e da Glória, mesmo local onde os portugueses confirmariam o nascimento de sua outra cidade, o Rio de Janeiro, essa definitiva, alguns anos depois. Por isso insisto: nosso primeiro núcleo civilizatório europeu foi francês, sem sombra de dúvida.

E por que a França Antártica não prosperou, apesar de Henriville ter-se comportado a contento nos seus quatro anos de existência? E, apesar de os franceses terem conquistado todas as simpatias dos tamoiós e dos tabajaras, e também do poderoso cacique Cunhabebe, hoje, por sinal, objeto de belo livro de Antônio Torres, que o considera um herói inicial das terras brasileiras? Porque a tragédia dos ódios religiosos rachou ao meio os integrantes da França Antártica, refletindo o que sucedia em França, dividida entre católicos e huguenotes. Aqui, na luxuriante Baía de Guana-bará, Villegagnon sustentava o catolicismo com ardor, enquanto os huguenotes, liderados por Jean de Léry, pugnavam apaixonadamente pelo protestantismo de Calvino, por sinal, colega de estudos de teologia de Villegagnon.

Atacado impiedosamente por Léry em seu livro que ganharia os galardões da posteridade e defendido apenas por André Thevet, a Villegagnon seria lançada uma má fama que perduraria por mais de quatro séculos.

Recentemente, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio, guardião austero das questões cariocas, debateu o assunto, por proposta de Vasco Mariz. Na ocasião, o presidente do instituto, o ilustre historiador Arno Wehling, forneceu, a meu aviso,

um argumento definitivo sobre a polêmica, ao lembrar que a cidade de Buenos Aires teve dois fundadores: Pedro de Mendoza, em 1536, vila que durou pouco mais que uma flor (tal como Henriville, com seus quatro anos de existência), e Juan de Garay, em 1580, que fez a instalação definitiva da cidade.

Portanto, o Rio pode ter dois fundadores, um português, Estácio de Sá, e um francês o Almirante Nicolas Durand de Villegagnon. E que se comece, desde já, a recuperação histórica do último, cuja dimensão verdadeira só agora está sendo reavaliada com a propriedade que deve merecer.

Proponho ao prefeitura do Rio e ao governador do Estado uma reflexão sobre o papel do nobre francês que instalou o primeiro núcleo europeu no Rio. E, para que os tempos dos desentendimentos - como os que torturaram Léry e Villegagnon - jamais retornem aos administradores cariocas, por que não erigir-se no Aterro do Flamengo, ao lado do Rio Carioca, um marco comemorativo da França Antártica de Villegagnon e Léry?

*Transcrito do jornal O Globo,  
edição de 17.8.2000, artigo assinado pelo  
jornalista Ricardo Cravo Albin.*

*“Os primeiros são para o buraco.  
Precisamos honrar o fosso que nos  
deu tanto trabalho.”*

*Emílio Luiz Mallet*

*“Nunca devemos esquecer que nossa  
determinação em vencer é mais importante  
do que qualquer outra coisa.”*

*Abrahan Lincoln*

# Livros

## VILLEGAGNON E A FRANÇA ANTÁRTICA

Ações do colonizador francês no século XVI são contextualizadas

Ricardo Bonalume Neto\*

**E**m agosto do ano passado, a Marinha do Brasil ofereceu à cidade francesa de Provins um pequeno obelisco feito de pedras tiradas da Ilha de Villegaignon, no Rio, onde está a Escola Naval.

Para entender o significado do gesto convém ler *Villegaignon e a França Antártica - Uma Reavaliação*. Trata-se de um bom exemplo de um gênero raro no Brasil, mas extremamente útil e necessário: o livro de divulgação de História. E é ainda mais útil por explicar um episódio sempre lembrado, mas pouco conhecido em detalhe: a tentativa de colonização francesa do Rio de Janeiro no século XVI.

Obras que explicam sem rebuscamentos o passado têm sido desdenhadas pelos historiadores chamados profissionais. A universidade brasileira, com honrosas exceções, considera a divulgação da pesquisa uma atividade diluidora e pre-

mia aqueles que usam linguagem cifrada. Quando um jornalista como Eduardo Bueno fez sucesso com livros de divulgação escritos em linguagem despretensiosa, foi apelidado de *Paulo Coelho da História* pelos acadêmicos.

*Villegaignon* é resultado de uma parceria original de um autor brasileiro e um francês. Vasco Mariz é diplomata e especialista em musicologia. Lucien Provençal é capitão-de-mar-e-guerra da Marinha da França.

Não são, portanto, especialistas em História do século XVI nem descobriram novidades importantes sobre a carreira do nobre francês nascido em Provins que fundou a primeira povoação européia na Baía de Guanabara em 1555.

Mas foram atrás de todas as fontes disponíveis sobre a vida do biografado e procuram corrigir o que consideram injustiças na avaliação desse experimento colonizatório.

\* Crítico literário. Texto produzido especialmente para a *Folha de S. Paulo*, edição de 17.02.2001 de onde foi extraído. Refere-se ao livro *Villegaignon e a França Antártica - Uma Reavaliação*, das editoras Nova Fronteira e Biblioteca do Exército.

O título do livro já provoca uma indagação: Por que *Villegagnon*, e não a grafia usual no Brasil, *Villegaignon*, com um "i" no meio?

Os autores argumentam que tiraram a letra porque os biógrafos franceses o fizeram e porque Villegagnon seria a forma moderna do nome.

Não é um bom argumento. Já que se trata de optar, é melhor usar a forma tradicional. Ele próprio assinava Villegaignon, e assim aparece o sobrenome nos livros que escreveu.

Em entrevista publicada na *Folha*, na quinta-feira passada, o historiador Jacques Le Goff afirma que a biografia se aproxima da *história total* - por meio do *personagem*, chegar a uma explicação da sociedade daquele tempo.

Quando a biografia é de um personagem do século XVI, muitas vezes a descrição da sociedade acaba tendo lugar de destaque simplesmente pela carência de documentos sobre o biografado.

Bons exemplos de livros assim são as biografias de Vasco da Gama escritas pelo indiano Sanjay Subrahmanyam e pela francesa Geneviève Bouchon ou a de Afonso de Albuquerque, também por ela.

O caso de Nicolas Durand de Villegaignon (1510-1572) é sintomático. Ele era um católico fervoroso e pouco flexível. Pertencia à Ordem de Malta, uma entidade meio religiosa, meio militar que exigia fidelidade e obediência cegas e voto de castidade de seus membros.

Esse personagem vive em uma época tumultuada por guerras de religião. A divisão da cristandade surgida com a reforma protestante vai refletir-se na colônia fundada no Brasil. Conflitos entre pro-

testantes e católicos são transplantados para os trópicos e ajudam a explicar o fracasso da colonização francesa.

O pano de fundo também explica o retrato muitas vezes péssimo de Villegaignon, *caluniado há quatro séculos por cronistas protestantes, sobretudo pelo livro de Jean de Léry, Viagem à Terra do Brasil, cujas repetidas edições renovam periodicamente as acusações descabidas dos pastores calvinistas que fracassaram no Rio de Janeiro.*

Em um dos interessantes apêndices, os autores citam exemplos dessas avaliações ao longo dos séculos. *Mais que um tirano, foi um monstro*, escreveu Laercio Andrade em um livro de 1947. *Notável pela valentia e pelo saber*, escreveu o historiador Capistrano de Abreu.

Mariz e Provençal matizaram o retrato de Villegaignon, o que é verdadeiramente essencial, colocaram suas ações no contexto da época, algo que decididamente faltou em muito do que se escreveu sobre os 500 anos do Descobrimento.

O século XVI mereceria ser mais bem divulgado por ter sido fundamental para a implantação europeia no Brasil. Esse livro deixa claro que, sem a ajuda dos indígenas, não teria sido possível à colônia francesa sobreviver. Sem aliados nativos, as minúsculas povoações portuguesas também teriam sido eliminadas.

Dadas suas dissensões internas, é fácil ver por que os franceses perderam. Mas não fica tão claro por que os portugueses venceram. O século XVI, para Portugal, é o século do Oriente, da construção e apogeu do Estado da Índia; o Brasil era secundário. Quem sabe, se Villegaignon tivesse um caráter diferente, a História poderia ser outra. ●



# Destaques da Imprensa

## DILEMAS DA DEFESA

A mudança às vezes acontece devagar no Brasil. Em 1995, uma década após o término do governo militar, o Presidente Fernando Henrique Cardoso pôs completar a transição para a democracia, afastando os chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica de seu gabinete e substituindo-os por um ministério da defesa unificado e civil. A maioria dos demais países latino-americanos já havia feito tal coisa; somente em 1999 Fernando Henrique conseguiu realizá-la. Com o controle civil veio um esforço para se pensar mais claramente sobre a política de defesa.

Geraldo Quintão, o Ministro da Defesa, lançou no ano passado uma revisão da defesa – um procedimento que é rotina em democracias de Primeiro Mundo, mas praticamente sem precedentes na América Latina. No caso do Brasil, chegou tarde. Enquanto em outros países da região a democracia trouxe um corte abrupto nas despesas com defesa, no Brasil tais despesas aumentaram.

Em 1999, o Brasil gastou cerca de 16 bilhões de dólares com defesa – mais do que os outros países da América do Sul juntos. Mas, com exceção do SIVAM, um ambicioso e ainda incompleto projeto de 1,4 bilhão de dólares para monitorar a bacia amazônica usando radares, aeronaves de alerta e sensores de solo, a maior parte dos gastos tem sido com custos

operacionais, ao invés da substituição dos equipamentos obsoletos das Forças Armadas. Isso agora começa a mudar, com um programa de oito anos e 3,4 bilhões de dólares para reequipar a Força Aérea.

O objetivo da revisão é o de tentar alinhar a capacidade militar do Brasil com seus objetivos de política externa. Durante boa parte do século XX, as Forças Armadas brasileiras passaram o tempo como árbitros políticos, quando não governavam elas próprias o País, e planejando uma guerra contra a Argentina, que felizmente nunca aconteceu. Agora a Argentina é o principal parceiro econômico e político do Brasil no MERCOSUL. E, à medida que a economia brasileira e a democracia se fortalecem, Fernando Henrique calmamente reivindica o reconhecimento do País para ser um líder regional.

Com exceção de uma pequena ajuda aos aliados na Segunda Guerra Mundial, o Brasil não trava uma guerra convencional há 130 anos. A revisão provavelmente recomendará que o País pare de se preparar para uma. Ao invés disso, as Forças Armadas devem estar preparadas para impedir que conflitos civis de países vizinhos (como a briga entre Governo e guerrilhas na Colômbia) cruze suas fronteiras. Elas devem ser capazes de encarregar-se da manutenção da paz regional (o Brasil intermediou o acordo entre Peru e Equador numa disputa de fronteira em 1998). Elas devem contribuir com as missões das



Nações Unidas, se prontificar a combater o tráfico de drogas nas fronteiras e dar assistência em caso de desastres.

Fernando Henrique já ofereceu aos países vizinhos as informações levantadas pelo SIVAM (no caso de aeronaves de traficantes, por exemplo) e disse que eles podem receber ajuda do Brasil em caso de crises. Os gastos com a Força Aérea, com aviões-caça novos e reequipados, aeronaves de transporte e helicópteros se enquadram na nova estratégia. Mas a compra recente de tanques de segunda mão da América e da Bélgica não asseguraria aprovação se a revisão da defesa se tivesse completado mais cedo; assim como a compra, no ano passado, de um *Foch* - um antigo avião de carga francês (por apenas 12 milhões de dólares, é verdade, mas os reparos custarão muito mais).

As propostas de novos papéis para as Forças Armadas fazem sentido. O Exército já se voltou para o norte, longe da fronteira com a Argentina. E agora o Brasil consulta regularmente seus parceiros no MERCOSUL a respeito de assuntos de defesa. Mas a revisão deve levantar algumas questões. Deveriam as Forças Armadas realmente começar a caçar traficantes de drogas ou isso invadiria a responsabilidade da polícia, infringindo assim a Constituição? E até que ponto a manutenção da paz regional não interfere nos assuntos de outros países?

Por outro lado, se o Brasil fala sério a respeito de liderança regional, por que não atendeu aos pedidos de socorro do Governo da Colômbia em sua luta contra as guerrilhas e traficantes de drogas? Ao invés disso, o Brasil rejeitou o pedido da Colômbia de utilizar pistas de pouso de emergên-

cia brasileiras porque isto seria *tomar partido* na política de um país vizinho.

A resposta, dizem os oficiais brasileiros, é que as Forças Armadas, mais do que os políticos, estão apreensivas diante do auxílio americano à Colômbia. As Forças Armadas são especialmente sensíveis em relação ao que é visto por elas como os projetos americanos para a Amazônia. Apesar de bem-vinda, a revisão talvez não alcance um entendimento perfeito entre a ambição da política externa e o temperamento militar.

Matéria não assinada extraída do *The Economist*, edição do período de 17 de janeiro a 2 de fevereiro de 2001, traduzida por Isadora Ferreira da Veiga.

## SAMBA DO PETRÓLEO E DOS PEIXES DOIDOS

O Brasil é o mais novo eldorado da indústria do petróleo.

Com a quebra do monopólio da Petrobras, nosso leito marinho foi loteado entre mais de trinta empresas que conduzem atividades de prospecção, extração e produção do ouro negro e seus derivados. Um terço de todos os navios de pesquisa sísmica do mundo trabalha hoje no mapeamento das reservas da costa brasileira. O trabalho segue nas dezenas de plataformas de perfuração e é finalizado pelas centenas de plataformas de extração e produção.

O crescimento dessa indústria no País traz benefícios óbvios: a geração de empregos, os *royalties* que modernizam municípios antes esquecidos e o aquecimento do mercado de serviços relacionados.

A indústria naval que o diga. Também cresce nossa esperança de alcançar a tão sonhada autonomia no atendimento ao mercado interno. Do ponto de vista ambiental, no entanto, certos aspectos negativos desse crescimento vertiginoso têm passado despercebidos. Há os riscos inerentes a esse tipo de atividade, como por exemplo o de vazamento de substâncias tóxicas. Outros riscos, não menos relevantes, sequer são abordados por nossas leis ambientais. São duas as questões principais: a pesca realizada ao redor das plataformas e a introdução de espécies exóticas trazidas por essas plataformas.

Para julgar essas questões, precisamos compreender que estruturas como as plataformas de petróleo modificam profundamente o ambiente marinho ao seu redor – elas atraem uma grande variedade de organismos. Algas, cracas, mexilhões, esponjas e corais se fixam em seus pilares; enquanto lulas, peixes e aves desfrutam o alimento e o abrigo oferecidos. Por isso, as plataformas estão entre os melhores pesqueiros. Ali circulam cardumes de dourados, bonitos, atuns e diversos outros peixes de alto valor comercial.

No entanto, para a indústria do petróleo, a presença de barcos pesqueiros nas proximidades de suas plataformas é uma ameaça à eficiência de suas caríssimas atividades em curso. Assim, muitas vezes esses barcos são vigorosamente enxotados pelos navios de apoio dessas plataformas.

Mas será então que barcos de pesca não podem explorar um recurso que agora vive justamente ao redor dessas plataformas? Será que está correto que um comandante inglês use a força para impedir que pescadores brasileiros retirem seu sus-

tento de um recurso que está dentro dos limites das 200 milhas de nossa zona econômica exclusiva? Onde estão os mecanismos legais que garantam esse direito aos nossos pescadores? Onde estão estabelecidas as punições para o uso da força na resolução desse conflito? Ou serão as benesses econômicas trazidas pela indústria do petróleo suficientes para desprezarmos essas questões?

Como se não bastasse, um outro presente de grego que silenciosamente aceitamos da indústria do petróleo é a introdução de espécies exóticas em nosso litoral. Hoje em dia quem pratica mergulho na costa do Rio de Janeiro tem o privilégio de deparar-se com peixes e corais naturais do Oceano Pacífico, que descaracterizam os nossos ambientes recifais e extinguem espécies endêmicas daqui. O absurdo é tamanho que simplesmente não há uma única linha em nossas leis ambientais que obrigue que plataformas flutuantes trazidas de outras regiões do globo tenham suas coberturas biológicas vistoriadas antes de que aqui se estabeleçam. Uma plataforma flutuante fabricada em Taiwan não pode simplesmente cruzar os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico e iniciar suas atividades no Brasil. Terá de ter sua porção submersa vistoriada por mergulhadores e, se for o caso, raspada em alto-mar. Do contrário, corre-se o risco de que um mexilhão chinês tóxico tome conta dos costões rochosos de todo o Brasil, contamine fazendas marinhas e nos obrigue a importar esse produto da Europa.

A quem está pensando que isso é conversa de *ecolouco*, basta lembrar que o Governo americano gasta milhões de dólares anualmente para controlar uma úni-

ca espécie de peixe introduzida nos Grandes Lagos ou que países europeus gastam outros milhões na tentativa desesperada de erradicar uma única alga acidentalmente introduzida no Mediterrâneo.

No Brasil, já basta que os índios vistam *short* Adidas ou que as atrações internacionais sempre fechem as noites dos Rock in Rios da vida. Chega de descobrirmos maneiras de nos curvamos ao deus da globalização-em-mão-única. Ou então vamos permitir que nosso leito marinho se transforme num grande samba do crioulo doido, cujo som já não mais reconhecemos e o qual nossos próprios pescadores não podem mais desfrutar.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 9.2.2001, assinado por Ricardo Zaluar Passos Guimarães, diretor da *Biodiversa*.

## ÊNFASE GEOPOLÍTICA: SUL E NORTE

A inserção do Brasil na comunidade da América do Sul das primeiras décadas do século XXI ocorrerá em função de parâmetros temáticos enfatizados em graus distintos no que tange às várias regiões vizinhas.

No tocante aos países da Bolívia para o sul, em particular a Argentina, a locomotiva da inserção será (já está sendo) a economia, com seu instrumento institucional, o MERCOSUL. O encaminhamento correto desse eixo temático induzirá naturalmente corolários associativos sociais (educação, migração, trabalho e segurança), de segurança (proteção de interesses comuns, controle cooperativo de ilicitudes e idéias comuns sobre segurança

regional no cenário global) e talvez até mesmo uma visão básica compartilhada de política externa *vis-à-vis* do mundo.

De seu sucesso depende o grau de participação ativa da América do Sul (MERCOSUL ampliado) nas ordens global e hemisférica (ALCA). Sucesso que, por sua vez, depende de complexa conciliação de interesses nacionais, obstaculizada pelos resíduos culturais da rivalidade histórica, que não transparecem nas deliberações formais mas inflacionam psicossocialmente as dificuldades. Cabe ao Brasil conduzir-se com cuidado para que os efeitos de seu peso relativo não sejam interpretados como a serviço de intenção hegemônica – idéia veiculada por anacrônicos remanescentes do antilusitano-brasileirismo, que parecem preferir a tutela dos Estados Unidos à associação com o Brasil (é diferente o caso do Chile, aparentemente pretendente a ser na América do Sul o parceiro dos EUA que o Japão é na Ásia, onde a China é o *peso pesado*).

Passemos à Amazônia – região crítica, nossa e dos outros países amazônicos, na ordem do século XXI; nela é a segurança o grande denominador comum da aritmética geopolítica. Não se trata de ameaça militar direta com ocupação (problema no cenário geofísico da região), substituível por penalizações restritivas ou estímulos político-econômico-financeiros (selo verde, financiamentos condicionados, apoio material etc.). Trata-se de usar com segurança o potencial amazônico, protegendo sua biodiversidade (e controlando a biotecnologia decorrente), respeitando padrões racionais de sustentabilidade, impedindo a ilicitude epidêmica (drogas, por exemplo) etc. Uma área com-

plexa é a dos povos indígenas, cuja natural assimilação é contestada não nas selvas, mas em São Paulo, Rio, Brasília, Londres, Amsterdam e Paris. O associativismo regional (tratados, acordos de cooperação) deve atentar para esse entendimento da expressão segurança, em que a dimensão militar é necessária para apoio e para dissuadir e controlar o que transcende o âmbito policial, mas com moderada preocupação bélica clássica. Bem conduzido, ele ajudará a questão econômica e, portanto, a sul-americanização do MERCOSUL (no sentido inverso ao aventado para a Região Sul, onde a economia induz segurança), dentro do respeito à visão do mundo – a sentada, não estereotipada, fundamentalista, preconceituosa ou ignorante.

Acontece aí o potencial de contribuição de instrumentos institucionais e técnico-operacionais de sensoramento, controle e desencadeamento de reação, como é o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia, que irá coletar, processar e disseminar informações em tempo real sobre vôos, meteorologia, nível e qualidade das águas, uso do solo e das águas, meio ambiente, (des) respeito a áreas indígenas e/ou de preservação, dados de utilidade científica etc. Infelizmente, ainda não está seguro o preparo (material humano e da sistemática de funcionamento) do seu uso pela clientela que justifica sua existência, o chamado Sistema de Proteção da Amazônia que, expandido aos países vizinhos (expansão disciplinada por conveniências nacionais de reserva ou confidencialidade), poderia ser instrumento funcional de um abrangente tratado regional. E não está por motivos que misturam nossas habituais ciúmeiras institucionais, dificuldades financeiras e

incompreensões técnico-operacionais. Resultado: ao invés do *escândalo do SIVAM*, que não houve, podemos vir a ter o do seu uso aquém de seu potencial. Se isso acontecer, será prejudicada a credibilidade do Brasil como propulsor do encaminhamento do controle regional compartilhado da Amazônia – o que fragiliza a resposta às acusações de incapacidade regional para exercer criteriosamente o domínio e posse da região.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 24.1.2001, assinado pelo Almirante-de-Esquadra Mário Cesar Flores.

#### POLÍTICA EXTERNA EQUIVOCADA?

**E** stá na moda escrever que o Brasil não tem política externa e culpa-se o Itamaraty por isso. Em verdade, o papel do Ministério das Relações Exteriores é apenas de planejar e formular, submetendo sugestões ao Presidente da República. Se a proposta não é aceita, ela morre no Planalto, sem culpa do Itamaraty, que, afinal de contas, se limita a executar o que lhe ordena o presidente. Seja como for, a margem de manobra diplomática do Brasil continua muito estreita.

Em suas críticas ao Itamaraty, a mídia se vale, por vezes, de opiniões de analistas políticos e professores universitários sem a indispensável vivência do dia-a-dia da diplomacia. É muito fácil imaginar críticas ásperas à política externa, a contemplar os jardins de um belo *campus* universitário.

Tivemos no passado alguns períodos de política bastante independente, como por exemplo na época da Operação Pan-

Americana, de Juscelino Kubitschek, que acabou indiretamente redundando na criação do BID e da Aliança para o Progresso. Já a promissora *política externa independente* de Jânio Quadros e João Goulart foi mal manejada. No entanto, durante o regime militar, tivemos a surpreendente implementação de muitas daquelas metas da *política externa independente*.

Os militares deram quase completa autonomia ao Itamaraty, e até o indigesto acordo militar com os EUA foi denunciado unilateralmente pelo governo Geisel. A política externa dos chanceleres Gibson Barbosa, Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro foi muito mais arrojada e autônoma do que a de seus sucessores.

Novidade mesmo é a política externa que FHC vem tentando realizar, com êxito por vezes duvidoso, apesar do seu carisma pessoal e preparo intelectual. O curioso é que ele assumiu a presidência com viés esquerdizante, derivando depois para o centro. Seu antecessor Itamar Franco havia ido mais longe, assumindo a defesa de Fidel Castro em conferências interamericanas. E os Estados Unidos da América têm uma política externa coerente? As guerras do Golfo e de Kosovo foram acertos diplomáticos?

O que se poderá dizer é que cometemos alguns erros diplomáticos, tais como contribuir com US\$ 400 milhões para ajudar empresa brasileira a construir represa na China, ou enviar tropas para Angola e Timor, só para agradar às Nações Unidas, em busca de um duvidoso lugar permanente no Conselho de Segurança. A recente viagem presidencial ao Oriente, para levar auxílio ao Timor Leste, pode até ser considerada um acinte aos sofridos nor-

destinos, que estão enfrentando forte seca no momento.

Entretanto, no que concerne às diretrizes principais – a luta tenaz pelo sucesso do MERCOSUL, o combate persistente em favor dos interesses brasileiros na Organização Mundial do Comércio e o esforço pelo adiamento da ALCA – nisso o Itamaraty e o presidente estão absolutamente certos. É de se esperar que o douto chanceler Celso Lafer, com boa vivência nos foros multilaterais, receba suficiente liberdade de ação.

Em recente entrevista a jornal paulistano, o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia comentou que o Brasil tinha *uma política externa muito principista, voltada para a visão do Itamaraty, mais do que para a sociedade brasileira*. Não ficou clara essa distinção, pois sou a favor de princípios, desde que eles sejam da conveniência do Brasil. É verdade que os fatos internacionais evoluíram e novos conceitos foram aceitos, divergindo de diretrizes anteriores.

Esclareceu ele que *continuamos a ter como tônica a não intervenção, mas não podemos recusar a idéia de que, em certas situações, nem tudo possa ser tratado como problemas internos, que não nos concernem*.

No entanto, recentemente, na OEA, quando os EUA quiseram intervir nas tumultuadas eleições peruanas, os países latino-americanos, incluindo o Brasil, recusaram-se a autorizar.

Ponderou ainda Lampreia que *não precisamos estar proclamando nossa liderança para tê-la*, e que ela significa *encargos e preços a pagar*. Comentando as crises sucessivas do MERCOSUL, afirmou: *Não devemos enveredar pelo caminho*

*institucional, pois o MERCOSUL ainda é uma proposta limitada, parcial e incompleta. Considera que a ALCA não tem um quadro definitivo e ela pode vir a ser atracente para o Brasil, se houver realmente acesso preferencial de nossos produtos aos EUA. O jornal colocou amável manchete na entrevista: Seis anos que revolucionaram a política externa - seis anos que valem por sessenta...*

O que se pode pedir agora à opinião pública brasileira e, sobretudo, ao presidente é que confie na experiência do Itamaraty na luta pelos melhores interesses do Brasil. Nestes tempos áduos, com os EUA atuando como agressiva potência mundial a serviço de seus objetivos comerciais, devemos agir com a maior cautela e sem demagogias.

Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 7.2.2001, assinada pelo diplomata Vasco Mariz.

## PORTAL DA AMÉRICA DO SUL

O Peru é o terceiro maior país da América do Sul, dividido em três grandes regiões: Costeira, Andes e Selva, a região amazônica. A Costeira, onde se localiza a capital, Lima, é a região mais desenvolvida com rede de estradas de norte a sul perfeitamente integradas no contexto de desenvolvimento global que hoje prevalece. A área dos Andes também está bem servida de estradas, algumas pavimentadas, outras apenas com cascalho. A parte da Selva é a mais extensa, porém a menos povoada. Sua espinha dorsal é o Rio Ucayali, com tráfego maior entre as cidades de Pucallpa e Iquitos. O Ucayali

deságua no Rio Amazonas, e daí se comunica com o mundo.

Pucallpa, que significa *terra vermelha* na língua dos antigos índios locais, foi planejada e criada no século XIX e contou, no início do seu desenvolvimento, com a imigração de cerca de dez mil colonos alemães. Encravada no meio da selva, suas ruas são quase todas de concreto e cheias de mototáxis, motocicletas adaptadas com bancos traseiros, tipo charretes, que se movimentam com maior facilidade pela área urbana e arredores.

A região de Pucallpa é um centro gerador de transporte e comunicação dentro do próprio Peru, dotada de uma rede de comunicação aérea que abrange mais de vinte cidades. Com uma população de trezentos mil habitantes divididos entre Pucallpa e os povoados ao redor, a cidade contribui para o desenvolvimento regional não só como ponto de passagem, mas como sítio gerador de riquezas. Se hoje a energia ali utilizada provém de termoelétrica, é possível que em futuro próximo, usadas as quedas d'água de Padre Abade, seja criada a primeira hidrelétrica da região.

Pucallpa guarda relação com o significado do Canal do Panamá quando de sua fundação. Observando-se o mapa da América do Sul, vê-se que sua posição é estratégica para o transporte entre o Brasil e vários países da América do Sul, como ponto de transferência de mercadorias por vias rodoviária e fluvial.

É uma região que produz de tudo: arroz, feijão, milho, café, açúcar e hortifrutigranjeiros, o que garante o abastecimento não só local mas de extensas áreas vizinhas. Para o Acre, que hoje importa seus hortifrutigranjeiros de São Paulo, a

quatro mil quilômetros de distância, dispor de um portal a trezentos quilômetros, por rodovia asfaltada, seria extremamente vantajoso.

Por estar localizada no coração da Selva, Pucallpa é uma região propícia ao turismo, contando com recém-inaugurado aeroporto internacional com pista de 2.400m de extensão. O turismo ecológico vem-se desenvolvendo nos últimos anos e a construção do aeroporto mostra a intenção do Governo peruano de acelerar o desenvolvimento da região. É de pensar que em futuro bem próximo tenhamos vôos turísticos de Lima a Iquitos, com escalas em Pucallpa e Cruzeiro do Sul. Serão possíveis também vôos de Pucallpa para Rio Branco e Manaus.

Com o asfaltamento da estrada que liga Pucallpa a Cruzeiro do Sul, estabeleceremos a abertura de um portal não virtual, mas efetivo, entre o Brasil e suas exportações para a América Latina e também o Extremo Oriente, através do porto de Callao.

Dessa forma, será possível o transporte de soja através de Pucallpa e pela Rodovia do Peru até Lima e, na operação de retorno, o transporte de fosfato do Peru para a região Centro-Oeste, a Amazônia e o sul do País. O Brasil importa hoje US\$ 600 milhões anuais de fosfato do Marrocos. Garantida a exportação de soja e a importação de fosfato, estará garantida a viabilização do transporte de ida e volta.

Além de região com imenso potencial econômico turístico, Pucallpa é área de exploração petrolífera. No futuro, poderá ser construído um oleoduto ligando Pucallpa ao Estado do Acre. A partir da construção e do asfaltamento da estrada,

seria extremamente mais fácil a construção, exploração e manutenção do oleoduto, que traria produtos petrolíferos peruanos para abastecimento e consumo da Amazônia. Hoje, a única refinaria brasileira na região localiza-se em Manaus, de onde o transporte de produtos, em balsas, até o Acre, leva em torno de trinta dias.

O Governo brasileiro procura fazer a sua parte, asfaltando este ano a BR 364, desde Assis Brasil até a fronteira com o Peru, dentro do Programa Avança, Brasil. É necessário que o Governo peruano faça a dele, promovendo a abertura e o asfaltamento da estrada entre Pucallpa e a fronteira com o Brasil, a 120 quilômetros. O ideal é que essas estradas se encontrem agora no início do século, inaugurando-se assim o efetivo portal para a América do Sul.

Com o avanço nas duas frentes de trabalho haverá maior intercâmbio comercial já durante a obra, permitindo-se assim acelerar e antecipar prazos de construção, promovendo-se a integração econômica, geográfica e turística entre Brasil e Peru, por via rodoviária, através de Pucallpa.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 5.1.2001, assinado pelo advogado e consultor de Comércio Exterior, Renato Kamp.

## OS AMERICANOS A BUSH: NÃO ISOLE O BRASIL

O vetusto palacete do *Council on Foreign Relations* (Conselho de Relações Exteriores) deu três presentes ao Brasil. Primeiro, uma aula de racionalidade diplomática. Depois, um exemplo de como um país (os Estados Uni-

dos) trabalha para defender os seus interesses nacionais. Finalmente, uma demonstração da capacidade do seu andar de cima de sentar-se e trabalhar para entender o pensamento dos outros e expressar o seu.

Um grupo de trabalho que se reuniu no Conselho ao longo de um ano e meio divulgou um longo memorando e uma carta ao Presidente George Bush. Sugeriu-lhe que preste mais atenção ao Brasil, que não procure atropelar os seus interesses e que procure redefinir o tipo de relação ambígua que os dois países vêm mantendo. Diz coisas assim:

*O Brasil precisa comerciar mais, não menos. O mercado americano é o seu maior objetivo. O fracasso do Brasil na expansão do seu comércio é um dos problemas centrais de sua atual política. Se um acordo com o Brasil e o MERCOSUL vier a fracassar, provavelmente os Estados Unidos vão buscar acordos bilaterais de livre comércio, como o que estão negociando com o Chile. Como a região também está-se movendo na direção de uma maior dolarização, o Brasil corre o risco de se ver isolado.*

Primeiro eles listam o que há por cá. Quatro exemplos capazes de surpreender alguns brasileiros:

1) Entre 1991 e 1999 as exportações americanas dobraram e hoje estão em US\$ 13 bilhões (magnífico negócio).

2) A economia brasileira é do tamanho da chinesa, duas vezes maior que a russa ou a indiana.

3) O Brasil é o segundo mercado mundial de telefones celulares e máquinas de fax, o terceiro de refrigerantes, o quarto de geladeiras e o quinto de discos.

4) Mais de 40% dos usuários da internet da América Latina estão no Brasil.

Esse magnífico mercado está ameaçado por desinteresse, oportunismo e mesquinha dos Estados Unidos. Nas palavras do grupo de trabalho bem mais elegantes: *A falta de uma agenda clara para o médio prazo, a relação dos EUA com o Brasil tem sido definida por grupos de interesse americanos (suco de laranja, aço etc.). Isso envenena o conjunto da relação.*

Até as xícaras do Itamaraty sabem que os Estados Unidos vêm fritando o Brasil. Ora o ignoram, ora o isolam nas negociações comerciais e até mesmo políticas. Por cá se faz de conta que não há nada disso. Felizmente, o alerta veio de lá.

A carta a Bush e o memorando foram preparados por um grupo de trabalho formado por 21 professores, empresários e interessados em toda sorte de assuntos de Pindorama. Redigiram um documento cujos momentos de argúcia histórica trazem as impressões digitais do historiador Kenneth Maxwell, diretor do programa latino-americano do Conselho. É o autor do clássico *A Devassa da Devassa*, o melhor trabalho já escrito sobre a Inconfidência Mineira.

Coisa parecida, o andar de cima brasileiro é rigorosamente incapaz de produzir. Imagine-se um sócio de um dos maiores escritórios de advocacia de Nova York, cinco professores, um ex-embaixador e uma ex-vice-presidente do BID trabalhando sistematicamente para recomendar uma política ao presidente brasileiro...

Primeiro, eles não se reúnem. Se o fizerem não têm coragem de sugerir que o Governo vai na direção errada. Se tiverem a coragem, serão amaldiçoados pelo ofidiário do Planalto. Sempre que 21 pessoas do an-



dar de cima se reúnem sistematicamente por um ano e meio, a *Viúva* esconde a bolsa.

É constrangedor ver um grupo de americanos defendendo uma nova relação dos Estados Unidos com o Brasil sem patriotadas, no interesse deles. Circunstanacialmente, também no interesse do Brasil, ameaçado por um rolo compressor a serviço da ALCA. Um dos destinatários do memorando é Robert Zoellick, o encarregado das negociações comerciais americanas. Foi ele quem insinuou uma ameaça para quem quiser se acautelar com a ALCA: *Aqueles que não quiserem negociar serão deixados para trás*. Quando esse rapaz disse uma sucessão de indelicadezas numa sessão do Senado americano, nenhum brasileiro lhe respondeu. Não se pediria que o Itamaraty o fizesse, mas pelo menos um vereador. Nada. Foi preciso que a resposta à sua argumentação troglodita saísse de um grupo de especialistas reunidos no palacete da Park Avenue, numa das mais respeitáveis instituições da elite americana.

(Na íntegra, o documento tem 33 mil palavras. Equivale a oito artigos do tamanho deste. A leitura é agradável. Em inglês, ela está na página do *Council on Foreign Relations*: [http://www.cfr.org/p/pubs/Brazil\\_TaskForce.html](http://www.cfr.org/p/pubs/Brazil_TaskForce.html).)

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 14.2.2001, assinado pelo colunista Elio Gaspari.

## TRÊS DESAFIOS

**T**rês graves desafios estará enfrentando o Brasil neste novo século: manutenção da unidade territorial, crescimento populacional e mercado de trabalho.

Ainda que aparente ser período dilatado, refratário a planejamento, cem anos representam pouco mais do que um momento na vida de qualquer nação e breve trecho na acidentada História da humanidade.

O século anterior conheceu profundas transformações e tudo se passou com rapidez cinematográfica. Para ficarmos na esfera de fenômenos hoje triviais, lembrem-se telefonia e telecomunicações, transportes viários, rodoviários e aéreos, continentais e intercontinentais, televisão, plásticos, anestésicos, vacinas, antibióticos, todos recentes e vulgarizados nas últimas décadas. Pertencem também a esse período duas guerras mundiais e várias outras localizadas, a energia atômica, a força do operariado, a ascensão e o declínio das entidades sindicais, a multiplicação dos partidos políticos, as explorações espaciais, as organizações não governamentais e - aquele citado por Ortega Y Gasset como o mais significativo da vida contemporânea - a presença por toda parte de grandes massas humanas: a revolução das massas.

O nosso país ingressou no século XX dentro do regime republicano, tendo os limites externos definidos e estabilizados. Algumas disputas de fronteiras foram resolvidas pela ação de aventureiros, esparsos tiroteios, escaramuças, negociações e sobretudo arbitragens. Nesse mesmo século modificava-se a todo instante a geografia política na Europa, Ásia e África: países surgindo e desaparecendo, alianças militares dando lugar a uniões e blocos de interesses econômicos superiores a valores nacionais.

A História vem revelando que em economia e política nada há de definitivo, ensinando-nos a tomar precauções contra pretensões de todos os tipos. A invejável unidade política e territorial con-

quistada e preservada há quinhentos anos pode ser eventualmente contestada em nome de alardeadas exigências internacionais de preservação do meio ambiente, cabendo-nos antecipar medidas de defesa dos nossos mais cobiçados ecossistemas. Este é o primeiro grande desafio.

O segundo prende-se à questão populacional. Em cem anos o Brasil observou, despreocupado, multiplicar-se por dez o número de habitantes. Éramos 17 milhões na passagem do século XIX para o século XX, com absoluto predomínio da população rural. Em 1950 alcançamos a marca de 50 milhões. Ultrapassamos 170 milhões no início do século XXI. Em hipótese alguma poderemos manter o mesmo ritmo de crescimento e a compactação demográfica nas capitais e grandes cidades.

De acordo com projeções realizadas pelo IBGE, em 2020 o número de habitantes chegará a 208 milhões. Confirmando-se a tendência de crescimento, embora com taxa de natalidade levemente declinante, no ano 2050 seremos mais de 310 milhões, e no final do século aproximadamente 385 milhões de brasileiros.

A pergunta que se faz é se, dentro do panorama econômico mundial extremamente competitivo e globalizado, o Brasil se livrará do subdesenvolvimento, conseguindo e sustentando taxas de evolução econômica capazes de oferecer trabalho qualificado e renda a mais de 200 milhões de pessoas. Aqui se encontra o terceiro secular desafio.

Não obstante fantásticos resultados obtidos na pesquisa científica e em processos produtivos, o homem tem-se revelado impotente para eliminar problemas de pobreza, especialmente em regiões como América Central, América do Sul, África,

Ásia, Índia. Pelo contrário. Entre 25 países relacionados como de economia de alta renda pelo Banco Mundial, nenhum há sul ou centro-americano e africano. Com população superior a cem milhões de habitantes, apenas Estados Unidos e Japão, este último com graves problemas de espaço. O Brasil é penúltimo colocado entre países de rendimentos na faixa média alta, a Indonésia se coloca muito mal como país de renda média baixa, a Índia ocupa péssimo lugar como país de baixa renda, o mesmo ocorrendo com China e Paquistão.

O crescimento populacional acelerado e descontrolado nada tem de positivo, como demonstram todos os estudos de geografia humana. Compete aos futuros governantes não incidir nos erros de antigos dirigentes que se omitiram ou abordaram o tema com a timidez da irresponsabilidade.

Na idade da tecnologia da informática, quando todos procuram ganhar mercados externos racionalizando e intensificando a produção e reduzindo custos, não vejo o Brasil conseguindo fazer com que a procura e a valorização da mão-de-obra cresçam na velocidade com que aumenta a população.

Além desses três desafios – integridade territorial, crescimento populacional e mercado de trabalho –, outros assumem relevância praticamente idêntica e estão ligados à capacidade do Estado de alcançar sucesso nas tarefas típicas de governo: educação, saúde, segurança, transporte, meio ambiente.

Ao ingressar no século XXI, o panorama em relação a qualquer deles não é animador, mas, de todo modo, aparentemente conseguiu-se aquilo que se presumia impossível: restabelecer o regime de-

mocrático, controlar a inflação e imprimir estabilidade à moeda.

Resta confiar na competência, obstinação, sensibilidade e coragem dos próximos governos, sem o que as gerações vindouras, dos nossos netos, bisnetos e seus descendentes, conhecerão dias muito, mas muito mais difíceis dos que os atuais.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 22.2.2001, assinado pelo Presidente do TST, Almir Pazzianotto Pinto.

## CORRENDO COM OS LOBOS

O episódio da brutal retaliação promovida pelo Canadá, impondo um agressivo e descabido embargo à carne brasileira, expõe, em toda a sua crueza, a grave questão da dependência tecnológica, como cultura difundida pelas economias centrais ou ricas e incorporada às atitudes dos próprios países periféricos ou pobres, que, por vezes, nem se dão conta de que estão aceitando, praticando e até fazendo o seu jogo, ao invés de se empenhar em rejeitá-la, como condição indispensável para poder crescer. Por essa cultura, os países periféricos devem ser sempre fornecedores de produtos agrícolas, no máximo algumas matérias-primas minerais e industriais. As tecnologias, seus produtos e inovações são assuntos para os competentes, os ricos.

Desde a revolução industrial, ocorrida há mais de dois séculos na Europa, onde estavam os países mais ricos, geradores do conhecimento científico que deu base à tecnologia, acentuou-se a distância entre os países centrais e periféricos. E a superação desse fosso tornou-se difícil e

árdua. No século XIX, apenas os Estados Unidos conseguiram vencer a barreira, graças, essencialmente, à inventividade dos seus empreendedores que transformaram as descobertas européias em produtos como lâmpadas, telefones, motores/geradores de indução, entre tantos outros.

Muitas dessas inovações geraram empreendimentos presentes até os dias de hoje, como a GE, de Edison, a Bell, a Westinghouse e outras, e transformaram os Estados Unidos na maior economia do mundo ainda antes do fim do século XIX. Assim, o enriquecimento americano foi uma demonstração, cabal, de que o poder da economia depende menos dos conhecimentos que diretamente produz e mais, muito mais, da sua competência em utilizar os conhecimentos existentes para a competitividade.

No século XX recém-findo, um único país, o Japão, repetindo a experiência americana, também enriqueceu pela inovação, tornando-se a segunda economia do mundo, e a de mais elevada renda *per capita*, entre os países populosos. Alguns dos seus empreendimentos, como a Sony, viraram ícones desse processo inovativo.

Mais recentemente, no último terço do século, foi a vez de Coréia mostrar que fez a sua lição de casa. Sem nada descobrir, pois nem tinha ciência, soube usar a sua criatividade para inovar desde fornos de microondas, CD *players* e monitores de PC aos celulares com internet, que, segundo se diz, terão tecnologia predominantemente Samsung, que em 1999 assumiu o quarto lugar em patentes no mercado americano.

Que resultado isso trouxe para o seu povo? Os coreanos usufruem uma renda *per capita* de US\$ 11 mil, três vezes maior do que a nossa, e com uma distribuição muito

mais justa, que muito nos agradaria fosse uma realidade entre nós. Mas outros países menos evidentes também cresceram pela via das próprias inovações, como Taiwan. E o resultado também foi mais renda e a distribuição mais justa dos seus frutos.

O que nos ensinou a História? Que, num sistema que se alimenta crucialmente dos avanços tecnológicos e tem um mercado globalizado, só há um caminho de vencer o fosso entre a pobreza e a distribuição injusta e o estado de crescimento sustentado que poderá aplacar a injustiça social. Esse caminho é o das inovações próprias.

Pois foi isso mesmo que fez a Embraer, pelas mãos de um empreendedor, digno na tradição de Santos Dumont, que nos orgulha porque acreditou na criatividade do brasileiro: Ozires Silva. Desde o início, a Embraer inovou com os próprios cérebros. Antes foram o *Xavante*, o *Bandeirante*, o *Brasília* e, posteriormente, o ERJ-145 que hoje ganha o mundo. Com o último avião, a empresa tornou-se o terceiro maior fabricante, atrás apenas das gigantes Aerobus e Boeing. Representa sozinha 5% das exportações brasileiras, gera lucro e tem 11 mil empregados qualificados. Mas não vai parar, pois inovar é preciso. Já anuncia a apresentação no fim do ano do produto mais novo: o ERJ-170, de setenta lugares, que nasce já com mais de 220 unidades encomendadas.

Ora, isso é tudo o que contraria a cultura da dependência tecnológica. A inovação não é para nós. Se formos aplicados e bem-comportados, poderemos, no máximo, ganhar o direito de pesquisar novas idéias, contribuindo para a ciência. Mas desde que sigamos o mandamento dos donos das tecnologias: as tuas idéias, geradas com recursos do teu povo, publicarás em *papers*

nos nossos *journals*, para que tenham aceitação científica e te cubram de glórias efêmeras, e nós teremos a abnegação de usá-las nas inovações, que não dão prestígio, apenas o vil metal (o nosso *paper*, que identificou o Captopril na jararaca, virou Capoten e bilhões de dólares para a Squibb).

Essa cultura, que se limita a gerar artigos e não patentes, é comum aos países da América Latina, África e muitos asiáticos, coincidentemente, todos pobres, injustos e sem tecnologia própria. É a cultura dos dependentes tecnológicos: pagam licenças de patentes aos ricos, mas não podem competir no mercado globalizado, pois nunca têm a última inovação, que, obviamente, fica reservada à matriz. Até 1992 pagávamos pouco mais de US\$ 200 milhões. A partir de 1997, passamos a US\$ 2 bilhões anuais.

O que precisamos é ter o descortino de fomentar o surgimento de vinte ou mais Embraers, uma para cada setor. Não que fosse tornar o caminho mais fácil, pois a cada novo produto disputando a liderança no mercado iria aparecer uma outra Bombardier - e o seu governo a proibir o café, porque estaria atacado pelo besouro louco, ou a soja, possivelmente infestada pela lagarta mórbida, ou até mesmo o aço, presumivelmente contaminado por degenerescência inter-cristalina maligna. Tudo isso faz lembrar a velha fábula que Esopo já contava na Grécia clássica: o cordeiro e o lobo. Formar uma indústria inovadora capaz de competir com eficiência significa correr com os lobos. Coréia e Taiwan já o fizeram. A China está aprendendo a fazer. E nós?

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 20.2.2001, assinado pelo Professor Roberto Nicolsky.

# Índice Remissivo

janeiro a dezembro de 2000



## TÍTULOS<sup>1</sup>

1ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE METRALHADORAS ANTIAÉREAS - Ferreira, José Caetano, nº 787, p. 128 e 129.

ABISMO DA DESESPERANÇA, O - Rocha, Paulo Corrêa da, nº 786, p. 170 e 171.

AÇÃO DE D. JOÃO VI NO BRASIL, A - Carvalho, L. P. Macedo, nº 787, p. 11 a 23.

ADEUS A MACAU - Costa, A. Gomes da, nº 787, p. 135 a 137.

ADEUS DO "DECLINISMO" - Campos, Roberto, nº 787, p. 153 e 154.

AGORA ESTÃO ESPERANDO O ELEFANTE - Chagas, Carlos, nº 786, p. 172 e 173.

AMAZÔNIA, 500 ANOS DE COBIÇA - Santos, Jorge Calvário dos, nº 788, p. 98 a 119.

AMAZÔNIA, MÍDIA E DESINFORMAÇÃO - Ribeiro, Osmar José de Barros, nº 788, p. 153 a 156.

AMÉRICA LATINA OU IBERO-AMÉRICA? - Cambeses Júnior, Manuel, nº 786, p. 144 e 145.

ANTONIO CARLOS MURICY, GENERAL, 93 - (\*), nº 787, p. 129 e 130.

APRENDENDO A COMPETIR - Polancayk, Antonio José, nº 788, p. 169 e 170.

A PROPÓSITO DO 22 DE ABRIL DE 1500 - (\*), nº 786, p.1.

ARMAMENTO DAS FORTIFICAÇÕES, DO DESCOBRIMENTO À ÉPOCA POMBALINA, O - Costa, Sergio Paulo Muniz, nº 788, p. 120 a 127.

AUTOFAGIA MILITAR - Silva, Marco Antônio Felício da, nº 786, p. 151 a 153.

<sup>1</sup> O asterisco (\*) indica matéria não assinada.

- BRASIL E SUA ESTRATÉGIA, O - Meira Mattos, Carlos de, nº 788, p. 4 a 9.
- BRASIL NUNCA PERTENCEU AOS ÍNDIOS, O - Cavalcanti, Sandra, nº 787, p. 145 e 146.
- CANAL DO PANAMÁ JÁ NÃO É MAIS AQUELE - Robbins, Carla, nº 786, p. 168 a 170.
- CAPITAL E TRABALHO - Carlos, Newton, nº 787, p. 142 e 143.
- CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, A - (\*), nº 787, p. 158 a 176.
- CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, A (EDITORIAL) - (\*), nº 787, p.1.
- CARTAS DE BURTON, AS - Leonzo, Nancy, nº 787, p. 138 a 140.
- CAXIAS E A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA - Bento, Claudio Moreira, nº 788, p. 150 a 153.
- CENTENÁRIO DO TIRO NACIONAL - Queiroz, Jorge Tadeu, nº 786, p. 142 a 144.
- CHEGANDO AO LIMITE - Campos, Roberto, nº 786, p. 165 a 167.
- CIENTISTAS AMERICANOS E EUROPEUS DESMISTIFICAM TESES FALSAS SOBRE A AMAZÔNIA - Meira Mattos, Carlos de, nº 788, p. 158 e 159.
- CONEXÃO ENTRE MILITARES E A MÍDIA: PARA MELHOR E PARA PIOR, A - Willey, Barrey E., nº 786, p. 60 a 69.
- CONTRA-REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO: A PREPARAÇÃO E O LEVANTE ARMADO, A - Denys, Rubens Bayma, nº 786, nº 21 a 34.
- DESAFIO DAS ÁGUAS, O - Sarney Filho, José, nº 787, p. 150 a 152.
- DESCOBRIMENTO DO BRASIL: ACASO OU INTENCIONALIDADE?, O - Soriano Neto, Manoel, nº 786, p. 4 a 10.
- DESDESCOBRIMENTO, O - Flores, Mário Cesar, nº 787, p. 154 e 155.
- DIREITOS HUMANOS E SOBERANIA - Santos, Luiz Wenceslau Mangeon dos e Santos, Gustavo Weber dos, nº 786, p. 134 a 138.
- DISSUAÇÃO ESTRATÉGICA NA CONJUNTURA MUNDIAL, A - Meira Mattos, Carlos de, nº 786, p. 125 a 127.
- DÍVIDA DE HONRA, UMA - Muniz, Petrônio R. G., nº 786, p. 127 a 129.
- EM BUSCA DO PRÍNCIPE ENCANTADO - Pedreira, Fernando, nº 788, p. 174 e 175.
- EM TORNO DOS 500 ANOS - Costa, A. Gomes da, nº 787, p. 132 a 134.
- EMERGÊNCIAS E BIOTECNOLOGIA - Valle, Sylvio, nº 786, p. 167 e 168.
- ENERGIA NUCLEAR: PROBLEMAS - Lopes, José Leite e Carvalho, Joaquim Francisco de, nº 786, p. 161 a 163.
- ENTRE A BOMBACHA E A CAMISA NEGRA - Bertonha, João Fábio, nº 788, p. 70 a 85.
- ESTADO-NAÇÃO, O - Cambeses Júnior, Manuel, nº 788, p. 156 e 157.
- ESTADO: APRECIACÃO SOB QUATRO ENFOQUES, O - Cambeses Júnior, Manuel, nº 786, p. 91 a 98.
- ESTRATÉGIAS DE GUERRA (PARA UM NOVO MINISTÉRIO DA DEFESA) - Almeida, Nelson Ó de, nº 786, p. 129 a 132.
- EUROPA: ENCRUZILHADA GEOPOLÍTICA - Castro, Therezinha de, nº 788, p. 10 a 23.
- EVERARDO ADOLFO BACKEUSER - ESCORSO BIOGRÁFICO E PENSAMENTO CIENTÍFICO - Soriano Neto, Manoel, nº 788, p. 161 a 163.
- EVOLUÇÃO BIOMOLECULAR, A - Garcia, Eloi de Souza, nº 787, p. 137 e 138.
- EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA NA IDADE MÉDIA, A - Mello, Nilson Vieira Ferreira de, nº 788, p. 86 a 97.

- EXCLUSÃO DA CLASSE MÉDIA - Lima Sobrinho, Barbosa, nº 788, p. 172 a 174.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS EM PERNAMBUCO E A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL, SÉCULOS XVII E XVIII, O - Silva, Kalina Vanderley Paiva da, nº 788, p. 132 a 139.
- EXPLORAÇÃO MINERAL E PIB - Cruz, Fernando F., nº 788, p. 170 a 172.
- FAÇAM SUAS APOSTAS - Dupas, Gilberto, nº 787, p. 143 a 145.
- FATOR GEOGRÁFICO NA FORMULAÇÃO DA GEOPOLÍTICA, O - Meira Mattos, Carlos de, nº 787, p. 114 a 117.
- FICÇÃO DE NOSSOS AVÓS, A - Calife, Jorge Luiz, nº 786, p. 146 a 148.
- FORÇAS ARMADAS - O MITO DA CRISE DE IDENTIDADE - Castro, Sebastião José Ramos de, nº 787, p. 117 a 120.
- GAÚCHO, O - Soriano Neto, Manoel, nº 787, p. 106 a 113.
- GENERAL VÔ NGUYEN GIAP, UM MESTRE NA ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA (CONCLUSÃO) - Forjaz, Cláudio Ricardo Hehl, nº 786, p. 70 a 83.
- GEOESTRATÉGIA RUSSA NO CÁUCASO - Castro, Therezinha de, nº 786, p. 35 a 46.
- GILBERTO FREIRE, UM SÉCULO - Loulé, Antonio, nº 788, p. 161 a 163.
- GLOBALIZAÇÃO, A DEFESA NACIONAL E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO - Barrento, Antonio Eduardo Queiroz Martins, nº 786, p. 84 a 90.
- GUERRA DO PARAGUAI EM NÚMEROS, A - Boiteux, Nylson Reis, nº 788, p. 44 a 61.
- GUERRILHEIROS DE FESTIM - Bolsonaro, Jair, nº 786, p. 173 e 174.
- HÁ 500 ANOS - Quadros, Salomão, nº 787, p. 124.
- HINO NACIONAL E O HINO DA INDEPENDÊNCIA, O - Botelho, Caio Lóssio, nº 786, p. 132 a 134.
- HISTÓRIA MILITAR - PASSADO E FUTURO - Costa, Sérgio Paulo Muniz, nº 786, p. 11 a 20.
- HOMENAGEM: EM FUNERAL, ARMAS! - Carvalho, L. P. Macedo, nº 786, p. 122 a 124.
- HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO (EDITORIAL) - (\*), nº 788, p. 1.
- IHGB E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, O - Wehling, Arno, nº 788, p. 128 a 131.
- ÍNDICE REMISSIVO JANEIRO 1999 A DEZEMBRO 1999 - (\*), nº 787, p. 177 a 182.
- JUSTIÇA MILITAR NO BRASIL, A - Boiteux, Nylson Reis, nº 786, p. 99 a 121.
- JUSTIÇA SITIADA - Arruda, João Rodrigues, nº 787, p. 134 e 135.
- KOSOVO - A INTERVENÇÃO DA OTAN E A MISSÃO DE PAZ DA ONU - Aguilar, Sérgio Luiz Cruz, nº 787, p. 39 a 59.
- LONGO CAMINHO, UM - Utzeri, Fritz, nº 786, p. 150 e 151.
- MARCHA DA COLUNA MEIRA MATTOS, A - (\*), nº 787, p. 126 e 128.
- MARINHA MERCANTE, NOVO ERRO - Soares, José Celso de Macedo, nº 786, p. 156 a 158.
- MINISTÉRIO DA DEFESA, UMA TEORIA - Martins, Ives Gandra da Silva, nº 787, p. 149 e 150.
- MITO DE SALVADOR FORTALEZA FORTE, O - Oliveira, Mário Mendonça de, nº 788, p. 24 a 31.

- NÃO BASTA INVESTIR - Campos, Roberto, nº 788, p. 182 a 184.
- NO APAGAR DAS LUZES - Ricúpero, Rubens, nº 786, p. 158 a 160.
- NOVO CONFISCO, O - Lima Sobrinho, Barbosa, nº 786, p. 163 e 164.
- ORÇAMENTO DA DEFESA - Flores, Mário Cesar, nº 786, p. 153 e 154.
- PERDEU-SE O MARXISMO? - Campos, Roberto, nº 786, p. 154 a 156.
- PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR - Carvalho, L. P. Macedo, nº 786, p. 48 a 59.
- POVO NORTE-AMERICANO E O PODER MILITAR VISTOS SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, O - Tuchman, Barbara, nº 787, p. 24 a 38.
- QUE É FASCISMO? - Carvalho, Olavo de, nº 788, p. 175 a 177.
- QUE FORÇAS ARMADAS? - Flores, Mário Cesar, nº 788, p. 165 e 166.
- QUEM ATRASA A AMÉRICA LATINA? - Jorge, Miguel, nº 788, p. 184 a 186.
- QUEM GANHOU COM AS PRIVATIZAÇÕES? - Carvalho, Joaquim Francisco de, nº 787, p. 131 e 132.
- RAÍZES DO MARXISMO UNIVERSITÁRIO, AS - Rios, José Arthur, nº 787, p. 80 a 98.
- REARMAMENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO FINAL DA DÉCADA DE 1930, O - Forte, Hugo Guimarães Borges, nº 787, p. 60 a 79.
- REDE DA LIBERDADE - (\*) nº 787, p. 141 e 142.
- REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO E O PÓS-64 - Mello, Nilson Vieira Ferreira de, nº 787, p. 120 a 123.
- REFLEXÕES SOBRE OS MILITARES - Sarney, José, nº 788, p. 166 e 167.
- REFLEXOS DA APLICAÇÃO DA LEI NÚMERO 9.299, DE 07.08.96, EM CONFRONTO COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, OS - Farcioli, Angelo Fernando, nº 788, p. 141 a 149.
- REQUISIÇÃO - PROPOSTA DE UMA NOVA LEI - Viana, Jorge de Souza, nº 788, p. 32 a 43.
- REVER O PROCESSO NUCLEAR - Carvalho, Everton, nº 788, p. 181 e 182.
- REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 1964: A HISTÓRIA QUE NÃO SE APAGA NEM SE REESCREVE - (\*), nº 787, p. 124 a 126.
- SESQUICENTENÁRIO DA REVISTA MILITAR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS - (\*), nº 786, p. 146 e 147.
- SIDERURGIA E DESAFIOS - Soares, Rinaldo Campos, nº 788, p. 177 a 180.
- SURPRESA, PERPLEXIDADE E INDIGNAÇÃO - Friede, R. Reis, nº 786, p. 138 a 141.
- TIAR: NASCIMENTO VIDA E MORTE - Carvalho, L. P. Macedo, nº 788, p. 62 a 69.
- TIBIEZA NÃO RESOLVE - Silva, Noaldo Alves da, nº 788, p. 167 a 169.
- TIMOR LORO SAE - Castro, Therezinha de, nº 787, p. 4 a 10.
- VALEU A PENA? - Carlos, Newton, nº 786, p. 160 e 161.
- VARIAÇÕES EM TORNO DO TERMO "GLOBALIZAÇÃO" - Cambeses Júnior, Manuel, nº 787, p. 99 a 105.
- VIVA O 7 DE SETEMBRO. O QUE FOI FEITO DAS PROMESSAS PATRIÓTICAS DAS MARCHAS E HINOS? - Torres, Antônio, nº 788, p. 164 e 165.



ZONA FRANCA DA VIOLÊNCIA - Rabça,  
Carlos Alberto, nº 787, p. 155 a 157.

## AUTORES

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz - "Kosovo: Intervenção da OTAN e Missão de Paz da ONU" (nº 787, p. 39 a 59).
- ALMEIDA, Nelson do Ó de - "Estratégia de Guerra - para um Novo Ministério da Defesa" (nº 786, p. 129 a 132).
- BARRENTO, Antonio Eduardo Queiroz Martins - "Globalização, a Defesa Nacional e os Desafios da Comunicação" (nº 786, p. 84 a 90).
- BENTO, Cláudio Moreira - "Caxias e a Doutrina Militar Terrestre Brasileira" (nº 788, p. 150 a 153).
- BERTONHA, João Fábio - "Entre a Bombacha e a Camisa Negra" (nº 788, p. 70 a 85).
- BOITEUX, Nylson Reis - "A Guerra do Paraguai em Números" (nº 788, p. 44 a 61).
- BOLSONARO, Jair - "Guerrilheiro de Fes-tim" (nº 786, p. 173 e 174).
- BOTELHO, Caio Lóssio - "O Hino Nacional e o Hino da Independência" (nº 786, p. 132 a 134).
- CALIFE, Jorge Luiz - "A Ficção de Nossos Avós" (nº 786, p. 146 a 148).
- CAMBESES JÚNIOR, Manuel - "América Latina ou Ibero-América? (nº 786, p. 144 e 145); "O Estado-Nação" (nº 788, p. 156 e 157); "O Estado: Apreciação sob Quatro Enfoques" (nº 786, p. 91 a 98) e "Variações em Torno do Termo *Globalização*" (nº 787, p. 99 a 105).
- CAMPOS, Roberto - "Adeus ao *Declinismo*" (nº 787, p. 153 e 154); "Chegando ao Limite" (nº 786, p. 165 a 167); "Não Basta Investir" (nº 788, p. 182 a 184) e "Perdeu-se o Marxismo" (nº 786, p. 154 a 156).
- CARLOS, Newton - "Capital e Trabalho" (nº 787, p. 142 e 143) e "Valeu a Pena?" (nº 786, p. 160 e 161).
- CARVALHO, Everton - "Rever o Processo Nuclear" (nº 788, p. 181 e 182).
- CARVALHO, Joaquim Francisco de - "Energia Nuclear - Problemas" (nº 786, p. 161 a 163) e "Quem Ganhou com as Privatizações?" (nº 787, p. 131 e 132).
- CARVALHO, L. P. Macedo - "A Ação de D. João VI no Brasil" (nº 787, p. 11 a 23); "Homenagem: Em Funeral, Armas!" (nº 786, p. 122 a 124); "Periodização da História Militar" (nº 786, p. 48 a 59) e "TIAR: Nascimento, Vida e Morte" (nº 788, p. 62 a 69).
- CARVALHO, Olavo de - "Que É Fascismo?" (nº 788, p. 175 a 177).
- CASTRO, Sebastião José Ramos de - "Forças Armadas - o Mito da Crise de Identidade" (nº 787, p. 117 a 120).
- CASTRO, Therezinha de - "Europa, Encruzilhada Geopolítica" (nº 788, p. 10 a 23); "Geoestratégia Russa no Cáucaso" (nº 786, p. 35 a 46) e "Timor Loro Sae" (nº 787, p. 4 a 10).
- CAVALCANTI, Sandra - "Brasil Nunca Pertenceu aos Índios" (nº 787, p. 145 e 146).
- CHAGAS, Carlos - "Agora Estão Esperando o Elefante" (nº 786, p. 172 e 173).
- COSTA, A. Gomes da - "Adeus a Macau" (nº 787, p. 135 a 137) e "Em Torno dos 500 Anos" (nº 787, p. 132 a 134).
- COSTA, Paulo Sérgio Muniz - "O Armamento das Fortificações, do Descobrimento à Época Pombalina" (nº 788, p. 120 a 127) e "História Militar - Passado e Futuro" (nº 786, p. 11 a 20).
- CRUZ, Fernando F. - "Exploração Mineral e PIB" (nº 788, p. 170 a 172).

- DENYS, Rubens - "A Contra-Revolução de 31 de Março: a Preparação e o Levante Armado" (nº 786, p. 21 a 34).
- DUPAS, Gilberto - "Façam suas Apostas" (nº 787, p. 143 a 145).
- FARCIOLLI, Angelo Fernando - "Os Reflexos da Aplicação da Lei nº 9.299, de 7.8.1996, em Confronto com o Ordenamento Jurídico Brasileiro" (nº 788, p. 141 a 149).
- FERREIRA, José Caetano - "1ª Companhia Independente de Metralhadoras Anti-aéreas" (nº 787, p. 128 e 129).
- FLORES, Mário Cesar - "O Descobrimento" (nº 787, p. 154 e 155); "Orçamento da Defesa" (nº 786, p. 153 e 154) e "Que Forças Armadas?" (nº 788, p. 165 e 166).
- FORJAZ, Cláudio Ricardo Hehl - "General Vo Nguyen Giap, um Mestre na Estratégia da Resistência - conclusão" (nº 786, p. 70 a 83).
- FORTE, Hugo Guimarães Borges - "O Rearmamento do Exército Brasileiro no Final da Década de 1930" (nº 787, p. 60 a 79).
- FRIEDE, R. Reis - "Surpresa, Perplexidade e Indignação" (nº 786, p. 138 a 141).
- GARCIA, Helói de Souza - "A Evolução Biomolecular" (nº 787, p. 137 e 138).
- JORGE, Miguel - "Quem Atrasa a América Latina" (nº 788, p. 184 a 186).
- LEONZO, Nancy - "As Cartas de Burton" (nº 787, p. 138 a 140).
- LIMA SOBRINHO, Barbosa - "Exclusão da Classe Média" (nº 788, p. 172 a 174) e "O Novo Confisco" (nº 786, p. 163 e 164).
- LOPES, José Leite - "Energia Nuclear - Problemas" (nº 786, p. 161 a 163).
- LOULÉ, Antônio - "Gilberto Freire, um Século" (nº 788, p. 161 a 163).
- MARTINS, Ives Gandra - "Ministério da Defesa, uma Teoria" (nº 787, p. 149 e 150).
- MEIRA MATTOS, Carlos de - "O Brasil e sua Estratégia" (nº 788, p. 4 a 9); "Cientistas Americanos e Europeus Desmentem Teses Falsas sobre a Amazônia" (nº 788, p. 158 e 159); "A Dissuasão Estratégica na Conjuntura Mundial" (nº 786, p. 125 a 127) e "O Fator Geográfico na Formulação da Geopolítica" (nº 787, p. 114 a 117).
- MELLO, Nilson Vieira Ferreira de - "A Evolução da Arte da Guerra na Idade Média" (nº 788, p. 86 a 97) e "Reflexões sobre a Revolução e o Pós-64" (nº 787, p. 120 a 123).
- MUNIZ, Petronio R. G. - "Uma Dívida de Honra" (nº 786, p. 127 a 129).
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de - "O Mito de Salvador Fortaleza Forte" (nº 788, p. 24 a 31).
- PEDREIRA, Fernando - "Em Busca do Príncipe Encantado" (nº 788, p. 174 e 175).
- POLANCAYK, Antonio José - "Aprendendo a Competir" (nº 788, p. 169 e 170).
- QUEIROZ, José Tadeu - "Centenário do Tiro Nacional" (nº 786, p. 142 a 144).
- RABAÇA, Carlos Alberto - "Zona Franca da Violência" (nº 787, p. 155 a 157).
- RIBEIRO, Osmar José de Barros - "Amazônia, Mídia e Desinformação" (nº 788, p. 153 a 156).
- RICÚPERO, Rubens - "No Apagar das Luzes" (nº 786, p. 158 a 160).
- RIOS, José Arthur - "As Raízes do Marxismo Universitário" (nº 787, p. 80 a 98).

- ROBBINS, Carla - "Canal do Panamá Já Não É Mais Aquele" (nº 786, p. 168 a 170).
- ROCHA, Paulo Corrêa da - "O Abismo da Desesperança" (nº 786, p. 170 e 171).
- SANTOS, Gustavo Weber dos - "Direitos Humanos e Soberania" (nº 786, p. 134 a 138).
- SANTOS, Jorge Calvário dos - "Amazônia, 500 Anos de Cobiça" (nº 788, p. 98 a 119).
- SANTOS, Luiz Wenceslau Mangeon dos - "Direitos Humanos e Soberania" (nº 786, p. 134 a 138).
- SARNEY FILHO, José - "O Desafio das Águas" (nº 787, p. 150 a 152).
- SARNEY, José - "Reflexões sobre os Militares" (nº 788, p. 166 e 167).
- SILVA, Kalina Vanderley Paiva da - "O Exército Português em Pernambuco e a Integração da Sociedade Colonial, Séculos XVII e XVIII" (nº 788, p. 132 a 139).
- SILVA, Marco Antônio Felício da - "Autofagia Militar" (nº 786, p. 151 a 153).
- SILVA, Noaldo Alves da - "Tibieza Não Resolve" (nº 788, p. 167 a 169).
- SOARES, José Celso de Macedo - "Marinha Mercante - Novo Erro" (nº 786, p. 156 a 158).
- SOARES, Rinaldo Campos - "Siderurgia e Desafios" (nº 788, p. 177 a 180).
- SORIANO NETO, Manoel - "O Descobrimiento do Brasil: Acaso ou Intencionalidade?" (nº 786, p. 4 a 10); "O Gaúcho" (nº 787, p. 106 a 113) e "Everardo Adolfo Backeuser - Escorço Biográfico e Pensamento Científico" (nº 788, p. 161 a 163).
- TORRES, Antonio - "Viva o 7 de Setembro. O que Foi Feito das Promessas Patrióticas das Marchas e Hinos?" (nº 788, p. 164 e 165).
- TUCHMAN, Bárbara - "O Povo Norte-Americano e o Poder Vistos sob Uma Perspectiva Histórica" (nº 787, p. 24 a 38).
- UTZERI, Fritz - "Um Longo Caminho" (nº 786, p. 150 e 151).
- VALLE, Sylvio - "Emergências Biotecnológicas" (nº 786, p. 167 e 168).
- VIANA, Jorge de Souza - "Requisições: Proposta de Uma Nova Lei" (nº 788, p. 32 a 43).
- WILLEY, Barry E. - "A Conexão entre Militares e a Mídia - para Melhor e para Pior" (nº 786, p. 60 a 69).

*"Existe risco que você não pode correr e  
existe risco que não pode deixar de correr."*

*Peter F. Drucker*



**Atualize os seus conhecimentos por  
intermédio da Biblioteca do Exército,  
a preços nunca vistos!**

## PEDIDO DE ASSINATURA

### COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — ANO 2001

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

### REVISTA DO Exército Brasileiro

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnico-profissionais desde 1882.



### REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.



Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

### Faça seu pedido!

#### COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- ☐ à vista — R\$ 210,00
- ☐ 02 vezes — R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
- ☐ 03 vezes — R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
- ☐ 05 vezes — R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

#### REVISTAS

- ☐ Exército Brasileiro — R\$ 40,00 (à vista)
- ☐ A Defesa Nacional — R\$ 40,00 (à vista)
- ☐ Ciência & Tecnologia — R\$ 40,00 (à vista)

Envie cheque correio ou vale postal, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua assinatura.

#### Dados cadastrais

Nome			Profissão		
Militar <input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	CM	Posto/Grad		Prec — CP	
Endereço Rua			Nº		Complemento
Cidade	UF	CEP	Tel.		Fax.
E-mail					

#### BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias — 3º andar — CEP 20221-260 — Rio de Janeiro, RJ.  
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 519-5715 — Fax (21) 519-5569 — E-mail: bibliex@ism.com.br

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

# impressão

Sempre uma alternativa viável,  
dimensionada às suas necessidades.



**SERMOGRAF**  
artes gráficas e editoria lda.

Ligue e comprove a diferença.

**(24) 2237-3769**





Quando falta investimento, falta cultura.

A riqueza cultural do povo brasileiro é enorme. Assim como são enormes as dificuldades que a cultura enfrenta para se manter viva. É por isso que o Centro Cultural Banco do Brasil investe em música, literatura, teatro, dança, artes visuais e plásticas. Porque cultura se faz com talento, paixão e investimento. Banco do Brasil. Investir em cultura é investir em você.

